

Guilherme Goulart Righetto

**COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO DE MINORIAS SOCIAIS:
PESSOAS TRANS DA REGIÃO DE FLORIANÓPOLIS, SANTA
CATARINA**

Dissertação de mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação, área de concentração Gestão da Informação, eixo temático Profissionais da Informação, Competência em Informação e Publicação Científica, sob a orientação da Professora Doutora Elizete Vieira Vitorino.

Florianópolis
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Righetto, Guilherme Goulart
COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO DE MINORIAS SOCIAIS : PESSOAS
TRANS DA REGIÃO DE FLORIANÓPOLIS, SANTA CATARINA /
Guilherme Goulart Righetto ; orientador, Elizete Vieira
Vitorino, 2018.
280 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós
Graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

1. Ciência da Informação. 2. Competência em informação.
3. Pessoas trans. 4. Vulnerabilidade social. 5. Minorias
sociais. I. Vieira Vitorino, Elizete . II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em
Ciência da Informação. III. Título.

GUILHERME GOULART RIGHETTO

**COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO DE MINORIAS SOCIAIS:
PESSOAS TRANS DA REGIÃO DE FLORIANÓPOLIS, SANTA
CATARINA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Ciência da Informação do Centro de Ciências da Educação da
Universidade Federal de Santa Catarina em cumprimento a requisito
parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA
EM FLORIANÓPOLIS, 20 DE FEVEREIRO DE 2018

Prof. Dr. Adilson Luiz Pinto

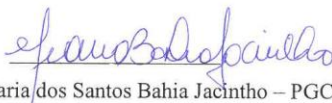
Coordenador do Curso



Profª. Dra. Elizete Vieira Vitorino – PGCIN/UFSC (Orientadora)



Profª. Dra. Daniella Camara Pizarro – PPGINFO/UDESC



Profª. Dra. Eliana Maria dos Santos Bahia Jacintho – PGCIN/UFSC

*For the ones who felt, at least once, displaced,
different, judged: I dedicate this endearly for you.
Don't give up! (make it happen... this is a self
reminder, also).*

AGRADECIMENTOS

E chega a hora: mais um ciclo que se encerra. Dois anos, muitos aprendizados, muito trabalho e a sensação de ressignificação – sinto que muito adquiri e ainda nada sei... O que me motiva a ir adiante.

Primeiramente, agradeço e dedico também este estudo às minhas tias Rose, Silvana e a minha avó, Marlene: sem vocês, eu nada seria. Palavras nunca serão o suficiente para agradecer e exteriorizar toda a minha gratidão por tudo o que vocês vem fazendo por mim a vida toda... Pelo estímulo, cuidado, carinho, pela moradia, pelo zelo, pela perspectiva de vida e de família que vocês me dão diariamente... **MUITO OBRIGADO!**

À minha estimada orientadora Elizete Vitorino: obrigado por não me “deserdar”, por acreditar nos meus delírios teóricos, no meu estudo e principalmente, em mim, desde o primeiro dia... Você é uma inspiração.

À Morgana e à Martinha, minha “mãezinha”: sempre presentes, desde os tempos de graduação! O tempo passa, o contato em decorrência do cotidiano é quase escasso, mas o sentimento prevalece o mesmo.

À Djuli Machado De Lucca, querida amiga/colega de Pós: sou feliz por poder contar com você nas adversidades acadêmicas e nas ótimas confabulações.

À Noêmia Prado: eterna chefe e também amiga, pela ajuda sempre que solicitada e pela torcida, mesmo que de longe. Nossa conexão vem de outras vidas, tenho certeza.

Aos queridos, solícitos e incríveis narradores: vocês foram fundamentais na concretização deste estudo. Dedico igualmente à vocês, por me mostrarem que mesmo com todas as adversidades, a luta continua e é persistente!

À Lirous K’yo, presidente da ADEH: obrigado pela disponibilidade, pela ajuda neste estudo. Tenho grande admiração pelo trabalho que fazes à tua população.

Por fim, agradeço em totalidade aos que, de algum modo, transmitiram boas energias para a minha pessoa ou que torceram por mim. Obrigado!

RESUMO

Objetiva investigar a competência em informação de minorias sociais a partir das necessidades de informação das pessoas trans da região de Florianópolis, Santa Catarina. Para alcançar tal objetivo, caracterizou-se a competência em informação por meio da literatura da Ciência da Informação, bem como seus possíveis diálogos com a vulnerabilidade social e com a interdisciplinaridade, com aporte de áreas correlatas e das narrativas obtidas. Para representar as pessoas trans da região de Florianópolis, a amostra foi escolhida pelo vínculo com a Associação dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade (ADEH). A amostra do estudo foi selecionada aleatoriamente e a coleta de dados em campo foi realizada mediante entrevista narrativa. Trata-se de um estudo com abordagem qualitativa, exploratória e do tipo documental e bibliográfica. A coleta, o tratamento e a análise dos dados tiveram ênfase fenomenológica, pois viabiliza uma aproximação com a experiência do outro. Para a coleta dos dados, a técnica utilizada foi a entrevista narrativa, que permitiu o acesso à experiência da outra pessoa de modo indireto. Os dados foram analisados com base no método fenomenológico de Sanders (1982). A etapa de análise fenomenológica do conteúdo das narrativas desta metodologia inclui a descrição do fenômeno conforme exposto nas transcrições das entrevistas, a identificação de temáticas ou invariantes que surgem das descrições, os apontamentos subjetivos dos temas expostos e a consolidação dos temas em conjuntos de essências que constituem o arcabouço do fenômeno. Com base na literatura, infere-se que o desenvolvimento da competência em informação ocorre por meio de práticas empíricas que propiciem a condição real de cidadania aos vulneráveis/minorias, bem como o protagonismo social, o empoderamento, a liberdade e a emancipação para se construir uma sociedade mais justa e com o aprendizado constante e ao longo da vida. As narrativas das pessoas trans da região de Florianópolis revelam que o fenômeno estudado pode ser percebido sob os seguintes aspectos: informacionais, em contexto social (considerado determinante para se constituir as relações sociais dessas pessoas para com os outros, num cenário em que as necessidades de informação são constituídas pelo preconceito, estigma, discriminação, desconhecimento, estranhamento e a falta de apoio substancial, em meio familiar e principalmente, profissional e educacional; e em oposição, o acesso à informação se configura por meio da *internet*, das redes sociais

de apoio, instituídas por redes sociais digitais, ONGs e pela própria comunidade); da vulnerabilidade social, em detrimento dos aspectos informacionais (desencadeando uma espiral de violência estrutural e risco, envolvendo a restrição ao mercado de trabalho, estigmas e demais subalternidades sociais); e da resiliência (construído pela autonomia informacional, pela busca por direitos humanos, igualdade e cidadania numa sociedade considerada intolerante quanto às diversidades identitárias e corpóreas). O Quadro de Avaliação IL (*Information Literacy*) (adaptado de UNESCO, 2013) foi utilizado com o objetivo de enfatizar o constante estado de vulnerabilidade social das pessoas trans em esfera social, institucional e individual. Os resultados deste estudo podem instigar a realização de outros estudos e para a amplitude das temáticas abordadas na Ciência da Informação, bem como para a competência em informação, além da efetivação da missão profissional do bibliotecário na contemporaneidade.

Palavras-chave: Competência em informação. Pessoas trans. Pessoas transgênero. Necessidades de informação. Vulnerabilidade social. Minorias sociais.

ABSTRACT

It aims to investigate the social minorities' information literacy from the information needs of trans people by the region of Florianópolis, Santa Catarina. In order to reach this objective, information literacy was characterized by Information Science literature, as well as its possible dialogues with social vulnerability and interdisciplinarity, with the contribution of related areas and the narratives obtained. In order to represent the trans people by the region of Florianópolis, the sample was chosen for the link with the Association of Human Rights with Focus on Sexuality (ADEH). The study sample was randomly selected and the data collection in the field was carried out through a narrative interview. It is a research with a qualitative, exploratory approach and its type is documentary and bibliographic. The collection, treatment and analysis of the data had a phenomenological emphasis, since it allows an approximation with the experience of the other. For the data collection, the technique used was the narrative interview, which allowed access to the experience of the other person in an indirect way. The data were analyzed based on the phenomenological method of Sanders (1982). The stage of phenomenological analysis of the content of the narratives of this methodology includes the description of the phenomenon as exposed in the transcripts of the interviews, the identification of themes or invariants that arise from the descriptions, the subjective notes of the exposed themes and the consolidation of the themes in sets of essences that constitute the framework of the phenomenon. Based on the literature, it is inferred that the development of information literacy occurs through empirical practices that provide the real condition of citizenship to the vulnerable/minorities, as well as social protagonism, empowerment, freedom and emancipation to build a just society and with constant and lifelong learning. The narratives of trans people by the region of Florianópolis reveal that the studied phenomenon can be perceived under the following aspects: informational, in social context (considered determinant to constitute the social relations of these people with others, in a scenario in which the information needs is constituted by prejudice, stigma, discrimination, ignorance, estrangement and lack of substantial support, in a family environment and mainly, professional and educational, and in opposition, information access is configured through the internet, social support networks, instituted by digital social networks, NGOs and by the community itself); of social vulnerability, to the detriment of informational aspects (triggering a spiral of structural

violence and risk, involving the restriction to the labor market, stigmas and other social subalternities); and resilience (built by informational autonomy, the quest for human rights, equality and citizenship in a society considered intolerant of identity and corporeal diversity). The Information Literacy Framework (adapted from UNESCO, 2013) was used to emphasize the constant state of social vulnerability of trans people in the social, institutional and individual spheres. The results of this study can instigate the performance of other studies and the scope of the topics addressed in the Information Science, as well as the information literacy, besides the effectiveness of the professional mission of the librarian at contemporary times.

Keywords: Information literacy. Trans people. Transgender people. Information needs. Social vulnerability. Social minorities.

RESUMEN

Objetivo investigar la competencia informacional/alfabetización informacional (ALFIN) de minorías sociales a partir de las necesidades de información de las personas trans de la región de Florianópolis, Santa Catarina. Para alcanzar tal objetivo, se caracterizó la competencia informacional por medio de la literatura de la Ciencia de la Información, así como sus posibles diálogos con la vulnerabilidad social y con la interdisciplinariedad, con aporte de áreas correlatos y de las narrativas obtenidas. Para representar a las personas trans de la región de Florianópolis, la muestra fue escogida por el vínculo con la Asociación de los Derechos Humanos con Enfoque en la Sexualidad (ADEH). La muestra del estudio fue seleccionada aleatoriamente y la recolección de datos en campo fue realizada mediante entrevista narrativa. Se trata de una investigación con abordaje cualitativo, exploratorio y del tipo documental y bibliográfico. La recolección, el tratamiento y el análisis de los datos tuvieron énfasis fenomenológico, pues viabiliza una aproximación con la experiencia del otro. Para la recolección de los datos, la técnica utilizada fue la entrevista narrativa, que permitió el acceso a la experiencia de la otra persona de modo indirecto. Los datos fueron analizados con base en el método fenomenológico de Sanders (1982). La etapa de análisis fenomenológico del contenido de las narrativas de esta metodología incluye la descripción del fenómeno según lo expuesto en las transcripciones de las entrevistas, la identificación de temáticas o invariantes que surgen de las descripciones, los apuntes subjetivos de los temas expuestos y la consolidación de los temas en conjuntos de esencias que constituyen el marco del fenómeno. Con base en la literatura, se infiere que el desarrollo de la competencia informacional/ alfabetización informacional ocurre por medio de prácticas empíricas que propicien la condición real de ciudadanía a los vulnerables/minorías, así como el protagonismo social, el empoderamiento, la libertad y la emancipación para construirse una sociedad más justa y con el aprendizaje constante ya lo largo de la vida. Las narrativas de las personas trans de la región de Florianópolis revelan que el fenómeno estudiado puede ser percibido bajo los siguientes aspectos: informacionales, en contexto social (considerado determinante para constituir las relaciones sociales de esas personas hacia los demás, en un escenario en que las necesidades de la información está constituida por el prejuicio, estigma, discriminación, desconocimiento, extrañamiento y la falta de apoyo sustancial, en medio

familiar y principalmente, profesional y educativo, y en oposición, el acceso a la información se configura por medio de Internet, de las redes sociales de apoyo, instituidas por redes sociales digitales, ONG y por la propia comunidad); de la vulnerabilidad social, en detrimento de los aspectos informativos (desencadenando una espiral de violencia estructural y riesgo, involucrando la restricción al mercado de trabajo, estigmas y demás subalternidades sociales); y de la resiliencia (construido por la autonomía informacional, por la búsqueda de derechos humanos, igualdad y ciudadanía en una sociedad considerada intolerante en cuanto a las diversidades identitarias y corpóreas). El Cuadro de Evaluación IL (Information Literacy) (adaptado de UNESCO, 2013) fue utilizado con el objetivo de enfatizar el constante estado de vulnerabilidad social de las personas trans en esfera social, institucional e individual. Los resultados de este estudio pueden instigar la realización de otros estudios y para la amplitud de las temáticas abordadas en la Ciencia de la Información, así como para la competencia informacional/ alfabetización informacional, además de la efectividad de la misión profesional del bibliotecario en la contemporaneidad.

Palabras clave: Competencia informacional. Personas trans. Personas transgénero. Necesidades de información. Vulnerabilidad social. Minorías sociales.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Elementos característicos da competência em informação.	38
Figura 2 – A relação entre a competência em informação e a vulnerabilidade social	40
Figura 3 – Os três pilares da interdisciplinaridade da competência em informação às pessoas trans	57
Figura 4 – Características básicas de uma minoria	64
Figura 5 – A relação de subordinação das minorias na sociedade	66
Figura 6 – Hierarquia de necessidades de Maslow (1970).....	70
Figura 7 – Síntese dos aspectos discutidos concernentes à competência em informação para as pessoas trans	90
Figura 8 – Componentes do “projeto de cidadania”:	101
Figura 9 – Síntese dos aspectos macro.....	111
Figura 10 – Aspectos inerentes à sexualidade.....	115
Figura 11 – Aspectos inerentes à orientação sexual.....	115
Figura 12 – Aspectos inerentes à identidade de gênero	117
Figura 13 – O que é a identidade de gênero.....	119
Figura 14 – Síntese dos aspectos micro	128
Figura 15 – Síntese da fundamentação teórico-conceitual.....	129
Figura 16 – Expressões e estratégias utilizadas nas bases de dados: termos em inglês	136
Figura 17 – Expressões e estratégias utilizadas nas bases de dados: termos em português	137
Figura 18 – Fases da entrevista narrativa.....	140
Figura 19 – Componentes da estrutura de pesquisa fenomenológica .	144
Figura 20 – Perfil sociodemográfico dos narradores	150
Figura 21 – Principais fatores do Quadro de Avaliação IL.....	206
Figura 22 – Quadro de Avaliação IL - fator social de vulnerabilidade social das pessoas trans	207
Figura 23 – Quadro de Avaliação IL - fator institucional de vulnerabilidade social das pessoas trans	207
Figura 24 – Quadro de Avaliação IL - fator individual de vulnerabilidade social das pessoas trans	208

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, *Gays*, Bissexuais, Travestis e Transexuais
- ADEH – Associação dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade
- ALA – *American Library Association*
- CEPSH/UFSC – Comitê de Ética da UFSC
- CI – Ciência da Informação
- CMAIDS – Comissão Municipal de AIDS de Florianópolis
- COMDIM – Conselho Municipal da Mulher de Florianópolis
- DSTs – Doenças Sexualmente Transmissíveis
- DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos
- HIV/AIDS – Síndrome da imunodeficiência adquirida
- IFLA – *International Federation of Library Associations and Institutions*
- IL – *Information Literacy*
- LGBT+ – Lésbicas, *Gays*, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros e demais
- LISA – *Library and Information Science Abstracts (LISA)*
- ONU – Organização das Nações Unidas
- SciELO – *Scientific Electronic Library Online*
- TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
- TIC – Tecnologias da Informação e Comunicação
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
- ONGs – Organizações não Governamentais
- TLGB – Travestis, Transexuais, Lésbicas, *Gays* e Bissexuais
- UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
- WAS – Associação Mundial para a Saúde Sexual

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	25
1.1 JUSTIFICATIVA	27
1.2 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA	29
1.3 OBJETIVOS	29
1.3.1 Objetivo Geral.....	29
1.3.2 Objetivos Específicos	29
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL.....	31
2.1.1 Competência em informação sob o foco da interdisciplinaridade.....	41
2.1.2 O desenvolvimento da competência em informação nas minorias	60
2.1.2.1 Ciência da Informação, necessidades de informação e competência em informação às minorias: diálogos possíveis	67
2.1.3 A missão profissional do bibliotecário voltado às pessoas trans	74
2.2 ASPECTOS MACRO: EXCLUSÃO E INCLUSÃO SOCIAL, CIDADANIA E DIREITOS SEXUAIS COMO EXPRESSÃO DE DIREITOS HUMANOS	90
2.2.1 Exclusão e inclusão social	91
2.2.2 Inclusão social e a busca pela democracia: os movimentos sociais	94
2.2.3 Exercício da cidadania: educação cidadã e direitos humanos	98
2.2.4 Direitos e sexualidade: particularidades dos direitos humanos	102
2.2.5 Pessoas livres e democracia	109
2.3 ASPECTOS MICRO: MINORIAS SOCIAIS – EM FOCO AS PESSOAS TRANS	112
2.3.1 As pessoas trans na sociedade contemporânea.....	112
2.4 Síntese da fundamentação teórico-conceitual	128
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA.....	129
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO.....	129
3.2 PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS	136
3.3 APONTAMENTOS SOBRE O AMBIENTE E OS NARRADORES	141
3.4 A REALIZAÇÃO DO PRÉ-TESTE.....	143
3.5 A ANÁLISE DOS DADOS POR MEIO DA FENOMENOLOGIA	144

3.6 CUIDADOS ÉTICOS NO ESTUDO	145
4 DESCRIÇÃO E EXPOSIÇÃO FENOMENOLÓGICA DAS NARRATIVAS	147
4.1 OS NARRADORES: PERFIL SÓCIODEMOGRÁFICO	150
4.2 AS NARRATIVAS DAS PESSOAS TRANS DA REGIÃO DE FLORIANÓPOLIS, SANTA CATARINA, RESPALDADAS NOS ASPECTOS INFORMACIONAIS, DA VULNERABILIDADE SOCIAL E DA RESILIÊNCIA	151
4.2.1 As narrativas sob os aspectos informacionais.....	151
4.2.2 As narrativas sob o aspecto da vulnerabilidade social.....	183
4.2.3 As narrativas sob o aspecto da resiliência.....	197
4.2.4 AS NARRATIVAS NO CONTEXTO DO QUADRO DE AVALIAÇÃO IL (<i>INFORMATION LITERACY</i>) (ADAPTADO DE UNESCO, 2013).....	204
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	211
REFERÊNCIAS	215
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	247
APÊNDICE B – Tópico inicial da narração	251
APÊNDICE C – Narrativas transcritas	253
ANEXO A – Dados sociodemográficos (RODRIGUÉZ, 2014).....	347
ANEXO B – Parecer consubstanciado do CEP	348

1 INTRODUÇÃO

A partir do exponencial crescimento de informação oriundo no século passado e da marca do sistema econômico e produtivo capitalista, emergem novas formas de sociedade, denominadas como sociedade da informação, “sociedade informacional” (CASTELLS, 1999), do conhecimento, bem como novas perspectivas para o desenvolvimento científico. Com o advento da internet e seus atributos, tais como os mecanismos de buscas, as bases de dados e a tecnologia móvel, apresenta-se uma nova configuração social na qual a informação é disseminada de forma efêmera e fragmentada.

É necessário estar apto para utilizar com entendimento e consciência a informação. Mais do que simplesmente saber manusear a máquina, a grande questão que ronda as relações sociais no panorama da globalização é como lidar, humanizar e compreender as diferenças que podem estar tão perto – numa tela de um dispositivo digital, etc. – e ao mesmo tempo, tão longe da vida das pessoas.

Considera-se pertinente a proposta da competência em informação no que diz respeito à relação simbiótica entre a pessoa e a informação. Para Lau (2007), a competência em informação é um conjunto de habilidades que pode ser aprendida. Contudo, deve-se ter a autonomia – iniciativa ou atitudes que para se chegar à aprendizagem. A utilização de ferramentas adequadas inferidas em métodos e técnicas, aplicadas individualmente ou em grupo com a supervisão de profissionais proporcionará o desenvolvimento das habilidades necessárias ao uso da informação e o sucesso na aprendizagem desta.

A competência em informação é apontada como um processo constante de interação e assimilação de princípios conceituais, atitudinais e de habilidades singulares como referenciais ao entendimento da informação e de sua amplitude em busca das capacidades necessárias à geração do conhecimento novo e sua aplicação às pessoas e aos grupos sociais ao longo da vida (BELLUZZO et al., 2004).

Desta forma, assim como a competência em informação é uma prática social, Wersig e Neveling (1975) consideram como objetivo da Ciência da Informação sua missão social, particularmente no contexto da transferência do conhecimento para aqueles que o precisam. Le Coadic (1996) também a caracteriza como social, alertando que se trata de uma ciência que busca assimilar fatores sociais e culturais, tendo como função social o amparo científico para aqueles que procuram a informação.

Seguindo esta linha, Araújo (2012) considera substancial a abordagem social ou sociocultural da Ciência da Informação, pois os usuários da informação não são seres que vivem em uma realidade paralela, estando inseridos em realidades com significados construídos socialmente. Portanto, reforça-se a importância dos estudos sociais voltados aos segmentos sociais vulneráveis e às suas necessidades de informação.

A competência em informação pode ser determinada como uma ação que viabiliza a constatação acerca das necessidades de informação da pessoa, observando as questões intrínsecas ao seu uso e independente à situação de vida deste (JOHNSTON; WEBBER, 2006). Voltada aos grupos vulneráveis/minorias sociais, o desenvolvimento da competência em informação tende a ser algo pertinente a ser discutido e pesquisado, afinal, torna-se uma maneira de exercício contínuo para o desenvolvimento social, especialmente em se tratando das pessoas trans.

De acordo com Suess (2010), a terminologia *trans* refere-se às pessoas que elegeram uma identidade ou expressão de gênero diferente da atribuída ao nascer – incluindo pessoas transexuais, transgêneros, travestis, *crossdressers*, não gêneros, multigêneros, de gênero fluído, gênero queer e outras autodenominações relacionadas.

Assim sendo, desenvolver a competência em informação é uma forma de promover a cidadania e forma de apoio social. Paludo e Koller (2004) inferem que o apoio social é um dos elementos de proteção com maior intervenção positiva no desenvolvimento humano. É associado à relação que o indivíduo tem com o sistema social que está inserido e na forma como as conexões interpessoais suprem certas necessidades ou funções. O apoio social consiste na verbalização de informações, na redução dos efeitos do estresse, no suporte em momentos de crise, de doença, e em diversas circunstâncias que visam à harmonia social (PALUDO; KOLLER, 2004).

O apoio pode ser classificado como: emocional e afetivo, que diz respeito à qualidade e à sustentação dos laços, constatado nas manifestações de amor, de afeto e de confiança; informacional e instrumental ou material, por meio de informações e de ajuda no caso de problemas cotidianos e de saúde, por exemplo; e as interações positivas, que visam a participação em ações que dão prazer e bem-estar (COSTA; DELL'AGLIO, 2009).

Acredita-se, no entanto, que outra forma de apoio social se valida por intermédio de estudos/discussões sobre a temática da competência em informação sobre e para os que se encontram às margens da sociedade, – pessoas em grupos vulneráveis e parte de uma

minoria – impulsionando no protagonismo social, no empoderamento e na libertação, ao visibilizar e incluir socialmente estas pessoas pra que futuramente, possam participar ativamente como cidadãos – de assumir o controle do próprio destino, de ter voz ativa na sociedade (GARRAFA, 2005; FARIAS; VARELA, 2017).

Por conseguinte, a partir do momento em que a pessoa se torna protagonista dentro de sua realidade social, adquirindo novas formas de observar as perspectivas na construção da realidade, o empoderamento se torna uma multiplicação de ideias transformadoras. Essa pessoa observa na conduta de sua ação um potencial enriquecedor de novos fluxos de ideias, que conduzem a uma libertação da sua consciência sendo capaz de se tornar um cidadão (FARIAS; COSTA, 2017).

1.1 JUSTIFICATIVA

O processo de compreensão da competência em informação na sociedade contemporânea envolve assimilar as contínuas mudanças tecnológicas e sociais. Este processo não se restringe somente ao uso das TIC (Tecnologias da Informação e Comunicação), vai além e envolve um conjunto de habilidades para acessar e utilizar a informação que influenciam nos campos pessoal, social e profissional da humanidade (BRUCE, 2003).

O discernimento acerca das diferenças – sociais, identitárias, etc. – vem sendo discutida com maior ímpeto, principalmente no concerenente à inclusão, visibilidade e a quebra de estigmas, angariando espaço significativo em contexto social por meio de movimentos sociais em rede, ONGs e a educação contfnua para o uso coerente das TIC (AIDAR et al., 2010). Nesse sentido, a Agenda de Educação 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU, 2015) assegura o comprometimento na promoção de oportunidades na aprendizagem ao longo da vida para todos, em todas as formas disponíveis e em todos os níveis de educação. Isto inclui o acesso equitativo, o alargamento da educação, a formação técnica e profissional de qualidade, o ensino superior e a pesquisa, visando à garantia da qualidade (ONU, 2015).

Além disso, a ONU (2015) reconhece as formas de aprendizado flexíveis, bem como a premência, validação e importância do conhecimento, das habilidades e das competências adquiridas por meio da educação “informal” e interdisciplinar. A alfabetização ao longo da vida deve ser vista no contexto mais amplo do desenvolvimento nos dias atuais, fomentando as pessoas uma base sólida de conhecimento,

habilidades criativas, críticas e colaborativas que despertam a curiosidade, a coragem e a resiliência (ONU, 2015).

Sendo assim, a igualdade de gênero(s) é relativa ao direito à educação (continuada) para todos. A educação inclusiva para todos deve ser assegurada pela concepção e implementação de políticas públicas, de práticas profissionais ou outras ações transformadoras para responder à diversidade e as necessidades de informações da sociedade. A igualdade de gênero(s) é outra característica fundamental da Agenda de Educação 2030, prestando-se especial atenção à discriminação baseada no gênero, bem como a grupos vulneráveis e na garantia de alcance igualitário (ONU, 2015).

É nesse contexto que a importância sobre o conhecimento apresenta-se como fator de emancipação na vida de uma pessoa, sendo fator diferenciador na quebra de preconceitos e paradigmas impostos pela sociedade (REDE TRANS BRASIL, 2017). Assim, a inclusão e o apoio social às pessoas trans na sociedade contemporânea é um desafio social coletivo. Igualmente, o direito à informação e o desenvolvimento da competência em informação fará concretizar o acesso e o atendimento às necessidades e oportunidades de informação desta população. Posto isto, justifica-se em âmbito social e científico o caráter relevante o estudo aqui proposto.

Em âmbito pessoal, e aqui discorrendo em primeira pessoa, acredito que estamos nesse plano material para aprender, evoluir e acima de tudo, compreender que a vida pode ser muito melhor se praticarmos a empatia e o apoio aos demais. Por meio das narrativas obtidas e do que busco de informações sobre a população T, posso imaginar o quão doloroso e demonizado é ser uma pessoa transgênero numa sociedade violenta, ignorante, preconceituosa e excludente como a nossa – a brasileira.

Junto a isto, a percepção de rejeição e não-pertencimento com essas pessoas foi algo que me chamou muito a atenção por meio do constituído ao longo do estudo, cuja sensação foi durante muito tempo, presente em minha vida, nos mais variados aspectos. Sem demagogias, espero que este estudo sirva para ajudar e potencializar a voz da população T, e que iniciemos uma real consicentização e movimentação em prol do ser humano, acima de todo e qualquer pré-conceito estabelecido por normas sociais retrógradas e “quadradas”.

1.2 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

A investigação sobre o valor cognitivo da competência em informação para o desenvolvimento social e das pessoas pode ser considerada como um fator determinante para as minorias sociais. A predisposição de localizar informações, assimilá-las e incorporá-las como conhecimento adquirido têm valor inestimável.

Nesse contexto, a competência em informação pode ser desenvolvida na medida em que permite o reconhecimento de direitos primários, como necessidades de informação cotidianas e tratamentos de saúde, desde um simples atendimento ou na realização de exames. Seguindo a premissa de assegurar às pessoas a competência em informação, o presente estudo se propõe a responder a seguinte questão: Quais são as necessidades de informação das minorias sociais caracterizadas como pessoas trans e que podem se constituir no ponto de partida para o desenvolvimento da competência em informação destas?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Compreender a competência em informação de minorias sociais, com foco nas pessoas trans da região de Florianópolis, Santa Catarina, como alicerce para o desenvolvimento desta metacompetência na população em estudo.

1.3.2 Objetivos Específicos

- a) Caracterizar a competência em informação como domínio de conhecimento por meio da literatura da Ciência da Informação e áreas correlatas;
- b) Apresentar o processo de desenvolvimento da competência em informação em minorias sociais a partir da literatura da Ciência da Informação, com aporte interdisciplinar e nos diálogos possíveis entre esta metacompetência, a vulnerabilidade social, as minorias e a missão profissional do bibliotecário voltado às pessoas trans;
- c) Descrever as necessidades de informação de pessoas trans a partir das entrevistas narrativas expostas pelos aspectos fenomenológicos informacionais, da vulnerabilidade social e da resiliência

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL

Na presente seção, serão apresentados temas considerados importantes para a melhor compreensão dos tópicos envolvidos neste estudo: a competência em informação voltada às minorias sociais, especialmente às pessoas trans; as necessidades de informação e os aspectos macro e micro das pessoas trans, incluindo aspectos sobre inclusão e exclusão social, cidadania, direitos sexuais como expressão de direitos humanos, vulnerabilidade social, minorias sociais e questões das pessoas trans na sociedade contemporânea, com ênfase no contexto brasileiro, envolvendo também a missão profissional do bibliotecário voltado a estas pessoas.

A primeira subseção refere-se ao movimento da competência em informação voltada ao viés social e direcionado à minoria social aqui estudada: as pessoas trans. Traremos breves aspectos históricos acerca da competência em informação, seu conceito, sua relação com a vulnerabilidade social, com a interdisciplinaridade e seu desenvolvimento voltado às minorias, bem como a missão profissional do bibliotecário quanto às pessoas trans.

A segunda e última subseção refere-se à população do estudo: as pessoas trans. Esta subseção será dividida em aspectos macro e aspectos micro da população-alvo do estudo. Para Brandão (2001), a perspectiva micro constrói, de forma “gradativa, plural e complexa” padrões de ações e representações que se “consustanciam” em estruturas de níveis macro, que, por sua vez, retornam sobre as perspectivas micro, numa circularidade de características dialéticas.

Nos aspectos macro traremos alguns pontos basilares para sustentar a problemática: inclusão e exclusão social, cidadania e direitos sexuais como expressão de direitos humanos. Estes aspectos também buscam “pavimentar” a parte seguinte e de maior especificidade: os aspectos micro, referentes à população estudada, incluindo apontamentos para o entendimento e os estigmas que cercam as pessoas trans. Buscaremos esclarecer e apontar um panorama histórico sobre as pessoas trans na sociedade, com ênfase ao contexto brasileiro e suas vulnerabilidades.

2.1 COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NO CONTEXTO DA VULNERABILIDADE SOCIAL

Existem algumas definições e traduções do termo *information literacy*, mas em síntese, o conceito enfatiza o “aprender a aprender” e a necessidade de aprender ao longo da vida na sociedade da informação e do conhecimento (CENDÓN; COSTA, 2012). Utilizaremos aqui a tradução “competência em informação”, e a percepção que abrange a ideia do “aprender a aprender”, ou seja, o desenvolvimento de um conjunto de habilidades, conhecimentos, valores, comportamentos e atitudes das pessoas para alcançar a condição de cidadão no que concerne a informação.

Por competência, Gonzalez (2012) aponta quatro pressupostos: atitude por meio da iniciativa, ou seja, da inteligência prática; conhecimento, isto é, experiência pessoal anterior adquirida no assunto; habilidade, realizada na capacidade de produzir algo; e liberdade para decidir. A competência em informação agrega estes pressupostos ao favorecer a compreensão de situações em constante mutação, na atualização tecnológica referente aos recursos informacionais e nas necessidades de informação do coletivo. (DUDZIAK, 2008).

Um dos conceitos mais utilizados universalmente na definição de competência em informação é o da *American Library Association* (2000): trata-se do “conjunto de habilidades indispensáveis ao ser para reconhecer quando uma informação é necessária e ter habilidades para localizá-la, avaliá-la e usá-la eficazmente” (ALA, 2000). A informação, quando reconhecida como necessária e convertida em conhecimento, torna-se bem social de intervenção da realidade e mecanismo de transformação social. No prisma da competência em informação, as pessoas desenvolvem aptidões para utilizar a informação na prática e compreender fenômenos, resolver questões, tomar decisões, ter noção de seu espaço na sociedade, incluindo seus direitos e deveres, além de edificar o conhecimento nas esferas pessoal, educacional e profissional (SANTOS, 2017).

Uma conjuntura social competente em informação é hábil a exercer sua cidadania, ou seja: as pessoas têm a capacidade de distinguir a fidedignidade das informações em qualquer contexto, são capazes de reconhecer e usar fontes de informação adequadas e percebem as lacunas existentes. A premissa de uma sociedade brasileira igualmente competente em informação, entretanto, ainda é uma utopia, vide a discrepância de divisão dos ativos financeiros, materiais e educacionais

disponíveis. Nessa instância, as pessoas tendem a tornarem-se socialmente vulneráveis (OTTONICAR; VALENTIM; PERES, 2015).

Oriundo do movimento de Direitos Humanos, o termo vulnerabilidade foi solidificado na década de 80 na saúde pública ao tratar da epidemia do HIV/AIDS. As características da epidemia, a forma que ela foi atingindo grupos, de diversos modos e em diferentes países, fez com que se articulasse a incidência do vírus com o cenário socioeconômico, buscando inferir quais os grupos sociais e pessoas poderiam estar entre os possíveis vulneráveis à epidemia. Assim, os termos riscos e população de risco foram, gradualmente, substituídos pelo termo vulnerabilidade (CORREA; SOUZA, 2011).

O termo vulnerabilidade também se refere à exclusão econômica e social. Nesse panorama, uma pessoa ou um grupo torna-se vulnerável quando ocorre uma situação que o leva a quebrar seus vínculos sociais com o trabalho, a família ou seu círculo de relações (ADORNO, 2001). Diz respeito à possibilidade de sofrer um declínio no bem-estar, em particular uma queda abaixo de um limite mínimo de referência ou de pobreza. Este declínio é provocado por choques contra os quais a proteção é dispendiosa ou não é possível. Os choques podem afetar os seres, por exemplo, por perda/falta de emprego, acidente ou morte. Eles também podem atacar comunidades inteiras, como aldeias, regiões ou grupos socioeconômicos particulares (DUCLOS, 2002).

A medida da vulnerabilidade é particularmente importante para monitorar o bem-estar dos minoritários. Por causa das circunstâncias já difíceis destas pessoas, os resultados da vulnerabilidade são tipicamente mais severos para estas. Também são muitas vezes mais vulneráveis devido suas características (ou seja, sua exposição), incluindo um menor nível de ativos para protegê-los, um menor acesso aos seguros e a insumos e mercados de saída (para isolá-los), um menor acesso à proteção pública e um menor nível de capacitação (DUCLOS, 2002).

A vulnerabilidade traz consigo a ideia de procurar compreender primeiramente todo um conjunto de elementos que caracterizam as condições de vida e as possibilidades de uma pessoa ou de um grupo – a rede de serviços disponíveis, como escolas e unidades de saúde, os programas de cultura, lazer e de formação profissional, ou seja, as ações do Estado que promovem justiça e cidadania entre eles – e mensurar em quais circunstâncias essas pessoas tem acesso ao ofertado (ADORNO, 2001).

Assim, a vulnerabilidade representa a busca para a erradicação de preconceitos e a possibilidade da construção de uma nova mentalidade, uma nova maneira de perceber e tratar os grupos sociais e

avaliar suas condições de vida, de proteção social e de segurança. É a busca por mudança de foco no tratamento das populações-alvo dos programas sociais (ADORNO, 2001).

Estes pontos sobre a vulnerabilidade voltada às pessoas e os processos sociais de acesso – ou a falta deles – nos reportam à vulnerabilidade social, categoria de vulnerabilidade concernente à estrutura da sociedade e seus componentes. Os primeiros trabalhos sob a luz da vulnerabilidade social foram realizados pela motivação de uma abordagem mais ampla e extensa que ancorasse as diversas modalidades de desvantagens sociais e não apenas a pobreza (CORREA; SOUZA, 2011).

Adorno (2001) discorre:

Mais usualmente utilizada em nossos dias pelos movimentos sociais e de direitos humanos, a expressão **vulnerabilidade social** sintetiza a idéia de uma maior exposição e sensibilidade de um indivíduo ou de um grupo aos problemas enfrentados na sociedade e reflete uma nova maneira de olhar e de entender os comportamentos de pessoas e grupos específicos e sua relação e dificuldades de acesso a serviços sociais como saúde, escola e justiça (ADORNO, 2001, p. 11, grifo do autor).

Segundo Monteiro (2011), a temática vulnerabilidade social não é nova, uma vez que essa terminologia vem sendo usualmente aplicada em diferentes disciplinas das Ciências Sociais há certo tempo. A vulnerabilidade social é caracterizada por um complexo campo conceitual, constituído por variadas concepções e dimensões que podem voltar-se para o enfoque econômico, ambiental, de saúde, de direitos, etc. Ainda que o tema venha sendo trabalhado ao longo de anos, ressalta-se que seu conceito está em constante construção, visto sua magnitude e complexidade. A emergência da temática se dá nos anos 1990, com a fadiga da matriz analítica da pobreza, limitada a questões econômicas (MONTEIRO, 2011).

Katzman (1999) entende a vulnerabilidade social como o desajuste entre ativos e a estrutura de oportunidades, surgidos da capacidade dos atores sociais de usufruir das oportunidades em outros âmbitos socioeconômicos e melhorar sua situação, impedindo a

deterioração em três principais esferas: os recursos pessoais, os recursos de direitos e os recursos em relações sociais.

Além disso, são múltiplos os condicionantes da vulnerabilidade social: constituída num corpo complexo e multifacetado de fatores oriundos do contexto, devido à ausência ou precariedade de recursos materiais necessários para a sobrevivência – vertentes de exclusão social que impedem o suprimento das demandas sociais. Essa disparidade implica na aquisição de recursos simbólicos propícios a contribuir ao acesso de bens e serviços e de alguma comoção social (MONTEIRO, 2011).

Posto isto, a vulnerabilidade social se configura como construção social, produto das transformações societárias, incorporando formas relativas aos condicionantes históricos. Tais transformações propulsionam mudanças no contexto da vida privada, salientando fragilidades e contradições (MONTEIRO, 2011).

Nesse prisma, a vulnerabilidade passa a ser assimilada pela compreensão da relação dialética entre o externo e o interno: o externo trata sobre a referência, enquanto o interno apresenta-se em qualidade de pessoas, grupos, lugares ou comunidades. Os recursos internos são tidos então como “ativos” (KATZMAN, 1999). Os ativos podem ser definidos como um conjunto articulado de condições que irão inferir a qualidade, quantidade e diversidade dos recursos internos, os quais são ordenados por três ativos: **físicos**, **humanos** e **sociais** (MONTEIRO, 2011),

Os ativos **físicos** envolvem os meios substanciais para a busca do bem estar. Podem ainda ser divididos em capital físico propriamente dito – terra, moradia, bens materiais, etc. – ou capital financeiro, incluindo as características de alta liquidez e multifuncionalidade, envolvendo crédito e formas de seguro e proteção monetária. Os ativos **humanos** incluem o trabalho como ativo principal e o valor agregado neste pelos investimentos em saúde e educação, os quais determinam a maior ou menor capacidade física para o trabalho, qualificação, etc (BRASIL, 2007).

Os ativos **sociais** abrangem as redes de reciprocidade, confiança, contatos e **acesso à informação**. Sob estes aspectos, a condição de vulnerabilidade considera a situação das pessoas a partir dos seguintes elementos: a inserção e estabilidade no mercado de trabalho; a debilidade de suas relações sociais e, por último, o grau de regularidade e de qualidade aos serviços públicos ou demais formas de proteção social (BRASIL, 2007).

Compreende-se, de acordo com o discorrido, que a vulnerabilidade social conjectura uma mescla de características, de recursos materiais ou simbólicos e de habilidades inerentes a pessoas ou grupos, podendo ser insuficientes ou inadequadas para o aproveitamento das oportunidades sociais. O desenvolvimento dessa relação irá mensurar o grau de deterioração na qualidade vida dos sujeitos (MONTEIRO, 2011).

Destarte, a redução dos níveis de vulnerabilidade social se viabiliza a partir do fortalecimento das pessoas ao acesso em bens e serviços, ampliando o universo material e simbólico, bem como as condições de mobilidade social. Um exemplo de mecanismo no fortalecimento social é dado na elaboração e realização de **políticas públicas** (MONTEIRO, 2011).

Assim, a discussão sobre o desenvolvimento da competência em informação no âmbito da vulnerabilidade social e das minorias sociais – visto que estas abrigam os grupos socialmente oprimidos (BAYLÃO, 2001) – é necessária para o suprimento às **necessidades de informação** de pessoas ou grupos socialmente vulneráveis. O processo de desenvolvimento da competência em informação na sociedade envolve, entre outras habilidades, assimilar as contínuas mudanças tecnológicas. Não se limita apenas ao uso das tecnologias disponíveis, vai além e envolve práticas de informação que influenciam nos campos pessoal, social e profissional (BRUCE, 2002).

A competência em informação é parte do processo educacional e, portanto, um dos direitos do ser humano. Em contrapartida, o documento “Educação e aprendizagem para todos: olhares dos cinco continentes” (UNESCO, 2009) aponta que a cobertura dos programas governamentais e não-governamentais continua sendo, em geral, limitada às necessidades e à demanda efetiva, marginalizando as populações rurais, indígenas e afrodescendentes, migrantes, pessoas com necessidades especiais e privadas de liberdade ao manter e aumentar a exclusão, ao invés de reduzi-la.

Um dos principais temas das agendas de discussões contemporâneas referentes à cidadania e às desigualdades sociais consiste na análise do planejamento, implementação e avaliação das estratégias que visam superar os preconceitos e promover a igualdade e inclusão social. A efetivação da cidadania tem como base o reconhecimento da sociedade como plural e diversa. Esta visão complementa as teorias democráticas tradicionais e amplia as possibilidades de viabilizar meios para a inclusão efetiva das demandas e de seus componentes (COACCI, 2015).

A competência em informação é um dos componentes de emancipação cognitiva do ser humano. Hoje, e, considerando a vulnerabilidade social, a predisposição de localizar informações, assimilá-las e incorporá-las como conhecimento adquirido, seja em âmbito profissional e/ou pessoal tem valor inestimável. A compreensão das diferenças sociais é um dos desafios da sociedade, em esfera global. Em determinados locais do mundo, pessoas morrem de fome e de doenças, enquanto em outros locais as pessoas adoecem por excesso de comida. Apesar das facilidades e amplitude que as TIC trouxeram, houve também “desequilíbrio e exclusão, construindo um conhecimento novo, que vem para despertar em cada um a busca pela mudança” (BARI, 2010, p. 349).

Na perspectiva de Gernot Wersig, as **peçoas** são **indivíduos** com déficit de conhecimento a ser preenchido e a Ciência da Informação é o campo do conhecimento responsável por intervir nessa problemática. Em suma, esse contexto atesta a responsabilidade social desta ciência perante as necessidades das demandas, cabendo ao campo o papel de mediação intermediária entre pessoas e conhecimento, além de fomentar a ambos as devidas condições de inserção no cotidiano social e, sobretudo, a inserção na sociedade pós-moderna (SANTOS; ARAÚJO, 2011).

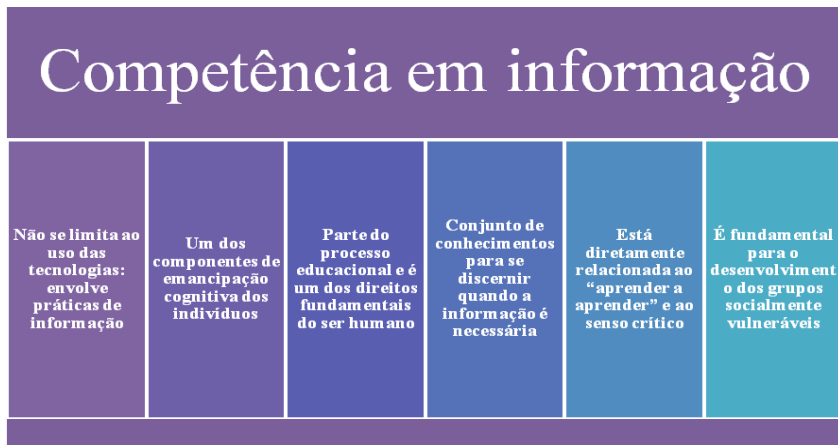
Com o surgimento de uma vasta gama de ciências interdisciplinares, frutos de novos diálogos e construções disciplinares que buscam suprir as demandas sociais, fator propulsor na construção de conhecimento na sociedade do século 21 e a Ciência da Informação considerada de natureza interdisciplinar e social, surgem estudos denotados com tal característica: a competência em informação é uma dessas áreas, se mostrando presente em variados cenários: político, educacional, tecnológico, entre outros (OTTONICAR; VALENTIM; PERES, 2016).

Sob este foco, a contemporaneidade apresenta um desafio mais amplo para a Ciência da Informação: se em princípio, a preocupação era voltada ao desenvolvimento de ferramentas e meios para a recuperação da informação nos suportes disponíveis de conhecimento, e atualmente há a necessidade de educar as pessoas, pois estas têm o direito de usufruir do conhecimento constituído pela humanidade e sistematizado pelas áreas em questão. O conceito e a aplicabilidade da competência em informação se tornam gradativamente interdisciplinares, ocorrendo uma junção de teorias, desde o campo da educação até outros campos da ciência (BARI, 2010).

No quesito educação, a competência em informação está diretamente relacionada ao “aprender a aprender” e ao senso crítico: é o agrupamento da noção e conhecimentos essenciais para se discernir quando a informação é necessária para solucionar um problema ou para a tomada de decisão, tanto quanto unir esta informação exata em terminologias e vocabulário pesquisáveis, para que, na sequência, seja possível localizar as informações de forma eficaz, recuperar, compreender, estruturar e avaliar sua pertinência e compartilhar com outras pessoas (HORTON JR., 2008).

E mais: a pessoa competente em informação sabe a maneira de se beneficiar dos conhecimentos existentes para compreendê-los e integrá-los em seus próprios conhecimentos (LAU, 2007). Nesta confluência, estamos nos referindo não a uma “mera” competência, mas a uma “metacompetência”, revestida de dimensões e de características que a tornam fundamental na sociedade. Para melhor visualização do núcleo característico da competência em informação, a figura 1 ilustra esta perspectiva.

Figura 1 – Elementos característicos da competência em informação



Fonte: dados obtidos no estudo.

Como se pode perceber na figura 1, a concepção da competência em informação se associa à premissa da educação contínua para a aquisição de informação e conhecimento. Para que ocorra o desenvolvimento desta competência nas pessoas, é necessário um aprendizado continuado. Para Silva et al. (2005), o eixo educacional é

determinante para a configuração social atual, visto que a educação para a informação deveria ser um viés de política pública para a inclusão, em qualquer âmbito ou instituição que se proponha a este tipo de iniciativa. E não somente a inclusão digital, mas também a inclusão social das pessoas e, prioritariamente, das minorias/grupos vulneráveis.

É de assinalar que a inclusão social é substancial em se tratando da superação das questões de vulnerabilidade social e informacional. Ser alfabetizado não significa ser letrado. Saber ler e escrever não é sinônimo de, por exemplo, construir um argumento plausível ou localizar um livro num catálogo, entre outras situações. À vista disso, a competência em informação possibilita às pessoas o aprendizado contínuo ao longo da vida, tornando-as capazes para encontrar, avaliar e usar as informações na tomada de decisões ou na resolução de problemas (BUZATO, 2003).

A pessoa competente em informação é potencialmente capaz de constatar quais são suas demandas informacionais, como ordená-las e pô-las em prática, incorporando-as num conjunto de conhecimentos existentes e utilizando-as na solução de problemas (SILVA et al., 2005).

Na esteira da defesa da competência em informação, Paul Zurkowski (1974) já antevia um cenário de mudanças e recomendava que se iniciasse um movimento nacional em direção à competência em informação. De acordo com as suas sugestões, os recursos informacionais deveriam ser aplicados à resolução de problemas, por meio do aprendizado de técnicas e habilidades no uso de ferramentas de acesso à informação (ZURKOWSKI, 1974).

O movimento da competência em informação iniciado nos Estados Unidos tornou-se um movimento social, percorreu e alcançou diversos países - com a criação de entidades, a realização de encontros profissionais, a implantação de programas e o desenvolvimento de pesquisas que levaram a temática a se constituir num dos assuntos mais discutidos na atualidade (CAMPELLO, 2003).

Tal movimento ocorreu em circunstâncias peculiares ao contexto norte-americano, seguido da evolução das ações educativas noutros cenários, mas que, em suma, desenvolveu-se e se desenvolve até os dias de hoje, ao redor de quatro aspectos: a sociedade da informação, as teorias educacionais, a tecnologia da informação e o profissional da informação (CAMPELLO, 2003, p. 28).

Segundo Varela (2006) a competência em informação, como movimento social, alcançou dimensões mundiais e atualmente volta-se para o aprendizado como processo contínuo de internalização de fundamentos conceituais, atitudinais, comportamentais e de habilidades

necessárias à compreensão e interação permanente com o universo informacional e sua dinâmica. Observam-se, assim, conexões encontradas entre os conceitos discutidos e uma relação possível entre a competência em informação e a vulnerabilidade social. É o que se apresenta na figura 2.

Figura 2 – A relação entre a competência em informação e a vulnerabilidade social



Fonte: dados obtidos no estudo.

A perspectiva apresentada na figura 2 corresponde ao que se considera a relação entre a competência em informação e a vulnerabilidade social. Cabe ressaltar que a competência em informação na sociedade atual é uma necessidade, porém não está disponível para todas as pessoas. Ser competente em informação vai muito além do simples manuseio dos recursos disponíveis.

Uma das noções de exclusão social e por consequência, de vulnerabilidade, vai de encontro com a competência em informação, ao passo que a exclusão social é vista como um processo em que grupos sociais/pessoas são estigmatizadas e impossibilitadas de participarem plenamente da sociedade, tendo em vista a ausência de habilidades básicas e de meios de aprendizagem ao longo da vida, também como resultado da discriminação (COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, 2003).

A próxima subseção tratará sobre o viés interdisciplinar da competência em informação, buscando justificar a importância de se estender estudos, práticas e discussões desta metacompetência.

2.1.1 Competência em informação sob o foco da interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade, igualmente como a competência em informação (VARELA, 2006), é vista como um movimento (social) contemporâneo que emerge na perspectiva do diálogo e da integração das ciências e do conhecimento, buscando romper com o caráter de hiperespecialização e com a fragmentação dos saberes. Em princípio, a interdisciplinaridade aparece como preocupação humanista, além da preocupação com as ciências (GOLDMAN, 1979). Na interdisciplinaridade, se propõe uma profunda revisão de pensamento, no sentido da intensificação do diálogo, das trocas, da integração conceitual e metodológica nos variados campos do saber.

Assim, a competência em informação alinha-se aos movimentos sociais (GOHN, 2011) e à interdisciplinaridade, que por meio de mecanismos de aprendizagem e de atores sociais reivindicam questões que tratam dos direitos humanos (acesso à informação) e da autonomia pessoal (independência e liberdade no trato com a informação).

O desenvolvimento da competência em informação vai além das bibliotecas e da biblioteconomia e/ou da Ciência da Informação e, logo, bibliotecários/profissionais da informação se constituem em agentes no apoio a outras organizações/profissionais para estabelecer e elaborar suas políticas de desenvolvimento de competência em informação, bem como seus modelos, programas e projetos. O bibliotecário/profissional da informação tem papel catalisador na perspectiva de consultor externo e amplia seu fazer profissional ao ofertar seus serviços em outros segmentos (LAU, 2007).

Do ponto de vista contemporâneo, a noção de competência em informação incorpora outras aplicabilidades (interdisciplinares), pois a informação “[...] necessita de um contexto para ser compreendida” (FREIRE; FREIRE, 2009, p. 101). Em perspectiva similar, Koltay (2011) aponta alguns exemplos:

a) habilidades em mídia – habilidades para decodificar, avaliar, analisar e produzir tanto mídias eletrônicas quanto impressas; vislumbra o relacionamento autônomo/crítico com todas as mídias;

b) habilidades visuais – aptidão para discriminar e interpretar ações visíveis, objetos e símbolos, naturais ou produzidos pelo ser humano;

c) habilidades digitais – capacidade para entender e usar a informação de uma variedade de fontes digitais, incluindo pesquisas na *internet*, o uso de hipertextos e a coleta de informações relevantes e confiáveis;

d) habilidades nas tecnologias emergentes – agilidade para se adaptar continuamente para entender, avaliar e utilizar as emergentes inovações em tecnologia da informação, tornando-a apta a tomar decisões inteligentes ao adotar as mais recentes; e

e) habilidades multiculturais: maestria para reconhecer, comparar, contrastar e apreciar similaridades e diferenças nos comportamentos culturais, crenças e valores dentro e entre culturas.

A Unesco (2013) acredita que a fusão da competência em informação com outras habilidades (interdisciplinaridade) propicia o desenvolvimento pessoal necessário para a modernidade, tendo em vista o grande volume de dados, informações e mensagens provenientes de diferentes plataformas e/ou provedores de comunicação e informação. A junção construtiva destas habilidades com a competência em informação podem ser utilizadas para conceber, em comum acordo, um conjunto de habilidades necessárias ao ambiente tecnológico. Esta integração pode viabilizar as pessoas a participação ativa na cidadania (UNESCO, 2013).

Posto isto, entende-se a **competência em informação** como uma **metacompetência interdisciplinar**: expande o escopo das habilidades tradicionais de informação (determinar as necessidades, acessar, localizar, entender, produzir e utilizar informações) para incluir a produção colaborativa e o compartilhamento de informações em ambientes reais e digitais participativos (colaborar, produzir e compartilhar). Este entendimento requer uma adaptação contínua às tecnologias disponíveis e uma compreensão do pensamento crítico e reflexão necessários para se envolver nesses espaços como produtores, colaboradores e distribuidores, conforme explana a *American Library Association* (ALA, 2016).

A metacompetência, então, trata-se de uma visão renovada e ampliada da competência em informação, sendo um conjunto abrangente de habilidades em que as pessoas são consumidoras e criadoras de informações e tem o direito de participar com êxito em espaços colaborativos. Inclui o envolvimento comportamental, afetivo, cognitivo e metacognitivo com o ecossistema da informação. Além disso, o despertar da metacognição faz da pessoa um ser consciente

quanto aos seus próprios processos de pensamento (ALA, 2016). A Unesco (2013) assevera que o desenvolvimento de **pessoas metacompetentes** é essencial para o desenvolvimento sustentável de qualquer sociedade, propiciando à pessoa, à sua comunidade e à comunidade em geral uma ampla gama de habilidades, bem como a participação e inclusão de cidadãos na aprendizagem, governança, economia e cultura.

A Declaração de Havana da *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA, 2012) é apontada como em concordância a tal premissa, apresentando 15 ações com vistas a um trabalho colaborativo e de criação de redes para o crescimento da competência em informação.

Relativo ao estudo, cabe destacar cinco ações propostas que se relacionam: a ação 4. *Procurar que a formação nesta competência seja para todos* discorre que a oferta, promoção e apoio de diferentes opções da formação em competência em informação seja realizada em âmbito de educação formal (curricular, extracurricular) e em educação não formal e contínua (profissionalização, formação cidadã, etc.), objetivando sua presença em organizações sociais, governamentais e outras, sedimentando a importância desta competência na inclusão social e nos processos de capital social (IFLA, 2012).

A ação 9. *Possibilitar espaços e momentos de formação/atualização colaborativa e interdisciplinar* salienta a importância da criação de espaços de formação presencial, à distância, mista ou virtual entre os profissionais da informação, educadores e demais profissionais vinculados as formações desta competência com a finalidade de aperfeiçoamento do fazer profissional em competência em informação, considerando aspectos inerentes (IFLA, 2012).

A ação 11. *Procurar que a formação nesta competência responda às necessidades concretas de informação, segundo as necessidades sociais de cada contexto*, busca conceber espaços de formação com base em iniciativas – modelos, programas – de competência em informação em bibliotecas, instituições de ensino ou demais organizações que formem esta competência, tendo em vista aspectos concretos do cotidiano dos cidadãos, o aumento da sua qualidade de vida ou o exercício do seu direito à informação, tais como: competência em informação e procura de emprego, igualdade entre gêneros, comunicação e socialização das pessoas por meios digitais, etc. (IFLA, 2012).

A ação 12. *Desenvolver temáticas de pesquisa de forma permanente e que fomentem o trabalho colaborativo inter e*

transdisciplinar demanda instaurar temáticas de pesquisa aplicadas que respaldem o crescimento, o desenvolvimento e a avaliação da competência em informação em diferentes contextos, considerando os vários níveis e as didáticas que se busca desenvolver para levar à prática tal formação e que se favoreça o trabalho colaborativo entre professores e educadores, docentes e pesquisadores, bibliotecários e outros profissionais da informação, e demais pessoas que possam apoiar esse processo (IFLA, 2012).

E a ação 15. *Considerar as múltiplas habilidades, promovendo o trabalho conjunto e integrado de diferentes instâncias* tem a intenção de fomentar vínculos e relações colaborativas entre organizações, áreas e demais instâncias, em panoramas diversos, níveis de ensino e âmbitos que atuem com a formação em competências relacionadas direta ou indiretamente com a informação e a sua gestão eficaz, ética e crítica; a fim de estabelecer espaços e modos de formação cuja tendência seja à integração das diferentes competências e letramentos necessários (múltiplas competências) para interagir adequadamente na sociedade da informação (IFLA, 2012).

Na prática, o viés interdisciplinar e social da competência em informação (voltada às minorias – pessoas trans) se solidifica na ação profissional conjunta à população. O próximo subitem discorrerá acerca de quatro pilares considerados fundamentais em que a competência em informação pode se aplicar às pessoas trans: na escola, em movimentos sociais, nas ONGs (Organizações não Governamentais) e na saúde, abordando a noção de *health literacy* como competência em saúde. Tais pilares são considerados essenciais à vida humana, conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH):

A PRESENTE DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do **ensino** e da **educação**, por promover o respeito a esses direitos e liberdades [...]. Artigo XXV: 1. Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, **saúde** e **bem-estar** [...]. Artigo XX: 1. Todo ser humano tem direito à **liberdade** de reunião e **associação** pacífica (ONU, 1949, grifo nosso).

A saber, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) foi aprovada em 1948 na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). O documento é a base da luta universal contra a opressão e a discriminação, defendendo a igualdade e a dignidade das pessoas e reconhecendo que os direitos humanos e as liberdades fundamentais devem ser aplicados a cada cidadão do planeta (BRASIL, 2009).

2.1.1.1 Competência em informação na escola, nas ONGs e na saúde

Os direitos humanos são os direitos essenciais a todos os seres humanos, sem que haja discriminação por raça, cor, gênero, idioma, nacionalidade ou por qualquer outro motivo (como religião e opinião política). Podem ser civis ou políticos, como o direito à vida, à igualdade perante a lei e à liberdade de expressão. Podem também ser econômicos, sociais e culturais, como o direito ao trabalho e à educação e coletivos, como o direito ao desenvolvimento. A garantia dos direitos humanos universais é feita por lei, na forma de tratados e de leis internacionais, por exemplo, e concretizada pelo direito de uso igualitário de espaços sociais, como a **escola** (BRASIL, 2009).

Segundo Peres (2009), é necessário compreender que quando uma pessoa trans chega à **escola**, muito provavelmente ela já vivenciou conflitos em eixo familiar e comunitário, estando emocionalmente frágil e sem estruturas para enfrentar os processos de estigmatização e discriminação que a escola em si – juntamente com seus estudantes, professores e demais funcionários – propicia, dada a falta de informação dessas expressões de identidade e suas particularidades.

As vulnerabilidades e hostilidades que as pessoas trans são expostas nas escolas acarretam, em larga escala, a reações violentas, impulsionando a evacuação do ambiente escolar ou a expulsão, o que contribui substancialmente para a marginalização e a prostituição como única forma de sobrevivência. A **escola**, que primordialmente deveria ser um espaço inclusivo e de acolhimento às diversidades, por vezes descaracteriza essa ideologia e passa a desempenhar outras. Converte-se em “escola-polícia”, “escola-igreja”, “escola-tribunal”, deliberadas por tecnologias atuais de poder consolidadas na padronização corpórea e na estigmatização dos prazeres individuais (PERES, 2009).

Torna-se distante, desse modo, de uma das funções educacionais: preparar as pessoas para o convívio com a pluralidade por

meio da produção de sentimentos e ações fraternais, empáticas e equitativas de direitos, valorizando o coletivo e propiciando o acesso à informação, fator primordial às pessoas na construção da cidadania (PERES, 2009).

A estigmatização e as violências em relação às expressões trans (travestis, transexuais e transgêneros) são ocorrentes tanto no espaço escolar quanto nas demais camadas sociais, fato que nos leva ao entendimento sobre a criação de culturas de resistências trans como linhas de fuga, contrapoderes ou resistências em face ao poder normatizador. Tomando como pressuposto a noção de que todas as relações estabelecidas são relações de poder e trazem consigo um contrapoder, uma resistência, entende-se que onde existe poder, existe resistência, e por isso mesmo esta nunca se sobressai em relação ao poder. Foucault (1985) entende as correlações de poder como indissociáveis aos pontos de resistência que instauram, nas relações de poder, o papel de adversário, de alvo, de apoio, de oponente. Tais pontos de resistência são presentes em toda a rede de poder (FOUCAULT, 1985; PERES, 2009).

Na rede do poder encontram-se as resistências: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; existindo somente no campo estratégico das relações de poder (FOUCAULT, 1985). Para Peres (2009) a análise do poder e dessa cultura de resistências podem ser tomados como fatores propulsores na problematização das cenas de estigmatização vividas pelas pessoas trans e do modo como respondem politicamente e constroem estratégias de luta e resistência para a defesa de seus direitos e a construção da cidadania.

Na promoção da cultura da resistência, ser competente em informação pode se converter numa poderosa estratégia de empoderamento¹, levando as pessoas trans a principiar um encontro com o poder (PERES, 2009):

O que as arranca da noite em que elas teriam
podido, e talvez sempre devido permanecer, é o

¹ Nesse sentido, principalmente, o empoderamento deve possibilitar que as relações, individuais ou coletivas, se tornem um elo entre os acontecimentos sociais e a esfera pública, em que a participação de todos possa se converter em resultados que propiciem nas melhorias dos aspectos relevantes para o contexto social (FARIAS; COSTA, 2017).

ENCONTRO COM O PODER: sem esse choque, nenhuma palavra, sem dúvida, estaria mais ali para lembrar seu fugidio trajeto. O poder que espreitava essas vidas, que as perseguiu, que prestou atenção, ainda que por um instante, em suas queixas e em seu pequeno tumulto, e que as marcou com suas garras, foi ele que suscitou as poucas palavras que disse nos restam; seja por se ter querido dirigir a ele para denunciar, queixar-se, solicitar, suplicar, seja por ele ter querido intervir e tenha, em poucas palavras, julgado e decidido. Todas essas vidas destinadas a passar por baixo de qualquer discurso e a desaparecer sem nunca terem sido faladas só puderam deixar rastros – breves, incisivos, com frequência enigmáticos – a partir do momento de seu contato instantâneo com o poder. (FOUCAULT, 2003, p. 207-208, grifo do autor).

Essa edificação da cultura de resistência, em se tratando de ambiente escolar, debruça-se no entendimento de Bento (2011) sobre o “heteroterrorismo”, o qual diz respeito ao terrorismo preponderante sofrido pelas pessoas de sexualidade e identidade de gênero *não tradicional*, seja na repreensão por trejeitos, timbre de voz ou determinado comportamento não condizente à sociedade. A escola, muitas vezes, acaba por tornar-se um espaço proliferador do “heteroterrorismo”, iniciado nas relações familiares.

O espaço escolar, desse modo, se torna tão opressor que a pessoa trans se sente deslocada daquele meio social, culminando no abandono escolar. As pessoas LGBT+², em geral, são submetidas a isolamento social, zombaria e agressões por parte de seus colegas. A prática do *bullying* escolar, na forma de apelidos, perseguições, agressões e casos de depressão profunda são alguns dos reflexos da estigmatização vivenciada (BENTO, 2011).

² O + representa os inúmeros outros grupos de minorias sexuais e de gênero que tornariam o acrônimo muito longo para uso prático. Há controvérsias quanto ao uso, porém atesta-se que muitas ONGs e estudiosos aderiram à sigla LGBT.

Disponível em:

<<http://www.urbandictionary.com/define.php?term=LGBT%2B>>. Acesso em: 15 set. 2017.

Nesse cenário, constata-se as recorrentes práticas de *bullying* homofóbico: é o tipo de *bullying* motivado pela orientação sexual ou identidade de gênero real ou percebida do oprimido. Para a Unesco (2013b), o *bullying* homofóbico é um assunto importante para a área de educação, e seu enfrentamento pode ser desafiador, especialmente em contextos em que a identidade LGBTQ+ torna-se assunto delicado ou ilegal, tendo alguns países conseguido avançar mais que outros (UNESCO, 2013b).

Entretanto, em muitos países já existem políticas e intervenções para prevenir e lidar com o *bullying* em contextos educacionais e que podem propiciar efetivas mudanças no desenvolvimento de ações de enfrentamento ao *bullying* homofóbico. Existem, ainda, boas práticas que podem ser aplicadas de modo universal, não importando o contexto (UNESCO, 2013b).

A prática do *bullying* homofóbico pode ter efeitos adversos na saúde mental e psicológica dos que sofrem, além do impacto negativo no desenvolvimento educacional. Há uma nítida associação entre *bullying* homofóbico na escola e depressão, ansiedade, perda de confiança, retração, isolamento social, sentimento de culpa e distúrbios do sono. Alunos que são alvo de *bullying* homofóbico na escola têm maior probabilidade de pensar em se automutilar – e maior probabilidade de cometer suicídio – que os jovens em geral, de acordo com a Unesco (2013b).

A educação é um dos fatores-chave no desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e aumento das oportunidades sociais. Frequentar o espaço escolar é igualmente importante para o desenvolvimento social e psicológico dos jovens. Para tanto, é importante propiciar aos estudantes um ambiente seguro e estruturado, com apoio emocional e oportunidades para interagir com seus colegas (UNESCO, 2013b).

O direito à educação foi legitimado pela primeira vez na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, e foi consagrado no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança e na Convenção da UNESCO contra a Discriminação na Educação. O direito à educação sem discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero foi concretizado nos Princípios de Yogyakarta (UNESCO, 2013b).

No Brasil, a noção da escola como ambiente de transformação social para as pessoas trans ainda é deveras utópica: o papel reformador da escola encontra-se na eliminação do preconceito, estigmatização e

patologia da sociedade com essa população. Para tal, é necessária a reeducação de professores, estabelecimento de políticas de conscientização, criação de grupos escolares de discussão sobre questões de gênero, etc. Atualmente, são poucas as medidas institucionais que visam a debater o problema e aumentar a diversidade na escola, e elas são quase em sua totalidade atitudes pontuais de professores progressistas que muitas vezes, sofrem repressões por suas atitudes (PERES, 2009).

A resignificação do espaço escolar deve consistir na promoção e efetivação de um ambiente seguro, saudável e confortável para que as pessoas trans possam receber educação de qualidade e possuir outras opções além da prostituição, constituindo uma nova mentalidade coletiva para se desestruturar os preconceitos fundamentados socialmente (PERES, 2009).

Beluzzo e Feres (2016) apontam como requisitos necessários para o contexto brasileiro a existência de espaços participativos e de intercâmbio, mediante práticas pedagógicas e informacionais baseadas na filosofia educacional equitativa; e a garantia de acesso e uso da informação para geração do conhecimento aos grupos vulneráveis, incluindo o desenvolvimento da competência em informação voltada à escola e ao desenvolvimento social. O apoio do corpo escolar é fundamental na construção da cultura de resistência para as pessoas trans, a qual vem mostrando-se como prerrogativa na busca de visibilidade dessa população. Tal construção é fruto da organização social e política, cada vez mais presente em conselhos municipais, estaduais e federais, apontando as reivindicações da população e propondo soluções para o enfrentamento dos estigmas e preconceito vividos em todo o cenário social (PERES, 2009).

Tendo em vista os aspectos apresentados até aqui sobre o papel da escola e a necessidade da “cultura de resistência” aos estigmas e preconceitos enfrentados pelas pessoas trans, percebe-se que há convergência com a **dimensão política** da competência em informação, proposta por Vitorino e Piantola (2011): compreende-se, nesta conjuntura, o homem enquanto ser social, membro de uma comunidade/sociedade, a cidadania, as relações entre homem/sociedade, a questão do Estado/governo e a emancipação de seu destino, não admitindo ser objetificado (VITORINO; PIANTOLA, 2011; DE LUCCA, 2015).

Demo (1996) ratifica esta premissa:

Em educação, Paulo Freire cunhou o termo “politicidade”, para designar que aí se trava confronto substancialmente político entre incluídos e excluídos, não se restringindo a disputa a coisas materiais, mas implicando principalmente a habilidade de conduzir com autonomia seu próprio destino. Enquanto o oprimido esperar sua libertação do opressor, não será o construtor e gestor de sua própria vida, já que oprimido não é apenas quem não tem bens materiais, é principalmente quem não é capaz de se governar. O oprimido não pode, assim, ser apenas objeto de distribuição de bens na condição de simples beneficiário, porque isto não desfaz o nó mais duro desta dinâmica: ser massa de manobra. Por isso, toda estratégia de combate à pobreza supõe que o pobre se torne sujeito crucial da alternativa. Enquanto for apenas **objeto**, está à mercê de forças políticas que não domina e, muitas vezes, sequer tem idéia delas. O conceito de “desenvolvimento como oportunidade” já acena para esta dimensão e, não por acaso, o indicador primeiro é educação. A guinada mais efetiva desta conceituação foi mudar a perspectiva de análise para **dimensões políticas**, mais do que para dimensões materiais (DEMO, 2010, p. 2, grifo nosso).

A concretização da cidadania se dá quando as pessoas estão aptas e motivadas para exercer seus direitos e deveres em conformidade à comunidade e ao Estado, participando ativamente da vida pública. Logo, existe a interação direta entre a cidadania e a política. Ao se falar de “homem político”, deve-se considerar o sentido da dimensão da competência em administrar o próprio caminho histórico, mudando a natureza, as relações sociais e com consciência pessoal: tem conhecimento das divergências e busca resoluções; não quer ser **objeto**, assume as rédeas de seu próprio destino (VITORINO; PIANTOLA, 2011, p. 106, grifo nosso).

Nesse sentido, a **dimensão política** da competência em informação (VITORINO; PIANTOLA, 2011, p. 106) refere-se ao atual crescimento das sociedades democráticas e à constante oferta de produtos informacionais, despertando nos governos de diversos países o incentivo aos programas de competência em informação para seus

cidadãos, “visando à sua participação nas decisões e nas transformações referentes à vida social, ou seja, ao exercício de sua cidadania”.

A promoção de espaços de discussões e agendas de pesquisas e estudos que possam colaborar para a promoção da saúde, dos direitos humanos e da construção da cidadania enquanto direito de participação social e política nas tomadas de decisões da sociedade como um todo das pessoas trans se alinha às outras dimensões da competência em informação: **dimensão técnica**, **dimensão ética** e **dimensão estética** (PERES, 2009; VITORINO; PIANTOLA, 2011).

Em síntese, a **dimensão técnica** diz respeito à aquisição das habilidades e dos instrumentos para encontrar, avaliar e utilizar de modo apropriado a informação de que se necessita: é o fazer da competência em informação; a **dimensão ética** é a dimensão fundante que permeia também a trajetória de vida em sociedade da pessoa, está presente nos bons costumes que preservam o bem viver dentro do contexto social; e a **dimensão estética** é a dimensão sensível, ao revelar-se como a dimensão da vida, relativa aos sentimentos e às percepções pessoais, que não pode ser explicitamente formulada pelos produtos da razão (DE LUCCA, 2015, grifo nosso).

Estas dimensões expressam faces que se unem para que tal competência seja desenvolvida plenamente: “é uma espécie de “retalho” de um patchwork complexo e colorido” em que partes são unidas com um fim: a competência em informação. Assim, o desenvolvimento de todas as dimensões é basilar: ”todas devem estar presentes em harmonia tanto na competência quanto na informação, pois juntas e em equilíbrio tendem a favorecer o desenvolvimento [...] da competência em informação [...]” (VITORINO; PIANTOLA, 2011, p. 102).

Acredita-se que o desenvolvimento da competência em informação em outros cenários, como em **ONGs** são de importante valia e surgem por meio do desenvolvimento de **habilidades** autônomas e motivacionais para a **educação**. A competência em informação, em sentido similar, tem características de surgimento por vias motivacionais. A motivação relaciona-se, nesse cenário, à autoeficácia do desenvolvimento desta competência. Nesta ótica, a motivação insere-se na teoria da autodeterminação, em que para se tornarem mais autodeterminadas e motivadas, as pessoas necessitam ser apoiadas em prol de suas ações – livrando-se da ansiedade e/ou da culpa. Se identificadas a importância interna de suas ações ou compreender os motivos de uma ação, as pessoas se sentiram motivadas a desenvolverem a competência em informação (MAYBEE; FLIERL, 2016).

A teoria da autodeterminação sugere que as atividades de motivação satisfaçam três necessidades psicológicas básicas e inter-relacionadas: autonomia, relacionamento e competência. Os ambientes/profissionais que apoiam essas necessidades psicológicas têm efeitos positivos sobre a dedicação, o engajamento e a realização das pessoas. Desenvolver ambientes de apoio e aprendizagem que facilitem às pessoas a se aproximarem do comportamento autodeterminado requer tais necessidades psicológicas pré-estabelecidas (MAYBEE; FLIERL, 2016).

A autonomia é definida como sentimento de escolha dentro de uma estrutura, em que as pessoas sentem que as ações emanam delas. O relacionamento é categorizado como um sentimento de pertença e conexão com os demais, assim como com o conteúdo do assunto. A competência é definida na compreensão do conteúdo e na capacidade de desenvolvimento das habilidades relevantes para o êxito. Em suma, as pessoas têm maior probabilidade de internalizar e captar os objetivos de aprendizagem e, portanto, se tornarem autodirigidas, motivadas e autônomas (ter o controle sobre o que fazem), com bom relacionamento (com as outras pessoas e com o conteúdo do assunto) e competentes (capazes de terem êxito) (MAYBEE; FLIERL, 2016).

Com tal característica, as ONGs podem também orientar-se por possibilitar condições para que uma população que não consegue se expressar por si e agir em sua própria defesa passe a se fortalecer e atuar com **autonomia**, afirmando seus próprios interesses e tomando decisões. Segundo Oliveira e Haddad (2001), na América Latina as ONGs são consideradas uma classe especial de organizações dedicadas ao “desenvolvimento participativo e sustentável e à construção e defesa de direitos” e “não se confundem com entidades comunitárias e de autoajuda, com centros de pesquisa, fundações e entidades filantrópicas de corte tradicional” (OLIVEIRA; HADDAD, 2001, p. 63).

Além do mais, a atividade das ONGs comporta forte viés educacional e, de certo ponto de vista, toda a sua atividade é educacional. Neste sentido, as ONGs estão educando quando fazem denúncias de exploração do trabalho infantil, mobilizam para manifestações contra o pagamento da dívida pública, distribuem informações sobre doenças sexualmente transmissíveis, debatem a proteção às mulheres pela previdência social, articulam segmentos em torno da urbanização de favelas, servem como rede de apoio às populações vulnerabilizadas socialmente, etc. (GHANEM, 2012).

A predisposição para agir em virtude do benefício dos demais cada vez mais tem se associado com interesses particulares, tal como o

aperfeiçoamento de currículo e vivência profissional dos envolvidos no trabalho voluntário. Desse modo, o terceiro setor/ONG são termos que abrangem o mundo da política, da militância, da cidadania onde se destaca o seu papel na construção de espaços públicos e na consolidação da democracia (OLIVEIRA; ROCHA-PINTO, 2010).

Em conformidade com Montaña (2002), a terminologia “terceiro setor” é construída a partir de um recorte social de três esferas: o Estado enquanto “primeiro setor”, o mercado sendo o “segundo” e a sociedade civil representada pelo “terceiro setor”. A noção de terceiro setor, na qual se encontram as ONGs, incluem as organizações privadas que perseguem fins públicos e que procuram não se restringir nem à lógica do mercado nem à do governo. Assim sendo, o terceiro setor surge na busca pela resolução do problema de dicotomia entre o público e o privado (VERGARA; FERREIRA, 2005; MONTAÑO, 2002).

Esta terminologia se expande especialmente nas décadas de 1980 e 1990, a partir da necessidade de superação da dualidade entre público e privado, assim como na equiparação da relação pública e estatal. No contexto brasileiro, as organizações de terceiro setor atuam na realização de atividades que poderiam estar subordinadas aos deveres do Estado – como educação, saúde pública e assistência social, ao mesmo tempo a funções que, teoricamente, deveriam ser responsabilidade de agentes sociais e econômicos – como oportunidades de emprego, formação e desenvolvimento profissional (FISCHER; FALCONER, 1998). Historicamente, o terceiro setor brasileiro começa a se esboçar como:

um conjunto organizacional diferenciado, no bojo do processo de redemocratização, consolidando o trabalho de inúmeros grupos formais e informais que atuavam em diversos tipos de trabalho, que iam desde a mobilização civil para assegurar direitos/ou para canalizar reivindicações, até atividades estruturadas de atendimento a necessidades específicas dos vários segmentos carentes da população. [...] seguindo múltiplas tendências ideológicas, ele já nasceu com um componente de “politização” que, praticamente substituiu o componente filantrópico do setor nos Estados Unidos (FISCHER; FALCONER, 1998, p. 14-15).

Mello e Valadão Junior (2008) inferem que as atividades relativas ao terceiro setor estão ligadas sumariamente ao trabalho voluntário, bem como àquelas com fins associativos. Em síntese, são ações que emergem da sociedade civil com o objetivo de gerar o bem comum. No Brasil, este movimento surge em vistas a uma resposta aos problemas sociais, marcado pelo aumento das desigualdades e vulnerabilidades sociais, num plano de exclusão social e da pressão social por resoluções em diversas realidades para as mais diferentes questões, ocupando espaços que eram acessíveis exclusivamente ao Estado (AZEVEDO, 2008).

Esse panorama se constitui com fundamento em alguns fatores, tais como a crescente das políticas sociais para o poder local, a articulação da sociedade civil e organizações representativas de interesses, a ascensão dos movimentos sociais institucionalizados, o investimento de organismos internacionais, entre outros, em projetos e iniciativas em prol dos menos favorecidos. As ONGs, ou o terceiro setor, ocupam um espaço do “público, porém privado”, num plano em que o bem-estar social é responsabilidade de toda a sociedade (AZEVEDO, 2008).

É necessário também distinguir o trabalho de ONGs e das entidades filantrópicas: enquanto a filantropia estaria ligada a uma ação altruísta e desprendida, as ONGs, por sua vez, teriam como proposta a promoção não da filantropia, mas do desenvolvimento social – ação tradicionalmente atribuída ao primeiro setor. Consideram-se as “verdadeiras” ONGs aquelas que auxiliam a sociedade a buscar alternativas de desenvolvimento e de superação de suas mazelas sociais. Além disso, a representação social de ONGs muitas vezes está ligada a ideias de conotação positiva como: “ajuda, sociedade, ação social, solidariedade, organização, ação prática, defesa de interesses, participação alternativa, bem-estar” (VERGARA; FERREIRA, 2005, p. 1153).

Barreto (1999, p. 2), conceituando a informação como “uma estrutura significativa com competência e intenção de gerar conhecimento no ser [...] possibilitando desenvolvimento e bem-estar”, a relaciona diretamente com o bem-estar social. Esse entendimento é visto na **dimensão estética** da competência em informação, conforme Orelo e Vitorino (2012, p. 51) argumentam: sendo o homem um ser social e vivendo em comunidade, cujas experiências vividas se dão no contato com o outro, a Estética aqui se conecta “à sensibilidade social, ou seja, se reflete na cidadania, na solidariedade, na generosidade e no bem estar do indivíduo e do coletivo”.

Compreender a relação ONGs/Estado é também relevante, visto que as ONGs estão cada vez mais envolvidas na formação de políticas públicas e vistas como mantenedoras das responsabilidades sociais que o Estado estaria abandonando. As ONGs com propósitos sedimentados na promoção dos direitos humanos e da democracia procuram contribuir para o redirecionamento e o fortalecimento em educação e saúde. Contudo, quer educando ou influenciando em outros direitos humanos, o caráter privado das ONGs as coloca no centro de grandes desafios: a realização do direito à **educação** e à **saúde** (VERGARA; FERREIRA, 2005; GHANEM, 2012).

Outro eixo que pode ser vinculado a interdisciplinaridade da competência em informação – às pessoas trans – é a noção de *health literacy*, aqui utilizada como competência em **saúde**. A Organização Mundial da Saúde (OMS) a define como o conjunto de habilidades cognitivas e sociais e a capacidade das pessoas no acesso a compreenderem e a usarem informação de forma que promovam e mantenham a boa saúde. É a capacidade para tomar decisões em saúde fundamentadas, no cotidiano – em casa, na comunidade, no local de trabalho, no mercado, na utilização do sistema de saúde e no contexto político; possibilitando o aumento do controle das pessoas sobre a sua saúde, a sua capacidade para procurar informação e para assumir responsabilidades (SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE, 2016).

A competência em saúde inclui **habilidades básicas em saúde**, que facilitam a adoção de comportamentos protetores da saúde e de prevenção da doença, bem como o autocuidado; **habilidades do doente**, para se orientar no sistema de saúde e agir como um parceiro ativo dos profissionais; **habilidades como consumidor**, para tomar decisões de saúde na seleção de bens e serviços e agir de acordo com os direitos dos consumidores, caso necessário; e as **habilidades como cidadão**, por meio de comportamentos informados como o conhecimento dos seus direitos em saúde, participação no debate de assuntos de saúde e pertença a organizações de saúde e de doentes (INSTITUTE OF MEDICINE, 2003).

Assim como a *information literacy*, o termo *health literacy* foi introduzido na década de 1970, mostrando-se de suma importância na saúde pública e aos cuidados de saúde. Preocupa-se com as capacidades interpessoais no atendimento às complexas exigências da saúde em uma sociedade moderna. A competência em saúde implica em pôr a própria saúde, a de familiares e a da comunidade em contexto, entendendo quais fatores influenciam essa dinâmica e a noção de como abordá-los. Uma pessoa com um nível adequado de competência em saúde tem a

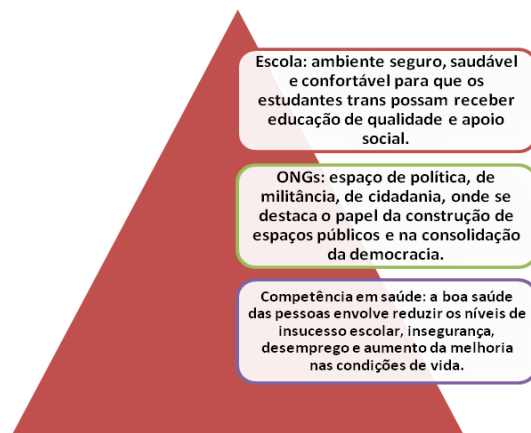
capacidade de assumir a responsabilidade pela própria saúde, bem como pela saúde familiar e pela saúde da comunidade pertencente (SORENSEN et al., 2012).

É importante distinguir a competência em saúde das competências em geral. De acordo com a Unesco durante a sua história em língua inglesa, a palavra "competente" – ou alfabetizado – deveria ser "familiarizada com a literatura" ou, em termos gerais, "bem educada, aprendida". Embora mantendo o seu significado mais amplo de ser bem informado ou educado em uma área específica, no final do século 19 também veio se referir às habilidades para ler e escrever (SORENSEN et al., 2012).

Nos últimos anos, o foco também está se ampliando para que a competência em saúde não se refira apenas à transformação individual, mas também à transformação contextual e social em termos de vínculo entre competência em saúde e crescimento econômico, mudança sociocultural e política. Logo, a competência em saúde encontra-se nos princípios da competência em informação ao ser vislumbrada como componente central de aprendizagem ao longo da vida. A **boa saúde** envolve reduzir os níveis de **insucesso escolar**, reduzir a **insegurança** e o **desemprego** e melhorar as **condições de vida**. As sociedades que permitem aos cidadãos ter um papel socialmente ativo, econômico e cultural serão mais saudáveis do que aquelas cujos cidadãos enfrentam a insegurança, a exclusão e a carência (SORENSEN et al., 2012; OMS, 2004).

À vista disso, a competência em saúde pode e deve ser uma responsabilidade compartilhada entre os diversos setores e atores sociais. Buscando sintetizar o exposto acerca dos três pilares apresentados – escola, ONGs e (a competência em) a saúde – a figura 3 aponta alguns elementos característicos da aplicabilidade interdisciplinar da competência em informação às pessoas trans:

Figura 3 – Os três pilares da interdisciplinaridade da competência em informação às pessoas trans



Fonte: dados obtidos no estudo.

Por meio da figura 3 e dos elementos apresentados, pode-se inferir que a competência em informação e dos profissionais responsáveis por cursos, programas ou ensino desta competência – em se tratando principalmente de minorias sociais e grupos vulneráveis, como as pessoas trans – converte-se de um movimento social para um movimento social interdisciplinar que pode se instaurar em novo espaço público, seja digital ou urbano, espaço este de comunicação autônoma e competente (em informação) (CASTELLS, 2013).

Diz-se isso, pois a competência em informação, como um movimento interdisciplinar e se institucionalizada nos pilares da escola, das ONGs e da saúde – e outros, pode constituir uma nova mentalidade nas comunidades abrangidas. Quando se discute sobre o desenvolvimento de comunidade, pensa-se na questão da organização de grupos sociais, motivando nessa conjuntura a consciência cultural e cognitiva, com vistas à promoção individual e identitária. É importante entender a comunidade dentro da questão das potencialidades, podendo estar no pilar do desenvolvimento ou no pilar da ignorância. Desse modo, conscientizar e mobilizar a comunidade são partes fundamentais no processo de desenvolvimento social e cognitivo (DEMO, 1996).

Nesta acepção, o envolvimento social é tão necessário para o triunfo cognitivo dos seres humanos quanto os fatores físicos; e não obstante, a condição humana vem apresentando melhorias ao longo do tempo (PINKER, 1998). Muitas iniciativas estão vinculadas a esse prisma, e os novos movimentos sociais permitem que grupos estabeleçam novas práticas sociais e possam agir em virtude de outro que teria menos capacidade de ação se o realizasse por conta própria (AZEVEDO; GASQUE, 2017).

Por conseguinte, pode-se afirmar que a competência em informação é permeada pelo conceito de participação. Segundo Demo (1996), participação é conquista ao entendimento que é um processo, infundável, em constante **vir-a-ser**, sempre se fazendo. Participação, assim, é essencialmente uma **constante**, existindo enquanto conquista processual. Não existe participação suficiente ou acabada.

Participação não pode ser compreendida como dádiva, como concessão, como algo preexistente. Como dádiva, não pode ser compreendida porque não seria algo conquistado, nem realizaria o fenômeno da autopromoção, cuja característica principal se respalda numa política social centrada nos próprios interessados; seria uma participação tutelada, vigente e fragmentada, com delimitação de espaços. Como concessão, não pode ser compreendida porque não é fenômeno residual ou subalterno da política social, mas um de seus eixos fundamentais. Como algo preexistente, não pode ser compreendida porque o espaço de participação não é o primeiro passo, ou algo que surge aleatoriamente (DEMO, 1996).

As propostas participativas, por sua vez e em muitas vezes, são canais para camuflagem de novas e sutis repressões. Iniciativas governamentais, por exemplo, são exponencialmente repressivas. Desse modo, quem crê em participação, estabelece uma disputa com o poder – um encontro com o poder (FOUCAULT, 1985), pautando-se na redução da repressão. Para realizar a participação, é preciso defrontar o poder, partir dele, e então, abrir os espaços de participação, numa edificação “[...] arduamente levantada, centímetro por centímetro, para que também não se recue nenhum centímetro” (DEMO, 1996, p. 20).

Participação, então, não é a ausência, superação ou erradicação do poder, mas outra forma de poder. Trata-se de outro modo de intervenção da realidade, sendo uma forma que passa por duas vias cruciais: pela autocrítica, que reconhece suas tendências impositivas, e pelo diálogo aberto com os interessados, superados os papéis sociais de objeto, clientela, alvo (DEMO, 1996).

No caso das minorias, a redução das desigualdades só pode ser fruto de um processo rígido de participação, que é conquista, em seu legítimo sentido de defesa de interesses contra interesses adversos. Não se deve enfeitar ou banalizar esse processo, ainda que em si não precise ser violento, porém nos casos de desigualdade extrema, incertamente se escapará da violência, visto que já está alocada no cerne processual (DEMO, 1996).

Podemos dizer que, possivelmente, a violência estrutural seja o componente deste processo mais sentido pelas pessoas trans. Minayo (1994) entende a violência estrutural como os comportamentos de estruturas organizadas e institucionalizadas (família, sistemas econômicos, culturais, políticos, etc.) que oprimem grupos, classes, nações e pessoas, sendo negadas conquistas da sociedade para esses oprimidos e tornando-os mais vulneráveis ao sofrimento e a morte. Para Boulding (1981), trata-se de modalidade de violência não-física que traz, igualmente, efeitos colaterais profundos às práticas de socialização, bem-estar, expressão pessoal/identitária e de liberdade individual.

Cabe apontar que a referida liberdade só é verdadeira quando conquistada. Bem como a participação, sendo essa a noção que fundamenta a dimensão básica da cidadania. Há, igualmente, direitos e deveres dentro do escopo da participação. E possivelmente, não esteja em nossos hábitos a participação. Muitas vezes, torna-se mais prático receber coisas dos outros, o que constata uma situação provocada por uma sociedade autoritária, na verdade (DEMO, 1996).

A ausência de desenvolvimento da competência em informação também é uma forma de autoritarismo e repressão social. Sua interdisciplinaridade, então, pode e deve tornar-se um poderoso aliado no desenvolvimento da cidadania de minorias. Para a Unesco (2016), é primordial a discussão e o entendimento da igualdade de gênero, pois diante dos avanços tecnológicos e informacionais, a competência em informação é potencialmente capaz de apoiar o desenvolvimento sustentável mundial. É necessário vislumbrar além das tecnologias, em direção a um processo mais crítico, focalizado nas pessoas (UNESCO, 2016; DUDZIAK; FERREIRA; FERRARI, 2017).

De acordo com a Unesco (2016), a interdisciplinaridade da competência em informação apresenta-se na premência do trabalho colaborativo entre educadores, profissionais de áreas correlatas, bibliotecários e especialistas em informação, jornalistas e outros profissionais de mídia, museus, arquivos e editores na garantia que todas as pessoas tenham acesso a informações confiáveis e com qualidade garantida; no incentivo à alfabetização continuada para a avaliação

crítica e reflexiva de informações e na conscientização sobre manipulações e informações de caráter duvidoso – *fake news*; bem como permitir a todos participarem da vida política e social em uma sociedade igualitária; além do estabelecimento de padrões democráticos para a competência em informação, nos currículos de todos os níveis educacionais – garantindo os não-tradicionais (UNESCO, 2016).

Entretanto, por mais que instituições compreendam o nível de autoridade representada pelas organizações internacionais e nacionais que militam nesta frente, apresentando boas intenções, não necessariamente estas alcançam as demandas sociais existentes (DUDZIAK; FERREIRA; FERRARI, 2017). Desse modo, o próximo subitem discutirá a questão do desenvolvimento da competência em informação nas minorias, em especial às pessoas trans e as questões que rondam este cenário.

2.1.2 O desenvolvimento da competência em informação nas minorias

Antes de alcançar a compreensão sobre o desenvolvimento da competência em informação nas pessoas, em se tratando singularmente das minorias, é necessário destacar alguns pontos sobre a construção da identidade na sociedade contemporânea. Castells (2006) entende por identidade a fonte de significado e conhecimento de um povo. Nessa lógica, não existe povo sem nomes, idiomas ou culturas no sentido que alguma forma distintiva entre o eu e o outro, nós e eles, não seja disposta. O autoconhecimento, como uma construção constante, nunca está completamente dissociado da necessidade de ser conhecido, de modos delimitados, pelos demais (CALHOUN, 1994).

Em relação aos atores sociais, a identidade é entendida por meio do processo de construção de significado assentado num atributo cultural, ou ainda um conjunto de características inter-relacionadas, prevalecendo sobre demais fontes de significado. Para determinada pessoa ou ainda um ator coletivo, pode se apresentar múltiplas identidades (CASTELLS, 2006).

Entretanto, essa multiplicidade identitária é fonte de tensão e contradição tanto na autorrepresentação quanto na ação social. Isso se deve ao fato do estabelecimento necessário na distinção entre a identidade e o que a perspectiva sociológica tem chamado de papéis e conjuntos de papéis. Os papéis são determinados por normas estruturadas pelas instituições e organizações sociais, como por exemplo, ser trabalhador, vizinho, militante, estudante de alguma

ciência, frequentador de determinada igreja e fumante, simultaneamente. Já as identidades são fontes de significado para os próprios atores, oriundas deles e edificadas por meio de um processo de individuação (CASTELLS, 2006).

Em outros termos, pode-se dizer que identidades organizam significados, e papéis organizam funções. O significado é a identificação simbólica de um ator social da finalidade da ação praticada por este e para a maioria destes, na sociedade em rede, o significado se organiza em torno de uma identidade inicial (uma identidade que designa as demais) auto-sustentável ao longo do tempo e espaço. Na perspectiva sociológica, toda e qualquer identidade é construída, segundo Castells (2006).

Entretanto, o cerne da questão identitária se refere a como, a partir de quê, por quem, e qual o intuito desse acontecimento. Considerando que a edificação identitária se vale de recursos históricos, geográficos, biológicos, coletivos e individuais, pelos aparatos de poder e religiosos, esses recursos são subsequentemente processados pelas pessoas, grupos sociais e sociedades, que realinham seu significado em detrimento de tendências sociais e projetos culturais intrínsecos à sua estrutura social, assim como em sua visão de espaço/tempo (CASTELLS, 2006).

Visto que a edificação social identitária sempre ocorre num contexto pautado por relações de poder, Castells (2006) apresenta três formas e origens de edificações identitárias: a **identidade legitimadora**, a **identidade de resistência** e a **identidade de projeto**. A **identidade legitimadora** é difundida pelas instituições dominantes da sociedade visando à expansão e racionalização autoritarista para com os atores sociais. Como resultado, a identidade legitimadora resulta em uma sociedade civil, incluindo um conjunto de organizações e instituições *comandantes* dos atores sociais estruturados e organizados, que, ainda de forma conflitante, reproduzem a identidade que racionaliza as fontes de dominação estrutural. Curiosamente, esta é a concepção original de sociedade civil, cuja composição inclui certos “aparatos”, como igrejas, sindicatos, partidos, cooperativas, entidades cívicas, entre outras, que por um lado, estendem a dinâmica estatal e, por outro, estão imersamente enraizadas entre as pessoas (CASTELLS, 2006, p. 25).

É essa dualidade da sociedade civil que a constitui num terreno fértil de transformações políticas, juntamente pela continuidade da relação entre as instituições da sociedade civil e os aparatos de poder de Estado, constituídos em vistas de uma identidade semelhante (cidadania, democracia, politização da transformação social, restrição do poder ao

Estado e às suas ramificações, etc.). Assim, possivelmente onde há democracia e civilidade, há dominação camuflada e legitimação de identidade imposta, padronizadora e homogênea (CASTELLS, 2006, p. 25).

O segundo tipo de edificação identitária, a **identidade destinada à resistência**, é elaborado por aqueles que se encontram em posições/condições desvalorizadas, estigmatizadas pelo sistema de dominação, construindo culturas de resistência e sobrevivência com base em princípios distintos ou opostos dos prescritos pelas instituições sociais. Na identidade destinada à resistência, observa-se a formação de comunidades e é possivelmente o tipo mais importante de edificação identitária em plano social. Ademais, ele origina

[...] formas de resistência coletiva diante de uma opressão, que, do contrário, não seria suportável, em geral com base em identidades, que, aparentemente, foram definidas com clareza pela história, geografia ou biologia, facilitando assim a “essencialização” dos limites da resistência. Por exemplo, [...] o fundamentalismo religioso, as comunidades territoriais, a auto-afirmação nacionalista ou mesmo o orgulho de denegrir-se a si próprio, invertendo os termos do discurso opressivo (como na cultura das “bichas loucas” de algumas das tendências do movimento *gay*), são todas manifestações do que denomino **exclusão dos que excluem pelos excluídos**, ou seja, a construção de uma identidade defensiva nos termos das instituições/ideologias dominantes, revertendo o julgamento de valores e, ao mesmo tempo, reforçando os limites da resistência. Nesse caso, surge uma questão quanto à comunicabilidade recíproca entre essas identidades excluídas/excludentes. A resposta a essa questão, que somente pode ser empírica e histórica, determina se as sociedades permanecem como tais ou fragmentam-se em uma constelação de tribos, por vezes renomeadas eufemisticamente de comunidades (CASTELLS, 2006, p. 25-26, grifo do autor).

Já a **identidade de projeto** ocorre no momento em que as pessoas, atores sociais, valendo-se de qualquer material cultural disponível, edificam uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade, e ao executá-lo, de buscar a transformação da conjuntura social que lhes cerca. Como exemplo, cita-se o feminismo que se contrapõe às resistências de identidade e dos direitos da mulher para com a estrutura autoritária socialmente prevalecente (CASTELLS, 2006).

Neste cenário, a edificação da identidade consiste em um projeto de vida diferente, hipoteticamente respaldado em uma identidade oprimida, porém expandindo-se na transmutação social como extensão desse projeto de identidade, tal como o exemplo citado anteriormente (CASTELLS, 2006).

Em relação às **identidades minoritárias**, a ONU as classifica como grupos socialmente vulneráveis compostos por “mulheres, crianças, pessoas com deficiências, pessoas idosas, **minorias**, refugiados, populações indígenas, pessoas em extrema pobreza [...] ou pessoas com HIV/AIDS” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2002, p. 4-5, grifo nosso). Minorias estas em que se incluem as pessoas trans.

Para Cabral (2005), o termo minoria exprime um sentido de inferioridade quantitativa e está em oposição à noção de maioria. É uma noção relevante para o modelo clássico de democracia. Neste sistema, é apontado que se prevalece à vontade da maioria, porém isso consiste somente para uma justificativa quantitativa. Em plano qualitativo, a democracia “[...] é um regime de minorias, porque só no processo democrático a minoria pode se fazer ouvir. Minoria é, aqui, uma voz qualitativa” (CABRAL, 2005, p. 1).

Assim, a ideia contemporânea de minoria relaciona-se à perspectiva de ação ou intervenção nas medidas decisórias do “[...] poder àqueles setores sociais ou frações de classe comprometidas com as diversas modalidades de luta assumidas pela questão social”. São consideradas minorias os negros, as pessoas LGBTQ+, as mulheres, os povos indígenas, os ambientalistas, entre outros (CABRAL, 2005, p. 1). Cabral (2005) aponta as características básicas de uma minoria, as quais podem ser visualizadas na figura 4.

Figura 4 – Características básicas de uma minoria

<p>Vulnerabilidade jurídico-social – O grupo dito minoritário não é institucionalizado pelas regras do ordenamento jurídico-social vigente. Por isso, pode ser considerado “vulnerável”, diante da legitimidade institucional e diante das políticas públicas. Donde sua luta por uma voz, isto é, pelo reconhecimento societário de seu discurso.</p>
<p>Identidade <i>in statu nascendi</i> – Do ponto de vista de sua identificação social, a minoria apresenta-se sempre <i>in statu nascendi</i>, isto é, na condição de uma entidade em formação que se alimenta da força e do ânimo dos estados nascentes. Mesmo quando já existe há muito tempo, a minoria vive desse eterno recomeço. Por exemplo, nos Estados Unidos os negros já puderam ser caracterizados como minoria, mas resta determinar o seu status atual na luta contra-hegemônica.</p>
<p>Luta contra-hegemônica – Uma minoria luta pela redução do poder hegemônico, mas em princípio sem objetivo de tomada do poder pelas armas. Nas democracias ocidentais, a mídia é um dos principais “territórios” dessa luta. Há até mesmo o risco de que as ações minoritárias possam ser empreendidas apenas em virtude de sua repercussão midiática, o que de algum modo esvaziaria a possível ação no nível das instituições da sociedade global.</p>
<p>Estratégias discursivas – Estratégias de discurso e de ações demonstrativas (passeatas, invasões episódicas, gestos simbólicos, manifestos, revistas, jornais, programas de televisão, campanhas pela internet) são os principais recursos de luta atualmente.</p>

Fonte: Cabral (2005, p. 2).

Consoante ao exposto na figura 4, as minorias têm relação direta com a vulnerabilidade, no sentido de serem “abstraídas” por vezes pelas instâncias estatais, e com a opressão, por não ser pertencente a dado grupo hegemônico; sendo assim, são componentes de um grupo socialmente oprimido, parte de uma minoria. Baylão (2001) define a opressão como uma relação que descreve a interação entre dois sujeitos, dos quais um é o oprimido e o outro é o opressor. Trata-se, então, de uma relação condicionada por uma estrutura social que existe factualmente num determinado local e num dado momento, e assim, emergem os grupos que se encontram em situação de subordinação, os denominados grupos socialmente oprimidos.

Os **grupos socialmente oprimidos** podem ser divididos em dois grandes grupos: as **classes sociais subordinadas** e as **minorias**. Essa divisão leva em conta a medida do envolvimento destes grupos com a totalidade do sistema social, quer dizer, o grau de importância deles para a caracterização e manutenção das estruturas mais densas

daquela formação social em particular. Para os propósitos deste estudo, nos interessa tratar da conceituação e da ênfase do grupo minoria, mais adequado às pessoas trans. As minorias abrigam os grupos socialmente oprimidos, fazendo parte da relação oprimido/opressor, surgindo a partir da distinção das classes sociais subordinadas nas sociedades modernas (BAYLÃO, 2001).

Por esse ângulo, o conceito de minoria, aqui, não revela uma relação numérica entre o número de elementos de grupos de uma dada sociedade; pelo contrário, em muitas vezes os grupos considerados minoritários poderão constituir-se numa maioria numérica. Esta noção baseia-se, no caso, nas relações de violência econômica, simbólica e material que se constituem, na história, entre dois grupos, relações estas que determinarão a opressão de um grupo por outro (BAYLÃO, 2001).

Os termos “maioria” e “minorias” descrevem, em última instância, a situação de distribuição desigual de poder político entre grupos sociais distintos coexistentes de uma mesma unidade política – um país ou parte deste. Nomeadamente, uma minoria é um grupo que, dentro de determinada conjuntura social, se difere de outro grupo por diferenças de língua, costumes, organização social, etnia, sexo, religião, etc. (podendo ser um ou uma combinação de tais fatores) (BAYLÃO, 2001).

Esta distinção é causada, por variantes em cada caso, de sua posição subordinada dentro de uma estrutura de poder que produz sempre o mesmo efeito: a sua exclusão, total ou parcial, da participação na vida social, a sua exploração econômica pelo grupo opressor e o fato de ser alvo de preconceito e discriminação.

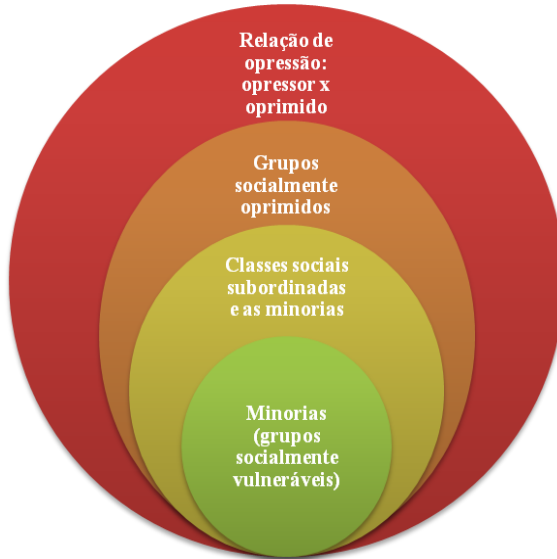
Acrescenta-se ao termo mais geral, minoria, um adjetivo correspondente a distinção original e têm-se então as minorias éticas, religiosas, de gênero, raciais, entre outras. Outras características gerais definidoras de uma minoria se apresentam no tratamento ou *status* diferenciado, imposto pelo grupo dominante, e a imposição de limites – inclusivos, exclusivos ou ambos – que mantêm o grupo separado dos demais, de acordo com Baylão (2001).

Dentro das **minorias**, encontram-se os **grupos socialmente vulneráveis**. Os grupos socialmente vulneráveis sofrem os efeitos de relações de violência estabelecidos a partir do momento em que certa característica, partilhada por seus membros, é tomada como negativa pelo grupo opositor. O grupo dominante naquela relação, a partir de uma posição fática inicial de força, retira efeitos práticos – a feição de seus interesses próprios – de sua construção ideológica, dado que esta se dá

em nível simbólico e procura ocultar a experiência concreta da dominação (BAYLÃO, 2001).

Para melhor compreensão entre a relação de opressão até as minorias, a figura 5 representa a camada envolvente das minorias

Figura 5 – A relação de subordinação das minorias na sociedade



Fonte: Adaptado de Baylão (2001).

Corroborando com a percepção da ONU (2002) e de Cabral (2005), para Baylão (2001) os grupos socialmente vulneráveis podem ser classificados por meio das minorias de gênero, dos LGBT+ e de outros grupos estigmatizados socialmente.

Dito isto, de que forma a **Ciência da Informação** e a **competência em informação** se inserem na edificação de identidades e na cultura de resistência para o desenvolvimento de tal competência nas pessoas? De que modo estas podem dialogar com e inferir na vida e no protagonismo social e inclusão das minorias?.

2.1.2.1 Ciência da Informação, necessidades de informação e competência em informação às minorias: diálogos possíveis

Para González de Gomez (2004, p. 61), a **Ciência da Informação** é uma “disciplina que estuda fenômenos, processos, construções, sistemas, redes e artefatos de informação, [...] sendo esta definida como [...] ações de informação, que remetem seus atores aos contextos onde estas ocorrem”. Além do mais, a CI é considerada uma ciência social, de caráter interdisciplinar e pós-moderna. É uma ciência social, pois tem a preocupação de elucidar um problema social recorrente, o da informação, e volta-se ao ser social que busca pela informação (LE COADIC, 1996).

Logo, insere-se no campo das ciências sociais (das ciências do homem e da sociedade), que são o meio principal de acesso ao discernimento do social e do cultural. A pesquisa em CI, orientada, como devolutiva de uma necessidade social, surgiu em função dessa necessidade e foi guiada por ela. Devido à prática de organização, torna-se uma ciência social rigorosa, sob o efeito de uma ascendente demanda social, de novos objetivos sociais e de avanços econômicos significativos (LE COADIC, 1996).

Os estudos científicos realizados *a priori* por pesquisadores de outras áreas e profissões, como os de psicologia, sociologia, economia e informática contribuiriam demasiadamente para essa cientifização, isto é, foi a partir da aproximação junto ao “terceiro ramo” das ciências sociais, aos enfoques microsociológicos e interpretativos, que a CI conhece uma reformulação mais profunda de seus pressupostos, modificando, sobretudo, a noção de “informação” (LE COADIC, 1996; ARAÚJO, 2004).

É considerada uma **ciência interdisciplinar** em detrimento da problemática que trata, a informação, tendo de recorrer a várias disciplinas para solucionar tal problemática. A interdisciplinaridade, então, é vista como uma colaboração interativa e recíproca entre diversas disciplinas, surtindo um enriquecimento mútuo, e a CI é uma dessas interdisciplinas, sendo um campo de conhecimento em que colaboram entre si, sobretudo, a psicologia, a linguística, a sociologia, a informática, a matemática, a lógica, a estatística, a eletrônica, a economia, o direito, a filosofia, a política e as telecomunicações (LE COADIC, 1996).

Como ciência pós-moderna, surge na busca pela sua consolidação como uma disciplina nos moldes das disciplinas científicas resultantes do processo construtivo da ciência moderna. Assim, desde o

seu princípio, a CI buscava constituir-se nos moldes da “ciência pós-moderna”. A “ciência pós-moderna” é vista como o movimento de mudança de paradigma científico, dado pela superação do modelo de racionalidade cartesiana, de separação do sujeito e do objeto, a busca da ordem, a distinção dos elementos constituintes da realidade, movimento motivado pelas crises geradas com a evolução e a aplicação do conhecimento científico, como as guerras, os regimes totalitários, a exclusão informacional, o reforço das desigualdades socioeconômicas e a sofisticação dos instrumentos de dominação. Na CI, a característica mais saliente que a define como uma ciência pós-moderna é a aceitação de sua natureza interdisciplinar em essência (ARAÚJO, 2004; SANTOS, 1996).

Sendo a CI uma ciência pós-moderna presente numa sociedade igualmente pós-moderna em que se considera a informação como sinônimo de poder, dado que a “[...] posse de informações sempre foi elemento determinante do poder, a ser usada em suas várias manifestações” (SILVEIRA, 2000, p. 85), o uso da informação é determinante para o nivelamento de poder identitário na sociedade.

Conforme Le Coadic (1996) apresenta, usar a informação é trabalhar com a matéria informação para se obter um efeito satisfatório em detrimento de uma **necessidade de informação**. O discernimento da necessidade de informação sustenta a compreensão dos motivos pelos quais as pessoas se envolvem num processo de busca informacional. A necessidade de informação é produto originário da vida social, advindo da exigência de saber, de comunicação, se distinguindo das necessidades físicas que se originam de ordens naturais, como comer, dormir, etc.

Assim, Le Coadic (1996, p. 40) indaga: “o que leva uma pessoa a procurar informação?”, e considera duas grandes classes de necessidades de informação, oriundas de necessidades fundamentais: a necessidade de informação em função do conhecimento e a necessidade de informação em função da ação.

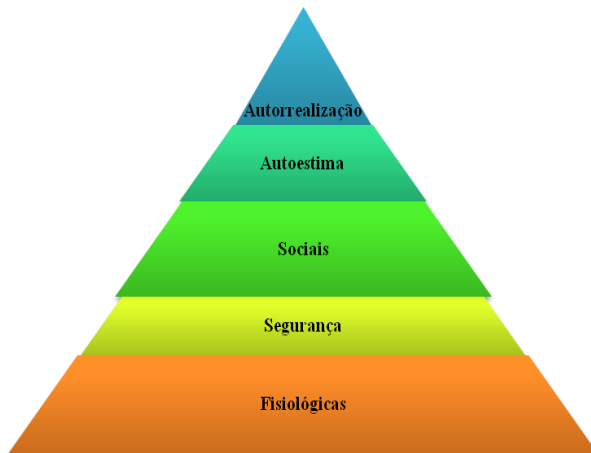
A necessidade de informação em função do conhecimento advém da necessidade do desejo de saber, da paixão, da pulsão de conhecer, respondendo diretamente à questão da origem que é, ela mesma, uma feição da questão do sentido. Surge a partir da dúvida e na ânsia de dominar o sentido, na libertação da angústia do não-sentido original. Convém destacar que essa aptidão não é repartida igualmente, restando então à comunicação informal dos meios de conhecimento disponíveis e à comunicação interpessoal, definida pelas estruturas sociais, igualmente desiguais (LE COADIC, 1996).

Já a necessidade de informação em função da ação é originária das necessidades materiais em detrimento das atividades humanas, profissionais e pessoais, seja ao trabalhar, locomover-se, comer, dormir, etc. A informação torna-se o meio – diga-se a condição necessária – no processo de efetivar uma ação com um objetivo. A obtenção da informação pode se realizar por meios formais, como bibliotecas ou unidades de informação, ou por meios informais, como a pesquisa *online* (LE COADIC, 1996).

Pode-se dizer que a necessidade de informação, assim como as demais necessidades e demandas humanas são oriundas da motivação, de um estado interno do ser em busca da satisfação da necessidade (lacuna, deficiência). Nesta acepção, cita-se a Teoria da Motivação de Abraham Maslow (1970), cujo propósito consistia na reflexão e explicação do comportamento humano. O comportamento, então, seria motivado por necessidades denominadas fundamentais, sendo baseadas em duas vertentes: deficiência e crescimento. As necessidades de deficiência seriam as fisiológicas, as de segurança, de afeto e as de estima, e as necessidades de crescimento são as relacionadas ao autodesenvolvimento e autorrealização das pessoas (MASLOW, 1970; MARON, 2015).

Para Maslow (1970), as pessoas têm necessidades específicas em momentos específicos. Logo, a dinâmica da satisfação antepõe à necessidade mais latente. Depois de suprida, essa necessidade deixará de ser motivadora para dar lugar à outra necessidade premente e assim, continuamente. A hierarquia de necessidades pode ser vista como uma pirâmide, conforme a figura 6.

Figura 6 – Hierarquia de necessidades de Maslow (1970)



Fonte: Adaptado de Maron (2015).

A saber: as necessidades **fisiológicas** se relacionam aos ativos básicos de sobrevivência, como alimentação, repouso, desejo sexual, moradia, etc. Quando há insatisfação nas demais necessidades, as fisiológicas exercem maior pressão na pessoa. As necessidades de **segurança** se configuram na premência de se sentir seguro e livre de ameaças, perigos, doenças, desemprego, incertezas, etc. Se insatisfeitas tais necessidades, a pessoa entra em estado emergencial para buscar satisfazê-las. As necessidades **sociais** são oriundas da necessidade de pertença a um grupo social, de trocas afetivas, de associação, de participação. Caso estejam insatisfeitas, acarretam na solidão e na hostilidade para com os demais. As necessidades de **estima** são relativas ao *status* e ao modo pelo que a pessoa se vê, sua autoconfiança, independência e autonomia. Se malsatisfeitos, podem produzir sentimentos de inferioridade e fraqueza. Já a necessidade de **autorrealização** é aquela de caráter interior, em que a pessoa sente ao atingir seu mais elevado potencial. É concernente à máxima amplitude das aptidões e capacidades, ou seja, ser mais do que é, ser tudo o que se pode ser, alcançar o ápice (MARON, 2015).

A funcionalidade da teoria das necessidades de Maslow (1970) se dá por etapas, no sentido que quando uma necessidade de nível baixo é alcançada, ela deixa de ser foco, cedendo espaço para o nível seguinte, mais elevado, se desenvolver. Ademais, nem todas as pessoas precisam

atingir o nível da pirâmide, em função da realização das necessidades em diferentes níveis e da subjetividade e particularidade humana. Toda a manifestação de necessidade vai de encontro com o nível de satisfação ou insatisfação de outras necessidades, visto que toda pessoa possui mais de uma motivação. Quando motivado, o comportamento percorre um canal pelo qual necessidades diversas podem ser manifestadas (MASLOW, 1970; MARON, 2015).

Davidoff (2001) vislumbra toda a motivação humana como social, partindo dos impulsos primários relativos à nossa fisiologia. Posto isto, utiliza-se a noção de motivação social cujo motivo primordial faz-se no contato com outras pessoas, sendo, em grande parte das vezes, motivos em prol de pertença a um nicho social e de acolhimento.

Já a motivação da realização surge pela necessidade de buscar a excelência, atingir objetivos, metas, de ser bem-sucedido na realização de atividades, de ser competente, dado o atual cenário de incentivo/competição social. A motivação da realização é categorizada num modelo de incentivo, atrelado à cognição e emoções, levando ao conceito de motivação cognitiva (MARON, 2015).

É justamente neste contexto de realização e cognição que a competência em informação se insere, em particular às minorias, no sentido de desenvolver as aptidões e habilidades necessárias para se chegar então à competência e assim, transpassar a condição de vulnerabilidade social predominante. Para Vitorino (2016, p. 388), o desenvolvimento dessa competência nas pessoas é um dos meios para “[...] minimizar as desigualdades sociais e oportunizar o acesso e uso adequado da informação, promovendo oportunidades semelhantes às comunidades”.

De forma geral, o desenvolvimento da **competência em informação** diz respeito a uma competência que pode ser desenvolvida em toda e qualquer pessoa/identidade: crianças, adultos, profissionais, desabrigados, analfabetos, etc., e corresponde à capacidade cognitiva de cada ser; destarte, apresenta-se de modo diferente nas pessoas, e precisa ser instigada conforme as particularidades de cada um (DE LUCCA, 2015).

Para a Unesco (2013), o desenvolvimento da competência em informação é visto como aspecto dos direitos humanos intimamente relativo ao direito à educação. Recentemente, conceitos compostos e novos aspectos sobre competência evoluíram como resposta à mudança sociopolítica, aos padrões econômicos e tecnológicos, bem como às novas demandas e desafios dos tempos atuais, especialmente na sociedade em geral.

Os desenvolvimentos sociais, culturais e tecnológicos da contemporaneidade impulsionaram a criação de novas sinergias entre diferentes tipos de habilidades. Por conseguinte, os aspectos da competência relacionados a outros direitos fundamentais e ao desenvolvimento social, como a liberdade de expressão e o acesso à informação, conforme estabelecido no artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (NAÇÕES UNIDAS, 1948), tornam-se igualmente importantes para a educação, emprego, inclusão social, participação, economia e política (UNESCO, 2013).

A Década das Nações Unidas para a Alfabetização (*The United Nations Literacy Decade 2003-2012*) finalizou com a necessidade de uma revisão completa acerca de seus preceitos, enfatizando a importância das pessoas, devidamente instruídas, trabalharem em seus próprios contextos sociais e que possam usar a competência para propiciar mudanças sociais. Reconheceu-se que a competência se constitui com a aquisição de múltiplas habilidades (UNESCO, 2013).

Além disso, a Década enfatizou que todas as pessoas, incumbidas em seus papéis cidadãos devem se envolver em práticas orais, escritas e virtuais/digitais e é imprescindível a aprendizagem em todas as etapas de suas vidas. Assim, a competência deve se tornar mais situacional, plural e dinâmica. É necessária uma abordagem teórica e conceitual mais holística, principalmente em virtude dos contextos sociais, culturais, tecnológicos, econômicos e políticos e tais contextos impulsionam às pessoas desenvolverem competência em informação (UNESCO, 2013).

Entretanto, ser competente – independente do “gênero” da competência – não é mais binário: dificilmente pode-se afirmar que uma pessoa não possui competência alguma ou é totalmente competente. Ao invés disso, é importante considerar: cada pessoa desenvolve suas habilidades de acordo com sua compreensão, demonstrando diferentes níveis e usos da competência em informação conforme os ambientes frequentados, suas necessidades e recursos disponíveis (UNESCO, 2013).

Apesar do visível progresso para a melhoria dos níveis de competência em informação nos últimos anos, ainda existem lacunas e serem preenchidas em muitos países, no concernente ao desenvolvimento das capacidades cidadãs para o pensar crítico e criativo, para gerenciar recursos efetivamente, para participar igualmente e contribuir para as sociedades do século 21. Em geral, essa lacuna é denotada especialmente entre os grupos sociais vulneráveis (UNESCO, 2013).

Por conseguinte, diversos setores da sociedade questionam sobre o futuro da humanidade e quais as habilidades necessárias a se desenvolver para viver na sociedade pós-moderna. De acordo com a Unesco (2013), há uma gama de respostas para estas questões, partindo da premissa que a informação e o conhecimento são fatores críticos para a sobrevivência e a realização dos seres humanos e na garantia do desenvolvimento sustentável.

Desde o início da civilização, em todas as áreas da atividade humana, o acesso à informação, criação e aplicação de novos conhecimentos e sua comunicação para outros contribuíram para a evolução das sociedades e para o bem-estar socioeconômico das pessoas. O conhecimento sobre fazeres e o trabalho colaborativo tem sido considerado a "riqueza" mais preciosa que os humanos possuem. A criação e o compartilhamento de conhecimento, muito possivelmente, continuará a desempenhar papel central em numerosos contextos sociais, seja no crescimento econômico, no desenvolvimento societário, no enriquecimento cultural ou na política de capacitação e consolidação de sistemas democráticos, entre outros (UNESCO, 2013).

Atualmente, as informações e os meios de comunicação, como a *internet*, são pré-requisitos integrantes para o envolvimento no debate democrático, auxiliando na construção de comunidades, ao estimular a inovação e propor parcerias com outras. A informação agora se torna acessível em qualquer lugar, podendo ser concebida por qualquer pessoa como conteúdo gerado e compartilhado, a qualquer momento, para todo o mundo (UNESCO, 2013).

Todavia, faz-se necessário que os cidadãos compreendam como a informação e os conteúdos podem ser acessados, como esses conteúdos se originam, como são criados, financiados, protegidos, avaliados e compartilhados. Esses mesmos cidadãos precisam conhecer as funções, os papéis, os direitos e obrigações das instituições de informação e mídia na sociedade, as potenciais oportunidades, desafios e o potencial abuso recorrente com populações minoritárias específicas, como idosos ou mulheres – e/ou qualquer pessoa em geral (UNESCO, 2013).

Dentro deste entendimento, o *Manifesto de Florianópolis sobre a Competência em Informação e as populações vulneráveis e minorias* foi proposto no XV CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (XV CBBDD) justamente nesse contexto, ao apontar tal competência como fator crítico e inerente ao desenvolvimento social, cultural e econômico em território brasileiro na contemporaneidade,

merecendo atenção especial no concernente à mobilização da sociedade civil e dos órgãos governamentais para a sua inclusão às ações de democracia e exercício pleno da cidadania (MANIFESTO..., 2013).

Acredita-se que o país necessita imediatamente reavaliar suas políticas direcionadas às populações vulneráveis/minorias, compreendidas como aqueles que se encontram em situações de discriminação, intolerância e fragilidade e que estão em desigualdade e desvantagem na sociedade atual, especialmente no que tange às questões que envolvem o acesso e uso da informação para a construção de conhecimento, identidade e autonomia com fins em sua efetiva inclusão social (MANIFESTO..., 2013).

A competência em informação deve ser assimilada como um direito fundamental da pessoa humana, intrínseco ao seu próprio ser e vital à sua sobrevivência. É preciso criar discussões, ações e programas/iniciativas que validem essas afirmações, inserindo a referida competência neste cenário, de modo a suscitar efetividade em prol da consciência e dos direitos cidadãos (MANIFESTO..., 2013).

Por conseguinte, se pensarmos que a cidadania é também uma construção educacional/contínua e nessa construção o acesso à informação e ao saber são instrumentos de crescimento econômicos e sociais (DEMO, 1996), podemos vincular a relevância das diversas profissões atreladas à educação, o papel destas para a cidadania, e nesta perspectiva, insere-se a missão profissional do bibliotecário como necessário para os grupos vulneráveis/minorias, enfatizando aqui as pessoas trans. A subseção posterior trará a reflexão sobre estes temas.

2.1.3 A missão profissional do bibliotecário voltado às pessoas trans

Na contemporaneidade, as ressignificações sociais, políticas e econômicas que estão ocorrendo vêm ocasionando quebras de paradigma comportamentais, modificando as relações sociais em micro e macro esfera e consigo mesmo. Visto que essas mudanças por vezes são imperceptíveis aos envolvidos nesta dinâmica, há ocasionalmente benefícios e malefícios.

E mais: as mudanças contínuas se fomentam em possíveis conquistas de novas formas de poder, em que o “domínio” cognitivo em certa demanda pode torná-la incentivadora e mediadora na transformação de realidades social, direcionando, “por exemplo, proporcionar o acesso e o uso da informação de forma consciente”, impulsionando os outros “na conquista de seu espaço social, retirando-

os da categoria de meros espectadores da realidade dos fatos” (FARIAS; COSTA, 2017, p. 2).

Visto que o padrão social da contemporaneidade é predominantemente excludente e cada vez mais se prolifera as desigualdades sociais, econômicas, culturais e informacionais, as bibliotecas e demais unidades de informação são vistas como instituições protagonistas da educação e do acesso livre à informação, contribuindo para a diminuição da exclusão social (UNESCO, 2016b).

Quanto aos bibliotecários, um de seus desafios na contemporaneidade é relativo ao papel que ele deve incorporar como agente transformador em relação à disseminação da informação, em larga escala e para demanda diversificada (PIRES, 2012). Seu fazer profissional torna-se diversificado com novas rotinas incorporadas às suas funções. Para Cunha (2003, p. 2), “isto significa entender os novos papéis que surgem, as novas necessidades de informação e as novas formas de responder a estas necessidades criando novos métodos e formas de trabalho”.

O apoio cognitivo – dentre outros – às pessoas trans, em especial na infância e na adolescência é vital para prevenir situações de vulnerabilidade e risco, especialmente na desconstrução dos estigmas sociais, no auxílio colaborativo de projetos de vida, num cenário onde a emancipação, o respeito à individualidade e os direitos sociais possam ser restaurados na vivência (SILVA; BEZERRA, QUEIROZ, 2015).

De acordo com Amendola, Oliveira e Alvarenga (2011), o apoio social apresenta-se como processo empático, o qual diz respeito a toda e qualquer informação ou auxílio vindo de terceiros, especificamente as pessoas ou grupos com os quais existe contato regular, produzindo efeito positivo para ambas as partes. Tal apoio se refere em contar com alguém em circunstâncias difíceis para receber amparo material, emocional ou afetivo, bem como se sentir valorizado nos grupos sociais no qual está inserido. Para Costa e Dell’Aglia (2009), o apoio pode ser classificado como: emocional e afetivo, se referindo à qualidade e à sustentação dos laços, constatado nas manifestações de amor, de afeto e de confiança; informacional e instrumental ou material, pela troca de informações e ajuda na solução de problemas cotidianos e de doenças, por exemplo; e como forma de interações positivas, na participação em ações de prazer e do bem-estar alheio.

A ausência de apoio informacional, instrumental e/ou material também pode ser compreendida como pobreza, numa dimensão de informação e comunicação. Barja e Gigler (2006) discutem que tal linha de pobreza implica na capacidade básica para ser considerado membro

efetivo da sociedade atual, contendo três componentes: ativos, informação e comunicação. As pessoas devem usufruir de um conjunto mínimo de ativos relacionados às TIC, saúde básica, educação, apoio social e capacidade produtiva. Devem ser aptos para trocar – receber e fornecer – informações básicas sobre o mundo que lhes cerca e se comunicar por meio da análise destas, seja sobre assuntos cotidianos, políticos, econômicos ou quaisquer outros (BARJA; GIGLER, 2006).

Muitas organizações de pessoas trans surgem a partir de contatos estabelecidos em locais de prostituição. Várias das que hoje são lideranças do movimento dessa população já gozavam de legitimidade e confiança por parte de outras semelhantes, antes mesmo de comporem algum tipo de organização formal. Essa posição de liderança se constituiu em função do papel que elas assumiram em uma rede de **apoio social** que as próprias pessoas trans formaram para lidar com problemas com a polícia, com acesso a serviços de saúde, entre outros (CARVALHO; CARRARA, 2013, grifo nosso).

Alçadas às margens da sociedade, as pessoas trans muitas vezes vêm na prostituição a única opção de sobrevivência e conseqüentemente, é a porta de entrada para vulnerabilidades, seja em forma de DSTs (Doenças Sexualmente Transmissíveis), violência física ou outras adversidades: constituindo-se noutra reflexo da transfobia³ (REDE TRANS BRASIL, 2017).

Apreendendo a concepção de “redes sociais” de Green (2000) como o acolhimento dos vulneráveis e marginalizados, a participação nas redes sociais de apoio são vitais para tal acolhimento e respeito por seu grupo, bem como para florescer o sentimento de pertença e de direito de seu lugar na sociedade; e empoderar-se frente aos ativos excludentes e preconceituosos existentes que insistem em dificultar a realização de ânsias e vontades de transformação (PERES, 2009).

Aponta-se como exemplo de rede social voltada às pessoas LGBT+, a Biblioteca Pública de São Francisco, Estados Unidos, responsável pelo Centro James C. Hormel LGBTQIA, o qual possui as coleções mais amplas da Biblioteca no tocante à história e à cultura LGBT+. Além de livros, periódicos e coleções de arquivos, o Centro

³ Segundo Jesus (2012, p. 29), transfobia é o “preconceito e/ou discriminação em função da identidade de gênero de pessoas transexuais ou travestis. Não confundir com homofobia, [...] que é o [...] medo ou ódio com relação a lésbicas, gays, bissexuais e, em alguns casos, a travestis, transexuais e intersexuais, fundamentado na percepção, correta ou não, de que alguém vivencia uma orientação sexual não heterossexual.”

colabora com outros departamentos de bibliotecas e organizações comunitárias para patrocinar a diversidade de exposições e programas públicos existentes (SAN FRANCISCO PUBLIC LIBRARY, 2018).

Em contexto correlato, a Declaração de Direitos da Biblioteca da *American Library Association* (ALA, 2008), referente ao *Acesso a recursos e serviços da biblioteca independentemente do sexo, identidade de gênero, expressão de gênero ou orientação sexual* apresenta diretrizes específicas às questões de gênero.

Para a ALA (2008), as bibliotecas e os bibliotecários têm a obrigação de resistir aos esforços opressores dos materiais sobre qualquer assunto, incluindo sexo, identidade de gênero, expressão de gênero ou orientação sexual. O Artigo I afirma que os materiais não devem ser excluídos por causa da origem, antecedentes ou pontos de vista daqueles que contribuem para a sua criação. Então, livros e demais materiais de escritores ou criadores LGBTQ+ são protegidos. Os bibliotecários devem se esforçar para selecionar materiais sem restrição sexual, de identidade de gênero ou orientação sexual de seus criadores.

O Artigo II determina que as bibliotecas devem fornecer materiais e informações que apresentem todos os pontos de vista sobre questões atuais e históricas. Os materiais não devem ser banidos ou removidos por causa de desaprovação partidária ou doutrinária. Os serviços, materiais e programas de biblioteca que representem diversos pontos de vista sobre sexo, identidade de gênero, expressão de gênero ou orientação sexual devem ser considerados para compra e inclusão em coleções e programas da biblioteca. As tentativas de restrição ou remoção de materiais direcionados à temática LGBTQ, independentemente da política de seleção estabelecida, violam este princípio e constituem censura (ALA, 2008).

Os artigos III e IV inferem que as bibliotecas devem “ultrapassar a censura” e cooperar com as instituições “disseminadoras da liberdade de expressão e do livre acesso às ideias”; O Artigo V infere: o direito da pessoa de usar a biblioteca não deve ser negado ou abreviado por causa de origem, idade, fundo ou opiniões. Portanto, os serviços, materiais e programas da biblioteca devem estar disponíveis para toda a demanda correspondente, independentemente do sexo, identidade de gênero, expressão de gênero ou orientação sexual. Isso inclui disponibilizar para as demandas a literatura abrangente sobre educação sexual (ALA, 2008).

Por último, o Artigo VI expõe que as bibliotecas cedentes de espaços de exibição e salas de reuniões ao público devem disponibilizar tais instalações de forma equitativa, independentemente das crenças ou

filiações de pessoas ou grupos solicitantes do uso. Esta proteção também se estende as demandas correspondentes (ALA, 2008).

A declaração da então presidente da ALA, Julie Todaro, em oposição ao descaso do governo norte-americano com a população trans nas escolas, atesta a premissa de solidariedade e missão social da instituição às questões inerentes:

A decisão da administração Trump de revogar proteções importantes para os estudantes transgêneros não pode entrar em conflito com os valores fundamentais da comunidade bibliotecária e os princípios sobre os quais as bibliotecas são fundadas. Os estudantes transgêneros detêm o direito de utilizar o banheiro que esteja alinhado com sua identidade de gênero. Em média, os alunos passam entre seis ou sete horas por dia na escola, e cada aluno merece aprender em um ambiente livre de discriminação. Acreditamos que esta política federal deve ser reintegrada porque assegura que todos os alunos sejam tratados de maneira razoavelmente nacional. A ALA, seus membros, todos os bibliotecários e profissionais da biblioteca estão empenhados na diversidade, inclusão e respeito mútuo para todos os seres humanos, e trabalharemos incansavelmente para assegurar a representação total de todos os membros da sociedade. A ALA fornece banheiros neutros em suas conferências, e a instituição não realizará suas grandes reuniões em estados em que cotas de banheiro foram aprovadas. Estamos de acordo com nossos membros transgêneros, colegas, famílias e amigos, e apoiamos plenamente o trabalho da nossa mesa redonda de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros (GLBTRT), cujos membros continuam a liderar a luta para abolir a intolerância para toda a sociedade. A ALA trabalhará em estreita colaboração com todos os seus parceiros para a reintegração destas proteções, o mais rápido possível (ALA, 2017, tradução nossa).

A fala da então presidente da ALA (2017) é finalizada com validação da missão da instituição como líder no desenvolvimento, promoção e aperfeiçoamento de serviços de bibliotecas e informações e na profissão de bibliotecário, a fim de melhorar a aprendizagem e assegurar o acesso à informação para todos.

Portanto, se noutra época a missão do bibliotecário era a de guardião do livro, nos tempos atuais seu fazer profissional dirige-se a mudanças cada vez mais rápidas. Em conformidade com Cunha (2003), a profissão bibliotecária é uma profissão de âmagô social, de mediação e de contato na qual as atividades são realizadas com o outro e para o outro.

Segundo Almeida Júnior (1997, p. 91), “[...] a nossa verdadeira função social [...] não é apenas incentivar a leitura, mas trabalhar com a informação, levá-la àqueles que dela necessitam”. O Código de Ética da IFLA para Bibliotecários e outros Profissionais da Informação corrobora tal entendimento, ao definir a Biblioteconomia como atividade ética de alto valor agregado ao fazer profissional com informações. O papel das bibliotecas e bibliotecários na contemporaneidade é apoiar e aperfeiçoar o registro e a representação da informação e subsidiar o acesso. Os serviços de informação de interesse social, cultural e de bem-estar econômico dizem respeito à responsabilidade social do bibliotecário (IFLA, 2012b).

Mais especificamente, a Seção 2 do referido código, *Responsabilidades para com os indivíduos e para a sociedade*, trata sobre o viés social da profissão bibliotecária, discorrendo sobre a premência do papel do bibliotecário e demais profissionais da informação ao impedimento da restrição da informação, assim como os serviços prestados devem ser fornecidos para qualquer pessoa de qualquer faixa etária, nacionalidade, crença política, condição física ou mental, gênero, descendência, educação, renda, condição imigratória ou de asilo, situação matrimonial, origem, raça, religião e/ou orientação sexual (IFLA, 2012b).

No paradigma da sociedade da informação, há certa relação paradoxal entre o excesso de informação e o grande número de “pessoas desinformadas, não pela opção de não quererem fazer parte desse processo, mas porque se vêem privadas do direito de participação” (JESUS, 2007, p. 3). A informação, para muitos, só é acessível se for gratuita e se oriunda de meios – sociais, políticos, físicos – aproximativos das pessoas (GUEDES, 2011).

Sendo assim, cabe refletir como o bibliotecário pode efetivar seu apoio aos movimentos sociais – principalmente às comunidades

vulneráveis. Ser ou estar vulnerável significa, de certa forma, ter dificuldade de acesso à informação. Na sociedade atual, o senso crítico é fundamental para filtrar informações necessárias para o cotidiano. Produzir informação para disseminá-la é reconhecido como ato de inclusão social (DZIEKANIAK; ROVER, 2011).

Destarte, compreender o mundo social e seus contextos fazem parte da formação do homem. De acordo com Silva (2011, p. 120), “o indivíduo está ligado a outros por um fenômeno de dependência recíproca, de interdependência”. Essa assimilação consiste em entender seu espaço como pessoa e profissional, suas individualidades, subjetividades e as influências territoriais, sociais e informacionais presentes ao seu redor (MORIGI; SILVA, 2005).

Almeida Júnior (1997) aponta que a prática profissional do bibliotecário parte do pressuposto que todos são “absolutamente iguais”, que para todos são oferecidas oportunidades semelhantes, e que todos os “usuários” são padronizados. É notória a inverdade deste apontamento, visto pela experiência que as “pessoas não são tão iguais como imaginamos”, e as oportunidades oferecidas para tais, seja na educação, na cultura, são variantes e discrepantes (ALMEIDA, 1997, p. 100).

Neste panorama, Cury, Ribeiro e Oliveira (2001, p. 2) afirmam que “o trabalho com as representações de determinado grupo social permite aprender, pelo conhecimento dos objetos sociais, o uso que dele fazem os indivíduos ou grupos”. A biblioteca é espaço sociável de interação e de comunicação das pessoas. O ato de sociabilidade infere a produção de conhecimento e a sua proliferação (MORIGI; SILVA, 2005). Outro ponto de vista relativo à sociabilidade e ao trabalho com os grupos sociais diversos se dá na participação política do bibliotecário. Sabe-se que uma grande parcela da sociedade desconhece seus direitos, e, portanto, prossegue enraizada no lugar-comum da ignorância, da subalternidade (ALMEIDA JÚNIOR, 1997).

Por esse ângulo, Almeida Júnior (1997, p. 91) questiona: “E o bibliotecário, onde entra nisso tudo?”, e segue apontando que grande parte da classe bibliotecária acredita que não tem responsabilidade, que não tem direito e/ou propriedade para interferir nesse contexto, e que a relação política condiz apenas “entre o povo e os políticos”.

Para Almeida Júnior (1997), é por conta dessa mentalidade que a “população não nos reconhece como úteis socialmente”, justamente pelo fato da classe bibliotecária não reconhecer a grande missão social que é trabalhar com a informação e disseminá-la aos que dela necessitam, e por meio dela, permitir que a população conheça seus direitos, tenha como reivindicá-los, e detenha consciência social e

política que transforme toda a conjuntura sócio-política predominante (ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p. 91).

A população, logo, não reconhece a referida classe como socialmente útil porque praticamente nada de significativo está se fazendo por ela. Serve-se aos interesses da “minoría” privilegiada que monopolizam o poder, os ditos opressores, que não querem a proliferação das informações e do conhecimento dos direitos. Ao trabalhar única e exclusivamente com os alfabetizados, colabora-se com os que puderam estudar e amplia-se a diferenciação com os que a sociedade, por alguma circunstância, permitiu com que não tivessem acesso à escola (ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p. 92).

O bibliotecário, como já dissemos, não é apolítico, neutro, imparcial. Como pode o bibliotecário se considerar imparcial se os materiais do seu acervo são parciais? Como pode o bibliotecário se considerar imparcial se a própria localização da biblioteca onde trabalha serviu a interesses políticos e que não exprimem a real necessidade da comunidade? Como pode o bibliotecário se considerar imparcial se aqueles que mais necessitam da biblioteca estão impossibilitados de fazer uso dela? (ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p. 92).

Ainda na visão de Araújo sobre a função política do bibliotecário (1997), ressalta a premência da atuação voltada às populações vulneráveis, carentes de informações, cuja postura “apática, passiva e reacionária” do profissional e institucional será conivente com o partidário dominante (ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p. 92).

Não basta espalharmos bibliotecas em cada quarteirão, em cada esquina. É preciso que o bibliotecário que atuar nessas bibliotecas seja um outro bibliotecário; é preciso que ele esteja consciente de sua real função social; é preciso que ele saiba que o seu trabalho pode e deve alterar pensamentos e comportamentos; é preciso que ele vá até a população, que ele procure o povo, que ele trabalhe com a comunidade (ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p. 92).

É importante que o fazer profissional/político bibliotecário seja também direcionado a conscientização do papel cidadão, na resolução qualitativa de situações cotidianas. A partir desse fazer, é possível se desenvolver o empoderamento individual, para que as ações realizadas sejam conduzidas pelo agir e pensar, além das possibilidades de gerenciar os conflitos que se apresentam em variados contextos. No empoderamento individual, adquire-se o poder de escolher quais ações serão úteis para que se consiga tomar decisões, baseadas em vivências anteriores, e de que forma tais ações podem beneficiar os outros (FARIAS; COSTA, 2017).

Outra acepção possível a ser exposta é apresentada por meio da bioética – que estuda os problemas e implicações morais despertados pelas pesquisas científicas em biologia e medicina. Garrafa (2005) discorre acerca de três instâncias recorrentes: **empoderamento**, **libertação** e **emancipação**.

De tradução livre e direta do inglês, **empoderamento**, ou *empowerment*, teve seu uso amplificado pelo cientista indiano Amartya Sen, Prêmio Nobel de Economia. Para dar a noção de empoderamento, Sen utiliza a palavra liberdade, discorrendo que a sociedade deve apresentar uma postura de cumplicidade robusta para a concepção de liberdade, e assim será possível erradicar a fome, a pobreza e demais formas de iniquidade (GARRAFA, 2005).

O entendimento de empoderamento aos individuais, vulnerabilizados em virtude de processo histórico e de características culturais das sociedades em que se encontram, perpassa o todo social, atuando como elemento ativo no poder de decisão, e propiciando sua inserção social. O empoderamento estaria, assim, sedimentado na articulação inerente entre os diferentes grupos e segmentos (GARRAFA, 2005). Este processo é o que transfigura um mero aglomerado de seres em uma sociedade, conforme a visão de Durkheim (2007):

A sociedade não é simples soma de indivíduos, e sim sistema formado pela associação, que representa uma realidade específica com seus caracteres próprios. Sem dúvida, nada se pode produzir de coletivo se consciências particulares não existem; mas esta condição necessária não é

suficiente. É preciso ainda que as consciências estejam associadas, combinadas, e combinadas de determinada maneira; é desta combinação que resulta a vida social e, por conseguinte, é esta combinação que a explica. Agregando-se, penetrando-se, fundindo-se, as almas individuais dão nascimento a um ser, psíquico se quisermos, mas que constitui individualidade psíquica de novo gênero (DURKHEIM, 2007, p. 96).

Sob a ótica de Garrafa (2005), o que confere humanidade aos seres biologicamente identificados como humanos decorre de um processo coletivo, que se alimenta diretamente da produção e reprodução correntes dos significados atribuídos às práticas sociais. Tal processo aponta que a ação social politicamente compromissada é aquela capaz de transformar a *práxis* social. Na Bioética de Intervenção, aponta-se o corpo como indicador para a intervenção ética. Identifica-se e incorpora-se a dimensão social e o entendimento da pessoa como uma totalidade somática na qual estão articuladas as dimensões física e psíquica, que se mostram de modo integrado nas inter-relações sociais e nas relações com o meio (GARRAFA, 2005).

Assim, o contexto de empoderamento discorrido estabelece a ponte entre as pessoas, cuja corporeidade ratifica o processo de produção e reprodução social, e a coletividade da qual essas pessoas são originárias. É explicitada a relação dialética entre reflexão e ação na incumbência singular e coletiva, dado ao impacto que as escolhas das pessoas produzem na realidade. A ideia de empoderamento, portanto, nos direciona à premência que as escolhas das pessoas não podem ser julgadas com olhares míopes e estereotipadas de autonomia (GARRAFA, 2005).

Se a desigualdade emerge no meio social – na formação individual – ofuscá-la consiste em reconhecer a relação evidente entre autonomia e responsabilidade. A autonomia vai além da eficácia de responder ao mesmo tempo “[...] aos desejos, necessidades e vontades da pessoa, como também no reconhecimento da interconexão entre os seres humanos e todas as formas de vida, assim como na responsabilidade existencial exigida frente a elas” (GARRAFA, 2005, p. 128).

A concepção de **libertação** se encontra diretamente com o empoderamento. Segundo Garrafa (2005), utilizando como base a linha

de raciocínio de Paulo Freire, nesse ponto se identifica a oposição entre cativo, ou a privação do direito de escolha e a libertação, o exercício verídico da autonomia. As pessoas, incumbidas de seus papéis como atores políticos, podem fazer com que suas ações possam tanto estabilizar como transmutar o *status quo*.

Libertação, no paradigma da inclusão social, denota posição de poder e possibilita a tomada de posição neste jogo de forças. A libertação direciona a condução da luta política para se assegurar tal liberdade. Sua adesão manifesta a luta dos cidadãos que almejam serem e sentirem-se socialmente incluídos, em quaisquer contextos, a partir da consciência sobre as forças externas que os impedem e pela ação concreta em resistência a elas (GARRAFA, 2005).

Esta consciência/conscientização é discutida por Paulo Freire:

A conscientização está evidentemente ligada à utopia, implica em utopia. Quanto mais conscientizados nos tornamos, mais capacitados estamos para ser anunciadores e denunciadores, graças ao compromisso de transformação que assumimos. Mas esta posição deve ser permanente: a partir do momento em que denunciamos uma estrutura desumanizante sem nos comprometermos com a realidade, a partir do momento em que chegamos à conscientização do projeto, se deixarmos de ser utópicos nos burocratizamos; é o perigo das revoluções quando deixam de ser permanentes. Uma das respostas geniais é a da renovação cultural, esta dialetização que, propriamente falando, não é de ontem, nem de hoje, nem de amanhã, mas uma tarefa permanente de transformação. A conscientização é isto: tomar posse da realidade; por esta razão, e por causa da radicação utópica que a informa, é um afastamento da realidade. A conscientização produz a desmitologização. É evidente e impressionante, mas os opressores jamais poderão provocar a conscientização para a libertação: como desmitologizar, se eu oprimo? Ao contrário, porque sou opressor, tenho a tendência a mistificar a realidade que se dá à captação dos oprimidos, para os quais a captação é feita de maneira mística e não crítica. O trabalho humanizante não poderá ser outro senão o

trabalho da desmistificação. Por isso mesmo a conscientização é o olhar mais crítico possível da realidade, que a “desvela” para conhecê-la e para conhecer os mitos que enganam e que ajudam a manter a realidade da estrutura dominante (FREIRE, 1979, p. 16-17).

Tomar posse da realidade, conforme Freire (1979) reflete, é distanciar-se da mesma; possivelmente, é saber observar os fenômenos ocorrentes numa ótica macro. E desse modo, mostra-se a conscientização e a realidade não tão “pão e circo” como se confeita. O despertar para a conscientização nos leva à terceira instância percorrida por Garrafa (2005): a **emancipação**. Emancipado é unicamente aquele que suprimiu sua dependência, que alcançou o seu domínio próprio e pode sustentar não somente a sobrevivência, mas garantir suas escolhas mediante o alcance desta sobrevivência. A pessoa emancipada é uma pessoa livre (GARRAFA, 2005).

A emancipação exprime alforria, independência, liberdade, o caminhar que se inicia com a libertação. O poder sobre si mesmo é o que defere a emancipação, tornando a pessoa imune às forças opressoras. Extinguir a dependência é pré-requisito para a emancipação, e isso vale tanto para a pessoa quanto para o Estado. É nessa apreensão que a emancipação se torna poderoso mecanismo ou competência para orientar a luta pela libertação e para colocar essa luta na dimensão coletiva (GARRAFA, 2005).

Destarte, Garrafa (2005) acredita que qualquer uma das três instâncias – empoderamento, libertação e emancipação – apesar de sentidos diferentes, sustentam o discernimento do fenômeno de inclusão social como um processo dinâmico que precisa ser edificado e levado à execução efetiva, objetivando a conquista da verdadeira justiça social para as pessoas.

Pode-se, então, relacionar o empoderamento individual ao poder social da informação e à competência em informação como motriz norteador. O poder social é visto como a relação entre dois agentes, sendo o agente principal o detentor do poder e o secundário o que é afetado por esse poder. O poder também pode ser entendido como a capacidade de influência, e as relações de poder na sociedade representam uma mudança no pensamento sobre a competência em informação (COPE, 2010).

Dado que grande parte das discussões/estudos sobre a competência em informação consiste no desenvolvimento das

habilidades, aplicadas numa abordagem racional, o desenvolvimento crítico dessa competência contemplará a busca de informações dentro de contextos específicos – relações sociais de poder determinadas por características como classe, etnia, gênero, etc. – e em específico, grupos vulneráveis que são excluídos socialmente (COPE, 2010).

A concepção de um novo direcionamento da competência em informação pode gerar outros tipos de análise social que validarão a prática em contextos sociais amplos. Uma nova teoria crítica poderá envolver os participantes a contestar o mundo social e desenvolver as capacidades de habilidades e questionamento para a vivência humana (COPE, 2010).

Segundo Cope (2010) a concepção da competência em informação crítica diz respeito à diminuição enfática de processos e afirmações tidas como absolutistas; pelo contrário, engloba o questionamento coletivo de como a informação é construída, divulgada e assimilada, bem como ver o bibliotecário e a biblioteca como instrumentos facilitadores na construção do conhecimento coletivo.

De algum modo, quando questões sociais são dadas pela interação, se constituem novos caminhos para a efetivação da missão profissional, pois se consegue fazer a inclusão social, o que no acarreta protagonismo social. Farias (2015) expõe que o protagonismo social faz do ser alguém pleno, assim como o possibilita a agir nos processos decisórios, seja no consumo, na produção, na mediação ou noutras práticas sociais (FARIAS; COSTA, 2017).

O protagonismo social faz da pessoa a principal transformadora de sua própria realidade, exercendo influência direta nas tomadas de decisões, individuais ou coletivas. Aquele que é protagonista, então, também dá à sua própria realidade novo significado (FARIAS; COSTA, 2017).

O protagonismo social está relacionado ao ato de empoderar, que é transformar a si mesmo e aos outros em protagonistas, é sair de uma condição de sujeição, é livrar-se do fardo de estar sujeito a uma subjetividade imposta que dita quem você é e como deve agir, é um processo criativo pelo qual pessoas e coletividades ampliam seu campo de ação (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 2014, p. 16).

Sendo o protagonista alguém consciente de sua função social e de suas capacidades na mudança da sociedade, esse mesmo protagonista busca instigar em semelhantes à capacidade de resolver conflitos e desafios cotidianos. É o que pode acontecer com o bibliotecário – especialmente ao se falar de sua missão profissional – ao se deparar com situações que exijam habilidades interpessoais e técnicas (FARIAS; COSTA, 2017).

O bibliotecário, ao se empoderar dos processos que envolvem suas rotinas profissionais, pode fornecer auxílio conciso às demandas, apontando soluções que viabilizem a participação na sociedade de forma mais crítica e ativa, tanto quanto motivar na desconstrução dos papéis coadjuvantes de situações cotidianas, como à restrição ao acesso à informação ou até mesmo aos seus direitos humanos. A atuação/intervenção do bibliotecário junto às demandas torna-o, por consequência, protagonista social (FARIAS; COSTA, 2017).

Consoante a isto, Almeida Júnior (1997) ressalta:

Nós precisamos de uma Biblioteconomia subversiva. Nós precisamos de uma Biblioteconomia guerrilheira, que subverta a ordem das atuais prioridades; que procure, busque, constantemente, os interesses populares, que esteja voltada para os oprimidos. [...] E os bibliotecários querem que esses indivíduos procurem a biblioteca. [...] A biblioteconomia está precisando de uma “teologia da libertação”. Talvez, com ela, os bibliotecários passem a se interessar mais pelo povo, pelos carentes de informação, não de uma forma assistencialista, mas como um dever, uma obrigação social da profissão (ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p. 92-93).

Como “obrigação social” profissional, deve-se trabalhar para fazer da biblioteca – em quaisquer instâncias – uma instituição aconchegante e segura. A possibilidade da criação de banheiros neutros em termos de gênero, do sigilo quanto aos dados cadastrais na instituição ou até mesmo a opção de não-identificação de gênero e a garantia que todos os frequentadores da biblioteca serão tratados com decoro constituem funções sociais da biblioteca e do bibliotecário. Ademais, sempre que se avaliar e identificar as necessidades da

população trans, é substancial a inclusão de toda a população na biblioteca e neste processo (ALMEIDA JÚNIOR, 1997; ALA, 2015).

Fundamentando-se na premissa da informação como fator alicerçador no desenvolvimento cognitivo e social, e no(s) bibliotecário(s) como protagonista(s), constitui-se papel significativo na sociedade contemporânea. Somente a pessoa trans tem discernimento e entendimento concreto de como é a vida trans e quais são as implicações de viver esta vida (THOMPSON, 2012).

São em situações como esta que a missão profissional do bibliotecário entra em foco: seu fazer profissional vai além de suas práticas tradicionais, revela-se como mediador e isto é indiscutível. Seja mediando espaços físicos, serviço de referência, aquisição de materiais ou demais fazeres. Ao colaborar para a edificação dos direitos das pessoas trans – de serem reconhecidas e respeitadas como se identificam, faz-se deste apoio, incondicional (THOMPSON, 2012).

A consciência de tornar a classe bibliotecária sensível, não apenas à orientação sexual, mas também às questões de identidade de gênero, também faz parte da missão social. A realização de capacitações ou *workshops* nas instituições faz-se necessária, principalmente ao lidar com questões íntimas e singulares, como por exemplo, o uso dos devidos pronomes às pessoas trans (THOMPSON, 2012).

Além disso, os serviços tradicionais da biblioteca ao se adequarem a realidade da comunidade em pauta, seja nos serviços de referência presenciais e virtuais, DSI (Disseminação Seletiva da Informação), estudos de usuários, desenvolvimento de coleções, *marketing* e recursos virtuais, tornam-se mecanismos potenciais na satisfação da demanda (THOMPSON, 2012).

Adequar o trabalho bibliotecário aos interesses das demandas – e das demandas potenciais – é o que deve sempre estar sendo discutido. É preciso que este trabalho esteja atento às mudanças da sociedade e para a transformação em razão dessas. É preciso questionar

nossas verdades, nossos dogmas, pois só assim, estaremos realmente avançando no sentido de darmos dignidade do ser humano, o status de objetivo maior de nossos trabalhos; estaremos realmente avançando no sentido de propiciarmos condições para que todos possam exercer seu papel de cidadãos, e essa ser a prioridade de nossa atuação. Hoje, estamos sem objetivos claramente definidos; não sabemos nossa função na sociedade

e, em consequência, o por que de nossa existência enquanto profissionais. Por causa disso, buscamos, mesmo sem o saber, a nossa razão de ser dentro de nós mesmos, dentro de nossas técnicas, serviços, dentro da biblioteca. A resposta, com certeza, está fora dos nossos pressupostos e dogmas. A resposta está na sociedade, no usuário, no cidadão (ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p. 103-104).

Compreende-se que a classe bibliotecária pode exercer o auxílio na promoção do empoderamento, da liberdade e da emancipação por meio das práticas sociais, *a priori*. Entretanto, cabe a busca de uma postura de reflexão social e política em primeira instância para si, e, sequencialmente, voltado às demandas, alcançando, assim, o protagonismo social no que se refere ao estágio do trabalho. O bibliotecário deve estar preparado para conciliar os possíveis conflitos e lidar com as diferenças humanas, sociais e cognitivas (FARIAS; COSTA, 2017).

Desse modo, as práticas sociais exercidas propiciam ao bibliotecário a mudança de postura profissional e a busca de estratégias que possam contemplar diversas demandas, pois seu fazer profissional deve se voltar cada vez mais ao empoderamento, – não exclusivamente das técnicas da profissão, mas de toda a complexidade humana e social que existe – fomentando o protagonismo social, ao incorporar o papel de agente/ator principal durante sua atuação junto às demandas, reais e potenciais, buscando compreendê-las, conquistá-las e apoiá-las em quaisquer instâncias (FARIAS; COSTA, 2017). Além disso, cabe aqui discorrer para se refletir: e o bibliotecário brasileiro, o que tem feito para sedimentar sua missão profissional?

Como forma de sintetizar e para a melhor visualização sobre o discorrido até o momento, a figura 7 apresenta os itens discutidos nesta subseção.

Figura 7 – Síntese dos aspectos discutidos concernentes à competência em informação para as pessoas trans



Fonte: dados obtidos no estudo.

A partir da visualização da figura 7, é possível verificar de maneira mais ampla quais são os aspectos que envolvem a relação – e os possíveis diálogos – entre a competência em informação e as pessoas trans, bem como os atributos envolventes. Posto isto, a subseção seguinte tratará dos aspectos macro e micro relativos à população deste estudo, atestando a presença de discussões sobre as minorias na sociedade contemporânea.

2.2 ASPECTOS MACRO: EXCLUSÃO E INCLUSÃO SOCIAL, CIDADANIA E DIREITOS SEXUAIS COMO EXPRESSÃO DE DIREITOS HUMANOS

É praticamente impossível abordar as questões sociais contemporâneas e seus agentes sociais sem direcionar atenção implícita aos problemas da pobreza e da exclusão social, visto que estes, em esfera urbana, vêm angariando cada vez mais amplitude e extensão. Nesta subseção, se apontam aspectos macro e micro com base na literatura sobre a população aqui estudada.

2.2.1 Exclusão e inclusão social

Noção oriunda da ótica sociológica francesa sobre a análise de pessoas e grupos desfavorecidos, a exclusão social é o fenômeno que configura nas últimas décadas uma “nova questão social”. O século 19 viu emergir a “questão social” pelo prisma indigente das massas trabalhadoras e até a crise dos anos 1970, esta questão convergiu-se unicamente nas situações de vida dos trabalhadores e das formas de exploração e soberania capitalista propulsoras dos contrastes sociais (BASTOS, 2016, p. 34).

A ascensão constante da exclusão constitui um fenômeno social solidificado em nosso tempo, dado ao fato de sua manifestação maciça e consistente. Posto isto, compreender este fenômeno não se resume a uma relação entre os que estão “dentro” e os que estão “fora” de determinada situação ou contexto. Fitoussi e Rosanvallon (1997) tratam a exclusão como resultante de um processo, não um estado social dado ou uma soma de infelicidades individuais e aleatórias.

Exclusão, logo, é um fenômeno social multidimensional, dinâmico, cumulativo e persistente. Pode se apresentar singularmente ou como um conjunto de fenômenos ou processos sociais conectados que potencializam a exclusão da pessoa, coexistindo dentro deste panorama de exclusão outros fenômenos sociais, tais como a pobreza, o estigma, o preconceito, a falta de recursos materiais, etc. (RODRIGUES et al., 1999).

Em nível simbólico, o excluído é aquele que é rejeitado de determinado universo simbólico de representações, num mundo de trocas e interações sociais. Esta dimensão da exclusão é incorporada pela transformação da identidade pessoal, marcada brutalmente por uma sensação de inutilidade, atrelado ao seu próprio “fracasso” na não superação de obstáculos e de processos que consistem e/ou agravam a sua exclusão. Há, juntamente, uma forte inacessibilidade aos recursos materiais e sociais, arrastando a pessoa excluída para fora dos universos materiais e simbólicos, culminando numa ação cíclica e crescente de rejeição, culminando num sentimento de autoexclusão (RODRIGUES et al., 1999).

No cenário moderno ocidental, pobreza e exclusão interagem conjuntamente. A exclusão do mercado de trabalho impulsiona a pobreza e esta bloqueia o acesso a bens e serviços socialmente necessários (habitação, saúde, lazer...). O excluído socialmente será aquele que falha em construir uma identidade (social), seja no trabalho, na família ou na comunidade. Por consequência, é excluído das relações

sociais e do mundo das representações a elas relativas. Esta conjuntura indica uma lacuna, uma falha do tecido social por não haver uma pertença sequer na sociedade (RODRIGUES et al., 1999).

Rodrigues (et al., 1999) ainda observa que a configuração da exclusão está diretamente relacionada à desintegração social (relativo a quebra de laços de solidariedade e risco de marginalização), à desintegração do sistema de atividade (associada às mudanças econômicas) e à desintegração das relações sociais e familiares (surgimento de novos tipos de estruturas familiares mais vulneráveis à exclusão e enfraquecimento das redes de apoio entre familiares, vizinhança e comunitários).

A pobreza é, hipoteticamente, a face mais saliente da exclusão social (LAMARQUE, 1995). À vista disto, cabe retratarmos alguns pontos sobre a face da pobreza que consideramos pertinente à pesquisa: a pobreza política.

Demo (2010) considera a pobreza política como o próprio fenômeno da pobreza, em sua multiplicidade não linear. Vulgarmente, temos a noção de enxergar a pobreza como carência material, no domínio do *ter*: pobre é aquele que não tem renda, emprego, estudo, etc. Esta acepção é determinante e não poderia ser menosprezada, em quaisquer hipóteses. No entanto, o plano da pobreza não se limita às condições materiais do *ter* (ou a falta destas), mas perpassa até o plano do *ser* e, presumivelmente, atinge potências mais temerárias. Não ser nada na vida é muito mais drástico do que faltar recursos materiais para sobreviver (DEMO, 2010).

Por trás da pobreza, encontra-se a desigualdade social, a qual implica tomar conhecimento da dinâmica política. Ser desigual significa um punhado de coisas, porém o cerne da questão estaria no duelo entre minorias que protagonizam a cena e maiorias que alimentam os privilégios dessas minorias (DEMO, 2010).

Em espaço social, não competimos somente pelos bens materiais: buscamos incessantemente por poder, prestígio, *status*, reconhecimento; e é nesse sentido que a desigualdade surge, pois aflora unicamente em pessoas e nos espaços dialéticos criados por estas – por nós. Assim, a “desigualdade econômica é inexistente”, conforme assevera Demo (2010), pois bens materiais não são pessoas, e logo, teríamos de repensar as relações de acesso e poder (DEMO, 2010).

Segundo os pressupostos de Demo (2010), a dinâmica da pobreza não apresenta somente carências, mas sim conflitos desiguais entre minorias privilegiadas e maiorias subordinadas. Incumbindo-se da

politicidade na realidade social, as sociedades poderão ser igualitárias, porém não iguais,

[...] o que, aliás, sempre foi a pretensão das democracias: instaurar sociedades que sabem negociar as oportunidades dentro de regras de jogo de um Estado de direito. [...] “Igualdade de oportunidades” é, no fundo, algo contraditório, porque desfaz-se a noção de “oportunidade” que sempre está imersa em expectativas de vantagens relativas. [...] Isto também pode fundamentar o multiculturalismo, à medida que se consagra tanto o direito a ser igual, quanto a ser diferente. O termo “igualitário” poderia enfeixar esta idéia democrática: a sociedade na qual as pessoas podem **ser**, ao mesmo tempo, **iguais** e **diferentes** [...] (DEMO, 2010, p. 2-3, grifo nosso).

A pobreza política se inicia, usualmente, com a ignorância. Não diz respeito à ignorância cultural, visto que todos estão inseridos em contextos de patrimônios culturais, possuindo língua nativa e saberes disseminados. Pobreza, aqui, se faz presente não como carência material, mas como falta de acesso a oportunidades potenciais em cada sociedade. Politicamente pobre é aquele diminuto a objeto e que suplica por direitos; não unicamente é desprovido de ter, é particularmente desprovido de ser, ainda que não ocorra dicotomia alguma entre ter e ser. Pressupõe-se, assim, que o entendimento do ser é mais denso e delicado, e nesse sentido o conceito de pobreza política torna-se mais explanado neste complexo entendimento (DEMO, 2010).

O oposto de pobreza política é “qualidade política” (DEMO, 2010, p. 4), inferindo em especial a dinâmica da cidadania individual e coletiva. Trata-se da habilidade de desenvolver o pensamento e a autonomia crítica. Estes entendimentos se sedimentam na habilidade de saber pensar, entendido como a capacidade crítica e prática: ter a percepção e se apropriar de alternativas e oportunidades.

Para a estruturação qualidade política, existem alguns preceitos basilares ao lado do papel da educação e do associativismo, como o acesso à informação, a comunicação social, a apreciação de identidades e oportunidades culturais e a discussão democrática do Estado com a

sociedade, apesar de muitas vezes, o Estado falhar “miseravelmente” em oportunizar ou direcionar as oportunidades (DEMO, 2010).

Dentre as dimensões conceituais de pobreza política manifestadas por Demo (2010), podemos inferir que a seguinte definição para “politicamente pobre” se adequa à população deste estudo: o politicamente pobre é massacrado como pessoa, restando-lhe o papel de “objeto”, por vezes como resíduo; instaura-se assim a “indignidade social” completa, ao se negar às sociedades e às pessoas a autonomia para fazerem suas histórias, disputarem oportunidades e organizarem-se como cidadãos.

A organização como cidadão, aqui, concerne ao direito da identidade trans na sociedade contemporânea – principalmente a brasileira. Em passos irregulares, tem-se alcançado relevância e avanços no reconhecimento dessas pessoas como membros socialmente ativos, fomentando uma *provável* inclusão (DEMO, 2010, p. 5).

2.2.2 Inclusão social e a busca pela democracia: os movimentos sociais

Na agenda pública, o tema da inclusão social foi incorporado efetivamente na segunda metade dos anos 90, de caráter transversal – contrapondo-se aos discursos prevaletentes, apesar de algumas semelhanças – e galgado num cenário de novas temáticas (notadamente referidas a novas identidades sociais), impondo pressões por atuação institucionalizada da sociedade civil nas decisões públicas. A partir da retratação política contestando o modelo anti-sistêmico, houve a descoberta de espaços para realinhar a imaginação de outras ordens de coisas e constituir espaços policentros de resistência – como a biblioteca (AMARAL JR.; BURITY, 2009).

Entretanto, a ênfase na pluralidade de locais de expressão da vontade dos grupos socialmente vulneráveis ou subalternos tem sido pouco explorada – ou notoriamente resistida – nas discussões sobre ampliação e aprofundamento da cidadania e sobre a feição de projetos sociais e políticos centrados na inclusão social. O enaltecimento da diferença tende a fixar-se muito facilmente em “resgates” de valores e práticas tradicionalistas e/ou em determinada imagem pluralizada ou homogeneizadora da identidade nacional, do projeto nacional ou de dadas categorias sociais (AMARAL JR.; BURITY, 2009, p. 11).

As objeções de limitar e conciliar as diferenças sociais em constante multiplicação há algumas décadas são experiências rotineiras no cenário de um projeto democrático de inclusão e consolidação da

cidadania em sociedades reconhecidas pela desigualdade, pela violência, pelo estigma aos “de baixo” na realização dos projetos sociais hegemônicos. Pouco tem sido feito no sentido de renovar e inovar os diálogos, os enfoques políticos e as lutas sociais, vide a realidade de países “periféricos” e suas trajetórias específicas de democratização (AMARAL JR.; BURITY, 2009, p. 11).

Entretanto, Freire (2008) nos mostra uma aceção mais benevolente de inclusão social: corresponde-se a um **movimento social**, político e educacional que vem defender o direito de todas as pessoas participarem, de modo consciente e sensato, na sociedade de que são correspondentes, e de serem aceitos e respeitados naquilo que os diferencia dos outros.

Os movimentos sociais, desde os primórdios, são constituídos de pessoas. Pessoas reais, em seus corpos e mentes, que fazem tais movimentos emergirem e ressignificarem instituições sociais. A questão para essa compreensão é quando, como e por quais motivos uma pessoa ou um dado número de pessoas decidem agir para fazer algo que foram aconselhadas a não fazer porque sofreriam as conseqüências. Para Castells (2013), estes movimentos se iniciam por vias motivacionais (sentimentais): instauram-se no modo em que as pessoas constituem uma rede de ação coletiva ao conectarem-se mentalmente com outras pessoas, negociam os variados interesses e valores presentes, definem o relacionamento perante a sociedade ao estimularem as pessoas vulneráveis na extensão de redes formadas na resistência à dominação e a sistemas injustos (CASTELLS, 2013).

Na individualidade, os movimentos sociais são emocionais, iniciando-se quando a emoção se converte em ação. Consoante à teoria da inteligência afetiva, as emoções propulsoras da mobilização social e o comportamento político são o medo (afeto negativo) e o entusiasmo (afeto positivo), sendo relacionados a dois sistemas motivacionais humanos básicos: aproximação e evitação. A aproximação se conecta ao comportamento voltado para objetivos, surtindo o entusiasmo. As pessoas se entusiasмам quando trabalham em prol de um objetivo benéfico às suas vidas. Por sua vez, o entusiasmo se relaciona com a esperança, que projeta o comportamento no futuro. Ao superar a emoção negativa do sistema motivacional de evitação, a ansiedade, as pessoas tornam-se mais propensas a formação de um movimento social (CASTELLS, 2013).

Para que um movimento social possa emergir, a ativação emocional das pessoas envolvidas deve estar atrelada a outras pessoas. Essa premissa consiste num processo de comunicação de consonância

cognitiva entre os envolvidos e um canal de comunicação operativo. A empatia no processo comunicativo é dada por acontecimentos semelhantes às motivações emocionais precedentes; então, se muitas pessoas se sentem humilhadas, estigmatizadas, ignoradas ou mal representadas, elas estão prontas para converter sua raiva em ação, superando o medo (CASTELLS, 2013).

Tais pessoas superam o medo pela exteriorização da raiva, por meio da indignação, ao perceberem algum ato inadmissível contra a dignidade humana de semelhante. Outra condição para que as experiências individuais se propaguem e formem um movimento é a existência de um processo comunicativo que dissemine os eventos e as emoções intrínsecas. Se o processo comunicativo se mostrar rápido e interativo, maior será a viabilidade na formação de uma ação coletiva consolidada na indignação, lançado pelo entusiasmo e motivado pela esperança (CASTELLS, 2013).

As lutas dos novos movimentos sociais, a atuação em rede de grupos e movimentos (e o Estado em si, nas últimas décadas), as políticas de identidade, genericamente chamadas de multiculturais e as postulações pela cidadania plena e pelo aprofundamento das práticas democráticas fortificaram a importância dos temas da inclusão, participação, redes, esferas públicas, visibilidade social etc., e disseminaram práticas e discursos dos quais as abordagens pós-estruturalistas⁴ visam traduzir e ser mediadoras (AMARAL JR.; BURITY, 2009).

Há de se inferir que as lutas destes novos movimentos foram solidificadas com os recursos tecnológicos advindos das TIC, os quais vêm proporcionando vigentes possibilidades de interação social e novas relações. É possível criar e reinventar espaços, praticar a cidadania, a democracia e disseminar novas práticas educativas (CASTELLS; CARDOSO, 2005). Como contribuição destas tecnologias, ocorre à proliferação os movimentos sociais em rede, sendo novas formas de

⁴ Trata-se de um movimento reflexivo da maior importância na área da filosofia da educação, inspirando inúmeras produções acadêmicas nas últimas décadas. É contemporâneo às décadas de 1950 e 1960, apresenta o fato de opor resistência filosófica a diversos tipos de totalitarismo (BUENO, 2015). A teoria *queer*, pós-estruturalista é utilizada nesta pesquisa pela base de Butler (2003), e pode ser vinculada às vertentes do pensamento ocidental contemporâneo que, ao longo do século XX, problematizaram noções clássicas de sujeito, de identidade, de agência, de identificação (LOURO, 2001).

interação humana entre os espaços locais e a internet (CASTELLS, 2013).

A atual autonomia de comunicação, oriunda da sociedade contemporânea, contrasta com o onipresente controle governamental e corporativo nos meios de comunicação de massa (CASTELLS, 2013). As redes sociais digitais são apenas um item do fluxo comunicativo pelo qual os movimentos sociais interagem com a sociedade. Torna-se pertinente a construção de espaços públicos pelos movimentos sociais que não se limitem à internet e de comunidades livres no meio urbano, visto que estes espaços estão ocupados pelos interesses da “maioria”, conforme assinala Demo (2010).

Os movimentos sociais podem ser interpretados como o exercício da ação, na inauguração de algo novo e no questionamento do que até então era considerado regular (MENDONÇA, 2007). Os movimentos sociais podem ser caracterizados como uma ação em grupo voltada para a transformação (a *práxis*) com o intuito de realização dos objetivos em comum (o projeto), com a supervisão mais ou menos consciente de noções de comum valor (a ideologia) e sob uma gestão diretiva mais ou menos definida (a organização e sua direção) (SCHERER-WARREN, 1989).

Em meio digital, os movimentos sociais em rede surgem primeiramente no mundo árabe, em 2010. Na Europa e nos Estados Unidos, outros movimentos emergiram contra o gerenciamento estatal e demais injustiças sociais. Na América Latina, engajados em processos de luta por direitos igualitários e construção de identidades, evidenciam-se os movimentos das mulheres e o LGBT+ (Lésbicas, *Gays*, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros e demais), em diferentes formas e arranjos. Por esta via, a disseminação dos novos movimentos sociais visa também apontar as divergências referentes aos sistemas sociais, os quais atuam com mecanismos de elitização e repressão para assegurar o controle sobre as camadas mais vulneráveis e precárias (GOHN, 2011).

Numa mesma estrutura social, duas tendências são primordiais para o seu equilíbrio: o controle social e a produção de sentido. O controle e o sentido estão dentro da base que integra e orienta as mudanças, amparadas nas ideologias e modelos culturais. Entretanto, algumas partes da população são potencialmente vulneráveis, pois a sociedade não dispõe de meios institucionalizados importantes para a execução de seus projetos e anseios. Na atual sociedade, existem microssociedades e seus componentes, nas quais existe desigualdade, e

por consequência, a integração social não possui a mesma abrangência para todos (FERNANDES, 1993).

Entende-se que os movimentos sociais visam amenizar a lacuna existente entre as esferas sociais, mas também compreender as vulnerabilidades presentes na sociedade. A relevância dos movimentos sociais voltados às minorias e questões de gênero/representações identitárias/sexualidades/preconceito se salienta em virtude da promoção dialética sobre estas questões e sua preocupação com o respeito à vida e ao exercício da cidadania pela população LGBT+ na sociedade (BARROS, 2014).

2.2.3 Exercício da cidadania: educação cidadã e direitos humanos

No viés do exercício da cidadania, em que se dá a humanidade aos seres biologicamente identificados como humanos e no concernente às questões de gênero, o “pré-conceito” intermediado por afirmações de cunho homogêneo para designar um conjunto de pessoas é cruel e manipuladora. Tratar a diversidade humana e suas diversidades a partir de um “rótulo” social é questionável, na atual sociedade.

Perceber a pluralidade e singularidade dos seres é assegurar um de seus direitos humanos e sociais básicos: o reconhecimento como cidadão. Hannah Arendt (1906-1975) destaca o valor à dimensão do diálogo nas relações humanas para o entendimento entre as pessoas, livres, que se mostram teoricamente iguais, porém com variadas ideias, pensamentos, modos de ser, etc., formando identidades paralelas. Pessoas que são “igualmente plurais”:

A pluralidade humana, condição básica da ação e do discurso, tem o duplo aspecto da igualdade e da distinção. Se não fossem iguais, os homens não poderiam compreender uns aos outros e os que vieram antes deles, nem fazer planos para o futuro, nem prever as necessidades daqueles que virão depois deles. Se não fossem distintos, sendo cada ser humano distinto de qualquer outro que é, foi ou será, não precisariam do discurso nem da ação para se fazerem compreender. Sinais e sons seriam suficientes para a comunicação imediata de necessidades e carências idênticas (ARENDR, 2010, p. 219-220).

Tão importante quanto *administrar* o entendimento dessa via dupla entre igualdade e distinção é o estado de pertencimento da pessoa nos eixos em que está disposto. A falta de pertencimento a uma conjuntura social resulta na ausência do *status* político da pessoa; ao privá-lo do uso de um espaço público, a pessoa está fadada à vida privada, confinada, inexpressiva. A igualdade política entre as pessoas requer o acesso aos espaços públicos. Nesse sentido, Arendt (1978) entende a cidadania como o “direito a ter direitos”:

Só conseguimos perceber a existência de um direito a ter direitos (e isto significa viver numa estrutura onde se é julgado pelas ações e opiniões) e de um direito de pertencer a algum tipo de comunidade organizada, quando surgiram milhões de pessoas que haviam perdido esses direitos e não podiam recuperá-los devido à nova situação política global. O problema é que essa calamidade surgiu não de alguma falta de civilização, atraso ou simples tirania, mas, pelo contrário, que é irreparável porque já não há qualquer lugar “incivilizado” na Terra, pois, queiramos ou não, já começamos realmente a viver num Mundo Único. Só com a humanidade completamente organizada, a perda do lar e da condição política de um homem pode equivaler à sua expulsão da humanidade (ARENDE, 1978, p. 381-382).

Em outros termos, o primeiro “direito” da expressão “direito a ter direitos” deve ser assegurado pela humanidade: resguarda a garantida de todo ser humano e o salvaguarda de investidas imorais, como as experienciadas nos Regimes Totalitários, particularmente o Nazista, que renegava a existência da tal pluralidade das pessoas, tornando-as “estrangeiras e aberrações em qualquer local da Terra” (PEIXOTO; LOBATO, 2013).

A capacidade de ter “direitos” é o que nomeadamente apta as pessoas a sua representatividade e participação em esfera pública. Nestes casos, a cidadania deve estar protegida pela Constituição, interpretada por Arendt como um documento estável, objetivo e perpétuo, oriundo do corpo político e que não é flexível a modificações ou emenda para atender dadas circunstâncias (PEIXOTO; LOBATO, 2013).

Se compararmos a situação indigna das vítimas do Regime Totalitário e das pessoas trans, ocorrem experiências similares, cujo parâmetro de represália se encontra num mesmo patamar: o fato de serem o que são. Ambas as identidades – ou a busca por aquela que a pessoa julga ser verdadeira – atestam a justificativa para a perseguição, pois hipoteticamente, já existe *a* identidade, única, estabelecida. Nos casos inferidos, as identidades que fogem deste perfil indicam um erro, alguém que se torna algo – objeto – que não precisa existir; sendo a tarefa destes regimes ou instâncias maiores sublimar a cidadania destes **anormais** (LACERDA, 2011).

Para Demo (1996), cidadania é sinônimo de qualidade social de uma sociedade organizada em direitos e deveres nomeadamente célebres. É uma das conquistas mais significativas na história da humanidade. Ao lado dos direitos, surgem “[...] os ditos direitos humanos, que hoje nos parecem óbvios, mas cuja conquista demorou milênios, e traduzem todos os direitos imagináveis que o homem possa ter”. Ao lado dos deveres, destaca-se o compromisso comunitário de cooperação e co-responsabilidade (DEMO, 1996).

Na cidadania, os processos participativos enfatizam a cidadania organizada, não a individual, considerando sua razão de ser. A organização exprime um aspecto visceral de competência democrática, de coerência participativa e de estratégia associativa. Diante disto, acredita-se que os canais de participação existentes se concentram em fomentar condições favoráveis de surgimento do cidadão e suas formas de organização. Para a democracia, este é um objeto crucial. **Não existe democracia sem seu ator principal: o cidadão** (DEMO, 1996, p. 70-71, grifo nosso).

A tomada de consciência para a cidadania fundamental se exterioriza na consciência das injustiças, na luta pelos direitos, na concepção de “táticas” de reação e na mudança de situação histórica. Isto é participação, e, portanto, cidadão é a pessoa que participa (DEMO, 1996, p. 71).

Demo (1996) assevera que a cidadania se dá pelo despertar da educação, intentando a formação contínua da pessoa – o aprender a aprender. Assim, um “projeto de cidadania”, inclui os componentes apresentados na figura 8.

Figura 8 – Componentes do “projeto de cidadania”:

A noção de formação , não de adestramento , pois parte da potencialidade do educando, assumindo-o como interessado primeiro do processo;
A noção de participação , de autopromoção , de autodefinição , ou seja, o conteúdo central da política social, entendida como realização da sociedade participativamente desejada;
A noção de sujeito social , não de objeto , de paciente, de cliente, de elemento;
A noção de direitos e de deveres , sobretudo os fundamentais , tais como os direitos humanos, os deveres de cidadão, o direito à satisfação das necessidades básicas, o direito à educação, etc.;
A noção de democracia , como forma de organização socioeconômica e política mais capaz de garantir a participação como processo de conquista;
A noção de liberdade , igualdade , comunidade , que leva à formação de ideologias comprometidas com processos de redução da desigualdade social e regional, com o desenvolvimento, a qualidade de vida e o bem-estar culturalmente definidos, com a satisfação das necessidades básicas e a garantia dos direitos fundamentais , inclusive justiça e segurança pública;
A noção de acesso à informação e ao saber , como instrumentos de crescimento da economia e da sociedade, bem como de participação política;
A noção de acesso a habilidades capazes de potenciar a criatividade do trabalho, visto como um componente cultural, mais do que como simples elemento produtivo.

Fonte: Adaptado de Demo (1996, p. 52-53, grifo nosso).

Em outros termos, a cidadania é um processo contínuo, em constante construção, que materializa os direitos humanos. Estes, por sua vez, são tidos como conjunto de regras que objetivam proteger as necessidades básicas da pessoa e os benefícios para a vida em sociedade, proporcionando harmonia e paz (PARANÁ, 2010).

Pertencer à espécie humana é a condição universal de todos os humanos, sejam eles brancos(as), negros(as), índios(as), etc. Baseado nesse caráter biológico, todos os homens e mulheres são indubitavelmente seres humanos. Contudo, poucos são as pessoas que

detêm a condição indiscutível de serem, simultaneamente, “seres humanos” e “seres de direitos humanos” (FURLANI, 2009).

Esta é a mesma sistemática hierarquizada que configura a posição social dos diferentes, a definição dos incluídos e dos excluídos, a abertura de possibilidades ou a falta destas aos visibilizados e aos ocultados (no meio social em geral, e nas oportunidades) (FURLANI, 2009).

Há direta relação entre os movimentos sociais surgidos na segunda metade do século 20 em oposição às desigualdades e injustiças sociais: sexo, gênero, sexualidade, raça, classe, nível de instrução, visto que as pessoas cujas identidades eram consideradas subalternas tinham seu estado de “sujeito de direitos” anulado e sofriam represália em nichos específicos de discriminação, preconceito e violência provenientes de cada “[...] identidade cultural: às mulheres: o sexismo, o machismo e a misoginia; aos **gays, lésbicas, travestis, transexuais, transgêneros**: a **homofobia**, a **lesbofobia** e a **transfobia**; aos negros e às negras: o racismo e o etnocentrismo; aos estrangeiros e aos migrantes: a xenofobia” (FURLANI, 2009, p. 299).

Nessa lógica, Pitanguy (2002, p. 111) entende que a cidadania e os direitos humanos são certificados em realidade social “na medida em que são enunciados em normas, legislações e tratados, configurando o espaço da cidadania formal”. Consideramos pertinente, a partir de tal entendimento, discorrer sobre a relação entre a sexualidade e o direito como uma vertente dos direitos humanos.

2.2.4 Direitos e sexualidade: particularidades dos direitos humanos

Não é novidade o elo entre a sexualidade e o direito, compreendido como conjunto de instrumentos normativos estatais vigentes num momento preciso, englobando atos legislativos e decisões judiciais. Historicamente, o direito serviu como instrumento de amparo e de conservação dos padrões morais totalitários e dominantes. A atuação do direito ao longo da história contesta tais padrões retrógrados: a naturalização e reconhecimento da família heterossexual, – até então, como o único modelo *permissível* de família – a criminalização de atos homossexuais e a autenticação do uso efetivo do nome social de pessoas trans (RIOS, 2011).

A noção dos direitos sexuais, especialmente das pessoas LGBT+, se deu na reivindicação dos movimentos sociais na esfera política e no debate jurídico, em assimetria com os modelos hegemônicos. A eclosão destas demandas e o reconhecimento pleno de

alguns direitos, ainda que espaçado e vagaroso, instaurou uma nova modalidade no vínculo entre o direito e a sexualidade. Assim, os direitos sexuais devem ser entendidos como particularidade dos direitos humanos (RIOS, 2011; FURLANI, 2009).

Todavia, o percurso dos direitos sexuais como parte dos direitos humanos tem passado por divergências. A extensão da realidade requisita que se efetive a liberdade de expressão sexual, direito que é muitas vezes negligenciado e utópico perante a resistência ao reconhecimento de direitos homossexuais, masculinos ou femininos, ou de pessoas trans. Os direitos sexuais vão além da proteção de determinada identidade sexual (homossexual ou travesti, etc.) e abrange práticas sexuais não inerentes as identidades, como, por exemplo, a regularização da prostituição como profissão (RIOS, 2011).

Conforme Rios (2011) observa, devem-se vislumbrar os direitos sexuais como premissa fundamental dos direitos humanos, constituindo as bases para uma abordagem jurídica que perpassa as tendências consagradamente repressivas que marcam o percurso laboral de legisladores, promotores, juízes e advogados. Com esta perspectiva, findam-se as medidas para a concretização dos princípios básicos da liberdade, da igualdade, da não discriminação e do respeito à dignidade no patamar da sexualidade.

O percurso no esforço para a validação da dignidade denota a necessidade de proteção das pessoas quanto às relações de opressão sexual. Tal necessidade afirma a pertinência da sexualidade no contexto dos direitos humanos, deles extraindo força jurídica e discernimento político para a superação de preconceito e de estigma contra toda identidade que se opõe ao heterossexismo, entendido como uma visão de mundo que hierarquiza e oprime todas as manifestações da sexualidade pautadas na “superioridade” e “normalidade” da heterossexualidade (RIOS, 2011, p. 76).

Rios (2011) destaca alguns direitos nesse cenário: **liberdade, privacidade, igualdade** e respeito à **dignidade humana**. A **privacidade** é tida como o direito precursor na evolução do marco internacional dos direitos humanos: trata-se de diretriz determinante e informadora dos direitos humanos e dos direitos sexuais. Desde então, predomina no direito europeu o discernimento de que o direito humano de privacidade protege as comunidades LGBT+ em face de discriminação por suas escolhas – leia-se orientação sexual/identidade de gênero, etc. (RIOS, 2011).

Inerente à privacidade, está o direito de **liberdade**, visto que a privacidade é justamente uma manifestação, no âmbito das relações

interpessoais, do próprio direito de liberdade. O direito de liberdade possibilita as pessoas a agir de forma autônoma na tomada de decisões individuais. Diante da importância que a sexualidade e as identidades assumem na construção da subjetividade e na formação de relações pessoais e sociais, a liberdade sexual, que é expressa também como direito à livre expressão sexual, é a concretização do direito humano à liberdade (RIOS, 2011).

Já o direito de **igualdade** não se compadece com tratamentos prejudiciais sobre a sexualidade e/ou gênero. Assim sendo, restrições de direitos não autorizados por lei (proibição de manifestações de afeto entre homossexuais idênticas às aceitas para heterossexuais, entre outras), tanto quanto preterições de direitos fundadas em preconceito (justificar a exclusão de casais homossexuais no sistema de adoção sob o pretexto de danos à criança, por exemplo), constituem violação do direito de igualdade, vinculada ao âmbito dos direitos sexuais (RIOS, 2011).

A proibição de discriminação por orientação sexual, por vezes, é declaradamente prevista pelo direito; o ocorrente, usualmente, é a proibição decorrente da abertura das listas pontuais de critérios proibidos de discriminação, expressas ao admitir fatores antecedentes – como raça e origem – e outras formas de discriminação, dispostas no artigo 3, IV⁵, da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

É pertinente salientar que a discriminação por orientação sexual configura apenas um cenário dentre outros, relativos à discriminação sexual, de identidade de gênero, etc., atingindo a dignidade. A proteção da dignidade humana é outro direito humano básico com repercussões imediatas para o exercício dos direitos sexuais LGBT+ (RIOS, 2011).

Assimilado como o reconhecimento do valor único e particular de cada vida humana, merecedora de respeito e consideração, esse direito humano – sexual e/ou de gênero – pleiteia que nenhuma pessoa seja hostilizada, injuriada ou (des)qualificada como abjeto em decorrência de manifestação sexual diversa da heterossexualidade. Pleiteia também que os projetos de vida, pertencentes à importante dimensão da subjetividade, não sejam sentenciados por terceiros à

⁵ De acordo com a Constituição Federal (BRASIL, 1988):

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: IV - promover o bem de todos, sem **preconceitos** de **origem, raça, sexo, cor, idade** e quaisquer outras formas de **discriminação**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 jan. 2018.

pessoa, de forma *padrão*, pasteurizando a essência do sujeito. A violação à **dignidade**, direito elementar no regime jurídico dos direitos humanos, é costumeira: basta atentar para os constrangimentos e imposições experienciadas por aqueles que não se enquadram a valores, costumes e/ou tradições (RIOS, 2011).

No sentido de fortalecer os direitos sexuais como direitos humanos, foi proclamada em 1997 a “Declaração dos Direitos Sexuais”⁶. A declaração de direitos sexuais da *World Association for Sexual Health*⁷ (WAS - Associação Mundial para a Saúde Sexual) foi revisada e aprovada pela WAS em março de 2014.

São direitos humanos referentes à sexualidade (WAS, 2014):

1. O Direito à igualdade e a não discriminação – Todos têm o direito de usufruir dos direitos sexuais definidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer tipo, seja raça, etnia, cor, sexo, linguagem, religião, opinião política ou outra qualquer, origem social ou regional, local de residência, características, nascimento, deficiência, idade, nacionalidade, estado civil ou familiar, orientação sexual, identidade e expressão de gênero, estado de saúde, situação econômica, social ou outra qualquer.

2. O Direito à vida, liberdade, e segurança pessoal – Todos têm o direito à vida, liberdade e segurança, que não podem ser ameaçadas, limitadas ou removidas arbitrariamente por motivos relacionados à sexualidade. Estes incluem: orientação sexual, comportamentos e práticas sexuais consensuais, identidade e expressões de

⁶ Esta é a tradução oficial da Declaração dos Direitos Sexuais. Para fins legais e técnicas, deve-se consultar a versão em Inglês como o texto oficial:

http://www.worldsexology.org/wp-content/uploads/2013/08/declaration_of_sexual_rights_sep03_2014.pdf.

Disponível em: <<http://www.worldsexology.org/wp-content/uploads/2013/08/DSR-Portugese.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2017.

⁷ A *World Association for Sexual Health* é um grupo mundial multidisciplinar de sociedades científicas, ONGs e profissionais do campo da sexualidade humana que promove a saúde sexual por toda a vida e em todo o mundo através do desenvolvimento, promoção, e apoio à sexologia e a direitos sexuais para todos. “WAS” realiza tais objetivos, através de ações de defesa e integração, facilitando a troca de informações, ideias, experiências e avanços científicos baseados na pesquisa da sexualidade, educação e sexologia clínica, com uma abordagem multidisciplinar.

gênero, bem como acessar ou ofertar serviços relacionados à saúde sexual e reprodutiva.

3. O direito à autonomia e integridade corporal – Todos têm o direito de controlar e decidir livremente sobre questões relativas à sua sexualidade e seus corpos. Isto inclui a escolha de comportamentos sexuais, práticas, parceiros e relacionamentos, desde que respeitados os direitos do próximo.

4. O direito de estar isento de tortura, tratamento ou punição cruel, desumana ou degradante – Todos devem estar isentos de tortura, tratamento ou punição cruel, desumana ou degradante em razão de sua sexualidade, incluindo: práticas tradicionais nocivas; esterilização, contracepção ou aborto forçado; e outras formas de tortura, tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes praticados por razões relacionadas ao sexo, gênero, orientação sexual, identidade e expressão de gênero, ou característica física de alguém.

5. O direito de estar isento de todas as formas de violência ou coerção – Todos deverão estar isentos de violência e coerção relacionadas à sexualidade, incluindo: Estupro, abuso ou, perseguição sexual, “bullying”, exploração sexual e escravidão, tráfico com propósito de exploração sexual, teste de virgindade ou violência cometida devido à prática sexual real ou presumida, orientação sexual, identidade e expressão de gênero ou qualquer característica física.

6. O direito à privacidade – Todos têm o direito à privacidade relacionada à sexualidade, vida sexual e escolhas inerentes ao seu próprio corpo, relações e práticas sexuais consensuais, sem interferência ou intrusão arbitrária. Isto inclui o direito de controlar a divulgação de informação relacionada à sua sexualidade pessoal a outrem.

7. O direito ao mais alto padrão de saúde atingível, inclusive de saúde sexual; com a possibilidade de experiências sexuais prazerosas, satisfatórias e seguras – Todos têm o direito ao mais alto padrão de saúde e bem estar possíveis, relacionados à sexualidade, incluindo a possibilidade de experiências sexuais prazerosas, satisfatórias e seguras. Isto requer a disponibilidade, acessibilidade e aceitação de serviços de saúde qualificados, bem como o acesso a condições que influenciem e determinem a saúde, incluindo a saúde sexual.

8. O direito de usufruir dos benefícios do progresso científico e suas aplicações – Todos têm o direito de usufruir dos benefícios do progresso científico e suas aplicações em relação à sexualidade e saúde sexual.

9. O direito à informação – Todos devem ter acesso à informação cientificamente precisa e esclarecedora sobre sexualidade, saúde sexual, e direitos sexuais através de diversas fontes. Tal informação não deve ser arbitrariamente censurada, retida ou intencionalmente deturpada.

10. O direito à educação e o direito à educação sexual esclarecedora – Todos têm o direito à educação e a uma educação sexual esclarecedora. Educação sexual esclarecedora deve ser adequada à idade, cientificamente acurada, culturalmente idônea, baseada nos direitos humanos, na equidade de gêneros e ter uma abordagem positiva quanto à sexualidade e o prazer.

11. O direito de constituir, formalizar e dissolver casamento ou outros relacionamentos similares baseados em igualdade, com consentimento livre e absoluto – Todos têm o direito de escolher casar-se ou não, bem como adentrar livre e consensualmente em casamento, parceria ou outros relacionamentos similares. Todas as pessoas são titulares de direitos iguais na formação, durante e na dissolução de tais relacionamentos sem discriminações de qualquer espécie. Este direito inclui igualdade absoluta de direitos frente a seguros sociais, previdenciários e outros benefícios, independente da forma do relacionamento.

12. O direito a decidir sobre ter filhos, o número de filhos e o espaço de tempo entre eles, além de ter informações e meios para tal – Todos têm o direito de decidir ter ou não ter filhos, a quantidade destes e o lapso de tempo entre cada criança. O exercício desse direito requer acesso a condições que influenciam e afetam a saúde e o bem-estar, incluindo serviços de saúde sexual e reprodutiva relacionados à gravidez, contracepção, fertilidade, interrupção da gravidez e adoção.

13. O direito à liberdade de pensamento, opinião e expressão – Todos têm o direito à liberdade de pensamento, opinião e expressão relativos à sexualidade, bem como o direito à expressão plena de sua própria sexualidade, por exemplo, na aparência, comunicação e comportamento, desde que devidamente respeitados os direitos dos outros.

14. **O direito à liberdade de associação e reunião pacífica** – Todos têm o direito de organizar-se, associar-se, reunir-se, manifestar-se pacificamente e advogar, inclusive sobre sexualidade, saúde sexual, e direitos sexuais.

15. **O direito de participação em vida pública e política** – Todos têm o direito a um ambiente que possibilite a participação ativa, livre e significativa em contribuição a aspectos civis, econômicos, sociais, culturais e políticos da vida humana a nível local, regional, nacional ou internacional. Em especial, todos têm o direito de participar no desenvolvimento e implantação de políticas que determinem seu bem-estar, incluindo sua sexualidade e saúde sexual.

16. **O direito de acesso à justiça, reparação e indenização** – Todos têm o direito ao acesso à justiça, reparação e indenização por violações de seus direitos sexuais. Isto requer medidas efetivas, adequadas e acessíveis, assim como devidamente educativas, legislativas, judiciais, entre outras. Reparação incluiu retratação, indenização, reabilitação, satisfação e a garantia de não repetição (WORLD ASSOCIATION FOR SEXUAL HEALTH, 2014, p. 2-3).

Apoiado em tais direitos sexuais, a noção de equidade sexual é percebida como uma mudança paradigmática na área da sexualidade. Os direitos sexuais emergem (e se estabelecem) num contexto histórico em que se destaca também a força e a ligação pertinente com os direitos humanos. Os grupos vulneráveis que se organizaram e se mobilizaram politicamente nos movimentos sociais, principalmente a partir dos anos 1950, influenciaram diretamente o cenário e impulsionaram o posicionamento teórico/acadêmico dos intitulados “especialistas científicos” na revisão e modificação dos enquadramentos patológicos e das definições de algumas “doenças”, assim denominadas e justificadas para a exclusão social e a privação de direitos dos discriminados⁸ (FURLANI, 2009, p. 304).

Salientam-se a compreensão dos fatores de **liberdade** e **igualdade** como pré-requisitos para a dignidade e a cidadania. Para John Rawls (2003, p. 27, grifo nosso), as pessoas **livres** e **iguais** são consideradas aquelas que têm “as duas faculdades morais”: a **primeira** é relativa à capacidade de ter um senso de justiça, isto é, compreender e

⁸ Abordaremos sobre alguns pontos específicos na próxima subseção.

aplicar os sentidos de justiça política que determinam os termos equitativos de compreensão social, e agir com base neles – e não somente de acordo com eles; a **segunda** consiste na capacidade de formar uma concepção do bem: competência para ter, revisar e buscar atingir de modo racional uma concepção do bem, um corpo ordenado de fins determinantes à concepção da pessoa sobre o que tem valor na vida, do que se considera uma vida digna de ser vivida.

Quando uma pessoa é considerada detentora de ambas as faculdades morais, ela está apta a se envolver numa cooperação social mutuamente benéfica durante a vida toda e também a honrar os termos equitativos desta cooperação por eles mesmos. Para Rawls (2003, p. 27), baseado na teoria da justiça como equidade, a concepção dessa mesma pessoa está inerente a uma condição política. “A concepção da pessoa é, em si, normativa e política”, e elaborada conforme os cidadãos são vistos na cultura política de uma sociedade democrática, em seus textos políticos (em constituições, declarações de direitos humanos, etc.), e na interpretação de tais textos.

Nessa lógica, os cidadãos são vistos como **peçoas iguais** quando se considera que todos têm, em instância básica necessária, as faculdades morais essenciais para o envolvimento na cooperação social ao longo de toda a vida e participação na sociedade como cidadãos iguais. Possuir essas faculdades, nesse grau, é o que Rawls (2003) considera como base da igualdade entre os cidadãos como pessoas: na medida em que a sociedade é vista como um sistema equitativo de cooperação, o cerne da igualdade consiste em termos minimamente necessários, nas capacidades morais e outras que permitam as pessoas participar plenamente da vida cooperativa da sociedade; logo, a igualdade dos cidadãos é mensurada pela igualdade de seus representantes, ou seja, o fato que estes representantes estão alinhadamente dispostos naquela posição e têm direitos iguais no relativo aos procedimentos adotados para chegar a um acordo.

2.2.5 Pessoas livres e democracia

Partindo do pressuposto que a justiça como equidade é uma concepção política de justiça voltada a uma sociedade democrática, o entendimento de **peçoas livres** é associado à cultura política. Rawls (2003) expõe que os cidadãos são pessoas livres em dois sentidos. Em primeiro plano, os cidadãos são livres ao se considerarem e considerarem os demais como detentores da faculdade moral de ter uma concepção do bem; enquanto cidadãos são qualificados a rever e

modificar as circunstâncias sociais por motivos razoáveis e racionais, podendo fazê-lo se assim quiserem.

Na conjuntura de pessoas livres, os **cidadãos** têm direito de reivindicar que seus semelhantes sejam independentes de qualquer concepção do bem específico ou qualquer esquema específico com finalidades estipuladas, e de não ter associação alguma com determinadas concepções. Usufruindo da faculdade moral que possibilita formar, rever e racionalmente procurar atingir uma concepção benevolente, sua identidade pública ou legal como pessoas livres não é estremecida por mudanças no percurso do famigerado bem (RAWLS, 2003).

Exemplificando, quando os cidadãos não se identificam mais com a sua religião ou com o que lhes foi orientado por alguma instituição, – família, escola etc. – não deixam de serem, para questões de justiça política, as mesmas pessoas de outrora. Não se perde a sua identidade pública ou legal – sua identidade em termos de direito fundamental, e continua tendo os mesmos direitos e deveres básicos, conservando as mesmas propriedades e podendo se exigir o mesmo respeito de antes (RAWLS, 2003).

Em segundo plano, os cidadãos se autointitulam livres na condição de fontes de reivindicação legítimas que se autenticam por si mesmas, isto é, consideram-se autorizados a reivindicar as instituições para realizar suas concepções do bem – uma vez que tais concepções sejam admitidas pela concepção pública de justiça. Para os cidadãos, essas reivindicações são necessárias, e sendo dotadas de direitos e deveres, são autenticadas no contexto político (RAWLS, 2003).

Rawls (2003) enfatiza a concepção da pessoa como livre e igual respaldado numa concepção normativa: dada pelo pensamento, prática moral e política, e estudada pela filosofia moral e política e pela filosofia do direito. Prova disso é que desde a antiga Grécia, em filosofia e em direito, o conceito de pessoa foi definido como o alguém que pode participar da vida social ou desempenhar uma função nela, exercendo e respeitando diferentes direitos e deveres.

A noção de pessoas livres e iguais é atrelada àquelas que podem desempenhar a função de membros plenamente cooperativos, na apreensão da sociedade como um sistema equitativo de cooperação. O entendimento apresentado por pessoa não deve ser confundido com a concepção de ser humano, visto as definições da biologia ou da psicologia sem o uso de conceitos normativos de vários tipos, como os conceitos de faculdades morais e de virtudes morais e políticas, por exemplo (RAWLS, 2003).

Para caracterizar a pessoa, devem-se agregar a estes conceitos os utilizados para formular as faculdades da razão, da inferência e do julgamento, sendo faculdades vitais às duas faculdades morais e essenciais para seu exercício e na prática das virtudes (RAWLS, 2003).

Em síntese, a **humanização** do ser humano ocorre na cidadania, na qual o ser torna-se pessoa, factualmente, ao participar da sociedade e ter a percepção interna e externa que seus semelhantes são iguais e livres por direito (RAWLS, 2003). Para a melhor compreensão dos aspectos macro relativos à população aqui estudada, a seguir apresenta-se a figura 9.

Figura 9 – Síntese dos aspectos macro



Fonte: dados obtidos no estudo.

De acordo com a figura 9, pode-se observar que os aspectos macro compõem as circunstâncias que humanizam o ser humano, ou seja, a sedimentação de seu papel cidadão e como esse sendo um fenômeno social torna-se incluído ou desprezado pela sociedade. Essa lucidez nos remete imediatamente a nossa próxima subseção, que trata especificamente da população aqui estudada: as pessoas trans; e de antemão, já nos apresenta os seguintes questionamentos: essas pessoas são tratadas como/ou se sentem cidadãos? São/ou se reconhecem como

pessoas iguais e livres, de fato?. Alguns aspectos inerentes a estas indagações e outras questões serão expostos na sequência.

2.3 ASPECTOS MICRO: MINORIAS SOCIAIS – EM FOCO AS PESSOAS TRANS

Dado o exposto na subseção anterior, nesta buscaremos elucidar o que consideramos pertinente a um entendimento mais próximo às pessoas trans. Abordar sobre estas pessoas é um desafio, pois em primeira instância, o pesquisador não se considera uma pessoa trans. A par disso, a abordagem sobre as pessoas trans neste estudo busca ser empática e servir como uma extensão da voz destas pessoas, e não ser a voz das pessoas, o que é inviável. Na sequência, serão feitos alguns apontamentos sobre as pessoas trans na sociedade em geral e em contexto brasileiro.

2.3.1 As pessoas trans na sociedade contemporânea

Cada pessoa é uma pessoa única, que se assemelha em alguns aspectos comuns às demais pessoas. Estes aspectos nos identificam com alguns e nos diferenciam de outros, como a região de nascença e *status* social, nossa raça, classe social, religião, habilidades físicas, entre outras que marcam a diversidade humana, como as questões de gênero. Desde a infância, somos **educados** a agir e a ter determinada aparência, sempre em concordância com o nosso sexo biológico. “Se havia ultrassonografia, este sexo foi determinado antes de nascermos. Se contrário, foi no parto” (DE JESUS, 2012).

Na sociedade e conseqüentemente, em nossas casas, crescemos sendo ensinados que “homens são assim e mulheres são assado”, porque “é da sua natureza”, e costumamos realmente observar isso constantemente. O fato é que a grande diferença percebida entre homens e mulheres é construída socialmente, desde o nascimento, quando meninos e meninas são ensinados a agir de acordo como são identificadas, a ter um papel de gênero “apropriado”. Como as influências sociais não são totalmente visíveis, nos parece que as diferenças entre homens e mulheres são “naturais”, sumariamente biológicas, quando, na verdade, suas concepções são ditadas pelo convívio social (DE JESUS, 2012).

Há outro agravante: na sociedade em que vivemos, propaga-se em larga escala a crença totalitarista de que os órgãos genitais são os responsáveis por definirem a pessoa como homem ou mulher.

Entretanto, a construção de nossa própria identificação, seja como homens ou como mulheres não é um fato biológico, é social. A ciência biológica determina o sexo de uma pessoa pelo tamanho das suas células reprodutivas (pequenas: espermatozóides, logo, macho; grandes: óvulos, logo, fêmea), única e exclusivamente. Biologicamente, esses preceitos não definem o comportamento masculino ou feminino das pessoas: a responsável por isso é a cultura, a qual define alguém como masculino ou feminino, podendo variar conforme a cultura regional (DE JESUS, 2012).

A título de exemplo, mulheres de países nórdicos têm características que, para a cultura brasileira, são tidas como masculinas. Ser masculino no Brasil é dissemelhante do que é ser masculino em outros lugares. Há culturas para as quais não é o órgão genital que define o sexo. Ser masculino ou feminino, homem ou mulher, é uma questão de gênero. Assim, é a partir do gênero como conceito básico que entendemos homens e mulheres, isto é, **sexo é biológico, gênero é social**, construído pelas diferentes culturas. E o gênero perpassa o sexo; o que importa, na definição do que é ser homem ou mulher, não são os cromossomos ou a conformação genital, mas a autoidentificação e a forma como a pessoa se expressa socialmente (DE JESUS, 2012, grifo nosso). Simone de Beauvoir, em seu antológico “O Segundo Sexo” elucida:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino (BEAUVOIR, 1967, p. 9).

A adesão ou não de determinados modelos e papéis de gênero pode independer de nossos órgãos genitais, dos cromossomos ou de alguns níveis hormonais. Ao contrário de ideologias propagadas por algumas vertentes científicas, entende-se que a vivência de um gênero (social, cultural) discordante com o que se esperaria de alguém de um determinado sexo (biológico) é uma questão de identidade, e não um transtorno (DE JESUS, 2012).

Esse é o caso das pessoas conhecidas coletivamente como parte do grupo que alguns chamam de transgênero, ou mais popularmente, trans. De Jesus (2012) destaca que em terminologia de gênero, todas as

peçoas podem ser agrupadas – incluindo as limitações comuns de classificação – como transgênero ou “cisgênero”. Entende-se por cisgênero ou “cis”, as peçoas que se consideram adjacentes ao gênero atribuído no nascimento. As peçoas trans, ou não-cisgênero, são aquelas que não se identificam com o gênero que lhes foi designado.

Em contexto brasileiro, De Jesus (2012) aponta que não existe ainda consenso sobre o termo. Existem as peçoas que se consideram transgênero como algo a parte das peçoas travestis e transexuais, e as que não se identificam com qualquer gênero. Porém, acredita-se que a terminologia trazida por Suess (2010) e adotada para nos referir aos sujeitos deste estudo seja a mais democrática, na qual abrangem todas as formas de identidades não-binárias, aquelas que vão além do homem/masculino e mulher/feminino; levando em consideração que cada expressão de gênero é dada pela autoidentificação dentro desse termo geral.

Para melhor compreensão desta temática e de outros termos necessários para o contexto trans(gênero), as figuras subsequentes (10, 11 e 12) tratarão de alguns conceitos inerentes à sexualidade, à orientação sexual e à identidade de gênero extraídos do Manual de Comunicação LGBT, da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT, 2010).

Figura 10 – Aspectos inerentes à sexualidade

<p>Gênero: Conceito formulado nos anos 1970 com profunda influência do movimento feminista. Foi criado para distinguir a dimensão biológica da dimensão social, baseando-se no raciocínio de que há machos e fêmeas na espécie humana. No entanto, a maneira de ser homem e de ser mulher é instituída pela cultura. Assim, gênero significa que homens e mulheres são produtos da realidade social e não decorrência da anatomia de seus corpos.</p>
<p>Sexo biológico: Conjunto de informações cromossômicas, órgãos genitais, capacidades reprodutivas e características fisiológicas secundárias que distinguem machos e fêmeas.</p>
<p>Sexualidade: Refere-se às elaborações culturais sobre os prazeres e os intercâmbios sociais e corporais que compreendem desde o erotismo, o desejo e o afeto, até noções relativas à saúde, à reprodução, ao uso de tecnologias e ao exercício do poder na sociedade. As definições atuais da sexualidade abarcam, nas ciências sociais, significados, ideias, desejos, sensações, emoções, experiências, condutas, proibições, modelos e fantasias que são configurados de modos diversos em diferentes contextos sociais e períodos históricos. Trata-se, portanto, de um conceito dinâmico que vai evoluindo e que está sujeito a diversos usos, múltiplas e contraditórias interpretações e que se encontra sujeito a debates e a disputas políticas.</p>

Fonte: Adaptado de Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT, 2010).

Figura 11 – Aspectos inerentes à orientação sexual

<p>Orientação sexual: Refere-se à capacidade de cada pessoa de ter uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas.⁹ Basicamente, há três orientações sexuais preponderantes: pelo mesmo sexo/gênero (homossexualidade), pelo sexo/gênero oposto (heterossexualidade) ou pelos dois sexos/gêneros (bissexualidade). Estudos demonstram que as características da orientação sexual variam de pessoa a pessoa.</p>
<p>Homossexual: É a pessoa que se sente atraída sexual, emocional ou afetivamente por pessoas do mesmo sexo/gênero.</p> <p>Homossexualidade: É a atração sexual e afetiva por pessoas do mesmo sexo/gênero.</p> <p>Homossexualismo: Termo incorreto e preconceituoso devido ao sufixo “ismo”, que denota doença, anormalidade. O termo substitutivo é homossexualidade.</p>

⁹ Definição contida nos Princípios de Yogyakarta: Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Yogyakarta, Indonésia, 2006.

que se refere da forma correta à orientação sexual do indivíduo, indicando “modo de ser”. ¹⁰
Heterossexual: Indivíduo amorosamente, fisicamente e afetivamente atraído por pessoas do sexo/gênero oposto. Heterossexuais não precisam, necessariamente, terem tido experiências sexuais com pessoas do outro sexo/gênero para se identificarem como tal.
Heterossexualidade: Termo utilizado para descrever a sexualidade dos heterossexuais em seu sentido mais abrangente, compreendendo não só a esfera sexual em si (atração e prática do ato sexual), como também a esfera afetiva e a implicação de ambas em comportamentos e relações humanas. Embora nos dicionários as palavras heterossexualidade e heterossexualismo figurem como sinônimos, o movimento LGBTQ+ não emprega o sufixo “ismo” para identificar orientação ou identidade sexual, por trazer uma carga semântica de conotação negativa, que caracteriza doença ou distúrbio.
Bissexual: É a pessoa que se relaciona afetiva e sexualmente com pessoas de ambos os sexos/gêneros. Bi é uma forma reduzida de falar de pessoas Bissexuais. Bissexualidade: Termo utilizado para descrever a experiência bissexual em sentido amplo.
Intersexual: É o termo geral adotado para se referir a uma variedade de condições (genéticas e/ou somáticas) com que uma pessoa nasce, apresentando uma anatomia reprodutiva e sexual que não se ajusta às definições típicas do feminino ou do masculino.
LGBT+: Em 08 de Junho de 2008, durante a I Conferência Nacional GLBT, promovida pelo Governo Federal, envolvendo mais de 10 mil pessoas em conferências estaduais e 1.200 delegados/as nacionais, reunidos em Brasília, decidiu-se pelo uso da terminologia LGBTQ para identificar a ação conjunta de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, no Brasil.

Fonte: Adaptado de Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT, 2010).

¹⁰Em 1973, os Estados Unidos retirou “homossexualismo” da lista dos distúrbios mentais da American Psychology Association, passando a ser usado o termo Homossexualidade. Em 1985, o Conselho Federal de Medicina aprovou a retirada, no Brasil, da homossexualidade do código 302.0, referente aos desvios e transtornos sexuais, da Classificação Internacional de Doenças. Em 1990, a Assembleia Mundial da Saúde aprovou a retirada do código 302.0 da Classificação Internacional de Doenças da Organização Mundial da Saúde. A nova classificação entrou em vigor entre os países-membro das Nações Unidas a partir de 1º de janeiro de 1993. Por isso, o sufixo “ismo” (terminologia referente à “doença”) foi substituído por “dade” (que remete a “modo de ser”).

Figura 12 – Aspectos inerentes à identidade de gênero

<p>Identidade de gênero: É uma experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos e outros) e outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e maneirismos¹¹. Identidade de gênero é a percepção que uma pessoa tem de si como sendo do gênero masculino, feminino ou de alguma combinação dos dois, independente de sexo biológico. Trata-se da convicção íntima de uma pessoa de ser do gênero masculino (homem) ou do gênero feminino (mulher).</p>
<p>Transgênero ou “trans”: Terminologia utilizada para descrever pessoas que transitam entre os gêneros. São pessoas cuja identidade de gênero transcende as definições convencionais de sexualidade.</p>
<p>Transexual: Pessoa que possui uma identidade de gênero diferente do sexo designado no nascimento. Homens e mulheres transexuais podem manifestar o desejo de se submeterem a intervenções médico-cirúrgicas para realizarem a adequação dos seus atributos físicos de nascença (inclusive genitais) a sua identidade de gênero constituída.</p>
<p>Travesti: Pessoa que nasce do sexo masculino ou feminino, mas que tem sua identidade de gênero oposta ao seu sexo biológico, assumindo papéis de gênero diferentes daquele imposto pela sociedade. Muitas travestis modificam seus corpos por meio de hormonioterapias, aplicações de silicone e/ou cirurgias plásticas, porém, vale ressaltar que isso não é regra para todas (definição adotada pela Conferência Nacional LGBT+ em 2008. Diferentemente das transexuais, as travestis não desejam realizar a cirurgia de redesignação sexual (mudança de órgão genital)¹². Utiliza-se o artigo definido feminino “A” para falar da Travesti (aquela que possui seios, corpo, vestimentas, cabelos, e formas femininas). É incorreto usar o artigo masculino, por exemplo, “O” travesti Maria, pois está se referindo a uma pessoa do gênero feminino.</p>
<p>Androginia: Termo genérico usado para descrever qualquer indivíduo que assuma postura social, especialmente a relacionada à vestimenta, comum a ambos os gêneros.</p>
<p>Drag queen: Homem que se veste com roupas femininas de forma satírica e extravagante para o exercício da profissão em shows e outros eventos. Uma dragqueen não deixa de ser um tipo de “transformista”, pois o uso das roupas está ligado a questões artísticas – a diferença é que a produção necessariamente focaliza o humor, o exagero.</p>
<p>Drag king: Versão “masculina” da dragqueen, ou seja, trata-se de uma mulher</p>

¹¹Definição contida nos Princípios de Yogyakarta: Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Yogyakarta, Indonésia, 2006, p. 7.

¹²Definição fornecida pela Articulação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA.

que se veste com roupas masculinas para fins de trabalho.
Transformista: Indivíduo que se veste com roupas do gênero oposto por questões artísticas.
F to M / FTM / F2M (Female to Male): Expressões em inglês utilizadas para designar a mudança biológica do órgão sexual feminino para o masculino, sobretudo por meio de cirurgias de transgenitalização.
M to F / MTF / M2F (Male to Female): Expressões em inglês utilizadas para designar a mudança biológica do órgão sexual masculino para o feminino, sobretudo por meio de cirurgias de transgenitalização.

Fonte: Adaptado de Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT, 2010).

Como se pode perceber, as figuras 10, 11 e 12 objetivaram tratar do panorama envolvente as distinções e os componentes da sexualidade, orientação sexual e identidade de gênero. Quanto à terminologia transgênero ou “trans”, esta vem sendo utilizada desde a década de 1990 como um termo genérico, ou “guarda-chuva” (MOLEIRO; PINTO, 2015).

Os pertencentes à população trans podem se descrever utilizando um ou mais de um termo – incluindo trans, transgênero e o que for pertinente para que cada pessoa se autoidentifique como achar melhor. Deve-se compreender que uma parcela significativa das pessoas trans utiliza hormônios para mudar seus corpos, outras aderem à cirurgia de mudança do órgão sexual, e outra grande parcela opta por não tomar tais medidas (MOLEIRO; PINTO, 2015).

Portanto, cada pessoa tem o direito de escolher como deseja ser abordada/identificada; assim, não é privilégio ou responsabilidade de terceiros atribuir um gênero. “Quando alguém lhe diz o que é, acredite neles. Deixe que as pessoas se auto-revelem” (COOPER, 2017, p. 14).

A identidade de gênero diz respeito a como cada ser se entende como membro da conjuntura masculina e/ou feminina e/ou nenhuma das duas (SILVA; CERQUEIRA-SANTOS, 2014). A figura 13 apresenta essas noções num esquema didático.

Figura 13 – O que é a identidade de gênero



Fonte: Diversus - Consultoria em diversidade (2017).

Na identidade de gênero, conforme visualizado na figura 13, podem existir as identidades não-binárias, que não se sentem confortáveis em uma divisão entre gênero masculino e gênero feminino. Essas pessoas podem não se importar com isso e sentirem-se atraídas por outras pessoas, independente da identidade de gênero. A isto, costuma-se denominar identidade não-binária. (REDE TRANS BRASIL, 2017).

A identidade é um aspecto que se destaca na dimensão geral do universo trans como expressão distinta da condição de vivência: ela caracteriza transexuais, travestis e outros; o outro aspecto é a funcionalidade, a qual é representada por *crossdressers*, *drag queens*, *drag kings*, transformistas, etc. (DE JESUS, 2012). A questão da identidade é bastante complexa e vem sendo tema de discussões na sociedade contemporânea. Eis a problematização de Butler (2003) sobre a identidade:

O que pode então significar “identidade”, e o que alicerça a pressuposição de que as identidades são idênticas a si mesmas, persistentes ao longo do tempo, unificadas e internamente coerentes? Mais

importante, como essas suposições impregnam o discurso sobre as “identidades de gênero”? Seria errado supor que a discussão sobre a “identidade” deva ser anterior à discussão sobre a identidade de gênero, pela simples razão de que as “pessoas” só se tornam inteligíveis ao adquirir seu gênero em conformidade com padrões reconhecíveis de inteligibilidade do gênero. [...] Em que medida é a “identidade” um ideal normativo, ao invés de uma característica descritiva da experiência? E como as práticas reguladoras que governam o gênero também governam as noções culturalmente inteligíveis de identidade? Em outras palavras, a “coerência” e a “continuidade” da “pessoa” não são características lógicas ou analíticas da condição de pessoa, mas, ao contrário, normas de inteligibilidade socialmente instituídas e mantidas. Em sendo a “identidade” assegurada por conceitos estabilizadores de sexo, gênero e sexualidade, a própria noção de “pessoa” se veria questionada pela emergência cultural daqueles seres cujo gênero é “incoerente” ou “descontínuo”, os quais parecem ser pessoas, mas não se conformam às normas de gênero da inteligibilidade cultural pelas quais as pessoas são definidas (BUTLER, 2003, p. 37-38).

No entendimento de Butler (2003), são gêneros “inteligíveis” aqueles que, em determinado parâmetro, instituem e mantêm relações simétricas e contínuas entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. A assimetria e incoerência são permanentemente exacerbadas e produzidas pelas leis que buscam estabelecer linhas expressivas e destinadas à ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente constituído e a “expressão” ou “efeito” de ambos na manifestação do desejo sexual por meio do ato sexual.

Butler (2003, p. 38) infere que a ideia “de que pode haver uma “verdade” do sexo, como Foucault a denomina ironicamente, é produzida precisamente pelas práticas reguladoras que geram identidades coerentes por via de uma matriz de normas de gênero

coerentes”. A heteronormatividade¹³ do desejo institucionaliza a produção de oposições discriminadas e assimétricas entre o feminino e o masculino em que estes são vislumbrados como sinônimos expressivos de “macho” e de “fêmea”.

A padronização cultural onde a identidade de gênero se torna permissível infere que determinadas “identidades” não podem “existir” – aquelas onde há a dissociação entre o gênero e o sexo ou aquelas em que há o **desencontro** no sexo e igualmente no gênero. Essa situação consiste numa relação política de direito instituído pelas leis culturais padronizadoras e reguladoras da forma e do significado da sexualidade (BUTLER, 2003).

Para Butler (2003, p. 39), certos tipos de “identidade de gênero”, tal como a identidade trans e suas variadas expressões, se apresentam como falhas do desenvolvimento ou incongruências lógicas, pelo fato primordial de não se adequarem às normas padronizadas de inteligibilidade cultural. “Entretanto, sua persistência e proliferação criam oportunidades críticas de expor os limites e os objetivos reguladores desse campo de inteligibilidade e, conseqüentemente, de disseminar, nos próprios termos dessa matriz de inteligibilidade, matrizes rivais e subversivas de desordem do gênero”.

No fim do século 20, surge como refutação à repressão sexista e identitária o movimento LGBT+ (PERUCCHI, 2009). No Brasil, a relação entre sexualidade e direitos tem sido estabelecida principalmente pela atuação de dois movimentos sociais: o movimento feminista e o LGBT+. As primeiras políticas públicas brasileiras cujo foco são as pessoas homossexuais têm por ocasião o combate à epidemia do HIV/AIDS no início dos anos 1990 (FACCHINI, 2005).

O surgimento do **movimento homossexual**¹⁴, como era denominado no período, tem suas bases históricas registradas pela

¹³ Para Petry e Meyer (2011), a heteronormatividade é problematizada como um padrão de sexualidade que regula o modo como a sociedade ocidental está organizada. Apesar da força dessa regulação, há indivíduos que escapam à norma heterossexual, como as pessoas transgênero.

¹⁴ Até 1993, o movimento aparece descrito predominantemente como MHB (movimento homossexual brasileiro); depois de 1993, como MGL (movimento de gays e lésbicas); após 1995, aparece primeiramente como um movimento GLT (gays, lésbicas e travestis) e, posteriormente, a partir de 1999, figura também como um movimento GLBT – de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros, passando pelas variantes GLTB ou LGBT, a partir de hierarquizações e estratégias de visibilização dos segmentos. Em 2005, o XII Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros aprova o uso de GLBT,

literatura no fim dos anos 1970. Neste período inicial, o movimento concentrava-se basicamente no eixo Rio de Janeiro/São Paulo, com discurso forte pautado no antiautoritarismo e com expressiva parte das demandas levadas até hoje pelo movimento LGBT+ já estabelecidas.

Nos anos 1980, levando em consideração a significativa redução dos grupos e das divergências pela relação entre HIV/AIDS e homossexualidade, há mudanças expressivas que influem no movimento contemporâneo: a atuação é direcionada para a garantia dos direitos civis e ao combate da discriminação e violência à população homossexual. Nos idos dos anos 1990, o movimento é contemplado por um novo ciclo que parece catapultá-lo das extremidades para o centro (FACCHINI, 2009).

A mudança inicial deu-se pela expansão quantitativa de grupos/organizações e o seu estabelecimento em todo o país. Essa expansão é relacionada também como a “resposta coletiva” para a epidemia do HIV/AIDS: a criação e efetivação de uma política de prevenção às DST/AIDS gerida pela parceria do Estado e sociedade civil, ratificando as políticas identitárias como estratégia na redução de vulnerabilidade social das populações estigmatizadas (FACCHINI, 2009).

Por esses aspectos, o movimento LGBT+ também cresce em número de grupos e diversifica os formatos institucionais, estendendo sua visibilidade, sua rede de alianças e espaços participativos na sociedade. Entre esses atos do movimento LGBT+, ocorrem os movimentos de direitos humanos, da diminuição do índice de AIDS e movimentos das minorias, em foco o feminista, além de agências governamentais, parlamentares e setores do mercado segmentado (FACCHINI, 2009).

Ocorre também uma extensão participativa: a discussão de leis ou políticas públicas e a construção de espaços para diálogo internacional. A visibilidade LBGT+ se amplia pelo debate público sobre candidaturas e projetos de lei; pela organização de eventos como as Paradas do Orgulho LGBT+; e pela exposição do tema de forma mais

incluindo oficialmente o “B” de bissexuais à sigla utilizada pelo movimento e convencionando que o “T” refere-se a travestis, transexuais e transgêneros. Em 2008, nova mudança ocorre a partir da Conferência Nacional GLBT: não sem alguma polêmica, aprova-se o uso da sigla LGBT para a denominação do movimento, o que se justificaria pela necessidade de aumentar a visibilidade do segmento de lésbicas (FACCHINI, 2009).

auspiciosa, como na inserção de personagens em novelas ou demais veículos midiáticos que humanizam essa população (FACCHINI, 2009).

Ao mesmo passo que o aumento da visibilidade, timidamente, atraiu a atenção de entidades conservadoras da sociedade brasileira, surtiu um processo de afirmação de especificidades e complexificação do “sujeito político” e de designação das áreas de atuação organizacionais, vide os grupos que trabalham diretamente com adolescentes ou com famílias LGBT+, entre outros (FACCHINI, 2009, p. 140).

Também na década de 1990, se constituem a organização de redes de entidades ou de ativismo em nível nacional e regional. Criam-se os fóruns estaduais e municipais de organizações e os ativismos se seguem à formação de redes nacionais. A Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT) é a primeira rede nacional, criada em 1995. Nos anos 2000, há um processo de proliferação de redes nacionais. Atualmente, todas as redes em atuação “[...] estão implicadas numa delicada trama que envolve não apenas o reconhecimento de **especificidades**, mas também relações políticas que estabelecem quem pode falar em nome do movimento ou de que parcelas dele, em qual momento” (FACCHINI, 2009, p. 141, grifo da autora).

Neste reconhecimento de especificidades, surge o debate público sobre transexualidades e a possibilidade de construção da categoria “transexual” como distinta da de “travesti”, datada entre os anos 1990 e o início dos anos 2000, segundo Carvalho e Carrara (2013). Para Lino et al. (2011, p. 6), a história do movimento de travestis e transexuais é muito recente e “[...] embrionária, mesmo sabendo que as travestis e transexuais, há muito, fazem parte de movimentos mistos¹⁵.”

Movimentos mistos, no entanto, demonstraram historicamente não estarem isentos da reprodução de lógicas sexuais de poder hierarquicamente determinadas, vide os grandes rompimentos que deram origem a movimentos de lésbicas, fora dos movimentos LGBTs. A presença de travestis e transexuais no interior dos grupos, tornando

¹⁵ A letra “T” agregada à sigla do movimento LGBT+, no princípio se referia somente a “travestis”; a entrada efetiva da terminologia “transexual” só se apresentaria no cenário político nacional no início dos anos 2000 (CARVALHO; CARRARA, 2013).

sólidas (corporais) as diferenças entre orientação sexual e identidade de gênero, não necessariamente garantia que essas especificidades fossem pautadas como bandeiras de lutas (LINO et al., 2011, p. 6).

O movimento em prol da visibilidade trans¹⁶ na contemporaneidade, dada pela participação política constante das ONGs, se relaciona ao fenômeno da autopromoção: entende-se por autopromoção a característica de uma política social centrada nos próprios interessados, que passam a autogerir ou ao menos, co-gerir a satisfação de suas necessidades, visando à superação das formas assistencialistas de política social, bem como as residualistas, compensatórias e emergenciais (DEMO, 1996).

A autopromoção contrapõe-se igualmente a efeitos **residualistas**, **compensatórios** e **emergenciais**, através dos quais reservamos migalhas para os pobres ou ofertas empobrecidas. Ao pobre, uma educação pobre, enquanto que para a população rica estão disponíveis universidades gratuitas de alto nível. É essencial captar a tendência concentradora de inúmeras iniciativas que se querem sociais (DEMO, 1996, p. 69, grifo do autor).

Esta autopromoção atesta, principalmente, três instâncias associadas à população trans: a **ratificação do nome social**, a **despatologização** e a **transfobia**. O **nome social** diz respeito ao modo como a pessoa é reconhecida, identificada e denominada na sua comunidade e no meio social, visto que o nome oficial não reflete sua identidade de gênero ou possa implicar constrangimento (REDE TRANS BRASIL, 2017).

O Brasil é o único lugar no mundo onde algumas instituições garantem um direito negado em esfera global. Universidades, escolas,

¹⁶ Atualmente, o dia 29 de janeiro é comemorado como o “Dia da Visibilidade Trans”, em que ocorrem manifestações de diversas ONGs de pessoas trans pelo país. A escolha da data simboliza a exteriorização do reconhecimento trans pelo poder público, consolidando o movimento transformador desta “população-alvo” (CARVALHO; CARRARA, 2013).

ministérios e outras instâncias públicas aprovam medidas que asseguram às pessoas trans a utilização do tal nome social. Entretanto, essas providências fragmentadas não mudam hipoteticamente nada na vida da **população mais excluída** da cidadania nacional, segundo Bento (2014, grifo nosso).

Assim, por exemplo, uma estudante transexual terá seu nome feminino na chamada escolar, mas no mercado de trabalho e em todas as outras dimensões da vida terá que continuar se submetendo a todas as situações vexatórias e humilhantes e portar documentos em completa dissonância com suas performances de gênero (BENTO, 2014, p. 175).

Para o Superior Tribunal de Justiça (STJ), o nome não é um mero acessório, ele é de extrema relevância na vida em sociedade, por constituir algo intrínseco à personalidade. Algumas proposições vêm sendo feitas no cenário brasileiro, como o Decreto Nº 8.727/2016¹⁷ e a possibilidade de pessoas trans pedirem a inclusão do nome social no CPF nas unidades de atendimento da Receita Federal (BRASIL, 2014),

Há também a **opção** de alteração do nome no registro civil e a readequação do documento de identidade, todavia, não há no Brasil uma legislação definitiva que regulamente e determine a alteração imediata do registro civil, restando à pessoa trans recorrer judicialmente para a alteração. Nem sempre a devolutiva é positiva: enquanto alguns juízes legitimam a mudança do prenome da pessoa, fundamentado nos princípios da intimidade e privacidade, poupando a pessoa do constrangimento, outros juízes não acatam o pedido, negando-o veementemente com base em critérios biológicos (BRASIL, 2014).

Algumas outras decisões se assentam na mudança do prenome, porém com a ressalva da condição transexual da pessoa, não readequando o sexo presente no registro, e por fim, existem decisões que permitem a mudança do prenome e a do sexo no registro civil. O STJ vem legalizando a situação de readequação tanto do nome no registro civil quanto no sexo, com a proibição qualquer nas certidões de

¹⁷ Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8727.htm>. Acesso em: 20 set. 2017.

registro público de históricos, evitando constrangimentos e discriminações (BRASIL, 2014).

A questão da **despatologização** caracteriza-se num conceito manifestado por uma campanha internacional pela exclusão da transexualidade, da travestilidade e das manifestações de gênero que perpassam a dicotomia homem/mulher da Classificação Diagnóstica e Estatística de Doenças – CID, da Organização Mundial de Saúde – OMS, e do Manual Diagnóstico e Estatístico das Doenças Mentais – DSM, da Associação Psiquiátrica Americana. Em nível internacional, o dia 23 de outubro é considerado o Dia Mundial de Luta contra a Patologização da Transexualidade (DE JESUS; ALVES, 2012).

No Brasil, a campanha se estendeu à reformulação do Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde¹⁸, tendo em vista a adoção de uma concepção de saúde que reconheça a pluralidade de identidades de gênero como uma manifestação natural dos seres humanos e que atenda as demandas das pessoas trans sem a necessidade de condicionar esse atendimento a um diagnóstico psiquiátrico e/ou psicológico (DE JESUS, 2012)

Em resposta positiva à despatologização, a OMS está retirando de sua lista de doenças a classificação da “identidade transgênero” como distúrbio mental, depois de estudo feito para solicitar a exclusão da classificação patológica. A alteração está prevista para a próxima CID da OMS, com lançamento previsto para maio de 2018. Segundo profissionais de saúde mental, a alteração terá impacto significativo na aceitação social da identidade trans, atestando que a OMS está em conformidade com a sociedade, desconsiderando esta questão como distúrbio mental (BELLUCK, 2016).

Se na instância da despatologização algumas mudanças necessárias vêm sendo promulgadas, a **transfobia** é ainda uma realidade social e cultural da população trans. A transfobia é multifacetada e vai

¹⁸ Instituído pelas Portarias nº 1.707 e nº 457 de agosto de 2008 e ampliado pela Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013, o Processo Transexualizador realizado pelo SUS garante o atendimento integral de saúde a pessoas trans, incluindo acolhimento e acesso com respeito aos serviços do SUS, desde o uso do nome social, passando pelo acesso a hormonioterapia, até a cirurgia de adequação do corpo biológico à identidade de gênero e social. O SUS conta com cinco serviços habilitados pelo Ministério da Saúde no processo transexualizador que realizam atendimento ambulatorial e hospitalar. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/1174-sgep-raiz/lgbt/21885-processo-transexualizador>>. Acesso em: 20 set. 2017.

muito além das violências tipificadas pelo código penal. É inexpressivo o número de pessoas trans que conseguem passar dos 35 anos de idade e chegar à terceira idade. Quando não são assassinadas, geralmente sofrem alguma outra fatalidade relacionada ao uso indiscriminado de hormônios e silicone industrial¹⁹ (REDE TRANS BRASIL, 2017).

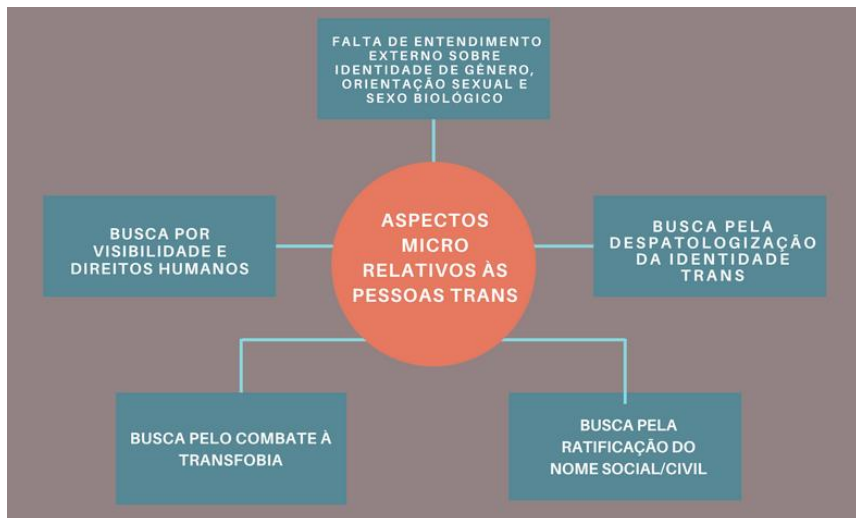
As pessoas trans compõem grupo vulnerável no país e o risco de uma pessoa trans ser assassinada é 14 vezes maior que o de um homem cisgênero gay, e a chance dessa morte ser violenta é nove vezes maior. Localizar informações e dados precisos sobre mortes de pessoas trans no Brasil é árduo, visto que os órgãos competentes falham em não ter números atualizados disponíveis. De acordo com a ONG *Transgender Europe*, o Brasil é o líder do *ranking* em mortes transexuais no mundo, visto que o último Relatório de Violência Homofóbica publicado é de 2013 (LOPES, 2016; REDE TRANS BRASIL, 2017).

Pressupõe-se que o número de ocorrências desse tipo pode ser ainda maior, devido ao elevado índice de subnotificação. Existem também muitos casos não noticiados ou nos quais as vítimas são registradas como “homem” ou “homossexual”. O grau de invisibilidade social das pessoas trans no território brasileiro é expressivo: não existem censos do IBGE ou estudos de órgãos públicos que possam mapear esse segmento pelo país para poder elaborar políticas de Direitos Humanos, no combate à violência e na criação de Políticas Públicas de Estado para atender as demandas (REDE TRANS BRASIL, 2017).

À vista disto, e objetivando condensar os aspectos micro apresentados nesta subseção, a figura 14 ratifica os aspectos então discutidos:

¹⁹ O silicone industrial é feito para o uso restrito em automóveis, servindo para lustrar e lubrificar peças e facilmente localizado em lojas especializadas (NOGUEIRA; AQUINO; CABRAL, 2017).

Figura 14 – Síntese dos aspectos micro



Fonte: dados obtidos no estudo.

Sob a ótica da figura 14 e com respaldo no discorrido acerca dos aspectos micro da população em foco, a premência de uma atuação positiva do Estado em representar e preservar as identidades trans como detentoras de direitos humanos e de subsídios mínimos para a vivência em sociedade, não somente para a sobrevivência, deve ser constituída para a cidadania e dignidade destas pessoas. Portanto, constata-se que as pessoas trans têm a cidadania refutada e não podem ser consideradas plenamente **iguais** e **livres** (ARAÚJO, 2016).

2.4 Síntese da fundamentação teórico-conceitual

A fim de sintetizar os principais aspectos discutidos na fundamentação teórico-conceitual deste estudo – a competência em informação e os aspectos macro e micro, cujos apontamentos norteiam a análise e exposição fenomenológica dos dados coletados, a figura 15 compila o discutido até o momento.

Figura 15 – Síntese da fundamentação teórico-conceitual



Fonte: dados obtidos no estudo

A partir da figura 15, observa-se a síntese dos aspectos abordados na fundamentação teórico-conceitual deste estudo, os quais serviram como princípios norteadores para a próxima seção, que trata dos aspectos teórico-metodológicos.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Flick (2005) aponta que a investigação qualitativa é significativa para o estudo das relações sociais, considerando a pluralidade dos universos de vida. Visto que as mudanças sociais e a diversidade dos universos de vida são onipresentes na sociedade atual, ocorre a mudança de paradigma das metodologias dedutivas tradicionais e suas falhas na tentativa de abranger os “novos contextos sociais e novas perspectivas” (FLICK, 2005, p. 2).

Sob este olhar, a presente seção se propõe a apresentar as escolhas que fomentaram o percurso deste estudo:

- a) a caracterização do estudo, que compreende os aspectos da fenomenologia e fenomenologia social;
- b) os procedimentos para a coleta de dados, os quais incluíram o levantamento bibliográfico e a entrevista narrativa;
- c) os apontamentos sobre o ambiente e os sujeitos do estudo;
- d) a análise dos dados por meio da fenomenologia e fenomenologia social.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

Além da Ciência da Informação, considerada uma ciência inter e multidisciplinar, as abordagens teóricas de áreas interdisciplinares foram utilizadas para dar sustento ao estudo proposto. Posto isto, a natureza deste estudo é caracterizada como exploratória.

O objetivo principal do estudo exploratório consiste na familiarização de um objeto pouco conhecido ou explorado, além de desenvolver, esclarecer e remodelar conceitos e ideias. O estudo exploratório visa proporcionar a visão geral e aproximativa de determinado fato (GIL, 2008).

Levando em consideração que este estudo buscou empreender uma aproximação entre as temáticas vulnerabilidade social, minorias sociais – com ênfase nas pessoas trans – e competência em informação, ainda pouco exploradas em conjunto no Brasil, compreende-se que este é um estudo exploratório, visto que é preciso enriquecer o referencial do presente estudo para a elaboração deste e de novas pesquisas, a quem interessar possa.

Em relação ao processo de coleta, utilizaram-se as metodologias de levantamento, documental e bibliográfica. O levantamento consiste

na obtenção da “[...] informação diretamente com um grupo de interesse a respeito dos dados que se deseja obter”. O estudo documental tem como objetivo compreender as diversas tipologias de documentos “[...] e provas existentes sobre conhecimentos científicos (SANTOS, 2001, p. 28). Estes documentos geralmente não receberam tratamento prévio analítico, encontrando-se muitas vezes nos seus locais de origem” (JUNG, 2003, p. 129). Quanto ao estudo bibliográfico, este tem como alvo “[...] conhecer as diferentes formas de contribuição científica que se realizaram sobre determinado assunto ou fenômeno”, conforme Jung (2003, p. 128) apresenta.

Para o tratamento e análise dos dados, foi utilizada uma abordagem qualitativa e fenomenológica na pesquisa. Conforme Minayo (2010) aponta, o estudo qualitativo se destina a responder questões específicas que não podem ou não devem ser quantificadas, a qual se concentra no que tange os significados, os motivos, as aspirações, as crenças, os valores e as ações, estes vistos como fenômenos humanos constituintes da realidade social.

Levando em consideração que este estudo aborda questões de cunho social, Pereira e Queirós (2012) explicam que diversas áreas do estudo social vêm na investigação qualitativa um meio de corporificar estudos com variadas bases epistemológicas. Corroborando com esta ideia, na sequência exporemos os princípios da fenomenologia e da fenomenologia social a fim de contemplar o objetivo geral deste estudo: Compreender a competência em informação de minorias sociais, com foco nas pessoas trans da região de Florianópolis, Santa Catarina, como alicerce para o desenvolvimento desta metacompetência na população em estudo.

Lima (2014) aponta que a fenomenologia é uma palavra que ultrapassa séculos e componente de uma importante etapa da Filosofia. Trata-se de uma palavra de gênese grega, formada por duas outras: “fenômeno”, aquilo que se mostra e “logia” (*logos*), que apresenta uma variedade de significados para os gregos, como palavra e pensamento (ALES BELLO, 2006).

Destarte, diz respeito ao “estudo dos fenômenos, daquilo que aparece à consciência, daquilo que é dado a partir de si mesmo [...] e visto similarmente como [...] um amplo movimento científico e espiritual, extraordinariamente variado e ramificado, ainda hoje vivo”, como discorre Lima (2014, p.10). Fenômeno, na fenomenologia, de acordo com Bicudo (1994, p. 17), “vem da palavra grega *fainomenon* – que deriva do verbo *fainestai* – e significa o que se mostra, o que se manifesta, o que aparece. É o que se manifesta para uma consciência”.

Edmund Husserl (1859-1938) é considerado o precursor da fenomenologia ao formular o método fenomenológico e influenciar em grande parte a Filosofia do século XX (DARTIGUES, 2008; LIMA, 2014). Wilson (2015) expõe que a fenomenologia viabiliza a compreensão da experiência vivida de um modo particular que a difere das outras metodologias. Na perspectiva Husserliana,

[...] fenomenologia não é sinônimo do fenomenismo no sentido de que tudo que existe seja apenas um fenômeno da consciência. A reflexão sobre os fenômenos da consciência é, entretanto, o ponto de partida para examinar os diferentes sentidos ou significados do ser e do existente à luz das funções da consciência. Através deste método pretende chegar a um fundamento certo e evidente do ser e de suas aparições. A tarefa da fenomenologia é, pois, estudar a significação das **vivências** da consciência (ZILLES, 2002, p. 41, grifo do autor).

Compreender o que fenômeno significa é tido como a dificuldade inicial para o uso da fenomenologia como objeto de estudo, devido à multiplicidade de sentidos encontrados e este depender das intersubjetividades e relatividades que lhe são empregadas (MACEDO; BOAVA; ANTONIALLI, 2012).

Jean-Paul Sartre, em “O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica” discute sobre a relatividade e o fenômeno:

Assim chegamos à idéia de fenômeno como pode ser encontrada, por exemplo, na “Fenomenologia” de Husserl ou Heidegger: o fenômeno ou o relativo-absoluto. O fenômeno continua a ser relativo porque o “aparecer” pressupõe em essência alguém a quem aparecer. [...] O fenômeno não indica, como se apontasse por trás de seu ombro, um ser verdadeiro que fosse, ele sim, o absoluto. O que o fenômeno é, é absolutamente, pois se revela como é. Pode ser estudado e descrito como tal, porque é absolutamente indicativo de si mesmo (SARTRE, 1997, p. 16).

Ao se revelar como *é*, de fato, o ser fenomênico emerge, desde sua essência até sua aparência e se estabelece como fruto dessas manifestações. E como “requisito” do fenômeno em si, este potencialmente torna-se transcendente – isto *é*, que excede a natureza física das coisas – num processo em que “[...] *é* preciso que o próprio sujeito transcenda a aparição rumo à série total da qual ela faz parte” (SARTRE, 1997, p. 16).

Zilles (2002, p. 41-42) apresenta alguns componentes da fenomenologia Husserliana:

- a) *É* um método derivado de uma atitude, que presume ser absolutamente sem pressupostos, tendo como objetivo proporcionar ao conhecimento filosófico as bases sólidas de uma ciência de rigor, com evidência apodítica;
- b) analisa dados inerentes à consciência e não especula sobre cosmovisões, isto *é*, funda-se na essência dos fenômenos e na subjetividade transcendental, pois, as essências só existem na consciência;
- c) *é* descritivo, conduzindo a resultados específicos e cumulativos, como no caso de investigações científicas; não faz inferências nem conduz a teorias metafísicas;
- d) como conhecimento fundado nas essências *é* um saber absolutamente necessário, em oposição ao conhecimento fundado na experiência empírica dos fatos contingentes;
- e) conduz à certeza e, por conseguinte, *é* uma disciplina a priori;
- f) *é* uma atividade científica no melhor sentido da palavra, sem ser, ao mesmo tempo, esmagada pelas pressuposições da ciência e sofrer suas limitações. Busca a raiz de toda a atividade filosófica e científica.

Cardoso (2008) discorre que a pesquisa fenomenológica provém, assim como os demais tipos de pesquisa, das inquietações do pesquisador, porém este inicia seu trabalho pela indagação do fenômeno em si, o qual se pretende conhecer por meio da descrição que os entrevistados discernem de suas experiências sobre o tema. Esta indagação possibilita o aparecimento da complexidade dos fenômenos

presentes nele e suas conexões. Sendo assim, “[...] o pesquisador busca compreender o sentido revelado na descrição da experiência. É a análise dessa descrição que permitirá conhecer as relações intrínsecas à experiência” (CARDOSO, 2008, p. 52).

Visto que este método tem como foco de investigação o fenômeno, aquilo que “se mostra a si mesmo tal como é”, utiliza a intuição como principal mecanismo de conhecimento, pois de acordo com a perspectiva husserliana, as essências são dadas pela intuição. Por intuição, pode-se entendê-la

[...] como uma visão intelectual do objeto do conhecimento, onde visão significa uma forma de consciência na qual se dá originariamente algo – é o fundamento último de todas as afirmações racionais (COLTRO, 2000, p. 39).

O emprego do método fenomenológico no campo pesquisado salienta a atenção do pesquisador em relação aos sentimentos expressos pelos entrevistados, ou seja: seus significados e suas percepções em relação ao que está sendo pesquisado. A partir da revelação dos relatos, dá-se a construção compreensiva – ou o princípio – da pesquisa fenomenológica com base no fenômeno estudado e a captação da experiência vivenciada. O entrevistado é tido como aquele que “atribui sentido” perante o vivido em seu dia a dia, aquele que reflete, analisa e compreende o que se passa em seu redor. A assimilação dos sentidos expressos ao fenômeno é o fator propulsor que o pesquisador visa atingir por meio da fenomenologia, uma vez que este viabiliza encontrar as manifestações vivenciadas dos sujeitos (MARTINS; BICUDO, 2005).

Moreira (2004) aponta os dois elementos principais que caracterizam a investigação fenomenológica: a redução fenomenológica e a redução eidética. Na redução fenomenológica, ou *epoqué*, – suspensão do julgamento, na filosofia grega – é a primeira atitude que o pesquisador deve tomar ao utilizar o método fenomenológico para uma pesquisa. Para tal atitude, não há dúvida da existência do mundo, mas esta deve ser posta em suspensão, visto que o mundo existente não é o tópico central da fenomenologia.

Nessa perspectiva, crenças e juízos mantêm-se suspensos para se averiguar os conteúdos da consciência, concedidos pela percepção, intuição, recordação e imaginação do ser estudado. Entretanto, é necessário chegar às essências do fenômeno e então se recorre à redução

eidética, voltada para o domínio das essências puras. A conceituação de essência se dá como algo que é certo pelas pessoas, são unidades básicas de discernimento comum de um fenômeno (MOREIRA, 2004).

Dentre as extensões do movimento fenomenológico husserliano, encontra-se a **fenomenologia social**, a qual é vista como a mais propícia a ser utilizada como base para a análise fenomenológica dos dados coletados. A fenomenologia social, ou fenomenologia sociológica teve suas bases provindas de Alfred Schutz (1899-1959), e é considerada a sociologia do cotidiano (GANDRA; SIRIHAL DUARTE, 2012).

Sendo influenciado diretamente por Husserl e Weber, Schutz (1979) designa as bases que respaldam a fenomenologia social, tendo como aspecto inicial a experiência no mundo da vida cotidiana. Apresenta o uso do método da compreensão como uma possibilidade aproximativa da natureza do mundo social pela experiência subjetiva do ser com o intuito de entender os fenômenos sociais com base em alguns conceitos, tais como o de **significado** e **intencionalidade** (GANDRA; SIRIHAL DUARTE, 2012).

Na fenomenologia social, a descrição pode ser empírica, aquilo que foi vivido, ou eidética, vista como o domínio das essências puras. Pode ter como tema a pessoa ou o tipo. Pode realizar-se em situações concretas da vida cotidiana ou com alto grau de generalidade. A construção teórica da fenomenologia social é contemplada pelo entendimento do mundo social ou mundo da vida. Este mundo, evidente nos princípios husserlianos, é a esfera social na qual as relações entre as pessoas se processam. Trata-se, então, do mundo do cotidiano, das ações triviais que constituem a experiência de vida dos atores sociais (MACEDO; BOAVA; ANTONIALLI, 2012).

Sob a visão de Schutz, o mundo cotidiano é tido como um mundo cultural e intersubjetivo, visto que as pessoas coexistem e convivem entre si não somente de maneira corporal e entre os objetos, mas principalmente por cognição. Possui caráter intersubjetivo, pois o ser permeia-se em variadas relações sociais, compreendendo e sendo compreendido por tais relações, e é cultural, uma vez que desde os primórdios, este mundo é um espaço de significação que deve ser interpretado para e de acordo com cada pessoa, segundo Jesus et al. (2013).

Ademais, viver neste mundo implica na orientação pelos meios como se age, se interpreta suas possibilidades e faceia seus desafios. Essas questões precedem o reconhecimento da pessoa em sua situação atual, interligada a sua história, a qual se constitui por suas experiências

subjetivas anteriores. A base da ação social é igualitária, porém cada ser se localiza de maneira singular no mundo da vida, o que é chamado de situação biográfica na fenomenologia social (JESUS et al., 2013).

Por situação biográfica, entende-se que cada ser, durante toda a sua vivência, vê o mundo como uma “janela” de seus interesses, motivos, desejos, ideologias e crenças. A experiência que este ser constrói em sua existência é a sua realidade, e essa mesma experiência constitui um acervo de conhecimentos que está disponível e acessível conforme a sua situação biográfica (JESUS et al., 2013).

Gandra e Sirihal Duarte (2012) apontam uma questão enfatizada na fenomenologia social: a **motivação**. Schutz define ações como condutas motivadas, ou seja, em detrimento do quê a ação foi motivada. Estes motivos, chamados de motivos *a fim* ou motivos **para** são atribuídos ao futuro do sujeito, na acepção de que sua ação foi realizada com determinada finalidade. Quanto à classe de motivos **por que** se refere às experiências de outrora do ser que justificam o motivo que ele agiu de certo modo, tal como a sua biografia, a sua história, as situações que ele vivenciou.

No campo da Ciência da Informação, é possível associar a competência em informação às premissas da fenomenologia social. Vitorino e Piantola (2009) discorrem que a competência em informação é também relacionada às experiências e entendimento próprio do ser – desta vez diretamente na informação – visto que utilizamos processos psicológicos de intuição, imaginação e pensamento em nossa relação com o mundo.

Nesse ponto de vista, a competência em informação vai muito além de procedimentos sobre técnicas e tecnologias: a motivação intrínseca, interna, é vista como o fator propulsor desta competência, no sentido que se deve despertar o anseio de assimilar e localizar a informação de maneira independente. “De outro modo, estar-se-ia criando robôs de busca e não indivíduos aptos a aprender ao longo da vida e a construir conhecimento a partir desse aprendizado” (VITORINO; PIANTOLA, 2009, p. 137).

Neste sentido, as pessoas trans foram observadas igualmente como fenômeno social. Apesar de pertencer a uma parte da população LGBT+, o movimento trans (*Transgender Movement*) – surgido no final do século 20, na busca por mudanças políticas, jurídicas e sociais – se distancia do movimento LGBT+ por ter causas próprias, tal como a luta contra a patologização da transexualidade, o amplo acesso a serviços de saúde sem discriminação e o uso do nome social e/ou civil condizente com sua identificação de gênero, etc. (ÁVILA; GROSSI, 2010).

Outro aspecto a ser mencionado que buscou ser alcançado com o uso deste método é proporcionar uma interação entre as pessoas, neste caso entre o pesquisador e a população designada. Dado que a interação possibilita a vivência por dois enfoques subjetivos: a experiência da situação e o vivenciar da situação da outra pessoa, uma ação empática, onde ocorre a experiência do **Nós**, a qual implica na compreensão mútua como fator expressivo. Assim, se apresenta o conceito de compreensão subjetiva genuína, a qual se constitui na compreensão das motivações alheias e na compreensão motivacional, contemplada quando uma pessoa se põe no lugar da outra, fazendo do **Tu** o **Outro Eu** (GANDRA; SIRIHAL DUARTE, 2012).

3.2 PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS

Para fins da concretização deste estudo, foi realizado um levantamento bibliográfico em fontes primárias e secundárias para posteriormente, se realizar a entrevista narrativa.

Para o levantamento bibliográfico, foram utilizadas bases de dados científicas com cobertura nacional e internacional, o Catálogo da Rede de Bibliotecas Universitárias da Universidade Federal de Santa Catarina (Rede Pergamum/UFSC) e demais fontes de referência. As bases de dados escolhidas para o levantamento bibliográfico foram: *Web of Science*, *Scopus*, *Library and Information Science Abstracts* (LISA) o portal SciELO.

Para compor a busca avançada nas bases de dados, as palavras-chave utilizadas, em inglês, são expostas na figura 16.

Figura 16 – Expressões e estratégias utilizadas nas bases de dados: termos em inglês

INGLÊS
<i>Information literacy</i>
<i>Information competence</i>
<i>(information literacy) AND (LGBT)</i>
<i>(information literacy) AND (transgender)</i>
<i>(information literacy) AND (transgender people) OR (transgender) OR (transsexual) OR (gender identity)</i>
<i>("information literacy") AND ("society")</i>
<i>("information literacy") AND ("concept")</i>
<i>("transgender") AND ("concept") OR ("society")</i>
<i>("transsexual") AND ("concept") OR ("society")</i>
<i>("minority") AND ("concept") OR ("society")</i>

INGLÊS
(<i>"vulnerability"</i>) AND (<i>"concept"</i>) OR (<i>"society"</i>)
(<i>"gender identity"</i>) AND (<i>"society"</i>) OR (<i>"concept"</i>)

Fonte: Elaborado pelo autor

Cabe ressaltar que nas buscas realizadas no idioma inglês: 1) os termos *society* e *concept* foram utilizados com o intuito de localizar documentos que contemplassem os temas em seus conceitos e em âmbito social, uma vez que há grande quantidade de estudos específicos (área da saúde, dados estatísticos sobre determinados países, etc.); 2) optamos por utilizar os termos *Transgender* ou *Transsexual* para a busca sobre as pessoas trans; e 3) não delimitamos período de tempo para as buscas com operadores booleanos (por exemplo, *information literacy* e *transgender people*), visto que a literatura abrangente dos temas competência em informação, LGBT+ e/ou pessoas trans, em conjunto, é praticamente nula; e para as buscas simples (*information literacy*), delimitamos o tempo em cinco anos. Na figura 17, constam as palavras-chave estabelecidas para o idioma português.

Figura 17 – Expressões e estratégias utilizadas nas bases de dados: termos em português

PORTUGUÊS
<i>Competência em informação</i>
<i>Competência informacional</i>
(<i>competência em informação</i>) OR (<i>competência informacional</i>) AND (<i>LGBT</i>)
(<i>competência em informação</i>) OR (<i>competência informacional</i>) AND (<i>peessoas trans</i>)
(<i>competência em informação</i>) OR (<i>competência informacional</i>) AND (<i>peessoas trans</i>) OR (<i>transgênero</i>) OR (<i>transexual</i>) OR (<i>travesti</i>) OR (<i>identidade de gênero</i>)
(<i>"peessoas trans"</i>) OR (<i>"transgênero"</i>) OR (<i>"travesti"</i>) OR (<i>"transexual"</i>) OR (<i>"identidade de gênero"</i>)
(<i>"competência em informação"</i>) OR (<i>"competência informacional"</i>) AND (<i>"sociedade"</i>)
(<i>"competência em informação"</i>) OR (<i>"competência informacional"</i>) AND (<i>"vulnerabilidade social"</i>) OR (<i>"vulnerabilidade"</i>) OR (<i>"minorias sociais"</i>)
(<i>"peessoas trans"</i>) AND (<i>"conceito"</i>) OR (<i>"sociedade"</i>)
(<i>"transgênero"</i>) AND (<i>"conceito"</i>) OR (<i>"sociedade"</i>)
(<i>"transexual"</i>) AND (<i>"conceito"</i>) OR (<i>"sociedade"</i>)
(<i>"travesti"</i>) AND (<i>"conceito"</i>) OR (<i>"sociedade"</i>)
(<i>"vulnerabilidade social"</i>) OR (<i>"grupos vulneráveis"</i>) OR (<i>"populações"</i>)

PORTUGUÊS
<i>vulneráveis</i>)
(“ <i>minorias sociais</i> ”)
(“ <i>identidade de gênero</i> ”) AND (“ <i>conceito</i> ”) OR (“ <i>sociedade</i> ”)

Fonte: Elaborado pelo autor.

Assim como nas buscas realizadas com os termos em inglês, as buscas no idioma português com os termos *sociedade* e *conceito* foram utilizadas com a finalidade de recuperar documentos que abrangessem os temas em seus conceitos e em âmbito social, além de utilizarmos os termos *peçoas trans* e pertencentes separadamente e também não delimitamos o tempo para as buscas com operadores booleanos, restringindo o tempo de cinco anos apenas para as buscas simples.

Desse modo, selecionamos os 50 artigos considerados mais pertinentes ao estudo, da literatura científica internacional sobre o tema competência em informação, além de outros documentos complementares e fontes de informação, tais como documentos e/ou legislações de entidades internacionais e governamentais, como UNESCO, ONU, ALA, IFLA e outros.

Associada a tais buscas, utilizou-se a entrevista narrativa como elemento principal de coleta de dados, em razão que “a narrativa é uma estrutura central no modo como os seres humanos constroem o sentido. O curso da vida e a identidade pessoal são vividos como uma narração”. Tanto os percursos pessoais quanto os profissionais estimulam a pessoa a produzir um conhecimento estratégico que (re)constrói a sua existência, conforme aponta Bolivar (2001, p. 220).

Para Silva e Trentini (2012, p. 425), o ato de narrar

[...] é uma tradição de contar um acontecimento em forma seqüencial, cuja composição mais simples inclui começo, meio e fim, e tem, em sua estrutura, cinco elementos essenciais: o enredo (conjunto de fatos); as/os personagens (quem faz a ação); o tempo (época em que se passa a história, duração da história); o espaço (lugar onde se passa a ação) e o ambiente (espaço carregado de características socioeconômicas, morais e psicológicas onde vivem as/os personagens).

Em síntese, as narrativas são exposições orais e/ou escritas de relatar histórias reais ou imaginárias. Ao expor sobre si, pela oralidade

ou escrita, o narrador constitui um modo de comunicação entre dois mundos inerentes: o individual e o coletivo, pois o **Eu** e o **Outro** estão intrínsecos tanto no narrador quanto no ouvinte, e nos remete à experiência fenomenológica do **Nós** (CUNHA, 2009).

Ratificando o nexo entre a narrativa e a fenomenologia, incluindo a fenomenologia social, a narrativa considera a experiência de ambos os participantes, tanto do narrador quanto do ouvinte. Por conseguinte, o ouvinte torna-se o próprio narrador, por já ter incorporado a história ouvida como uma experiência adquirida e nesse prisma,

[...] a consonância com tal modo de pensar a experiência e a narrativa como a sua expressão, levam-nos a eleger a narrativa como uma técnica metodológica apropriada aos estudos que se fundamentam nas **idéias fenomenológicas** e existenciais. Através da narrativa, podemos nos aproximar da experiência, tal como ela é vivida pelo narrador. A modalidade da narrativa mantém os valores e percepções presentes na experiência narrada, contidos na história do sujeito e transmitida naquele momento para o pesquisador. O narrador não “informa” sobre a sua experiência, mas conta sobre ela, dando oportunidade para que o outro a escute e a transforme de acordo com a sua interpretação, levando a experiência a uma maior amplitude, tal como acontece na narrativa (DUTRA, 2002, p. 373-374, grifo nosso).

Referente aos fatos e acontecimentos narrados pelo locutor, Cunha (2009) infere que estes são indiscutivelmente relacionados à sua subjetividade, visto que é exposto seu ponto de vista, seu sentimento, seu pensamento e a sua reflexão acerca do que é verdadeiro para cada ser, cabendo ao pesquisador buscar compreender a verdade expressa no discurso.

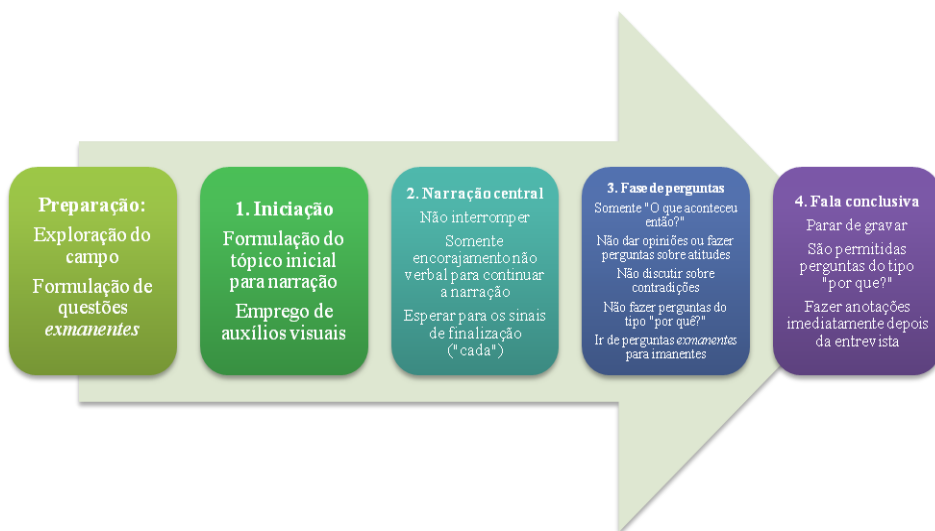
Corroborando com tal premissa, Jovchelovitch e Bauer (2002, p.110) afirmam que “as narrativas não estão abertas à comprovação e não podem ser simplesmente julgadas como verdadeiras ou falsas; elas expressam a verdade de um ponto de vista, de uma situação específica no tempo e no espaço.”

A constituição técnica da entrevista narrativa se desdobra em quatro fases: “[...] começa com a **iniciação**, move-se através da

narração e da fase de **questionamento** e termina com a fase da **fala conclusiva**” (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002, p. 96).

No entanto, há regras determinadas para cada uma destas fases (figura 18) as quais objetivam conduzir e nortear o entrevistador, com a finalidade de se obter uma narração rica sobre o tópico de interesse e levará possivelmente a uma situação isenta de constrangimentos.

Figura 18 – Fases da entrevista narrativa



Fonte: Adaptado de Jovchelovitch e Bauer (2002, p. 97).

Muylaert et al. (2014) explica que as questões *exmanentes* dizem respeito às questões da pesquisa ou de importância para o pesquisador, surgidas a partir da sua aproximação com o tema do estudo, a partir da revisão de literatura e aprofundamento no tema a ser pesquisado (exploração do campo). Tais questões devem ser transformadas em imaneses, tarefa esta imprescindível no processo de investigação, que deve, ao mesmo tempo, ancorar questões *exmanentes* na narração, sempre utilizando a linguagem do informante. As questões imaneses são temas e tópicos trazidos pelo informante, elas podem ou não coincidir com as questões *exmanentes*.

Além disso, a conduta do entrevistador é substancial para o resultado das narrativas, uma vez que este deve acolher bem o locutor e ter uma escuta comprometida a obter pistas para

[...] captar a senha que é o portal de acesso ao informante. À vista disso, o pesquisador deve desenvolver a capacidade de interação com o outro e ter disponibilidade psicológica para ouvir e posteriormente, transcrever as experiências analisadas (MUYLAERT et al., 2014, p. 196).

Cabe expor que a amostra das narrativas colhidas foi pequena e objetivada em fins qualitativos, pois a “pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado” (MINAYO, 2001).

O tópico inicial da narração aplicado com os participantes do estudo consta no Apêndice B, elaborado com base nas recomendações de Jovchelovitch e Bauer (2002), nas quais surgem auxílios visuais no cenário, considerados importantes na vida de uma pessoa trans, como por exemplo: busca por informações básicas, o uso do nome social, relações sociais, preconceito, estigma, acesso à informação, bens e serviços ou a falta destes, qualidade de vida, entre outros.

Para a extração de informações gerais, foi utilizado um questionário de informações sociodemográficas (RODRIGUÉZ, 2014) (Anexo A), com o objetivo de conhecer melhor algumas características dos narradores. No decorrer das entrevistas, foi realizada uma conversa inicial com os narradores, ou “aquecimento” prévio, com o intuito de tornar o encontro agradável, menos formal e mais descontraído (MINAYO, 2010). Também foi exposta a diferenciação entre a entrevista narrativa e demais tipos de entrevista, além da apresentação do Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética (Anexo B).

3.3 APONTAMENTOS SOBRE O AMBIENTE E OS NARRADORES

A amostra selecionada para o estudo constou de **cinco pessoas trans** da região de Florianópolis, Santa Catarina, por meio de uma amostragem não-probabilística, por conveniência (FONTANELLA et

al., 2011), a partir de seu vínculo com a Associação dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade (ADEH)²⁰.

As cinco entrevistas foram realizadas individualmente – na ADEH e em outros locais em que as pessoas se encontravam – entre a última semana de dezembro de 2017 e a primeira semana de janeiro de 2018, cuja participação ocorreu mediante a **aceitação** do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o qual consta no Apêndice A, aprovado pelo Comitê de Ética da UFSC (CEPSH/UFSC), em 21 de novembro de 2017. As entrevistas foram gravadas em áudio (pelo gravador de um telefone celular), e transcritas subsequentemente (Apêndice C).

A ADEH é uma organização não-governamental que atua no sentido da garantia de direitos, da promoção de saúde e da discussão no campo dos Direitos Humanos e das políticas TLGB (Travestis, Transexuais, Lésbicas, *Gays* e Bissexuais). Fundada no ano de 1993 em Florianópolis, SC, por travestis e transexuais, com o nome Fundação da Associação em Defesa dos Direitos Homossexuais (ADEDH Nostro Mundo), com enfoque nas ações em Saúde no campo HIV/AIDS com a população de travestis e transexuais em situação de prostituição. Em tal período, seu objetivo era possibilitar à população LGBT estratégias de prevenção das DST/HIV/Aids, facilitando e promovendo o acesso da mesma aos serviços públicos de saúde e sociais. Estas estratégias sempre estiveram vinculadas à promoção do controle social, protagonismo político, exercício da cidadania e da inclusão social (ADEH, 2018).

Em 2008, tornou-se uma associação de utilidade pública municipal e no mesmo ano, assumiu assento titular do Conselho Municipal da Mulher de Florianópolis (COMDIM), buscando ocupar um importante espaço na construção e monitoramento das políticas públicas para as mulheres. Titularidade esta ainda ocupada, pela segunda gestão, pois se entende o âmbito do Conselho como essencial instrumento de monitoramento das ações preconizadas à população como um todo, principalmente a população ainda “marginalizada”, sendo lugar de direito e dever, defendidos pela Instituição (ADEH, 2018).

Além disso, o processo de capacidade técnica da instituição para a implantação de projetos em rede com a comunidade trans vem

²⁰ Localizada na Rua Trajano, 168, 3º andar, Centro, Florianópolis, Santa Catarina.

sendo qualificado e consolidado ao longo dos anos, a partir não só de intervenções e atividades de campo específicas a estes projetos, mas também com o uso de outras abordagens e dinâmicas para atender diferentes necessidades/demandas dessa população (ADEH²¹, 2018).

A ADEH mantém participação ativa nas reuniões da Comissão Municipal de AIDS de Florianópolis (CMAIDS) e da CEDAIDS (SC). Possui titularidade no Conselho Estadual de Assistência Social, espaço tido como necessário para a ampliação das discussões voltadas à comunidade trans. Dentre as diversas parcerias firmadas ao longo do tempo, cabe citar a firmada entre a ADEH para a criação do primeiro ambulatório para pessoas trans em Santa Catarina, o Ambulatório de Atenção Primária com atendimento voltado à população trans, realizando atendimento especializado em virtude de uma aproximação maior entre essa população e os serviços públicos de saúde (ADEH, 2018).

3.4 A REALIZAÇÃO DO PRÉ-TESTE

Após a aprovação do TCLE pelo Comitê de Ética em 21 de novembro de 2017, foram realizados dois pré-testes no início do mês de dezembro do mesmo ano com a finalidade de lacunas possíveis na execução da técnica para a feição de ajustes.

No primeiro pré-teste, a narradora não teve dificuldades em compreender os objetivos da narração e relatou diversos acontecimentos sobre a informação no seu dia-a-dia, salientando a importância da ADEH como instituição rede de apoio e intercâmbio informacional, e de fatos que validam a literatura: discriminação, preconceito, estigma, e a falta de entendimento externo. No segundo pré-teste, a narradora enfatizou as dificuldades similares sobre a informação profissional – saúde, principalmente – e como a população trans cria artimanhas para driblar a falta de informação em diversos aspectos. Não houve dificuldades expressivas na realização do pré-teste. O único ajuste feito no tópico inicial, assim, foi a troca da expressão “membro da

²¹ Cabe ressaltar que recentemente, este pesquisador, juntamente com sua orientadora e tendo em vista uma maior aproximação em termos de ações à ADEH, teve um projeto de extensão aprovado pela PROEX/UFSC para o ano de 2018, a ser iniciado em março do referido ano. Disponível em: <<http://proex.ufsc.br/files/2017/12/CED-divulga%C3%A7%C3%A3o-final.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

comunidade trans” para “pessoa trans”, apenas por questão de linguagem.

3.5 A ANÁLISE DOS DADOS POR MEIO DA FENOMENOLOGIA

De acordo com Deslauriers e Kérisit (2012), a etapa correspondente a análise de dados representa o emprego de sentido nos dados coletados e na devolutiva destes ao problema de pesquisa ideado pelo pesquisador. Para contemplar a exposição das narrativas a coletadas, foi utilizado como base o método fenomenológico de Sanders (1982), por sua estrutura se mostrar pertinente ao desdobramento deste estudo. Sanders (1982) apresenta três componentes como primordiais em uma estrutura de pesquisa fenomenológica (figura 19):

Figura 19 – Componentes da estrutura de pesquisa fenomenológica

<p>Determinação dos limites “do que” e “de quem” investigar</p>	<p>Em relação ao “que” ou “quem”, trata-se dos indivíduos detentores das características em observação ou aqueles que podem fornecer informações concisas sobre o fenômeno investigado. O número de indivíduos não implica em mais e melhor informação, ou seja: quantidade não é, necessariamente, sinônimo de qualidade. O pesquisador deve aprender a trabalhar em profundidade com uma pequena amostra de participantes da pesquisa. Logo, a informação suficiente pode ser coletada a partir de aproximadamente três a seis participantes e outro ponto importante é a de que não se deve fazer quaisquer tipos de generalizações além do grupo em foco.</p>
<p>Coleta de dados</p>	<p>Definido o fenômeno a ser investigado e delimitados os participantes, segue-se a coleta de dados, sendo essencial que as entrevistas sejam gravadas e depois transcritas, otimizando o trabalho do pesquisador/entrevistador sem a distração da tomada de notas. Também é importante que não ocorra viés na tomada de notas, pois o ato de anotar implica em uma interpretação do que foi discorrido pelo indivíduo.</p>

<p style="text-align: center;">Análise fenomenológica dos dados</p>	<p>Composta por quatro níveis de análise dos dados transcritos, a saber:</p> <p>1. Descrição do fenômeno, tal como revelado nas transcrições das entrevistas; 2. Identificação de temas ou invariantes que emergem das descrições. Os temas são extraídos com base na importância e centralidade atribuída a eles e não na frequência com que são apontados; 3. Desenvolvimento de correlatos noéticos/noemáticos, isto é, a percepção individual da realidade do fenômeno sendo investigado. São reflexões subjetivas oriundas dos temas, e suas interpretações são substanciais para a identificação das essências ou experiências; e 4. União dos temas em conjuntos de essências que caracterizam a estrutura do fenômeno.</p>
--	--

Fonte: Adaptado de Sanders (1982).

Além dos pressupostos de Sanders (1982) adotados para a pesquisa fenomenológica, evidenciam-se também os cuidados éticos no estudo, conforme a próxima subseção apresenta.

3.6 CUIDADOS ÉTICOS NO ESTUDO

A ética é um tema bastante evidenciado em discussões sobre a atuação profissional, bem como as questões envolvendo a cidadania. Atualmente, esta temática estende-se às pesquisas científicas e em especial às realizadas com seres humanos. A realização de pesquisa com seres humanos implica em estabelecer relação dentro de certos eixos, podendo emergir tensões sob alguns aspectos e fazendo com que esta não seja uma situação confortável para os envolvidos, seja o pesquisador ou o pesquisado (FREITAS; SILVEIRA, 2008).

Neste estudo, seguiu-se a determinação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) quanto aos estudos que envolvam seres humanos (direta ou indiretamente): o projeto deve ser submetido à apreciação de um Comitê de Ética em Pesquisa (CEPSH), conforme definido nas Resoluções 466/12 e 510/16. “Incluem os projetos com dados secundários, pesquisas sociológicas, antropológicas, educacionais e epidemiológicas, por exemplo. Isto inclui aplicação de questionários, entrevistas, etc.” (UFSC, 2018).

Assim, o projeto foi submetido ao CEPSH/UFSC por meio da Plataforma Brasil, em julho de 2017 e depois de alguns ajustes, aprovado em novembro do mesmo ano. A aprovação contemplou

também o TCLE (Apêndice A), fornecido uma cópia do termo a cada um dos cinco narradores e uma cópia desses cinco termos para o pesquisador, com as devidas autorizações assinadas. Explicou-se o objetivo geral e a abertura para a realização nos locais em que as pessoas dispunham do tempo da narração, assim como deu-se a liberdade de desistência da participação em qualquer tempo, bem como a preservação de informações que pudessem identificar nomes – dos narradores e outros – e/ou instituições citadas, conforme discorrido no TCLE.

Na seção seguinte, apresenta-se a descrição e exposição fenomenológica das narrativas, bem como os perfis dos narradores com base nos dados sociodemográficos respondidos (RODRIGUEZ, 2014). A descrição e exposição dos dados por meio da fenomenologia/fenomenologia social foi realizada com base nos aspectos informacionais, de vulnerabilidade social, de resiliência e no Quadro de Avaliação IL (adaptado de UNESCO, 2013).

4 DESCRIÇÃO E EXPOSIÇÃO FENOMENOLÓGICA DAS NARRATIVAS

A função da fenomenologia, em sua perspectiva e neste estudo, é apreender a significação das vivências das pessoas trans na consciência para o desenvolvimento da competência em informação destas. Sendo assim, a fenomenologia tem como preocupação central a exteriorização da realidade e como ponto de partida, a reflexão sobre o próprio ser, buscando o que realmente é exposto na experiência, descrevendo *o que ocorre* efetivamente do ponto de vista daquele que vivencia uma situação concreta determinada. Nesse âmbito, a fenomenologia é vista como uma filosofia da vivência, do viver (MACEDO; BOAVA; ANTONIALI, 2012; GANDRA; SIRIHAL DUARTE, 2012).

A partir da fenomenologia de Husserl, outras vertentes do movimento fenomenológico se conceberam, agregando igualmente para o seu desenvolvimento. Dentre elas, está à fenomenologia social, creditada ao sociólogo Alfred Schütz (1899-1959). Schütz (1979) embasou o seu pensamento em dois filósofos, compreendidos como mecanismos propulsores de sua obra: Max Weber e Edmund Husserl. Weber inspirou Schütz ao trazer à tona uma perspectiva de interpretação da realidade social respaldada na significação dos atos pelo praticante, bem como buscou em Husserl o entendimento filosófico que lhe permitiu assimilar os fenômenos sociais a partir do significado atribuído pelo fenômeno – ser – à ação no mundo cotidiano (JESUS et al., 2013).

O mundo cotidiano, para a fenomenologia social e para este estudo, é considerado um mundo cultural e intersubjetivo, visto que os seres coexistem e convivem entre si, não apenas de maneira corporal e entre os objetos, mas também como seres dotados de consciência que é fundamentalmente similar. É cultural, porque desde os primórdios o mundo em que habitamos é um universo de significação, devendo ser compreendido para orientar e direcionar o ser humano; e é intersubjetivo porque o ser articula-se em diferentes relações sociais, buscando compreender e ser compreendido por intermédio delas (JESUS et al., 2013).

Baseado nesses conceitos, Schütz (1979, p. 72) reflete que o mundo cotidiano

[...] significa o mundo intersubjetivo que existia muito antes do nosso nascimento, vivenciado e interpretado por outros, nossos predecessores,

como um mundo organizado. Ele agora se dá à nossa experiência e interpretação. Toda interpretação desse mundo se baseia num estoque de experiências anteriores dele, as nossas próprias experiências e aquelas que nos são transmitidas por nossos pais e professores, as quais, na forma de “conhecimento à mão”, funcionam como um código de referência.

Para viver nesse mundo, o ser, a pessoa, guia-se pela forma como define o *palco* da ação, interpreta suas possibilidades e enfrenta seus percalços cotidianos. Esse contexto precede o reconhecimento da situação atual do ser, traçada por uma história sedimentada em todas as suas experiências internas anteriores. A matriz de toda ação social possui certa familiaridade no sentido, no entanto cada pessoa situa-se de maneira ímpar no mundo da vida, a denominada como situação biográfica (JESUS et al., 2013; SCHÜTZ, 1979).

Durante toda a sua existência material, cada pessoa assimila o mundo em sua própria perspectiva: pautada em seus próprios e singulares interesses, motivos, desejos, crenças ideológicas e religiosas. A realidade do sentido comum é denotada de modo cultural como universal; contudo, o modo como essas formas expressam-se na vida individual varia conforme a totalidade da experiência que o ser edifica no percorrer de sua existência. Essa experiência agrega um montante de conhecimentos disponíveis e acessíveis, conforme a situação biográfica da pessoa (JESUS et al., 2013).

A situação biográfica é inerente, única a cada pessoa. Por consequência, diz-se que o mundo da vida cotidiana, regular a todos os seres mundanos, torna-se único e particular quando visualizada no prisma de uma situação biográfica. O mundo, quando filtrado por meio de “minha” situação biográfica, se torna o “meu” mundo (GORMAN, 1979) e, simultaneamente, a espacialidade e temporalidade é definida de acordo com as próprias posições no espaço e no tempo (MACEDO; BOAVA; ANTONIALI, 2012).

O desenvolvimento da competência em informação, em se tratando de minorias sociais, como no caso das pessoas trans, é uma das soluções para se reduzir a situação de vulnerabilidade social, seja ao capacitar pessoas para alcançar seus objetivos, ou para desenvolver o conhecimento cognitivo e potencial para participar plenamente da(s) comunidade(s) e da sociedade em geral e à proteção cidadã em países

com fragilidade de capital social e de política democrática falha (UNESCO, 2016).

Para compreender este fenômeno, portanto, é necessário considerar a competência em informação como uma metacompetência que, se desenvolvida qualitativamente, é capaz de transformar a sociedade em toda e qualquer esfera (VITORINO, 2016), seja econômica, cultural, política, financeira, etc., e principalmente, no entendimento e acolhimento às singularidades humanas.

Nessa conjuntura, as narrativas das pessoas trans colhidas na região de Florianópolis, Santa Catarina, a partir do vínculo com a ADEH, cuja proveniência se deu com base em uma indagação sobre as experiências cotidianas como pessoa trans, evidenciam que o fenômeno aqui estudado pode ser descrito sob três aspectos:

1. **informacionais**, em contexto social (considerado determinante para se constituir as relações sociais dessas pessoas para com os outros, num cenário em que as necessidades de informação são constituídas pelo preconceito, estigma, discriminação, desconhecimento, estranhamento e a falta de apoio substancial, em meio familiar e principalmente, profissional e educacional; e em oposição, o acesso à informação se configura por meio da *internet*, das redes sociais de apoio, instituídas por redes sociais digitais, ONGs e pela própria comunidade);
2. **da vulnerabilidade social**, em detrimento dos aspectos informacionais (desencadeando uma espiral de violência estrutural e risco, envolvendo a restrição ao mercado de trabalho, estigmas e demais subalternidades sociais);
3. **da resiliência** (construído pela autonomia informacional, pela busca por direitos humanos, igualdade e cidadania numa sociedade considerada intolerante quanto às diversidades identitárias e corpóreas);

A seguir, apresenta-se o perfil dos narradores e na sequência, descreve-se, por meio da fenomenologia e fenomenologia social a competência em informação de minorias sociais a de aspectos informacionais, de vulnerabilidade social e de resiliência das pessoas trans. A análise fenomenológica provém de alguns apontamentos feitos na fundamentação teórico-conceitual, na parte que trata sobre os aspectos macro e micro da população estudada e do Quadro de

Avaliação IL (*Information Literacy*) (adaptado²² de UNESCO, 2013), para contemplar o presente estudo.

4.1 OS NARRADORES: PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

Fundamentado no questionário sociodemográfico de Rodríguez (2014) (Anexo 1), constata-se que as pessoas trans entrevistadas neste estudo é composto por três mulheres trans e dois homens trans, com a faixa etária variando entre 21 e 46 anos de idade, sendo duas pessoas na faixa etária dos 20 anos, duas na faixa etária dos 30 anos e uma na faixa etária dos 40 anos. Além disso, quatro pessoas possuem ensino superior completo, sendo que uma destas cursa pós-graduação e outra possui curso técnico completo e cursa ensino superior. Outras informações, como a renda mensal, ocupação, situação conjugal, orientação sexual e identidade de gênero também foram coletadas, conforme mostra a figura 20.

Figura 20 – Perfil sociodemográfico dos narradores

Idade	Escolaridade	Renda mensal	Ocupação	Situação conjugal	Orientação sexual	Identidade de gênero
21	Superior incompleto	De R\$ 261,00 a R\$ 780,00	Estudante	Solteirx sem parceiro	Heterossexual	Transgênero/ Mulher
22	Mestrado em curso	De R\$ 1.301,00 a R\$ 1.820,00	Estudante	Solteirx com parceiro	Heterossexual	Travesti
34	Superior completo	Não soube informar	Empresário	Solteirx com parceiro/em um relacionam	Heterossexual	Homem

²² Nossa adaptação aqui será, também, para uso no que concerne à visão da competência em informação como uma **metacompetência**, e, portanto, usaremos a sigla IL (*Information Literacy*).

				ento aberto		
35	Superior completo	De R\$ 261,00 a R\$ 780,00	Assistente social	União livre	Heterossexual	Travesti/Mulher
46	Superior completo	De R\$ 1.301,00 a R\$ 1.820,00	Auxiliar administrativo	Casadx	Bissexual	Transexual

Fonte: Elaborado pelo autor com base dos dados coletados no estudo e em Rodríguez (2014).

Em relação à renda mensal, observa-se que mesmo com ensino superior completo, quase uma unanimidade entre os narradores, a renda mensal é um tanto quanto inexpressiva e até considerada baixa, se comparados os salários-base de cada profissão dos entrevistados, já denotando um grau exposto de vulnerabilidade social.

No âmbito pessoal e sentimental, aponta-se que quatro dos cinco narradores possui algum tipo de relacionamento afetivo, da mesma forma que quatro dos cinco narradores se consideram heterossexuais, e um é bissexual. Referente à identidade de gênero, – aspecto íntimo e pessoal – houve uma variação de identificações, em que duas narradoras se consideraram pertencentes em duas identidades de gênero, principalmente por questões de militância.

4.2 AS NARRATIVAS DAS PESSOAS TRANS DA REGIÃO DE FLORIANÓPOLIS, SANTA CATARINA, RESPALDADAS NOS ASPECTOS INFORMACIONAIS, DA VULNERABILIDADE SOCIAL E DA RESILIÊNCIA

4.2.1 As narrativas sob os aspectos informacionais

A **informação**, direcionada para este estudo, é categorizada como fenômeno elementar da cultura humana que carrega em si duas potências evidentes, efetivadas por intermédio do protagonismo social: o compartilhamento da diversidade de conhecimentos e o estímulo à dialética entre as pessoas e a formação do espaço crítico, a partir do entendimento mútuo de diferentes perspectivas, promovendo ações

comunicativas para se compreender as diferenças e gerar consensos (GOMES, 2017).

Para se desenvolver o protagonismo social, no entanto, e minimizar as artimanhas da vulnerabilidade social e da exclusão, é necessário que exista o acesso à informação e seu uso de forma inteligente, levando em consideração que o uso desta diz respeito às atividades realizadas pela pessoa a fim de captar a informação e convertê-la em conhecimento, envolvendo habilidades intelectuais, como a interpretação, controle e organização da gama do conhecimento, bases da cognição (VARELA; BARBOSA, 2012).

Nesse cenário, o estudo da informação torna-se valoroso na cultura pós-moderna, alcançando diversos campos do conhecimento. A informação é então detentora de forte valor simbólico, visto que produz, organiza e é disseminada por intermédio de linguagens, e transformada em conhecimento pelos processos cognitivos. As atividades de leitura, de relações construídas, de conhecimentos prévios, de novos dados, de comparação sobre pontos de vista distintos e a avaliação fazem parte do processo de decodificação e de interpretação informacional (VARELA; BARBOSA, 2012).

Salienta-se também que o processo de acesso e apropriação se inicia por uma busca da informação, atividade que envolve intrinsecamente a construção do conhecimento. Este processo é atrelado à relação com outros fatores humanos, como a consciência, os sentidos, a percepção, a atenção, o pensamento e a inteligência, juntamente com atividades cognitivas de filtragem informacional; condicionadas segundo interesses particulares, necessidades e conhecimentos primários (VARELA; BARBOSA, 2012).

Em refutação, na sociedade pós-moderna, a exclusão de pessoas relativamente à participação ativa, ao privilégio e à responsabilidade talvez seja mais densa em comparação à exclusão do acesso aos privilégios de grupos dominantes a que elas estavam submetidas no outrora (CASTELLS, 1999). A exclusão pós-moderna é distinta das formas anteriores de discriminação ou segregação, pois visa a criar, em esfera global, pessoas inteiramente desnecessárias ao universo produtivo, para os quais se extingue a inserção (WANDERLEY, 2008). Para Fontes (1995), os desdobramentos dessa modalidade de exclusão abrangem praticamente toda a vida social, perceptíveis na gestão do território, nas formas de difusão culturais e nas falhas educacionais.

Na literatura brasileira, discute-se como outra face da exclusão pós-moderna a “apartação social”: consiste num processo pelo qual se aponta o outro como um ser “à parte”, (apartar é um termo inferido para

separar o gado), ou seja, o fenômeno de separar o outro, não somente como desigual, mas como um “não semelhante”, um ser expulso dos meios de consumo, dos bens, serviços, etc., e principalmente, do gênero humano. Trata-se de um modo contundente de intolerância social (NASCIMENTO, 1995, p. 25).

De modo geral, as narrações exprimem esse fenômeno de exclusão, de apatação, em variadas circunstâncias cotidianas, denotando que as necessidades de informação das pessoas trans nascem da falta de informação – em questão de respeito, tratamento igualitário e/ou empatia – dos demais membros e instituições da sociedade, podendo esses serem denominados os **apartadores sociais** a partir do momento que, de alguma forma, a identidade trans é revelada:

[...] então, é porque assim, ó, é, eu tenho um privilégio, que eu não posso negar, que é a minha passabilidade cis, então em alguns lugares, eu chego lá, e a pessoa me trata... eu vou dar um exemplo bem fatídico, assim: eu fui fazer o RG, não dessa vez agora, mas a anterior, né, porque o meu RG ele mudou, né, eu consegui a retificação de nome, mas antes eu não tinha retificação de nome. Então, quando eu fui fazer o RG, o cara assim: “vem aqui, minha linda...” daí depois ele ficou assim: “oi, flor, não sei o que, tal, tal, tal, tal, tal...”. Quando ele pegou o meu RG, que ele viu que eu era uma pessoa trans, acabou. E foi muito bizarro, assim, porque na primeira vez, porque eu estava acompanhando todo o processo, né? Então ele pegava o dedo da pessoa, botava no tinteiro e tal, tal, tal, tal, tal... comigo não. Quando ele viu que a “flor” que ele chamava não era realmente a “flor” que ele esperava, digamos assim, tipo, ele já me tratou, assim, de uma outra forma: curto, grosso, ríspido, e tipo... [...] na verdade, a passabilidade cis é quando você consegue transitar no meio de pessoas cisgêneras sem ser reconhecida enquanto uma pessoa trans, né? [...] é como se fosse uma existência menos caricata, digamos, assim, sabe? Porque as pessoas querem te ridicularizar de qualquer forma, entendeu? Então assim, elas precisam da oportunidade, e no momento que você se coloca ou que você não é reconhecida, você é mais uma

da fila, entendeu? Tipo, isso é [...] normal, quer ver? Vou dar um exemplo assim, que me chama muita atenção, foi, acho que foi em 2014 mesmo, ou 2015, enfim... Eu escrevi um projeto pra Justiça Federal, e eu consegui 40 mil reais pra comprar de máquina, que foram essas máquinas que a gente tem no projeto de economia solidária. Daí, eu fui com a F. pra comprar algumas coisas e tinha que fazer orçamento e tal. Aí eu me lembro que eu entrei na loja e a pessoa pegou e passou reto por mim e foi falar com a F., aí eu não sei se a F. se deu por conta ou o que que foi, mas na hora eu não tinha me tocado, assim, né? E daí a pessoa foi falar com a F. e tal, não sei o que... e ela assim: “não, eu só tô olhando, quem vai comprar, quem é a presidente da instituição é ela”, e daí a moça me olhou, assim, com uma cara muito desconcertada, sabe? E tipo, claro, não sei se ela reconheceu que eram duas pessoas trans, mas fazia diferença a outra ser loira, entendeu? Me chamou a atenção isso, assim, porque, e é uma coisa que a gente não faz isso, [...] Mas eu acho que a F. naquele dia lá deu o estalo e ela resolveu fazer esse, né, fazer essa provocação com essa moça, sabe? (NARRADORA A).

Outras situações cotidianas e direitos considerados básicos, como o acesso à saúde ou a orientação profissional, são considerados praticamente nulos ou inacessíveis, por conta do estranhamento com a identidade trans, o **preconceito**, o **estigma** e a espiral de ausência de **informações concretas e efetivas**, conforme relata o narrador B: *Hoje em dia [...] a informação tá a mil, todo mundo sabe mais ou menos quem nós somos, e eu não sei nem se isso é bom ou ruim, na minha opinião, mas daí tem um lado positivo incrível é porque as pessoas podem fazer o seu tratamento é sem muito preconceito, então isso mudou muito, melhorou muito, essas pessoas, porque na minha época ninguém nem sabia o que era isso, então eu chegava no meu trabalho e eu tinha que falsificar o meu documento [...] e como, como homem trans dentro do sistema do SUS eu acho horrível, é, horrível, mas ao menos tem, o básico do básico bom. Pra mim, eu não uso, porque não me ajuda em nada, é, os médicos, eles não sabem me ajudar, os médicos do SUS, eles não conseguem me ajudar, porque cada pergunta que eu faço*

eles não sabem responder. [...] O preconceito, ele foi uma constante na minha vida até os 22 anos. A partir do momento que eu tirei o meu peito, tudo mudou. Foi quando eu comecei a me hormonizar e me apresentar realmente fisicamente como homem que tudo mudou, eu não sofri mais (NARRADOR B).

A falta de discernimento informacional, dentro de instituições e seus profissionais é algo comum na vivência de uma pessoa trans, e o narrador B considera [...] *crucial que dentro de um sistema é, nós nos enquadramos a ele, que tenha acesso aos médicos, que os médicos estejam preparados, eles não estão preparados, eu digo principalmente os médicos, assim, porque a gente precisa dele pra sobreviver e, nos Estados Unidos, eles falam que tudo é caro, uma cirurgia é cara, uma hormonização é cara, uma... tudo é caro. Só que um homem trans nos Estados Unidos, ele não passa por preconceito, ele não passa por essa grande dificuldade que nós passamos com emprego e desemprego, lá não existe isso, eles trabalham como uma pessoa normal, eles tem acesso a universidade e colégio normal, eles tem acesso a tudo os que eles pagam, só que eles tem o melhor médico pra ser tratado, então vale a pena e compensa pagar por isso. Então a gente precisa, nem que seja no particular ou no estadual, que tenha, porque é, eu hoje vou no SUS e faço uma pergunta pra um endocrinologista e ele não sabe me responder [...] (NARRADOR B).*

Não somente na área da **saúde** ocorre a **ausência** de profissionais/informações especializadas: [...] *Em relação a advogados, quando a gente fizer uma pergunta pra um advogado, que ele saiba, né, nos responder uma pergunta, é, com firmeza, é, nítida, clara, porque eles não sabem nos responder, nem todos. [...] Nós temos todos os problemas, nós temos problemas... quando eu abro uma empresa, eu tenho milhões de problemas, então até, eu já passei, quando eu vou no banco, então nem se fala! Toda vez que eu vou no banco, é, agora não aconteceu mais, mas há dois anos atrás eu fui revistado dos pés à cabeça e chamaram a polícia porque disseram que eu estava falsificando documentos, quando na verdade eu não estava falsificando documentos, só que a minha aparência não condizia com a minha identidade, daí eu tive que refazer outra identidade, foi um absurdo. [...] E eu passei por um preconceito muito grande, que eu poderia até abrir um processo contra o banco, só que eu não fiz pra não ter problema, porque eu não queria problema pra mim naquele momento (NARRADOR B).*

Corroborando com a fala dos narradores A e B, Wanderley (2008) aponta que são muitas as questões descritas configuradoras da

exclusão social, surgidas das mais variadas formas e sentidos no cerne da relação inclusão/exclusão. Neste rótulo, se inserem diversos processos e categorias, com uma gama de manifestações estilizadas em fraturas e rupturas do vínculo social (desadaptados socialmente, minorias, etc.). No ponto de vista epistemológico, o fenômeno da exclusão é tão amplo que é praticamente impossível sedimentá-lo. No contexto deste estudo, poderia se considerar os “excluídos [...] aqueles que são rejeitados de nossos mercados materiais ou simbólicos, de nossos valores” (XIBERRAS, 1993, p. 21).

A narradora D confirma essa premissa ao considerar que [...] *em relação à questão de informação, assim, oportunidade, comunicação e tudo mais, eu acho que a vida de nenhuma pessoa trans é nem um pouco fácil, a minha também se tornou bem difícil, assim, em relação a tudo, porque existe, além de chegar, por exemplo, a gente começar a falar de emprego. Quando eu penso em chegar em algum lugar pra deixar um currículo, alguma coisa, porque eu digo, quando eu chego, porque muitas vezes o medo circula muito forte, que é um medo de chegar lá e não ser tratada pelo meu gênero e não ser bem tratada, de ter o meu nome de registro perguntado antes da entrevista, sabe? Todos os medos que circulam pedir emprego, mas quando eu já fui e entreguei meu currículo em alguns lugares e conversei, eu sempre tive boas conversas, sempre expus bem tudo o que eu faço, [...] eu passo todas essas questões, mas ao mesmo tempo, eu nunca fui chamada pra nenhum emprego* (NARRADORA D).

A constante validação identitária, consequência da falta de informação da sociedade com as identidades trans assemelha-se com o que Castells (2006, p. 25) denomina “identidade destinada à **resistência**”, surgida por aqueles que se encontram em condições precárias e subalternas e ainda assim, constroem modos de resistência e sobrevivência com base em seus próprios princípios, como mostra o trecho: [...] *Além disso, eu acho que, assim, diversos locais é muito massante eu ter que ficar (re)explicando que eu tenho nome social, então todo lugar que eu vou, por uma questão de, porque sempre dá problema, né?, se eu passo o CPF e o nome social, daí eles acabam perguntando qual que é o nome de registro e acabam vendo fotos, ou quando vêem pessoalmente, perguntam, “ah, mas qual que é o nome de verdade?”, e todas essas situações que são bem complicadas. Então sempre que eu ligo ou marco consulta, ate há pouco, uma ou duas semanas atrás eu tive que comprar uma passagem de avião, eu já sabia na hora de eu escrever que não tinha nenhuma aba pra nome social, então se eu botasse o meu nome de registro e o meu CPF,*

provavelmente eu ia ser questionada, eu ia ser barrada na entrada do avião, e pra que nada disso acontecesse e me deixasse com, assim, muito envergonhada, eu pus o nome de registro e quando eu chegar lá pra fazer o check-in, que eu vou ter que explicar que eu não quero ser tratada durante o vôo inteiro pelo meu nome de registro e quero ser tratada pelo meu nome, que é o meu nome, né?, que hoje é considerado social (NARRADORA D).

O narrador C igualmente retrata a situação de **necessidades de informação** advinda da **falta de entendimento** dos demais – pessoas e instituições: *[...] acredita que [...] hoje em dia que é mais comum o tema, inclusive, inclusive depois que começou a surgir aquela novela, né?, na Rede Globo, é, que abriu bastante o debate a esse tema, e hoje em dia é visto como uma forma mais comum, né?, quando chega nos serviços, as pessoas, pelo menos já sabem do que se trata, mas naquela época, não, né?, as pessoas fugiam do, eu chegava, eu lembro que eu chegava nos locais, assim, que eu fala que era trans, as pessoas se escondiam na salas, os médicos chamavam as enfermeiras e iam ter reuniões pra saber de como lidar, lidar com uma pessoa trans, como se fosse algo assim, de outro mundo, né?. [...] Eu tive problema também, por exemplo, é, precisei mudar minha senha na conta bancária, né?, no banco, e fui até, lá, o gerente agiu de forma muito violenta, muito agressiva, é, como se eu tivesse ali tentando praticar um golpe, sabe?, porque eu apresentei os meus documentos, os meus documentos ainda, eu não fiz a retificação de nome, né?, eu uso o nome, o nome social, é, pra estudar, pra algumas coisas eu já consigo, mas, por exemplo, no banco onde eu tenho conta, que é a Caixa Econômica Federal, eles não fazem ainda o uso no cartão, né?, no cartão que a gente utiliza pros serviços. Então eu fui lá trocar uma senha, e quando apresentei meus documentos, ele empurrou meus documentos da mesa, se levantou de forma muito agressiva e falou que ia chamar os seguranças pra me retirar dali, porque eu estava tentando praticar um golpe me passando por outra pessoa, que era pra eu chegar lá com aquela pessoa da foto e dos documentos pra que pudesse mudar uma senha, que é da minha conta que eu tenho há mais de, de 13 anos, a primeira conta que eu abri aqui.*

A reflexão de Bourdieu (2003) debruça-se nos trechos das narrativas acima, no concernente aos conflitos na conquista e participação dos espaços físicos e espaços sociais. Estando as pessoas – seres humanos, considerados como corpos e indivíduos biológicos – alocados em determinado lugar, e sendo desprovidos de estarem em vários lugares simultaneamente, elas ocupam um espaço. O lugar é

definido impreterivelmente como o ponto do espaço físico em que uma pessoa ou algo se situa, tem lugar, existência. Seja na forma de localização, de ponto de vista relacional, de posicionamento, de ordenamento. O lugar ocupado é vislumbrado como a extensão, a superfície e o volume que alguém ou algo “[...] ocupa no espaço físico, suas dimensões, ou melhor, seu entulhamento (como às vezes se diz de um veículo ou de um móvel)” (BOURDIEU, 2003, p. 160).

Estando inseridos no espaço e a partir da relação com o espaço social – com campos – e também as coisas no modo em que são internalizadas pelos agentes sociais, logo tomadas como propriedades, geralmente se situam num lugar do espaço social cuja caracterização é determinada por sua posição relativa/relacional com os outros lugares (acima, abaixo, entre, etc.) e pela longitude deles. Sendo o espaço físico estabelecido pela exterioridade mútua das partes, o espaço social é estabelecido pela exclusão mútua – ou a distinção – das partes constituintes, como estrutura de papéis sociais (BOURDIEU, 2003).

Segundo Bourdieu (2003), o espaço social se reproduz no espaço físico, mas usualmente de forma conflituosa: o poder sobre o espaço que o capital determina, em diferentes espécies, se assume no espaço físico apropriado na forma de certa relação entre a estrutura espacial da distribuição dos agentes e a estrutura espacial da distribuição dos bens ou dos serviços, em esfera privada ou pública.

A posição no espaço social se manifesta no espaço físico em que o agente social se situa, pela posição relativa de suas localizações temporárias e, acima de tudo, permanentes que ocupam em vistas às localizações dos demais agentes (BOURDIEU, 2003). Essa noção é relativa aos acontecimentos, por muitas vezes hostis, expostos pela narradora A ao decidir ingressar na universidade, principalmente pelo descaso quanto ao uso do nome social, sendo uma fala comum entre todos os narradores. Conforme a narradora A explica,

[...] A professora M. J. acreditava que a gente deveria estudar, se colocar pra entrar na universidade, todo mundo tinha o segundo grau completo. A gente só não tinha, é, tido, sei lá, coragem, eu acho, de entrar na universidade. Aí, ela pegou e a gente criou um espaço dentro da ADEH para que a gente pudesse estudar pro vestibular. Ok, o que aconteceu: quando aconteceu [...] esse processo, saiu junto que já tinha uma resolução que a gente poderia entrar com o nome social na universidade. Aí eu fui lá,

fiz toda a documentação, paguei e tal, aí quando eu cheguei pra entregar os documentos, dava em torno de 15 pila, tudo, que nunca é pouco, né?, aí a pessoa chegou pra mim e disse assim: “olha, esses documentos aqui não garantem que vão te tratar pelo teu nome social, mas fica registrado que tu tens interesse”, uma pessoa da UFSC, e daí eu peguei e falei assim, tipo, eu olhei pra ela assim: “amiga, se eu soubesse que era só pra ficar registrado, eu tinha comprado um lanche pra comer”, pra fazer o vestibular, isso em 2013, tá?, 2013. Aí quando eu cheguei lá no vestibular foi aquele caos, tipo, não, e engraçado porque nesse ano também, eu fui fazer o vestibular de novo e a pessoa riscou a minha identidade, assim, ela pegou, ela raspou, assim, a foto, foi muito bizarro, foi muito bizarro. Isso num dos colégios que eu fui fazer, o fiscal de prova fez isso, tipo, muito bizarro, [...] mas enfim [...] aí, nessa, daí eu fiz a documentação, passei no vestibular pra Serviço Social, e daí eu comecei a fazer... porque assim, quando eu entro na UFSC, eu já tinha puxado muita cadeira, então eu consegui adiantar todo o semestre (NARRADORA A).

Ao ingressar na universidade e dar início aos trâmites burocráticos para a realização da matrícula, relata o despreparo profissional de um servidor administrativo sobre o entendimento de sua identidade de gênero e como proceder:

[...] quando eu entrei na UFSC, eu tinha que ir no DAE pra fazer a minha matrícula, não, primeiro eu ia passar pelo processo de matrícula que era dentro do centro e depois lá no DAE pra pedir a, pra pedir o nome social, né?, nas coisas. Quando eu cheguei [...] no Serviço Social foi até mais, assim, solícitas, é inacreditável dizer, assim, mas eles foram mais, né?, assim, tipo “ah, que legal, não sei o que, tu pode usar o nome social...” tá, só que quando eu cheguei no DAE, o cara do DAE não sabia nem o que era nome social, tipo assim, como é que, né?, qual é essa comunicação dentro da universidade?, e olha que o CSE e o DAE eram do lado um do outro, praticamente,

né?, aí, assim, o cara pegava, ele me chamou 300 vezes na frente de um monte de aluno pelo nome de registro, mesmo eu já tendo explicado tudo. Ele pegava a identidade e fazia assim: “ah, pois então, fulano, pois então...” e alto, assim, e em alto e bom tom, e eu ali, esperando, aí eu falei assim: “não, então, é porque eu quero colocar...”, “não, eu já entendi o que tu quer fazer, mas não tem como fazer”, não, mas eu assim: “não, mas tem como fazer porque...”, “tem como fazer? Então vem aqui e faz!”, ele falou assim, daí eu falei pra ele assim: “então abre aí que eu entro aí e faço pra ti”, falei, fui bem abusada. Aí ele assim: “ah, agora vai querer, agora, ah, é isso, né?, porque inventam essas coisas...”, foi bem assim, o cara deu o show, só que daí o que aconteceu: no show, virou um espetáculo, porque né?, isso no DAE, virou um espetáculo, porque ele queria me ridicularizar, então a gente vai se ridicularizar e eu vou sair de lá palhaça, mas daí foi, a gente conseguiu. [...] Aí, quando eu fui sair, eu fui muito abusada, eu disse pra ele assim: “e aí que não tenha dado certo!”, e daí ele pegou e disse assim: “ah, mas isso não é comigo, isso é com o [...] P.!. Aí, chegou, “ah, mas isso é com o P.”, “com quem que é?”, “ah, é com o P. e eu vou lá falar com ele”, “ah, o P. nem ta aí”, fui lá falar com o P., só subir as escadas... Fui, expliquei a situação e daí ele disse: “não, pode deixar que a gente vai arrumar no registro, não sei o que, tal, tal, tal”, “então beleza”, aí o que aconteceu, olha só, ele veio com o discurso dizendo que ele, que né, que aconteceu tudo isso porque nunca tinha passado, acontecido isso. [...] tipo assim, o cara era transfóbico, e tava numa situação de merda, porque ele tava ali pra atender as pessoas logo na base e tava fazendo isso, então eu fico pensando assim, ó: se eu não fosse uma pessoa segura de mim, se ele chamasse pelo nome de registro eu já tinha virado e ido embora, entende?, tipo, porque eu não ia tá me expondo ali, mas não, como eu tava mesmo nessa questão de comprar briga, de ir lá, de fazer acontecer, foi o que fez. (NARRADORA A).

E prossegue, relatando alguns acontecimentos hostis entre professores e alunos, já dentro da universidade como graduanda do curso de Serviço Social:

[...] e dentro da universidade [...] começa toda a novela, né?, é, eu acho que a minha primeira discussão já foi no primeiro dia de aula, que eu tive uma professora do Serviço Social/Assistente Social, com Doutorado, que disse que jamais me chamaria pelo nome social enquanto meu nome social não fosse nome de registro, que não era permitido. Aí, assim, só pra tu teres uma ideia: na lista de chamada, era pra vim o nome social, só que eles fizeram uma m..., eles botaram o social e o de registro. Então a pessoa tava lendo a chamada, e de repente, vinha o meu nome social/o nome de registro, ou seja, o professor tinha o direito de chamar pelo nome que quisesse, né?, e como pra ela não foi o suficiente, ela durante uma semana inteira, ela passava a lista pros alunos botar o ponto de presença. Consegue compreender isso? Tipo, eles queriam, inclusive, uma grande amiga que eu tenho, que é a V., ela chegou e disse assim: “eu não sabia que tu era trans, fui saber pela lista de chamada”. [...] Aí, isso, foi com essa relação com essa professora. Aí depois eu tive problemas dentro da sala de aula com outros alunos, né, aí entra assim, por exemplo, a colega super desconstruída que acha que ela não é transfóbica, mas ela só prega a transfobia, tive. Então, tipo, a mina, graças às boas energias, ela saiu na primeira fase, é, teve um dia que eu tava dentro do banheiro, e ela veio segurar meu peito, sabe?, “ah, queria ver como é que é”, e tipo, eu olhei pra ela assim, “oi?”, sabe?, aí de repente, essa amiga super desconstruída, a gente tava no meio de um monte de gente, as vezes, pessoas que eu nem conhecia, né?, que recém ta conhecendo, que ta chegando na rodinha e tal, “gente, dá pra ver que ela é travesti?”, falava assim, “nem parece, né?, parece até uma mulher”, assim. Assim, eu, eu achava que, no início, eu achei assim: ou ela é

muito ingênua, entendeu?, ou ela é muito inocente, entende?, ela acha que, que tá arrasando. [...] e depois eu tive outros problemas dentro da universidade, assim ó, com servidores públicos no Serviço Social, com o pessoal que atende de ponta, nunca tive problema nenhum, muito pelo contrário, todos eles sempre foram muito solícitos comigo e até sinto falta deles, assim, de ter um contato maior, que eu acho, é legal [...] (NARRADORA A).

Do mesmo modo, a narradora E explicita suas necessidades de informação no contexto universitário e social, relatando sua dificuldade em estabelecer um diálogo análogo com as pessoas para sanar e esclarecer suas demandas informacionais, conforme reflete que [...] *tive bastante dificuldade no início, sobre o meu ingresso na universidade, né?, especificamente, porque foi a partir dali que começou toda essa questão sobre as necessidades de informação, sobre as necessidades informacionais, que foi até tema do meu Trabalho de Conclusão de Curso, é, onde eu estudei, pesquisei, as reais necessidades informacionais da população T, né?, de mulheres, homens trans e travestis em relação à política do nome social e lá eu aponto, né?, as necessidades que a nossa população teve dentro universidade, em relação ao nome social, em relação a construção da cidadania, em relação, é, aos nossos direitos, né?, o respeito a identidade de gênero e no início eu entrei, né?, na universidade, eu sabia muito pouco sobre esse universo, né?, [...] e pra mim foi um, uma realidade um pouco complexa, me deparar com um universo como a universidade, né?, onde o fluxo de informação é intenso, né?, informações a todo momento, é um boom de informações e imagina eu, sendo travesti, é, como poucas, né?, dentro da universidade, pouquíssimas trans, travestis dentro da universidade. Quando cheguei na universidade, tinham três, quatro, né?, mas cada uma no seu centro, então a gente não tinha muito tempo pra trocar informações, né?, eu tive poucos momentos de trocas de experiências com as meninas que já estavam dentro da universidade, né?, cada uma com seu curso, cada uma preocupada com sua vida, então eu tive que correr um pouco atrás, tive que me virar, no início, pra saber, pra ter conhecimento do que era a política do nome social, do que era, de como meu nome ficaria, né?, na lista de chamada. E as dificuldades maiores foram em relação à comunidade acadêmica, né?, as minhas necessidades informacionais, as minhas necessidades de informação, elas começaram a surgir por conta de uma negligência da*

administração pública, né?, que é o que eu aponto na minha pesquisa, no meu TCC, que é, essas dificuldades, elas se dão por quê? Porque não tem uma política real, não tem uma política concreta, é, que divulgue, que oriente a população T dentro da universidade, né?, dentro da UFSC especificamente (NARRADORA E).

A fala da narradora E exemplifica a espiral de exclusão social, divisão, desigualdade, estigma e falta de diálogo nos espaços físicos, e por decorrência, sociais. Especialmente num contexto em que a UFSC define sua visão em “ser uma universidade de excelência e inclusiva” (UFSC, 2018b), e como missão

produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, a solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da **construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade da vida** (UFSC, 2018b, grifo nosso).

A situação exposta pelas narradoras A e E quanto ao ingresso e outras situações na universidade e aos princípios desta podem ser relacionados com as denominadas “sociedades de discurso”, cuja função arcaica é conservar ou produzir discursos com a finalidade de fazê-los circular em espaços restritos e distribuí-los somente com regras estipuladas e/ou criá-los para cumprir diretrizes burocráticas e institucionais (FOUCAULT, 2002, p. 39). Por mais que esta conjuntura social tenha quase desaparecido, segundo Foucault (2002), compreende-se que existem ainda resquícios comportamentais de “sociedades de discurso”, ainda mais num prisma em que o espaço pode ser e é um dos lugares onde o poder se afirma e se exerce, e sem dúvida, sob a forma mais sutil, a da violência simbólica como violência despercebida: os espaços físicos, cujas intenções mudas dirigem-se diretamente ao corpo, obtendo dele, com inabalável segurança, em que “[...] o respeito que nasce do distanciamento ou, melhor, do estar longe, [...] da simbólica do poder e dos efeitos completamente reais do poder simbólico” (BOURDIEU, 2003, p. 163).

No caso das pessoas trans, e se retratado em contexto universitário, o distanciamento não se dá, necessariamente, pelo respeito, e sim, pelo tratamento indiferente e variante entre regular e desigual, conforme a narradora D expõe: [...] *quando eu entrei na*

universidade, eu ainda usava o nome antigo. Daí quando eu fiz a transição, eu tava dentro da universidade, eu fiz os pedidos em uma semana, os sistemas tinham meu nome social registrado. Então onde eu vejo, no celular, no computador, tem meu nome social. O problema é que uma vez, eu tava na coordenação da Psicologia e daí nisso, uma mulher, eu passo meu número de matrícula e a moça entra no meu sistema. No momento que ela entra, o que eu vejo lá em cima é o meu nome antigo, não meu nome social. Minha sorte é que na hora que ela foi falar, um coordenador lá do departamento, que me conhece, ele falou, “Ah, R., isso e aquilo lá...”, pra que a moça não usasse o meu nome antigo que tava no computador. Mas nos sistemas, e isso também quando eu fui no DAE da UFSC, quando dei meu número de matrícula e entraram no meu registro, também tava o meu nome antigo, que foi o nome pelo qual ele me chamou. Então onde eu vejo tem R., mas onde as outras pessoas que vão me tratar não tem, como assim, sabe?.

O tratamento em conformidade com sua identidade de gênero (narradora D) na universidade é mista, [...] dentro do CFH é bem tranquilo, assim, eu tenho que dizer que dentro do CFH foi muito tranquilo, tanto em relação aos meus amigos, tanto quanto relação corpo docente, assim, sabe?. Teve só uma professora que, eu nem tinha entendido nada, porque era uma professora que nem era do departamento, era do departamento de Biologia, e quando eu fiz o pedido que ela riscasse o meu nome e escrevesse do lado R., porque eu ainda ia fazer o pedido pela UFSC pra mudar no sistema, ela disse pra esperar que fosse feito o pedido, tudo, e eu não tinha entendido muito bem o que tinha acontecido. Eu fui entender só depois, que eu percebi que ela tava dando uma aula de Fisiologia do Perdão e defendendo o Criacionismo, daí eu entendi o que que tava acontecendo lá. Então, é, mas no resto foi até bem tranquilo, assim, mas eu acho que é uma realidade de dentro do CFH, exatamente pela instrução dos cursos de Psicologia, de Ciências Sociais, que tem mais, que andam fazendo muitas pesquisas de nível quantitativo e qualitativo em relação a essas coisas, sabe? (NARRADORA D).

Em situação similar, o narrador C relata que é [...] formado em Gestão Ambiental, mas só consegui estudar porque estudei online, não foi presencial, então eu tenho uma graduação, que eu trabalhei inclusive no ramo, né?, e conseguiu estudar sem maiores problemas pela modalidade à distância pois utilizava o seu nome de nascimento e não precisava contestar sua identidade para com a instituição ou por divergências de registro nos sistemas da universidade.

Parte das divergências apontadas nas narrativas C e D se relacionam com a célebre “revolução informacional” (LOJKINE, 2002) e suas tecnologias, cuja característica principal é a sua “[...] sua penetrabilidade, ou seja, [...] sua penetração em todos os domínios da atividade humana, não como fonte exógena de impacto, mas como o tecido em que essa atividade é exercida” (CASTELLS, 1999, p. 68).

O espaço urbano, envolto em processos de mediações, configura-se em suporte social que realiza o processo informacional, indo além da aplicação básica das ferramentas de tecnologias em um determinado espaço. Esse processo, incorporado em todas as dimensões da realidade cotidiana, reconfigura os fragmentos da sociedade por meios tecnológicos, conferindo sentido ao extenso emaranhado informacional disponível em eixo social – as condições sociais, históricas, políticas, econômicas, culturais e tecnológicas vivenciadas por aquele que usa, representa, atua, aprende, ensina, transforma, opta, produz e consome. A informação e suas tecnologias aliadas aos processos sociais ressignificam as práticas espaciais e temporais, edificando novos meios de interacionalidade social (REYES, 2005).

É nítido que a revolução informacional, sendo fator das forças produtivas da modernização, atinge e remodela o espaço de modo altamente seletivo e desigual. A interposição e a limitação ao acesso e ao uso de informações, itens componentes na produção do espaço urbano, têm estendido processos excludentes, descumprindo os propósitos constitucionais e internacionais sobre a produção e o uso democráticos dos espaços sociais. A partir do momento em que a informação se estabelece como força produtiva potencializada essencialmente pelo capital, torna o espaço urbano mercadoria desenhada, materializada e controlada por seus senhores, evidenciando a distinção social (MARTELETO; NÓBREGA; MORADO, 2013).

Oposto a isso, a possibilidade de processos colaborativos, horizontais e interdisciplinares, quando realizados pelas vias da mediação da informação entre os envolvidos, sinaliza a produção do espaço urbano assentada nas bases da coexistência socioespacial. O relacionamento promovido por intermédio de saberes, disseminado com base no compartilhamento de informações, insere-se no paradigma participativo, com o reconhecimento das modalidades de conhecimento (técnico-científico, sociocultural, tradicional ou “experencial”, promulgados pela realidade socioeconômica) de todos os envoltos nos processos de concepção e utilização do espaço urbano (MARTELETO; NÓBREGA; MORADO, 2013).

Assim, a narradora E expõe que apesar de todas as suas necessidades de informação desde o princípio e constantes durante a passagem na universidade, a política do nome social conseguiu ser de alguma forma, reformulada, apesar dos contínuos conflitos com a tecnologia, consoante ao seu relato: *[...] a política do nome social era muito precária, ela mudou depois de muitos encontros e depois de muitas propostas em eventos dentro da universidade, onde a gente discutia melhorias na política de nome social, mas anteriormente essa política do nome social, a primeira normativa que saiu, ela colocava o nome social junto com o nome de registro na chamada. Então, né?, era apenas uma gambiarra, porque ao mesmo tempo que você tinha o seu nome social, você não tinha, porque o nome social é pra quê? É pra você excluir da sua vida o nome civil, para que ninguém saiba o teu nome civil, então era uma política muito precária, né?, mudou e se tornou uma das melhores do país, mas a gente ainda enfrenta muita precariedade, porque os sistemas da universidade, eles não conversam, tem o SETIC, tem o Moodle, tem as plataformas online, né?, o Moodle, o CAGR... Muitas vezes, no Moodle tava o nome M. Z., e no CAGR tava o nome civil, né?, no início, quando eu ainda não tinha retificado o meu nome, mas assim, tinha muito isso.*

Algo bastante ressaltado em todas as narrativas foi à questão primordial do entendimento, uso e por muitas vezes, conflito sobre o uso do nome social. Os narradores expuseram algo como um deslocamento social contínuo e precariedade em diversas instâncias. Para Carreteiro (2008), quanto mais às pessoas estiverem inseridas socialmente, mais elas se inscrevem conscientemente em todos os eixos que se inserem. A premissa oposta é igualmente verdadeira, pois quanto mais a pessoa se distancia dos eixos que se insere, mais ela pode viver formas de desigualdades e rupturas sociais.

Compreende-se que tal inserção começa ou deveria começar no seio familiar, desde a infância, ou durante a revelação/transição de gênero dos narradores, algo pouco recorrente entre a maioria destes. De acordo com o narrador C, a infância foi a sua fase mais difícil na vida, *[...] foi de onde eu guardo mais memórias, assim, ruins, né?, porque como eu nasci, nasceram os meus três irmãos, e depois eu fui nascer, já tinha todo um projeto, assim, pro meu nascimento, né?, de que, quando viesse a menina, essa menina seria a princesinha da família, né?, seria a irmã mais caçula, a irmãzinha que levaria pros amigos conhecer, tal. Minha mãe, sendo costureira, claro que faria todo um vestuário, né?, pra essa menina, tal, de, enfim, foi colocado todo um projeto em cima disso, né?, e não foi isso que aconteceu. Logo nos primeiros anos de*

vida, eu com dois anos de idade, eu já desmaiava no colo da minha mãe quando as pessoas vinham falar comigo e me tratavam [...], eu já tinha problema pra me socializar, com dois anos de idade, então já começava a vir à tona a questão da transexualidade.

O narrador B revela suas relações pouco estreitas no seio familiar: *[...] Nunca tive ajuda, a minha família não me aceita como eu sou, a minha família é extremamente preconceituosa, é, [...] nunca fui expulso de casa porque a minha mãe é assistente social federal e ela é professora de universidade, né?, então ela jamais iria me expulsar de casa (risos). [...] Eu nunca tive nenhum respeito por ela, a gente não, a gente convive, nós convivemos juntos, não temos diálogo, não temos uma relação. [...] E com a família, no geral, tem [...] pouca relação social, tentamos nos respeitar pra não, pra não ficar pio, né?, mas a gente... nós convivemos, não nos respeitamos.* Revela também o relacionamento conturbado com sua mãe, ao expõe que *[...] a minha mãe, por exemplo, ela não anda comigo na rua. A minha mãe, não, não vai comigo em nenhuma loja, a minha mãe... nós nunca saímos, nós nunca viajamos e nós nunca fizemos, é, nenhum passeio social juntos, eu não tenho vida social com a minha mãe, ela tem vergonha de sair comigo na rua.*

Da mesma forma, a narradora D aponta sobre a reação pouco auspiciosa de sua mãe ao conversar sobre a sua transição de gênero: *[...] Perguntei pra minha mãe se ela ia me apoiar, se ela ia me ajudar, de certa forma, assim, ela disse que não ia me ajudar nas minhas loucuras, mas que ia me dar um apoio, de certa forma, e daí ela pagou a rinoplastia pra mim, e eu comecei tudo da minha transição dali pra frente.* Sobre este tema, a narradora A acredita que sua aceitação foi graças a sua resistência e imposição. *[...] assim, ó, a minha família, acho que, eu tive uma melhor aceitação porque eu tenho uma personalidade muito forte, né?, e isso eu sempre bati de frente com os meus pais, e eles também tem uma personalidade muito forte, então eu acho que isso deu, foi uma coisa assim que eu cheguei, decidi e foda-se o mundo, eu só comuniquei. Sempre foi só assim, então, eles enxergam às vezes o que eles querem enxergar e as vezes eles vêem coisas que eles querem ver, mas tem muita coisa que é da própria cultura, da criação e da religião. Eles são católicos fervorosos, então, é bem complicado, assim, de ter uma... é muito engraçado assim, que minha mãe, isso eu sempre conto, minha mãe ela é uma pessoa muito boa, né?, então ela faz todo aquele ritual de abençoar a água pela manhã e ver Rede Vida, não sei o que, ela faz questão que eu beba porque ela tem a certeza que eu vou para o inferno. Ela sabe todo o trabalho social que*

eu faço, entende?, mas pra ela, pela forma com que eu me visto, já tô condenada pro inferno, tu entende?, e tipo, não passa pela cabeça dela que o fato dela ter comido marisco, de ela usar roupas com cores diferentes, lá, lá, lá, também tenha levado ela ao inferno, porque da mesma bíblia que, né?, que ela me coloca com que eu vou pro inferno, ela também vai. E, mas, o quão é louco isso, o quão as pessoas são muito arregadas [...].

Em similaridade com o contexto religioso como fator de impacto na vida dos narradores e como estigma para a aceitação pessoal e da família, a narradora D pondera: [...] *Daí falo de homossexualidade dentro da igreja católica, se torna um sentimento muito forte, então, sem sombra de dúvidas, ser criada por uma mãe que me botava na cabeça que o catolicismo era tão certo, assim, me fez pensar que o catolicismo estava certo quando eu sentia totalmente o contrário do que o catolicismo dizia que eu tinha que sentir. Então a religião teve uma parcela significativa de que aquele meu sofrimento continuasse sendo tão forte durante anos, mas que eu tenha trazido ele até hoje, tem resquícios muito pequenos, assim, em situação de dor, ainda sinto uma vontade como se fosse uma vontade de conversar com um ser, ou um ente superior, mas não é algo que eu alimento ou... E às vezes eu converso mesmo, converso pra me saciar psicologicamente, não porque eu ache que alguém me ouça realmente, sabe?.* E prossegue, relatando como se deu o entendimento conflituoso com sua identidade de gênero versus religião católica: [...] *Fui catequista, fui homofóbica, fui muita coisa. E eu não sabia que isso podia acontecer, e eu não exteriorizava pra ninguém, e isso ia me corroendo, e ao mesmo tempo, peguei um vício em masturbação que foi algo perturbador pra mim, [...] isso por dois anos, daí no auge de tudo isso, eu descobri que eu queria usar roupas femininas todos os dias e que eu gostava de roupas femininas, daí eu não sabia que isso podia acontecer, daí eu comecei a sentir isso.*

Em relação aos desejos sexuais e o cristianismo, que pode ser igualmente aplicado às questões de identidade de gênero, Foucault (1994, p. 14) questiona: “por que o comportamento sexual, as atividades e os prazeres a ele relacionados, são objeto de uma preocupação moral?”. E prossegue, questionando por quais motivos o famigerado “cuidado ético” parece ser mais valoroso do que a atenção moral que se envolvem outros campos, “não obstante essenciais na vida individual ou coletiva, como as condutas alimentares ou a realização dos deveres cívicos”. Reflete que o fio condutor da questão é definir quais as condições que o ser humano “problematiza” sua essência, sua existência, “e o mundo no qual ele vive” (FOUCAULT, 1994, p. 14).

Logo, a “problematização” seria a compreensão do fenômeno social, uma vez que compreendê-lo é buscar sua essência (GANDRA; SIRIHAL DUARTE, 2012).

A exteriorização do desejo latente de se sentir mulher, de acordo com a narradora D, exemplifica a repressão sexual – e de gênero, preponderante também nos espaços da sociedade pós-moderna. Chauí (1990) expõe que se vistas pela ótica da moral, as práticas e ideias sexuais – aqui se insere as de identidade de gênero – que destoam aos padrões morais vigentes são consideradas “vícios”, pois o seu oposto, os padrões, são as “virtudes”. Três sentidos principais constituem o vício: a disposição habitual para o mal (o pecado); uma tendência ou impulso reprovável, incontrollável, decorrente de certa imperfeição que torna alguém inapto a seguir sua destinação natural, considerado defeito (se aproximando da patologia); e por último, significa depravação e nessa visão, é sinônimo de preferência ou prática sexual renegados pela moral e pela sociedade. Desse modo, a palavra vício traz consigo a referência ao sexo (CHAUÍ, 1990, p. 114).

Em acepção moral, as racionalizações que contestam a repressão sexual conectam-se às noções de hábitos viciosos (algo como uma segunda natureza), de impulso desenfreado originado de uma imperfeição (uma falha que gera uma ação quase naturalmente viciosa) e de corrupção e desvio das normas estabelecidas (algo deliberado). Em ambos os sentidos, faz-se associação com a norma. No primeiro sentido, a norma é oriunda da natureza e o vício, comportamento antinatural; no segundo sentido, a norma varia entre natural e social e o vício, voltado à conduta natural, é ato impulsivo anti-social; no terceiro sentido, a norma é sumariamente social e o vício é corrupto e anti-social (CHAUÍ, 1990).

Na perspectiva moral, eis a direção que a repressão sexual tomará: será pedagogia (na correção dos hábitos e criar outros hábitos sexuais, desta vez, virtuosos ou morais), será punição (“para fazer o desvio deliberado regressar aos trilhos”), será vigilância (para controlar os riscos de desvio e depravação), e acima de tudo, será estigmatização (o vício de natureza e a corrupção-depravação enraizada ou imutável devem ser expostos, segregados publicamente e sinalizados, explicitados para que os outros membros da sociedade possam ter mecanismos de identificação dos viciosos “naturais”, corruptos e igualmente depravados). O vício sexual, para todos os casos inferidos, aparece condicionado à noção de impureza e de má vontade (CHAUÍ, 1990, p. 115).

Moralmente falando, a repressão sexual ocorrerá em via dupla: pelo surgimento de percalço ao vício (educação da vontade) e pela

exposição dele, se incorrigível. No cerne da disposição repressiva, apresenta-se a “corretiva e a edificante – impedir ou exibir para exemplo” (CHAUI, 1990, p. 115). O movimento repressivo será vendido pelo entendimento de proteção: proteger os seres moralmente corretos contra o vício e proteger os espaços sociais em oposição aos viciosos (CHAUI, 1990).

A repressão, para os narradores, ocorre em situações cotidianas, desde o tratamento pelo pronome de tratamento como outras situações preconceituosas. A narradora D exterioriza que não gosta [...] *de ser tratada no masculino, e até essa semana mesmo eu passei pela primeira vez por uma situação de rua, né?, de eu tá, não de rua de morador de rua. Eu tava andando no meio da rua, e passa um carro e me chamam de “viado”, sabe?, eu nunca tinha passado por isso desse jeito. Diariamente, eu pego um ônibus e dentro do ônibus, parece que eu viro um espetáculo, né?, porque todas as pessoas olham pra mim, algumas com cara de curiosidade, outras com cara de aversão ou de, “por que que você tá fazendo isso?”. As vezes, fica claro que eu uso sutiã, as vezes fica claro que eu tô com uma calça de cintura alta, que eu tô com salto, sabe?, então [...] assim, depois de um mês, eu acho que eu acabei me acostumando a não olhar pra nenhum lado quando eu entro no ônibus, sabe?, então eu entro no ônibus olhando pro chão ou olhando reto e procurando um banco pra mim sentar, então pra mim não vivenciar aquela dor todos os dias, eu tenho que não olhar pra nada, sabe?.*

Em contexto similar, ao expor novamente uma situação vivida na universidade, a narradora E considera a informação como sua grande aliada no enfrentamento da sociedade repressiva e dos estigmas, ao relembrar que [...] *no primeiro dia de aula, nos primeiros momentos as pessoas, elas ficavam meio chocalizadas, né?, chocadas, porque a maioria eu acho que nunca tinha visto uma travesti na vida, né?, e eu entrei muito receosa, eu entrei na universidade muito preocupada, né?, do que as pessoas iriam pensar, porque a minha mentalidade na época era outra, né?, eu era muito preocupada com que as pessoas pensavam. Depois, eu pensei “ah, quer saber de uma coisa? Cada um cuida da sua vida, eu tô aqui, eu vou ocupar e pronto”, mas no início não foi uma relação fácil, não, as pessoas, elas tinham muita resistência em relação a mim, porque eu também, eu era muito, muito assim de, do conflito, sabe?* (NARRADORA E).

Além disso, a narradora E considera a **informação** como sinônimo de **poder**: [...] *eu sempre fui muito barraqueira, sempre contestei muito as coisas, então nunca admiti que as pessoas me*

humilhassem ou fizessem qualquer coisa do tipo pra me inferiorizar, pra me diminuir, né?, e a informação ela era uma aliada, né?, porque a partir do momento que eu tinha informação, que eu sabia, que eu tinha conhecimento de, do que eu representava no mundo, nos meus direitos, das minhas demandas, eu sabia que, com a informação, com o saber, né?, porque saber é poder, e aí a gente pode entrar em Foucault, né?, pra trabalhar isso, mas eu sabia que com as informações, eu me tornava uma pessoa mais blindada, uma pessoa mais protegida, né? E eu me sentia protegida tendo informação, sabendo das minhas, dos meus direitos dentro da universidade, não só dentro da universidade, mas em relação a tudo, né?, eu tenho informação, eu me sentia protegida, né? E me sinto até hoje, né? (NARRADORA E).

Para o narrador B, a repressão ocorre no meio familiar e por vezes, social, quando afirma que o [...] *problema maior está dentro da minha casa, dentro da, dentro do meu meio social, né?, os vizinhos, a família... é, sempre essas pessoas que me derrubam, então isso foi, é, deixa qualquer uma pessoa triste, então, tem que todo dia, é... tu leva um tapa na cara, mas tu tem que sorrir mesmo levando um tapa na cara porque tu sabe que tu tem que, tu tem que viver aquele dia. Não importa como, porque tu tem muita, muita responsabilidade nas tuas costas. Se eu deixar de viver um dia, todos os meus clientes vão deixar de comer um dia, e eu vou deixar de pagar as minhas contas ou várias coisas vão acontecer, então é um acúmulo de problemas que te gera se tu não viver um dia, como qualquer outra pessoa normal, então é, a gente tem que levar um tapa na cara e continuar a luta, porque, é isso, não tem que baixar a cabeça, não dá pra baixar a cabeça.*

Chauí (1990) atesta as falas dos narradores acerca da repressão que constitui as relações familiares, sociais e religiosas para com as expressões sexuais e identitárias que *escapam* da moralidade. Destarte, considera que, em âmbito social, a moralização do sexo (depois que se instaura a purgação ou purificação de modo religioso) é feita pela família e pelo trabalho, em primeira instância – com a escola e o Estado fornecendo recursos formais e legais para o que se realiza nas instituições família e trabalho. O narrador B relembra que a descoberta conflituosa como homem trans se deu aos [...] *quatro anos de idade, que eu tava num, eu tava no jardim de infância, eu me lembro até hoje desse episódio porque ficou bem marcado, eu fui no banheiro com a chave do Cebolinha e a professora impediu e disse que eu tinha que usar a chave da Mônica e eu recusei, fui pro banheiro e ela me bateu. Ela me bateu, eu tinha quatro anos de idade, chamou toda a minha família, foi uma confusão, eu apanhei de todos os meus familiares e, e*

foi aí que ficou bem marcado pra mim. [...] Eu sabia que eu ia ter problemas (risos), hoje eu não tenho nenhum tipo de problema e nenhum preconceito, por quê? Porque eu construí o meu respeito, eu ganhei muito respeito dentro da minha profissão, eu sou muito respeitado [...].

Situações cotidianas que retratam a repressão, o preconceito e as necessidades de informação, de entendimento das pessoas trans para com a sociedade e da sociedade para com estas foram bastante expostas nas narrativas, como se apresenta no trecho: *[...] A questão é a falta de informação e a vontade da pessoa ir atrás da informação, né?, a vontade dos educadores dentro do colégio, né?, tudo começa na educação, tudo começa dentro do colégio, tudo começa lá. A gente tem uma situação de um homem trans, ele tem cinco aninhos de idade, e ele é daqui de Florianópolis, eu nunca vi ele, mas ele é bem novinho. Ele tem cinco ou quatro aninhos, eu não sei, eu sei que a família inteira respeita ele, e a mãe dele foi denunciada no conselho tutelar, então é um absurdo, porque assim, é uma mãe tentando desenvolver a própria criança, e mesmo assim ela não ligou, ela continua aceitando ele como ele é, ele tem um nome, o nome dele é G., ele que escolheu, então assim, é uma criança que tem tudo pra ser uma, uma, um grande profissional, uma grande pessoa, um grande ser humano, né?, um grande ser humano. [...] Então, é, tudo começa dentro do jardim, ou dentro do, dentro da, dentro do crescimento, do crescimento social da criança, na primeira série, na segunda série, os professores, é, tentando trazer os alunos pra, pra uma aceitação, vamo se aceitar, vamo ser mais felizes como um todo, né?, porque todo mundo é igual, falta o professor, essa voz ativa dos professores, não que eles sejam responsáveis por isso, não são, mas isso é uma ajuda porque eles estão desenvolvendo o cérebro das pessoas, né?. Então, é, se, se, eles podem até trazer uma discussão de família dentro do colégio e trazer os pais também pra essa discussão, e hoje em dia tá cheio de homem trans, tá cheio de mulher trans no colégio, tá cheio! Tá cheio de adolescente, tá cheio de homem trans aí, com 12, 13 anos se assumindo, os pais aceitando, não aceitando, então, é, tá na hora assim de mudar [...]* (NARRADOR B).

Das necessidades de informação que advém do despreparo de espaços físicos, sociais e da relação com seus integrantes, os narradores apontam a *internet* como o fator determinante na disseminação dos **movimentos sociais** – sobretudo em rede, incluindo redes de apoio, agora também remotas e a extensão das **ONGs** – visando à busca pelo acesso a informação, no fortalecimento e desenvolvimento de vínculos com a população LGBT+ e principalmente, com a população trans.

A mobilização e o impacto dos movimentos sociais, do feminismo, *a priori*, no tangente às relações entre as questões de gênero/sexuais deu ímpeto a um forte impacto cultural: o questionamento da heterossexualidade como norma reguladora. Às lésbicas, afastar-se da figura masculina, gênese de sua opressão, foi resposta lógica de sua perspectiva da dominação masculina como o motivo pelo qual as mulheres se encontram em situação subalterna. Aos gays, a indagação da família tradicional e as relações conturbadas entre homens e mulheres fomentaram uma abertura para discutir novas formas de relacionamentos pessoais e novas modalidades de conjuntura familiares, as famílias gays. Para os envolvidos, a **libertação** sexual, sem restrições morais, tornou-se a nova fronteira da autoexpressão (CASTELLS, 1999).

Para Castells (1999), então, a civilização é estabelecida em tabus e repressão de gênero/sexual. A liberação do desejo é subordinada aos espaços/instituições sociais, denotando assim a transgressão e alinhando a dominação. A liberação, aqui como libertação também, dos desejos além da heterossexualidade se constituiu em movimentos sociais proliferados ao redor do mundo, começando nos Estados Unidos em 1969-70, alcançando na continuidade a Europa e depois o restante do mundo (CASTELLS, 1999). Na visão da narradora A, [...] *a minha vida muda muito depois que eu entro no movimento social, né, e isso, a priscas eras, 2004, muito tempo atrás... E a minha vida começa a mudar enquanto pessoa, na verdade, quando eu venho pra ADEH, e eu começo, e eu conheço a professora M. J., e daí eu tenho uma psicóloga, a G. D., que foram pessoas que me colocaram, que me deram um sacanão e disseram assim: “não, não pode ficar nisso”, entende? Tipo, porque a gente é doutrinada, na verdade, a não ter nenhuma perspectiva de vida. Então assim: “ah, tu aceitou ser isso, tu quer ser isso? Tu pode ser isso, mas tu nunca vai ter alguém que te ame, você nunca vai ter direito a estudo, você nunca vai ter um trabalho decente, você vai ter que tá na rua se prostituindo”, tipo, eram só essas informações que a gente recebia* (NARRADORA A).

Sendo fala recorrente dos narradores, o papel das ONGs, no caso em específico, da ADEH, é considerado **basilar** no movimento social trans. A narradora D afirma: [...] *eu acho que sempre falta também um serviço especializado, assim como se fosse uma coisa como a ADEH, só que de maior escala e em mais outros lugares, sabe?, alguma coisa que recebesse as pessoas trans e já pra fechar certinho as necessidades delas, sabe?, direcionasse bem fortemente, porque a questão, eu tô conseguindo o meu registro, a retificação da minha*

carteira de identidade e tudo isso eu consegui por contatos que eu fiz através da ADEH, e a ADEH tá começando a fazer esse trabalho, só que esse trabalho a ADEH faz sozinha aqui em Florianópolis, sendo que tinham pessoas que já tavam entrando com esse processo desde 2007, então imagina o número de pessoas trans que esperam pra fazer esse processo que se torna tão necessário. Imagina, tem gente que pediu em 2007 e tá conseguindo a retificação do nome hoje, depois de dez anos. Se eu tivesse que esperar esses dez anos, o que graças a Deus, não tá acontecendo por causa da ADEH. Graças a ADEH, nem graças a Deus, é, o que acontece é que eu ia me formar na faculdade e meu diploma não ia vim com meu nome, ia vir com um nome que não me representa mais, então a retificação do nome é importantíssima por vários motivos, sabe?.

Em conformidade com Gohn (2013), muitos movimentos sociais se converteram em ONGs ou se incorporaram às ONGs que já os forneciam suporte. Criou-se um novo entendimento em que mobilizar deixou de ser para o desenvolvimento de uma consciência crítica ou para protestar nas ruas. Mobilizar passou a ser formas de fortalecer e organizar a comunidade para participar de programas e criação de políticas públicas, por exemplo. O militante foi se transformando no ativista organizador dos usuários de serviços sociais. A questão da militância apresenta-se como fala bastante evidente dos narradores, principalmente [...] *pela precariedade da informação, porque não tinha esse diálogo, não tinha essa intervenção por parte da população T, depois começou a ter, essa intervenção e essa luta por melhorias. E tudo isso também só começou a partir da militância. A militância, ela tem um papel fundamental na transformação e na luta por direitos, eu sempre digo isso, que a militância, ela precisa intervir pra que a gente consiga conquistar os nossos direitos e pra que a gente consiga fazê-los valer, mas é uma luta diária* (NARRADORA E). A premência do foco às pessoas trans como público-alvo de políticas públicas, mesmo que operada por intermédio de ONGs, contribuirá para uma possível cidadania/visibilidade trans e para a solução das demandas informacionais da população (CARVALHO; CARRARA, 2013).

Em contrapartida, a narradora E visualiza outra esfera relacional entre as necessidades de informação – externas para com as pessoas trans – e a militância: [...] *Eu sempre digo que as necessidades informacionais não foram tão minhas quanto é de toda a sociedade, né?, eu jogo essa responsabilidade pra sociedade, eu acredito que eu não tive tantas necessidades informacionais, as minhas necessidades informacionais elas foram voltadas para como eu chegaria até a*

informação, né?, mas a partir do momento que eu chegava na informação, eu me deparava com as necessidades de informação das pessoas que me atendiam, né? Então eu não sei se essa necessidade informacional foi tão minha, né?, eu acredito que essa necessidade informacional ou de informação é mais de quem vai atender, de quem vai, é, lidar, de quem vai conversar com parte da população T, né?, porque a militância ela também ajuda muito, a militância ela nos orienta, a militância nos ajuda nesse sentido, né?, de como ter as informações em mão, de como correr atrás dos nossos direitos, mas a militância muitas vezes ela não chega no todo, ela não chega em toda a sociedade, então essa dificuldade de informação, de necessidade de informação, informacionais, eu analiso, na minha pesquisa que é parte constituinte de toda a sociedade, né?, toda a sociedade tem essas necessidades de informação sobre a população T. [...] quando eu tava explorando [...] o meu objeto de estudo, a própria população T, a minha própria população, no início eu tava trabalhando com essas reais necessidades informacionais na minha população, mas no decorrer da pesquisa, conforme eu fui desenvolvendo, eu percebi esse outro lado, né?, essa outra dimensão, porque conversando com as meninas, conversando com as mulheres trans, com as travestis, eu pude perceber discursivamente que elas não tinham tantas necessidades de informação porque estavam todas muito bem amparadas por associações, pela própria militância, uma ajudando a outra, uma informando a outra, né?, é como se fosse, é, não, é de fato, né?, nós por nós (NARRADORA E).

Nesse sentido, observa-se que a partir das necessidades de informação não correspondidas por instituições e/ou profissionais aptos, ocorre o fortalecimento da militância, do trabalho das ONGs e dos movimentos sociais, agora proliferados em rede. Castells (2013) infere sobre a massificação dos movimentos sociais contemporâneos: inicialmente, eram alguns, depois centenas e mais adiante, milhares, ganhando o suporte de milhões, com seus discursos e sua busca interior por esperança, indo além das ideologias repressoras, conectando-se com as reais questões de pessoas reais “na experiência humana real que fora reivindicada” (CASTELLS, 2013, p. 10).

Iniciou-se nas redes sociais da internet, e estas sendo espaços autônomos, acima do controle governamental e institucional, tornam-se rapidamente monopólio dos canais de comunicação e poderosas fontes de informação ao compartilhar dores e esperanças no espaço público da internet, com as pessoas conectando-se umas às outras e estabelecendo redes sobre suas visões pessoais ou relações associativas. Estabeleceram

vínculos e uniram-se. E tal união os ajudou a superar medos, anseios, estigma, emoções “paralisantes” em que os poderes institucionalizados se sedimentam para prosperar e se reproduzir, por opressão ou falta de coragem – e se necessário, pela violência pura e singular, seja ela camuflada ou sumariamente aplicada. No “ciberespaço”, pessoas de variadas faixas etárias e condições sociais passaram a ocupar o espaço público, na busca entre si e o destino que desejavam alcançar, “ao reivindicar seu direito de fazer história – sua história –, numa manifestação da autoconsciência que sempre caracterizou os grandes movimentos sociais” (CASTELLS, 2013, p. 10).

Buscando alcançar as massas sem interferências opressoras, os movimentos se disseminaram por “contágio num mundo ligado pela internet sem fio e caracterizado pela difusão rápida, viral, de imagens e ideias”. A motivação não foi somente pela pobreza, pela crise econômica ou pela falha no sistema democrático que desencadearam essa revolta multifacetada. Indubitavelmente, essas falhas estruturais de uma sociedade desigual e de uma política monopolizada não democrática se faziam presentes nas reivindicações (CASTELLS, 2013, p. 10).

Ademais, “foi basicamente a humilhação provocada pelo cinismo e pela arrogância das pessoas no poder, seja ele financeiro, político ou cultural”, unindo as pessoas que transformaram seus temores em indignação, e indignação em esperança de uma humanidade liberta. Humanidade cuja identidade tinha de ser efetivada a partir do princípio, escapando das inúmeras sistematizações ideológicas e institucionais que tinham levado diversas vezes ao limbo, “forjando um novo caminho, à medida que o percorria. Era a busca de dignidade em meio ao sofrimento da humilhação – temas recorrentes na maioria dos movimentos” (CASTELLS, 2013, p. 10-11).

Para os narradores, a movimentação social em redes digitais é um marco na busca e conquista por direitos, no acesso e troca de informações e no estreitamento de redes de apoio, sendo uma fala comum a todos. Pelo entendimento da narradora A, [...] *Eu sempre tento me basear no que eu tenho acesso à internet, por busca própria, e acontece muito também de eu receber informações que elas acabam aparecendo, o Facebook pra mim é uma ferramenta de trabalho foda, né... Eu, sinceramente, o meu Facebook, ele é minha ferramenta de trabalho e ele é uma bolha, como todo o Facebook, eu acredito, de todas as pessoas. Mas, assim, tem lá dentro as pessoas que compartilham mais ou menos do mesmo pensamento, então a gente acaba sempre circulando mais ou menos as mesmas notícias ou as*

notícias de interesse comum, então, é isso, nada além. Fora isso, é, sites, fóruns, grupos, WhatsApp, a gente compartilha muita informação no WhatsApp, a gente tem alguns grupos que são de lideranças, eu não gosto deste nome, mas enfim... que são voltados à lideranças LGBT e daí a gente troca informações, dialoga, vê quem pode ajudar naquele momento e são vários profissionais, então a gente consegue receber informações, assim, de tudo. [...] A troca de informações sempre ocorre [...] sempre ocorre em lideranças, porque na verdade quando a gente fala de pessoas que estão junto, mesmo heterossexuais, elas estão junto, indiferente da orientação sexual ou então identidade de gênero, mas assim, de fora mesmo, tive algumas experiências mas foram raríssimas (NARRADORA A).

O narrador B relata sobre o uso do Facebook como rede de apoio às outras pessoas trans, principalmente com jovens: *[...] eu tenho quase três mil amigos no Facebook, a maioria são homens trans, então eles buscam ajuda, sim, não só eu, eles buscam ajuda de quem tá mais, de quem é mais experiente mesmo, então eles, eles falam de toda a dor que tão sentindo, todo o peso, sempre se vêem como vítima. Mas isso não é culpa deles, isso é culpa da situação que eles estão, da falta de experiência, da falta de maturidade, então tu tem que ter, tu tem que pensar muito antes de responder e, e não julgar também, né?, apenas estender a mão e dizer que tu tá aí, porque é muito triste tu ouvir um homem trans de 12 anos que diz assim pra ti, que quer se matar, é, porque a família, ele é espancado dentro de casa (NARRADOR B).* Em experiência similar, o narrador C pondera que *[...] A gente ainda precisa da ajuda de muitos. [...] Eu tenho um grupo no WhatsApp, né?, um grupo que a gente já tá há cinco anos, desde que eu sou militante que existe esse grupo, a gente se une mais de forma virtual mesmo, é um grupo de mais ou menos uns 40 meninos trans, homens trans, né?, eu sou mais velho entre todos ali, e o mais antigo de militância também, então a gente as vezes se reúne, mas é muito difícil pessoalmente, mas ali no meio virtual é onde a gente se encontra, onde a gente se apóia, um ao outro, tal [...] (NARRADOR C).*

Em aceção homogênea, a narradora E exprime seu ponto de vista positivo acerca do movimento social em rede para as pessoas trans, no sentido que *[...] acaba que as redes sociais, elas ajudam bastante nesse sentido, da gente fazer essa troca de informações e disseminar de uma forma coerente, de uma forma cuidadosa e principalmente, ética, né?, que é muito importante você disseminar as informações com ética, e nesse sentido, as redes sociais, elas são fundamentais. Acredito que a maioria das pessoas trans, elas conseguem encontrar um acolhimento*

de início pelas redes sociais, porque é a partir das redes sociais que começam todos esses contatos, né?, todas essas, esse conhecer o outro... É muito importante. Eu já pude ajudar várias pessoas por meio das redes sociais, seja pelo Facebook, seja pelo WhatsApp, e é muito importante, até por meio de grupos, né?, acaba que a gente participa de muitos grupos e as pessoas tem muitas dúvidas, procuram por informações de como proceder em várias coisas, seja dentro da universidade, seja no sistema de saúde ou no âmbito jurídico e eu acho que as redes sociais, elas só fortalecem a nossa luta também, né?, elas tem um poder muito grande de fortalecer a nossa luta enquanto pessoas T (NARRADORA E).

Sobre os movimentos sociais em redes, em se tratando da construção de redes de apoio, a narradora D exprime: [...] *então, repetindo a frase de um amigo meu, “a internet ela foi boa por alguns aspectos, da mesma forma com que foi ruim pra outras, né?”*, ao mesmo tempo que eu vejo diversos lugares que a gente, tem grupos de Facebook, de WhatsApp que são entre pessoas trans que ajudam todo o processo de fazer essa rede de apoio, de direcionar as pessoas aos lugares certos pra elas acharem o que elas precisam fazer dentro da transição delas e hormonioterapia e tudo isso mais, eu acho que existem muitos sites ainda que perpassam o sofrimento e um negócio, assim, que destrói, sabe? (NARRADORA D).

Corroborando com os trechos das narrativas acima, Castells (2013) versa que o possível legado dos movimentos sociais em rede se constitui na democracia, sendo uma aspiração jamais igualitária na humanidade. Então, em todo e qualquer movimento social existe uma multiplicidade de expressões sobre necessidades de desejos, incluindo momentos de liberação, “em que todos esvaziam sua sacola de frustrações e abrem a caixa mágica de seus sonhos”. Ainda assim, se existe uma temática predominante, “um grito de pressão, um sonho revolucionário, é o apelo a novas formas de deliberação, representação e tomadas de decisão políticas” (CASTELLS, 2013, p. 30).

Essa noção é dada pelo fato da governança democrática eficaz ser pré-requisito para a concretização de todas as ações e demandas, pois caso os cidadãos não possuam os meios e formas de se autogovernarem, as políticas devidamente estruturadas, os programas devidamente intencionados, então as estratégias potencialmente sofisticadas servirão apenas para o registro burocrático. Castells (2013, p. 30) pressupõe que apenas “[...] uma comunidade política democrática pode assegurar uma economia que funcione como se as pessoas

importassem, assim como uma sociedade a serviço dos valores humanos e da busca de felicidade pessoal.”

A narradora E reafirma essa ideia, ao ponderar que [...] *como, eu, [...] travesti, iria me impor diante de toda uma sociedade, diante de toda uma comunidade acadêmica que pouco sabia sobre as nossas reais demandas, sobre as nossas reais necessidades? Então tudo isso foi construído dia a dia, e a partir de muita leitura, e a partir de muito estudo da minha parte, de conhecer os meus direitos mesmo, de fato, né?, começou essa busca, foi meio que, eu fui meio que autodidata, né?, nesse processo de buscar as informações. E não estavam prontas ali pra mim, né?, eu tive que ir atrás e muitas vezes, me frustrei, muitas vezes me decepcionei, muitas vezes, é, precisei brigar para dizer 'não, ó, aqui, ó, aqui tem esse documento, aqui tem as informações, é um direito meu, é uma política que versa sobre a minha realidade, então eu tenho esse direito e eu vou usá-lo, vou usufruir desse direito', né?, era quase que uma luta diária, né?, em todos os sentidos, pra gente conseguir, a partir dessas políticas, a partir desses documentos, a partir dessas iniciativas precárias, né?, porque são muito precárias. A partir do momento que você tem uma política, mas você não sabe como usá-la, como tratá-la, como proceder, é, não serve de muita coisa, né?, então essas foram as minhas reais necessidades informacionais, né?, de como lidar, de como fazer esse diálogo, fazer essa ponte com o serviço público (NARRADORA E). E em sua percepção de mundo e sociedade, [...] o contexto universitário é apenas um subsistema de todo um sistema maior, né?, porque fora da universidade, as dificuldades são as mesmas. É claro que, né?, se a gente for pensar, por exemplo, ir atrás de informações para retificar o nome, como foi um outro, uma outra parte de um processo que eu precisei fazer, né?, de obter as informações, as orientações necessárias para conseguir retificar meu nome e também foi da mesma forma, né?, porque a gente tem as informações, tem um respaldo jurídico, a gente tem um respaldo de informações, mas a gente não tem o preparo das pessoas que trabalham, né?, seja no jurídico, seja na administração pública, eles não tem as informações (NARRADORA E).*

Acerca das questões de movimentos sociais, é importante ressaltar também que até o início dos anos 1990, pessoas trans não contemplavam o escopo do então Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), e esse paradigma é restabelecido quando o referido movimento começou a se portar como uma ação coletiva cuja autoria se equiparava a um tipo de “federação” de diferentes categorias sociais onde se encontrou espaço de representação política. Em 1995, a Associação

Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros – ABGLT é concebida, durante o VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas, cujo encontro foi marcado por reivindicações de travestis presentes e então passou a ser denominado Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis. É nesse momento que a terminologia “travesti” foi agregada oficialmente à sigla e juntamente no nome dos encontros nacionais (LINO et al., 2011; CARVALHO; CARRARA, 2013).

Segundo a ótica de Carvalho e Carrara (2013), a inserção de pessoas trans – então reconhecidas apenas como travestis e transexuais – no mesmo movimento de gays e lésbicas foi um processo conflituoso. Diversos fatores impediam a associação política de pessoas com experiências sociais desiguais sob a mesma “bandeira do arco-íris”. São recorrentes nos discursos das pessoas trans as vivências de preconceito e violências atreladas à rejeição familiar, ao abandono dos estudos, às mudanças de cidade, e ao universo da prostituição e da criminalidade. O que se apreende é a grande distância social que separa os diferentes atores políticos do movimento LGBTQ+, cuja distância se edifica por variadas faces, como diferenças econômicas e de capital cultural, que parece condicionar a incorporação ou não de certas concepções de gênero e sexualidade. As distinções entre estas concepções aparecem, em casos como nas disputas em torno da formulação de políticas públicas dirigidas para a população envolvida (CARVALHO; CARRARA 2013, p. 335).

Em outros termos, pode-se dizer que o movimento trans surge pelo movimento *gay* não por associação livre e espontânea ou por empatia à *classe*, mas por reivindicação, por militância e pela busca resiliente dos direitos individuais e de ordem cultural, ligados às identidades sociais (DEMO, 1996). Essas relações de tensão e aproximação foram constituindo gradativamente no movimento de travestis e transexuais uma demanda por **protagonismo** político e **empoderamento**, termos popularizados por meio das políticas relacionadas à epidemia da AIDS (CARVALHO; CARRARA, 2013).

Nessas circunstâncias, o entendimento da narradora A para com o movimento associativo é atribulado: [...], *a relação com outras pessoas a partir do movimento, ela é muito complicada, primeiro porque as pessoas tem uma relação de interesse, entende?, por exemplo, as pessoas acreditam que quem trabalha aqui ganha muito dinheiro. Bem que eu queria. Muito dinheiro, mesmo. Eu queria, na verdade, tirar um salário da ADEH, entendeu?, se eu tirasse um salário da ADEH, eu ia ser uma pessoa muito feliz, e se eu pudesse remunerar as pessoas aqui de dentro, mais ainda, entende?. Então as pessoas, muitas pessoas*

se aproximam aqui por interesse financeiro, e a rede também ela é muito fragmentada, porque quando a gente fala em comunidade LGBT, a gente não pode esquecer que a gente vive numa comunidade GGGG. Essa comunidade GGGG, ela tenta cagar regra, as outras ou obedecem ou então ficam quietas, as outras são as Ts e as lésbicas, ou seja, somos as mulheres que sobraram, porque o bissexual nem existe, né?, então (risos) é isso que diz, então, tipo, é macho cagando regra pra mina, fato. E é tão fato que eles nem reconhecem a identidade do trans masculino, que eles cagam regra também, então a gente não tem uma boa, tanto é que a ADEH já se quebrou muito com o movimento LGBT. [...] E tem muita coisa de ego, e tipo, as pessoas, a gente é tão inserida nessa questão do mercado capitalista, que as pessoas acham que as instituições são concorrentes umas com as outras, e na verdade não é, entende?, eles acham assim, que, que a ADEH concorre com a Arco-Íris, que concorre com... [...] E as próprias pessoas que circulam as instituições, elas também tentam criar essa inimizade nas instituições (NARRADORA A).

E na mesma linha de pensamento, o narrador C aponta que [...] às vezes, o preconceito pior é o que existe no núcleo LGBT, porque aí a gente não consegue se unir em prol de direitos, né?, a gente não consegue avançar muito, porque dentro do nosso grupo, a gente é muito intolerante com a diferença do outro [...], principalmente com trans, eu diria, porque as questões relacionadas à escolha sexual, à escolha com quem você vai transar, isso é inerente a todos nós, né?, eu, por exemplo, sou bissexual e tem pessoas cis bissexuais que a gente pode brigar por direitos iguais, agora essa questão de gênero, ela nem deveria tá ali na sigla, pra começo de conversa, porque não é uma questão sexual, é uma questão de gênero, né?, então ela nem deveria tá ali. Então a gente precisaria do acolhimento das pessoas que estão nessa sigla também, que se reconhecem como LGBTs, e ter uma aderência a essa luta nossa, que é diferente dos demais, sabe?, porque senão, só, se depender só da gente, vai ser muito complicado, porque eu te falei que é, historicamente, a gente ainda tá muito atrasado, nessas questões todas, então a gente precisa ainda de pessoas que falem por nós, que levem essa informação adiante, sabe? (NARRADOR C).

E o narrador C sente a falta do apoio substancial [...] da comunidade LGBT em geral, [...] tem algumas pessoas-chave aqui de Florianópolis que nos apóiam, mas de forma ainda muito no interesse, de levar projetos adiante, de levar o nome de ONGs adiante, tal, e a gente precisa de algo mais, mais, é, mais concreto, né?, algo que dure. Não adianta participar de um projeto se ele não vai adiante, né?, não

adianta participar, a gente participar de reuniões em ONGs, sendo que essa ONG, ela só tem o interesse de falar, de mostrar fotos que tem homem trans lá dentro, mas que a gente realmente não tem um acolhimento, não tem realmente um serviço direcionado pra nós, homens trans, que é específico e é diferenciado. Então por enquanto, a gente tá nessa expectativa, de ter essa busca pela união, mesmo, pela sensibilização das pessoas que são de outros grupos, né? (NARRADOR C).

Sendo de conhecimento notório que o ser humano nasce e se constitui como agente social numa rede de relações estabelecida por vínculos com a família, escola, comunidade, trabalho e outras, tais relações entre pessoas e ambientes tem a possibilidade de criar oportunidades de apoio em momentos tempestuosos e de possibilidades no desenvolvimento humano e social por meio da qualidade profissional, pessoal, lazer, relações de suporte e de afeto. O apoio social e afetivo propiciado pela rede relacional entre as pessoas é surgido por algum tipo de vínculo afetivo e/ou empático, dependente das noções que se tem do próprio mundo social, – o fenômeno social – de competências e mecanismos disponíveis para o amparo (BRITO; KOLLER, 1999).

O apoio social, assim, condiz às relações que uma pessoa constrói na vida e que podem influenciar significativamente a formação e desenvolvimento de sua personalidade. A qualidade ou a falta desta nas interações sociais tem sido objeto de estudos que contestam o impacto benevolente ou tóxico das relações na saúde física e emocional das pessoas. A rede de apoio social, quando eficiente, é inerente à prevenção da violência, ao fortalecimento das competências, da sensação de pertencimento e da maior qualidade dos relacionamentos (BRITO; KOLLER, 1999; BOWLBY, 1988).

Neste trecho da narrativa E, a narradora constata a falta de acesso aos espaços sociais em geral, ao considerar a prostituição como uma rede de apoio importante para o desenvolvimento da população trans: [...] *e eu te digo que o lugar da prostituição, o ambiente da prostituição, as relações que se constituem, que se constroem a partir da prostituição, elas são importantíssimas nesse processo de acessar/obter informações, porque é a partir desse lugar que as meninas conseguem, muitas vezes, encontrar as informações das quais precisam, né?, seja sobre hormônios, seja como retificar o seu nome, seja como ir atrás dos seus direitos, né?, a maioria das meninas, elas tem as primeiras informações, né?, que são importantes pro seu crescimento, pra sua caminhada enquanto travesti, enquanto trans, na*

prostituição. É ali que começa esse jogo de informações, esse fluxo, né?, informacional. [...] A maioria das meninas que eu conheço, a maioria, eu acredito que 95 por cento estão na prostituição, a maioria das meninas trans e travestis ainda atuam na prostituição, algumas adoram, não querem sair, outras estão tentando melhores oportunidades, né?, estão estudando e só estão estudando porque tem a renda da prostituição para mantê-las, né?, então é por isso que eu sempre digo, é, que a prostituição tem uma função muito importante nesse processo, né?, de até de mudar de vida, né?, porque é a partir dali que tudo começa, porque enquanto você é rejeitada em todos os lugares da sociedade, muitas vezes abandonada pela família, não tem a oportunidade de ter um emprego, é a prostituição que as acolhe, é a prostituição que nos acolhe quando a gente se vê rejeitada, né?, se vê abandonada por tudo e por todos (NARRADORA E).

Já em âmbito universitário, a mesma narradora não considera a instituição uma rede de apoio, visto que [...] *outra coisa que eu não tive acesso [...] dentro da universidade, foi a orientação por parte das minhas mestras, das minhas inspirações, de dentro da universidade, de como proceder, por exemplo, pra entrar num processo seletivo de Pós-Graduação. Eu nunca tive esse orientação, né?, mesmo aquelas professoras que estavam do meu lado, que me orientaram, de alguma forma, elas nunca me orientaram sobre um processo seletivo de Pós-Graduação. E aí a gente já vê esse juízo de valor que é feito sobre a população trans, é como se a gente não tivesse capacidade para além de ser uma profissional formada, né?, como se a gente não tivesse a capacidade de ser mestra, de ser doutora, né?, enquanto eu via essas mesmas professoras orientando outros alunos, “não, você precisa fazer um mestrado!, o processo é de tal período a tal período”, e eu ficava observando aquilo, ficava percebendo aquilo, e eu me sentia muito mal! Porque eu pensava “nossa, ela tem o mesmo vínculo, ela tem a mesma relação comigo de troca de diálogo”, mas a mim ela nunca orientou dessa forma, né?, de como proceder pra um processo seletivo, e era muito comum isso (NARRADORA E).*

4.2.2 As narrativas sob o aspecto da vulnerabilidade social

Estas e outras situações de discrepância no tratamento das outras pessoas em relação às pessoas trans – retratadas pelos narradores – nos leva a discussão da percepção fenomenológica no aspecto da **vulnerabilidade social**, por consequência dos aspectos **informacionais**, apresentados até o momento. O próprio narrador C utiliza o termo

vulnerabilidade durante sua fala e reflete: [...] *por enquanto, nós ainda estamos em vulnerabilidade, eu acho que lá atrás. E ainda falando mais: que tem a questão racial também, que homens trans negros sofrem toda também essa questão racial, também, que também é diferente dos homens brancos. [...] Informação, informação... Eu acho que o que pode mudar todo esse aspecto é a gente disseminar informações precisas e mais, educação, na verdade, né? A educação através da informação. [...] Porque a maioria dos preconceitos vem pela falta de informação* (NARRADOR C). O preconceito, termo bastante mencionado nas narrativas, sendo neste sentido um julgamento negativo, compreende vieses e esferas específicas (JODELET, 2008).

Na visão do narrador C, este se considera em constante estado de vulnerabilidade, pois [...] *se eu saio, por exemplo, nas ruas, né?, se eu vou num banheiro público e alguém descobre que eu sou homem trans, é, o meu corpo, ele é visto como o corpo de qualquer mulher, é visto como um corpo estuprável. Então eu corro esse risco, de ser estuprado. [...] Afirma que já foi estuprado. [...] Se eu for transar, por exemplo, é, tem a questão das doenças, tal, mas também tem a questão da gravidez, que mesmo usando os hormônios, a gente tem um risco, menor, mas ainda tem um risco de engravidar. Também é uma vulnerabilidade, eu não sou, não existe nenhum programa voltado a homens trans que nos ensine a nos preservar, a preservar nossa saúde, a ter um método anticonceptivo, não existe. Ou eu sigo o de mulheres, ou não sigo nenhum* (NARRADOR C).

Expõe que o episódio do estupro foi já como homem trans, [...] *e por incrível que pareça, né?, isso não aparece na estatística, foi por mulher. [...] Foi por mulher, quer dizer, não precisa também necessariamente ter um pênis pra estuprar, então a gente também tem todo esse grau de vulnerabilidade, né?, e força física eu não tive pra me defender na hora. [...] Foi uma mulher cis... é, existe, assim, um histórico bem grande de relatos que eu ouço, falar, né?, porque não, não são coisas, eu não posso dizer nomes e tal, e também não tem isso registrado em lugar algum, mas existem homens trans que são vistos, pela figura aparente que tem, e pelas mudanças que existe no corpo, através dos hormônios, é, são vistos ainda como corpos infantis. Esses corpos infantis atraem pessoas que gostam de, de utilizá-los, como pedófilos, pessoas que são, pessoas que tem transtornos sexuais, eles, nós somos buscados por essas pessoas* (NARRADOR C). Outro caso de estupro narrado se sucedeu na própria universidade com a narradora A: [...] *em 2014 eu fui estuprada dentro da UFSC, é, ficou por isso mesmo, uma, porque eu também não quis ir adiante, sabe?, eu acho que, sabe,*

não, tipo, eu vou te ser bem franca, assim, ó, cara, eu vi professoras falando que sofreram abusos sexuais lá dentro e não deu nada, então, tipo, eu, uma mera travesti, não iria... [...] (NARRADORA A).

Ao utilizar como referência para as situações de vulnerabilidade social o entendimento da categorização social, observa-se que o termo categorização exprime dois sentidos: o da divisão social (homens, mulheres, minorias, etc.), e o da atribuição de dada característica a alguém, que neste sentido se relaciona com a estigmatização ou o esteriótipo. Dessa forma, existe a tendência na seleção e interpretação sobre as informações que dispomos acerca das pessoas e “[...] os grupos de maneira congruente com o que nós pensamos da categoria na qual nós as colocamos” (JODELET, 2008).

Intrínsecamente, a categorização efetiva o meio social em classes cujos membros são validados como equivalentes em função de similaridades, vistos em características, ações e intenções comuns. O mundo social apresenta-se, então, de forma simplista e estruturada, respaldado num processo a partir da assimilação entre elementos relativos e o contraste entre elementos distintos (GANDRA; SIRIHAL DUARTE, 2012).

Na compreensão das narrativas, a categorização como pessoa trans se converte em situações de vulnerabilidade pelo **estigma** e pelo **esteriótipo**, como neste trecho a seguir, que trata sobre as relações sociais e o processo de hormonização, [...] *no começo foi bem difícil, né?, eu fiz um ano de hormonioterapia sozinho, é, comprando receita no mercado negro mesmo e comprando o hormônio e aplicando, é, depois eu comecei a, eu procurei o HU, que é um hospital universitário daqui e lá eles faziam experiências com pessoas trans, né?, em um ambulatório que é, que era tido de forma clandestina, né?, clandestina assim, porque ele não é divulgado pra população, então é um ambulatório que nós somos indicados a trabalhar lá com eles, mas, é, um sistema muito padronizado, onde, onde somos meio que **cobaia**²³ pras experiências dos estudantes, né?, então a gente não pode mexer, por exemplo, no período em que eu posso tomar o hormônio, eu tenho 46 anos, o hormônio ele não me afeta, não, não é estimulado pra mim como é pra*

²³ Cobaia: Etimologia (origem da palavra cobaia): do latim *cobaya*.

[Por Extensão] Qualquer animal submetido a experiências laboratoriais.

[Por Extensão] Quem é alvo de experimentos científicos em laboratórios.

[Figurado] Algo ou alguém que se torna objeto de testes.

[Figurado] Assunto, objeto de experiência: servir de cobaia.

Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/cobaia/>>. Acesso em: 13 jan. 2017.

um garoto de 18 anos, né?, só que lá eles praticam a mesma, o mesmo receituário pra todos, é padronizado, não importa a idade que eu tenha, meu biótipo, não importa nada disso. É, então eu sinto muita dificuldade nesse tipo de processo porque eu não vejo avanço, né?, então eu passei também um ano nesse, nesse dito ‘laboratório’ deles lá dentro, é, passei por psiquiatras e psicólogos, porque eles seguem aquela cartilha do SUS, onde a gente precisa ficar dois anos fazendo hormonioterapia e tratamentos e tratamento mesmo, porque lá eles lidam como se fosse uma patologia mesmo, né?, uma patologia de, é, tida como uma doença mental, então a gente precisa, vai com a psiquiatra, o psiquiatra faz um laudo atestando que você tem ou não tem a patologia [...] (NARRADOR C).

Ou seja, apesar da retirada da OMS da identidade trans como patologia (BELLUCK, 2016), no Brasil e no SUS o tratamento médico ainda entende esta identidade como doença. O termo “cobaia” aparece também na fala do narrador B, ao relatar sua experiência no processo de hormonização e no descaso/desconhecimento médico: *[...] quanto ao tratamento hormonal, [...] eu não tenho medo de nada! Eu me jogo de cabeça, eu me informo, eu me testo, eu já tomei todos os tipos de anabolizante e... Por conta própria. Já ciclei, já fiz vários tipos de ciclo sozinho, por conta própria, deu cagada, consertei sozinho a cagada, é, voltei novamente, eu fiz o exame... Eu mesmo me estudo. Eu sou a minha própria cobaia (risos). [...] A ajuda médica [...] é o que eu mais quero, só que eu vou no médico e ele fala assim, “eu não vou poder te ajudar, tá?”, o próprio médico me disse isso, o endócrino. Eu fui no endocrinologista e ele mandou eu sair da sala dele. Não é que ele mandou, ele falou assim ó, “infelizmente, eu não sei, eu não sei nem por onde começar a te ajudar”, o endocrinologista, médico! [...] Não quis nem ver meu exame, [...] foi meio que já me expulsando da sala dele, era tudo o que ele queria, que eu saísse de lá correndo (risos), e eu tava pagando, tá?, pra ir numa sala, eu paguei pra ouvir isso. [...] (NARRADOR B).*

A narradora E tem exterioriza novamente o termo “cobaia” e sua percepção sobre o tratamento hormonal e a medicina, ao justificar que *[...] a questão trans, o corpo trans, é algo completamente, que deixa eles muito confusos, né?, porque a gente acaba sendo um espectro de, de mudança na medicina, né?, porque a gente introduz no nosso corpo, a gente coloca dentro do nosso corpo hormônios que não são da nossa biologia, né? Por exemplo, a gente não produz estrógeno, não produz progesterona, e a gente coloca esses hormônios no nosso corpo, a gente acaba sendo uma espécie de cobaias pra própria medicina, né?,*

porque a partir das nossas experiências, eles aprendem a estudar outras formas de corporalidade, outras formas de fazer tratamento hormonal, então eu nunca segui à risca nenhum tratamento convencional, proposto pela medicina. Sempre foi por conta própria, e eu ainda hoje prefiro fazer tratamento por conta própria, porque como eu te disse, ninguém melhor que nós mesmas conhece nosso corpo, né? [...] (NARRADORA E). O grau de vulnerabilidade na ajuda médica é trazido semelhantemente pela narradora A, ao citar sobre um estudo cujo resultado relata que [...] *as meninas trans preferem ir na Umbanda tratar da saúde do que necessariamente no posto de saúde por causa que elas sabem que na Umbanda elas vão ser bem recebidas. [...] São coisas assim, por exemplo, ah, sangramento, dor de cabeça, é, algumas doenças graves as meninas preferem ir pra Umbanda* (NARRADORA A).

Sob o prisma da fenomenologia social, viver no mundo cotidiano implica em interagir com os outros, criando redes de relacionamentos sociais e ações baseadas em vias emocionais (GANDRA; SIRIHAL DUARTE, 2012). Quando estas redes se originam por relacionamentos violentos e discriminatórios, salientam-se as sensações de insegurança e inferioridade relativas a um status marginalizado, restrito de direitos básicos – cidadania – e de poder, juntamente com a associação a uma patologia social: exclusão, limitação das oportunidades sociais, desorganização familiar e comunitária, desmoralização, ameaças e risco à vida, etc. (JODELET, 2008).

Dentro do mercado de trabalho, as redes constituídas configuram variadas faces da vulnerabilidade, visto que [...] *o mercado de trabalho simplesmente fechou as portas, sabe? [...] foi uma coisa muito... [...] Então, por exemplo, quando eu fui trabalhar na B. T., uma moça que era evangélica, disse assim: “não, no banheiro feminino você não pode entrar, você vai ter que se contentar com o banheiro masculino”, e eu assim: “ótimo, perfeito! Eu vou tá com todos os homens, inclusive o marido de vocês lá dentro”, e tipo assim, não levou uma semana pra eu começar a freqüentar o banheiro feminino, entende?, tipo, é uma coisa meio de lógica, assim, né? [...] mas, assim, pra eu ser aceita na B. T., eu usava os tênis do B., meu ex-marido, a roupa dele, assim, tipo... eu ia pro trabalho. [...] eu me vestia como o B., como homem, tentava, né?, aí, passei da experiência, [...] e quanto ao tratamento pelo nome social [...] meus amigos, sim, pessoas dentro da instituição que aceitaram a minha identificação enquanto L., sim, mas a empresa, não, entendeu?, então, tipo, eu tive pessoas sensíveis, mas eu não tive pessoas... [...] e a oportunidade nesse emprego, de*

telemarketing, se deu justamente por ser a única opção, fora a prostituição [...] porque, na verdade, é, eu trabalhava em casa noturna, às vezes como divulgadora de festas, às vezes como a atração da própria festa, enfim, só que não dá dinheiro (NARRADORA A).

No caso do narrador B, houve inclusive tentativa de violência física: *[...] foi em 2014, foi meu último trabalho com, mas foi com um funcionário isolado, foi, não foi com a... porque eu era chefe de cozinha, então ele era muito machista e preconceituoso e já batia na mulher dele, e ele não, não quis, é, não quis, não quis que eu fosse chefe de cozinha dele, então ele tentou me espancar com uma faca, tentou até me esfaquear dentro da cozinha, chamei a polícia e tudo, fiz boletim de ocorrência, então a partir desse dia eu decidi que eu ia abrir o meu restaurante, né? (NARRADOR B).*

Para a narradora D, na perspectiva profissional *[...] rola muito medo, sabe?, eu tenho medo de gastar o meu tempo, gastar o meu dinheiro em diversos lugares, deixar currículo em shoppings inteiros e saber que eu não fui a única a deixar o currículo lá, mas provavelmente sou a única a deixar o currículo lá que sou trans, então eu sou a única que vai tá no fim da fila, sabe?, então esse medo constante de perder todo o meu tempo pra depois tá triste porque ninguém me chamou mesmo, sabe?, é apavorante, sabe? (NARRADORA D).* Da mesma forma, a narradora E expõe que se deparou *[...] com uma realidade bastante cruel, né?, e isso começou buscando estágios, né?, eu lembro que no início da graduação, eu tava atrás de estágios e lembro de toda a exclusão, né?, por conta do estigma, por conta dos estereótipos, por conta da subalternidades que um corpo trans, dessa informação social, né?, [...] o corpo trans, o corpo travesti é um corpo que provoca certo desconforto, provoca certa inconformidade, provoca certa, certos olhares, né?, algumas vezes de nojo, algumas vezes de reprovação, e porque a gente tá confrontando, né?, essa norma, a gente tá fazendo diferente, né?, do que é pra ser, então é um corpo que choca (NARRADORA E).*

Desencadeando uma espiral de vulnerabilidade(s), o narrador C relata as dificuldades no mercado de trabalho e suas consequências na vida: *[...] as pessoas tratam diferente, as pessoas dificultam os processos, o ensinamento do trabalho, tudo é... é muito... eles são hostis e eles dificultam todo o processo pra que a gente não passe, mesmo, pra que a gente não vá adiante no trabalho, e aí eu não passava da experiência e aí comecei a procurar pelo trabalho informal, aí eu fiquei durante quatro anos trabalhando como vigilante, como segurança em boates, [...] então foi assim que eu me banquei durante esse período de*

quatro anos, morando sozinho, pagando aluguel e pagando minhas despesas, e foi bem difícil. Cheguei a passar momentos, assim, de necessidade, de não poder comprar comida. [...] Então eu precisei da ajuda de amigos pra poder sobreviver, mesmo, porque foi sempre muito difícil. (NARRADOR B).

Como válvula de escape da pobreza e por necessidade, algo relatado uniformemente nas narrações: a prostituição. [...] *Então tem muitos homens trans se prostituindo, não é nas ruas, porque existiria um grau de exposição muito grande e nós não temos como escapar do estupro, por conta da violência que um homem cis pode exercer, tal, não temos também segurança alguma, porque a polícia não iria garantir isso pra nós, enfim, o homem trans tá se prostituindo dentro da casa dele [...] por necessidade, porque muitos não conseguem ainda emprego, ou o emprego que consegue ainda não paga o suficiente, porque são salários menores (NARRADOR C).*

A preocupação da narradora D denota factualmente essa situação: [...] *eu acho que o governo deveria auxiliar todas essas pessoas LGBTs, mas principalmente, a sigla T, que acaba sendo mais vulnerabilizada dentro do processo inteiro, com a questão de moradia, com a questão de formação, sabe?, que acaba sendo negligenciada, né?, se existe um problema que me incomoda, assim, até hoje, e não é um problema pessoal, porque eu nunca precisei estar dentro dela, é a prostituição. Porque infelizmente 90 por cento da minha população, da população trans, está dentro da prostituição, e pode ter certeza que pelo menos 80 por cento, 90 ou 80 por cento desses 90 por cento não tá lá porque quer. Tá lá porque não teve nenhuma outra oportunidade na vida, porque não tem nem o ensino fundamental completo porque foi expulso de casa antes disso, sabe?, então eu acho que isso é um problema que o governo deveria solucionar, que o governo deveria tá investindo em moradias com formação e auxílio à pessoas trans, [...] e diversas outras instâncias, sabe?. Eu acho que não faltaria pessoas voluntárias pra tá trabalhando, ajudando nesses espaços, sabe?. [...] (NARRADORA D).*

A narração E retrata consistentemente as relações entre as pessoas trans e a prostituição e o estigma social: [...] *a partir do momento que descobrem, que sabem da tua travestilidade ou da tua transexualidade você passa a não ter muito valor, né?, e pode ter certeza que na concorrência, na disputa de uma vaga, você pode ser a melhor, mas você é a travesti. Então isso já tira toda a sua capacidade enquanto trabalhadora, enquanto profissional, enquanto pesquisadora, é uma realidade muito cruel, né?, de exclusão e eu enfrentei muito essa*

dificuldade, né?, eu sempre digo que a salvação de nós, mulheres trans e travestis é, que não queremos e que não aceitamos, né?, a prostituição como trabalho, não tô dizendo que eu não aceito, porque eu penso diferente, eu aceito, eu vejo como um trabalho, mas algumas meninas não vêem. [...] Porque o mercado de trabalho, ele tá muito fechado ainda pra população T, e acredito que continuará assim por muito tempo, né?, enquanto a gente não romper com os estigmas, enquanto a gente não discutir mais com honestidade a questão trans, a gente vai continuar sendo jogada pra fora do mercado de trabalho, né?, e tanto é, que o único trabalho que tem para as meninas trans e travestis, o único trabalho que acolhe as meninas trans e travestis é a prostituição, é o trabalho sexual, que as permite ter uma renda, né?, porque se não fosse a prostituição, muitas não teriam o que comer, não teriam como viver, não teriam como pagar aluguel (NARRADORA E).

E os dados estatísticos são igualmente apontados: [...] A maioria das meninas que eu conheço, a maioria, eu acredito que 95 por cento estão na prostituição, a maioria das meninas trans e travestis ainda atuam na prostituição, algumas adoram, não querem sair, outras estão tentando melhores oportunidades, né?, estão estudando e só estão estudando porque tem a renda da prostituição para mantê-las, né?, então é por isso que eu sempre digo, é, que a prostituição tem uma função muito importante nesse processo, né?, de até de mudar de vida, né?, porque é a partir dali que tudo começa, porque enquanto você é rejeitada em todos os lugares da sociedade, muitas vezes abandonada pela família, não tem a oportunidade de ter um emprego, é a prostituição que as acolhe, é a prostituição que nos acolhe quando a gente se vê rejeitada, né?, se vê abandonada por tudo e por todos [...] (NARRADORA E).

Outrossim, a narradora E expõe sua própria experiência na prostituição: [...] eu lembro que teve uma época que, que eu não tinha estágio, eu não tinha oportunidade de estágio, eu não tinha oportunidade de ter um trabalho, né?, eu não tinha muitas perspectivas, né?, o que me restou foi esse lugar-comum a todas nós, né?, que é a prostituição, e acaba que por essa realidade ser de 95 por cento, 90 por cento, não sei ao certo esse número, né? Saíram algumas pesquisas nos últimos meses com resultados diferentes, então a gente não sabe qual pesquisa tá melhor fundamentada, né?, mas a gente estima que seja de 95, de 90 por cento. Acaba que a nossa identidade, ela tá muito ligada, né?, ao trabalho da prostituição, por quê? Por que é o que nos resta, então quando você fala de uma trans, de uma travesti, automaticamente as pessoas, elas fazem essa ligação, né?, é travesti, é prostituta, é

prostituta, é travesti, então tá tudo ali, né?, essas identidades, elas acabam se misturando, elas acabam sendo uma só (NARRADORA E). No mesmo entendimento, o preconceito é constante e a associação entre pessoas trans e prostituição é latente, ou quando ainda tornam-se culpadas pela violência que enfrentam, por suas identidades de gênero (REDE TRANS BRASIL, 2017).

Além do estigma e a associação à prostituição, neste cenário emerge a violência, tida como um conjunto de práticas que restringem diariamente suas vidas, incluindo o receio de viver socialmente e se expor. Na sociedade, inicia-se o processo de exclusão com as pessoas trans desde muito cedo, seja pela negação familiar ou escolar, e estando vulneráveis à ausência de apoio externo, são prontamente adotadas por cafetinas e traficantes que, por sua vez, irão colocá-las em círculos viciosos de drogas, prostituição e crimes relacionados a roubos. Dentro da prostituição, as ocorrências freqüentes de homicídio, como relata a narradora A, [...] *sempre como motivação [...] o sexo seguido de morte, ou o contrário, a morte primeiro e depois o ato sexual, é uma coisa muito dark. E as vítimas são sempre encontradas da mesma forma: assim, tipo, com o órgão genital exposto, é, com algum resquício de relação sexual, quando não são extremamente mutiladas, né?* (NARRADORA A).

Para vias de conhecimento, a média de vida uma pessoa trans – principalmente do gênero feminino – no país chega a ser de 25 anos, e são poucas as pessoas que conseguem ultrapassar essa estatística, o que explica a inexistência de dados do envelhecimento desta população (REDE TRANS BRASIL, 2017). As situações cotidianas de violência, elementos comuns das identidades trans, desencadeiam processos de exacerbação dessa vulnerabilidade (SEFFNER; PASSOS, 2016), tal como se apresenta neste trecho: [...] *todas as meninas trans que passaram por lá, pela UFSC, e que se formaram, foi isso, né?, foi tudo muita luta, foi muito remédio psicotico, foi tudo isso, depressão... [...] E considera como o pior tipo de violência, como pessoa trans e como parte do movimento associativo [...] a negação, sabe assim?, as pessoas fazerem a negação da tua existência e a negação do que tu sente, isso é o pior, sabe assim?* (NARRADORA A).

Os relatos de **exclusão social** e discriminação são reafirmados por meio de discursos sobre a violência e o desprezo social cotidiano às pessoas trans. Nesses discursos, observa-se um sentimento de aflição, resultantes dos confrontos e enfrentamentos diários e da não compreensão da sociedade, acarretando por vezes no suicídio. O suicídio é uma das causas mais recorrentes das mortes de pessoas trans

do Brasil nos últimos tempos. Os casos, em grande parte, ocorrem entre jovens de 15 a 29 anos, sobretudo entre pessoas do gênero feminino. É tido como um grave problema de saúde pública (REDE TRANS BRASIL, 2017).

Nas narrativas obtidas, a questão do suicídio, desencadeado pela depressão ou falta de autoestima foi algo bastante mencionado [...] e é uma série de coisas que desencadeia isso, entende?, por exemplo, a gente não tem a mesma autoestima enquanto, de uma pessoa cis, por exemplo, as pessoas, não, uma pessoa que é cis, sendo gay, [...] e eu vejo que isso ainda tem muito o que percorrer, porque as pessoas, por exemplo, a minha baixa, a minha autoestima, vamos dizer assim, tipo, se eu não me afirmo todos os dias, em todo o momento, o quão foda eu sou, uma hora me convencem que eu não sou foda, entende?, então assim, é, eu acho que [...] ser prepotente, é uma defesa, entende?, e é uma defesa pra que essa carga negativa energética não me atinja, sabe?, não me menospreze, não faça acreditar que realmente eu seja ruim, né?, então, por exemplo, é, se a gente fosse medir dentro de uma escala, é, pra eu pegar uma arma e dar um tiro em mim é muito mais rápido do que uma pessoa cis, entende?. Se a gente fosse criar uma pirâmide de violência, o cis hétero branco rico seria o último a pegar a arma e dar um tiro nele (NARRADORA A).

A experiência com a tentativa de suicídio é trazida pelo narrador B: [...] eu acho que na cabeça de todos, todos, na maioria das pessoas trans passa [...] por querer se suicidar no início da transição, é muito difícil. No início da transição, é um pesadelo, porque tu não tem ninguém, tu não tem apoio, tu não sabe o que vai acontecer, é tudo muito novo [...]. Dentro de casa se transforma num pesadelo, é, tu sai de casa, tu até, tu vê, tu até se sente melhor até mais fora de casa do que dentro, outros não; outros se sentem melhor dentro de casa, não saem de casa por nada nesse mundo, e não, e não tem vontade de viver a vida [...] (NARRADOR B).

O período de depressão foi algo inerente também à narradora D: [...] Eu passei o ano de 2016 inteiro tendo crises depressivas, e elas eram, as crises depressivas eram muito mais sucessíveis, assim. Elas aconteciam muito perto uma da outra e eu ficava às vezes até quatro, cinco horas da manhã acordada, eu senti como se fosse uma dor no meu peito muito forte, sabe?, era um negócio que chegava a ser psicossomático, né?, era físico. E as crises de ansiedade, elas eram menos recorrentes, mas elas eram mais pesadas. Eu perdia a respiração, eu ficava (reproduz a sensação), totalmente fóbica, assim, era um negócio muito assustador, e tive síndrome do pânico, de querer

sair de dentro de ambientes e não voltar, sabe?, eram coisas bem complicadas, até que teve uma vez que eu tava no meio de um acampamento e, era um acampamento, eu sou escoteira, eu tava dentro de um acampamento e o acampamento tava muito legal, tava muito bom, eu tinha aplicado uma atividade super legal e o acampamento não tinha nada de ruim. Quando eu vi, eu tava no meio do estacionamento, sozinha, fumando um cigarro e eu tava com o meu canivete aberto. Eu fiquei pelo menos uns 20 minutos naquela posição, pensando se eu fazia alguma coisa, então, depois disso, procurei um psiquiatra e o psiquiatra conversou comigo, perguntou sobre o meu sofrimento, se o que eu sentia, mas perguntou só sobre o que eu sentia [...] (NARRADORA D).

Da depressão, a pulsão pelo suicídio: [...] nessa época, foi uma coisa recorrentíssima que eu pensava, sabe?, de todas as formas. Minha casa tem dois andares, eu percebia que pular do segundo andar só ia me quebrar, mas não ia morrer, então eu não queria me machucar, queria morrer. Então, engraçado que minha psicóloga era no décimo andar, eu saía e quase sempre eu olhava pra janela pra ver como seria a queda e eu sempre ficava imaginando a queda. Daí eu ficava imaginando, pegando a faca e botando na minha barriga ou cortando meu pescoço, não sabia como era pra ser uma morte rápida e menos indolor, mas daí diversas vezes o suicídio, assim, foi uma coisa bem recorrente nessa época dos 19 pros 20 anos, assim. Eu penso que muita coisa teria sido poupada do meu sofrimento inteiro se a informação chegasse nas pessoas, se em algum momento, na minha formação dentro de uma escola fundamental eu tivesse ouvido que existem pessoas LGBTs e que isso é normal, sabe?, que isso é tranquilo e você pode ser o que você quiser ou se sentir confortável de ser [...] (NARRADORA C).

As vulnerabilidades sociais – violência, restrição aos espaços públicos, preconceito, estigma, discriminação – a qual estão sujeitas as pessoas trans é apresentada como naturalizada no imaginário social da sociedade, estabelecida por definições do que é ser travesti e transexual, concebidas e generalizadas sobre o preconceito e discriminação no universo desta parcela da população, inclusive no desenvolvimento de relações afetivas (REDE TRANS BRASIL, 2017), [...] *porque não é qualquer homem que assume relação com uma travesti, não; é bem difícil, tanto é, que afetivamente, as travestis, as mulheres trans sofrem bastante, são muito preteridas, há esse desejo todo, essa lascividade noturna, essa procura pela prostituição, esses desejos, mas na hora de assumir, no momento de assumir, não tem muitos homens, né?, são bem poucos os que assumem. Eu vivi três anos, eu fiquei dois anos sem ser*

assumida, escondida dentro dessa relação, no último ano que eu já tava cansada, eu resolvi informar a todos que o fulano era o meu namorado e daí isso foi o ápice da confusão, né?, porque acabou que ele não aceitou, fizeram chacota dele, os amigos fizeram piada dele e tudo o mais, e foi o fim da nossa relação [...] (NARRADORA E).

As narrativas reiteram o que a literatura aponta sobre a população trans no Brasil: a grande maioria ainda (sobre)vive em condições de miséria e exclusão social, sem o acesso devido à informação, educação, saúde, qualificação profissional, inclusão no mercado de trabalho formal e políticas públicas que considerem suas demandas específicas. O não reconhecimento das identidades trans, o abandono familiar, a evasão escolar, a precarização laboral, a exclusão do mercado de trabalho e outros fatores levam a marginalização dessa população. Acredita-se que o Estado é o maior opressor da população trans, ao não reconhecer e desqualificar sua(s) identidade(s) de gênero (REDE TRANS BRASIL, 2017).

Dentro do contexto estatal/governamental, há a constante preocupação com a falta de políticas públicas ou movimentos/líderes representativos em prol da população trans/LGBT+, observada nas narrativas, e em especial um nome foi mencionado como preocupação e em quase uníssono nas narrações: Jair Bolsonaro. Na visão da narradora A, [...] *se o nosso país, de fato, se tornar teocrático e extremamente conservador, as primeiras lideranças que vão cair é no movimento LGBT, isso é fato, e o primeiro do movimento LGBT vão ser as trans, pode ter certeza disso. As que se converterem ainda se salvam. [...] E eu acho que assim, imagina um Bolsonaro na prefeitura, na presidência, esses países... [...] e eu acredito muito nisso, assim, que, que o Brasil ele pode tá caminhando pra esse... as pessoas acham que não, sabe?, mas eu acredito muito nisso, assim, sabe essa coisa da fogueira santa?, quem é que vai pra fogueira santa?, isso tudo pode acontecer, e eu acho que é bem possível de acontecer. Tipo, se a gente vê as pessoas desprezando órgãos religiosos grandes, né?, tipo, a Igreja Universal rezando pela queda da Igreja Católica, postando vídeo, sabe?, umas coisas absurda dessas, pra quem é povo minhoca, que nem os LGBT... e o pior é que muita gente vai adorar, né?, quem é que não gosta de assistir um UFC, né?, quem é que não gosta de ver as pessoas na arena lá, num coliseu? [...] ainda mais que na própria internet tem os próprios coliseus, né?, tipo, se posta: “morreu a menina trans”, tu vê o coliseu lá, todinho nos comentários, pessoal dizendo: ‘ah, ainda bem que morreu, é porque não tinha Deus no coração e não sei o que...’ (NARRADORA A).*

A Unesco (2016b) no documento *Media and Information Literacy: Reinforcing Human Rights, Countering Radicalization and Extremism* apresenta um panorama sobre o deputado e sua influência conservadora como político: Jair Bolsonaro é um militar aposentado, atualmente em seu sexto mandato como congressista federal do Rio de Janeiro. Em 27 anos de vida pública, Bolsonaro tem filiação em seis partidos políticos diferentes (PDC, PFL, PTB, PPB, PPR e PP), todos identificados como pertencentes à extrema direita da cena política brasileira. Bolsonaro é uma das principais vozes do conservadorismo no Brasil. Seus argumentos são geralmente simplificados e unidimensionais, o que o leva a se envolver em processos frequentes, arquivados por organizações de direitos humanos.

Vários exemplos de controvérsias envolvendo o político podem ser facilmente reconhecidos como exemplos de discurso de ódio: em entrevista à revista *Veja* (dezembro/1998), o congressista declarou que a ditadura de Pinochet no Chile “deveria ter matado mais pessoas”; declarou ao portal de notícias Terra (junho/2011) que “eu preferiria ter um morto filho a um homossexual”; “Não discuto a promiscuidade” foi a resposta relatada pelo portal de notícias G1 (agosto/2013), sobre o que ele faria se seu filho se casasse com uma mulher negra; ou “eu não vou estuprar você porque não vale a pena”, em resposta à Maria Rosário Nunes, deputada federal e Ministra dos Direitos Humanos no governo de Dilma Rousseff (dezembro/2014) (UNESCO, 2016b).

A Unesco (2016b) aponta que Bolsonaro não evita se expor de modo ofensivo e preconceituoso, e acredita que esse comportamento é o fator primordial que compõe parte do fascínio que ele exerce sobre a mídia e ao seu círculo eleitoral: ele diz o que muitas pessoas pensam, mas não têm coragem de assumir publicamente. É importante lembrar que Bolsonaro é um político bem conhecido. Em 2014, ele foi o deputado mais votado no Rio de Janeiro (464.000 votos, 6% do distrito eleitoral). Essa mistura entre conservadorismo assumido e alta popularidade, tanto na mídia quanto nas urnas, levaram o jornal *El País* (outubro/2014) a descrevê-lo como um "fenômeno perturbador da política brasileira" (UNESCO, 2016b).

O narrador B observa o cenário brasileiro como [...] *um país agravante em relação a pessoas trans, em relação à gay e a lésbica já é agravante, agora tu imagina em relação a pessoas trans! Então assim, é, eu chego assim, tem dias que eu atendo pessoas assim, que eu jamais iria imaginar que eu ia atender. Tu vê assim, o cara fala comigo, é o cara mais preconceituoso que vai votar no Bolsonaro, ele fala comigo como se meu melhor amigo, e eu trato ele com respeito porque eu não*

posso desrespeitá-lo, porque ele é do Bolsonaro. Mas ainda assim, ele vai lá, todo dia, contar pra mim a mesma ladainha, e eu tenho que ouvir e dar sorriso, dar bom dia, dar boa tarde, e ele me trata assim, com um respeito incrível porque ele acha que eu sou igual a ele, que eu penso da mesma forma que ele. [...] Me trata como um homem cis e me trata muito bem. É uma piada (risos), mas é verdade! [...] (NARRADOR B).

Em suma, as principais lutas de Bolsonaro são constituídas em: oposição no casamento entre pessoas do mesmo sexo; oposição à adoção de crianças por casais homossexuais; e oposição a iniciativas visando discutir questões de gênero e sexualidade em escolas públicas. Seu discurso invariavelmente defende a "família tradicional" e a "moralidade cristã". Indiscutivelmente, para a Unesco (2016b), Bolsonaro é um fenômeno da mídia popular e ultraconservadora no Brasil.

Conforme a narradora D expressa, [...] *eu não tenho medo nenhum, porque o Bolsonaro não passa nem da primeira (risos) fase das eleições, eu tenho certeza disso, não tenho nenhum medo. Mas o movimento que ele movimentou, né?, o fenômeno que ele movimentou e daí vieram várias pessoas atrás, pessoas apoiando Marco Feliciano, apoiando diversos políticos e pastores, que tem um discurso totalmente anti-LGBT, assim, e a falta de uma representatividade forte, de uma fala forte, que eu ainda não consigo sentir no Jean Wyllys, me deixa preocupada com a política brasileira em relação aos LGBTs, porque a gente tá, a gente ainda tá à mercê dos movimentos sociais, a gente ainda tá à mercê dos Conselhos Regionais de Psicologia, Conselhos Nacionais de Psicologia, ONGs, como a ADEH e etc., que vão fazendo pedidos e vão fazendo movimentos pra que o governo faça isso, mas o governo em si não tem uma representação forte* (NARRADORA D).

A partir dos dados coletados no estudo da Unesco (2016b), observa-se que o objetivo principal de Bolsonaro é o “combater” a discussão de gênero na educação. Seu discurso condena abertamente qualquer defesa das identidades de gênero e/ou sexualidades que não pertencem à moral prevalecente. Neste contexto, por exemplo, a população LGBT+ é agredida verbalmente e constantemente. Em geral, o padrão de ataque apresenta um tom moralista que é reiterado ao longo dos comentários que apóiam a posição do congressista, principalmente em redes sociais digitais, como o *Facebook*, *Twitter*, *Youtube* e *Instagram*. Acerca da proliferação dos discursos de ódio em plataformas digitais, [...] *eu fico pensando, eu evito tudo que passa perto disso, né?, mas de vez em quando sempre vem um post que é à la Bolsonaro ou à la Levy Fidélis ou coisa do tipo que acabam atacando diretamente a*

população trans dentro da internet, e assim, por mais que a gente tenha que se formar sempre uma armadura, né?, que a gente não deveria, mas a gente acaba fazendo, que é formar aquela armadura contra a sociedade, né? (NARRADORA D).

Nesse contexto, a Unesco (2016b) observa que, novamente, se fazia o dilema contemporâneo entre a liberdade de discurso e as ofensas com as minorias, e acredita que a articulação se compõe por meio da competência em informação e mídias e a educação no combate à intolerância. Principalmente, ao se tratar sobre a divisão social das identidades, ou como a identidade “transformação/multiplicidade” ou a identidade “permanência/unicidade”, no entendimento de que a primeira é um modelo de “normalidade” e a segunda de “patologia” (SAWAIA, 2008, p. 123).

O ser humano, ao se deparar com o desconhecido, fica inseguro e muitas vezes, desesperado, na busca ansiosa e agressiva por sinais similares. Essa busca por similaridades talvez seja um dos motivos pelo qual a sociedade não tenha o entendimento e empatia necessárias pela população trans, não percebendo a identidade como “identificações em curso”, isto é, identidade que transforma e atesta um “modo de ser” (SAWAIA, 2008, p. 123).

Contudo, sendo a identidade trans um modo de ser marcado por exclusão social, aliado a busca constante pela quebra de preconceito, por mecanismos igualitários, justos, humanos e democráticos para a visibilidade de uma camada social negligenciada, ou seja, em **vulnerabilidade social**, aflora-se a **resiliência** em vias motivacionais (REDE TRANS BRASIL, 2017).

4.2.3 As narrativas sob o aspecto da resiliência

Para a fenomenologia social, a motivação cumpre papel de destaque na compreensão do fenômeno (SCHÜTZ, 1979). As **ações** são vistas como comportamentos motivados, em detrimento do quê a ação foi **motivada**. Os motivos são classificados, então, em: motivos a fim de ou motivos para, relativo ao futuro do ser, no sentido de que seu ato foi projetado para dada finalidade; e motivos por que, que remete às experiências de outrora e explicam os motivos pelos quais se agiu de certa forma. Assim, a biografia do ser, a sua historicidade e o contexto em que se inseriu durante sua vida influenciam os motivos (GANDRA; SIRIHAL DUARTE, 2012).

Segundo Grotberb (1995), a **resiliência** é definida como a capacidade universal que motiva a pessoa, grupo ou comunidade na

prevenção, diminuição ou superação de efeitos nocivos das adversidades, até mesmo superando essas situações e/ou transformando em aspectos positivos.

Garcia (2001) apresenta três tipos de resiliência: a **emocional**, a **acadêmica** e a **social**. A resiliência **emocional** relaciona as experiências positivas que levam a sentimentos de autoestima, autoeficácia e autonomia, impulsionando a pessoa a lidar com mudanças e adaptações, obtendo um repertório de abordagens para a solução de problemas; a resiliência **acadêmica** denota a escola como instituição-chave em que habilidades para a resolução de problemas são adquiridas por intermédio dos agentes educacionais; e a resiliência **social** envolve fatores relacionados ao sentimento de pertença, apoio de familiares e amigos, relacionamentos afetivos, assim sendo, modelos sociais que estimulem a aprendizagem de resolução de problemas.

Em alguns pontos das narrativas, observou-se algum tipo de resiliência acadêmica/profissional, porém em contexto maior, a resiliência se deu por vias emocionais e sociais, principalmente entre a população trans em si. Neste trecho da narrativa A, esta premissa é afirmada: [...] *E eu só consegui (terminar a graduação) porque eu tive outros professores que me queriam, tipo assim, ó, às vezes eu tinha um semestre de bosta, tipo assim, com cinco professores bosta, mas tinha um que valia a pena, e daí eu permanecia naquele semestre por causa daquele professor que valia a pena. [...] E quanto à resiliência, [...] eu acho que eu sou, acho que eu tenho muito disso, assim, e, porque eu sempre, eu tenho uma meta, né?, e eu tento atingir ela, e se eu desisto, ponto deles, entendeu?, então, eu nunca dou o ponto pra eles* (NARRADORA A).

Neste sentido, o narrador C se visualiza [...] *numa perspectiva boa, hoje em dia, sabe?, eu tô num trabalho onde eu sei que eu posso crescer aqui dentro, que eu posso ser reconhecido, né?, não por ser trans, porque a gente não deseja ser tratado de forma diferente, né?, tratado de forma igual, né?, que eu possa ser reconhecido dentro da minha capacidade intelectual, de trabalho, enfim; e pretendo me formar e atuar em direitos humanos e favorecer ainda mais o acesso ao direito das pessoas trans, principalmente. [...] Aqui, eu sou o C., aqui eu sou o C., por alunos, por professores, pelas pessoas que trabalham comigo, desde o diretor às pessoas da faxina, dos restaurantes daqui, eu sou tratado como o C., [...] e se considera uma pessoa resiliente [...] porque a gente enverga, mas não quebra, né? (risos), apesar de tudo isso, eu estou dando um “banho” aí nas estatísticas, porque pessoas trans na estatística vivem até os 35 anos de idade, eu tô com 46 anos, entrando*

pra minha segunda graduação, trabalhando num local onde eu sempre há, no mínimo uns dez anos eu sonhei em trabalhar aqui, então é um local que eu gosto de trabalhar aqui, eu sou reconhecido. Tô me relacionando bem, também, com uma pessoa muito especial, que também não, essa questão de ser trans, pra ela, não é diferente, ela lida bem com as diferenças, e com a minha família tá tudo bem, é só seguir adiante (NARRADOR C).

*Na visão do narrador B, a resiliência é pensar [...] na solução do problema, então é, dessa forma que eu vou, dessa forma que eu sigo em frente e, é isso, né? [...] É dessa forma que eu vivo a vida (risos). [...] todos nós, todos nós temos direito de viver, nós estamos aqui pra isso, e todas as pessoas são diferentes e é, é dessa forma que a gente vive, porque, num contexto torto, né? (risos), não, nem tudo é normal, porque hoje em dia a gente não sabe o que é normal. Normal, pra mim, pode ser o anormal pra você, e o anormal pro outro, e... Então, a gente, cada um tem uma forma de pensar, então, se nós soubermos conviver em harmonia com todos os tipos de pessoa, a vida de todo mundo vai ser melhor, porque é isso que faz o dia-a-dia se transformar em um dia maravilhoso. E credita o **estudo** como fator para construção de sua **qualidade de vida**: [...] Porque eu construí o meu respeito, eu ganhei muito respeito dentro da minha profissão, eu sou muito respeitado, eu chefiar grandes hotéis daqui, [...] é, atuei em grandes restaurantes com nomes e renomes aqui, trabalhei com grandes chefes de cozinha em São Paulo, então eu busquei isso pra mim, eu construí isso através do conhecimento, do estudo. Eu busquei o estudo pra não ficar pra trás, né? [...] (NARRADOR B).*

Por vias emocionais, a resiliência da narradora E para prosseguir com os estudos e na vida acadêmica se configurou pela experiência adquirida ao [...] lidar com as relações de poder dentro da universidade. E eu aprendi muito, sabe?, aprendi muito de frente com essa realidade, porque, por mais que as pessoas, elas sejam estudiosas de gênero, pesquisem, elas acabam se apropriando um pouco dessas questões. Elas acabam tendo uma propriedade pra falar, né?, e isso foi o que eu sempre contestei dentro da universidade, sempre! Porque, tudo bem, se a gente for pensar que há uma década atrás, isso a gente sabe que é verídico, há uma década atrás a gente não tinha pesquisadoras trans ou pesquisadoras travestis. Esse ingresso, esse impulso da população T enquanto acadêmica, enquanto pesquisadora, enquanto produtora de suas próprias experiências, e isso eu falo cientificamente, começou há pouco tempo, né? Não tem muito tempo de vida essa população adentrando esses espaços que, querendo ou não, são de

poder, né?, [...] Então eu percebia o tempo todo esse distanciamento e eu pensava “por que tem esse distanciamento?”, eu questiono muito até hoje, por que tem esse distanciamento, né?, hoje eu também tenho propriedade pra falar de um lugar que antes pra mim era inalcançável – estar numa Pós-Graduação. E é por isso que eu insisto estar nesse lugar, né? Pra que a gente consiga ter voz, pra que a gente consiga ter espaço e consiga viabilizar a discussão de uma forma honesta, de uma forma onde a gente tenha as nossas necessidades, as nossas demandas atendidas, porque a minha relação com as pesquisadoras que passaram pela minha vida foi muito de questionamento, muito!, sabe?, da pesquisadora, tipo, fazer uma mesa sobre pessoas trans, uma mesa sobre pessoas travestis e não ter uma travesti lá, uma mulher ou um homem trans para compor a mesa, e eu sempre questionava isso, porque esse distanciamento, ele é muito violento também. [...] Então eu sempre contestei isso, eu sempre quis estar de igual pra igual nos espaços, porque enquanto especialista de travestilidades brasileiras, enquanto especialista dessas discussões de gênero com ênfase na travestilidade, mais especificamente do Brasil, eu tenho propriedade pra falar e eu vou ocupar esses espaços, então essa relação, ela sempre foi conflituosa, dessas relações de poder e da nossa luta em conseguir ocupar esses espaços e ser vista enquanto pesquisadora, também, porque parece que por mais que a gente tenha um mestrado ou um doutorado, a gente nunca é vista como pesquisadora, a gente é vista como posição inferior (NARRADORA E).

E a narradora E percebe que a resiliência (emocional) também surge pelo estigma: *[...] Parece que a gente que é travesti, a gente que é trans, não tem muito valor, né?, parece que a gente é menos digna de orientação, menos digna de obter informações pra que a gente possa, de alguma forma, evoluir, sair desse lugar-comum, né?, e isso me motivou muito, sabe?, eu sofri bastante, nesse sentido, mas me motivou a correr atrás e mostrar a essas pessoas que eu tenho potencial e que eu tenho capacidade, né?, resultado de muita busca, de muita luta, de uma busca incansável. De todo dia tá indo atrás das coisas e não ter muito apoio, não ter muita ajuda de pessoas que eu olhava, que eu admirava e que eu pensava “por que comigo não, né?, por que há essa distância, né?, por que que com as outras colegas é uma relação mais intensa, é uma relação de mais troca, é uma relação de mais apoio e comigo não é essa relação?”, eu ficava comparando muito o que eu via no outro, né?, nessas relações que passavam por mim, seja nos corredores, seja na secretaria do curso... E isso, de certa forma, foi uma experiência ruim, mas me motivou muito pra chegar onde eu cheguei (NARRADORA E).*

Por este ângulo, Bourdieu (2003) afirma que o espaço, composto pelos lugares e pelos locais do espaço social e os benefícios que eles proporcionam são resultados de lutas em diferentes campos. Assim, os ganhos do espaço podem tomar a forma, neste caso, de “ganhos de ocupação”: a posse de um espaço físico, podendo ser um modo de manter à distância ou de excluir toda e qualquer forma de “intrusão indesejável” (BOURDIEU, 2003, p. 163).

A capacidade de dominação do espaço e da apropriação (material ou simbólica) de bens ou serviços (públicos ou privados) que se encontram disponíveis é relativa ao capital que se detém. O capital permite manter à distância as pessoas e as coisas indesejáveis e aproximar-se das pessoas e coisas indesejáveis para a apropriação; ao mesmo tem que, inversamente, permite manter à distância os que não possuem capital, seja simbolicamente ou fisicamente, condenando-os a estar ao lado das pessoas e/ou dos bens mais indesejáveis e desvalorizados (BOURDIEU, 2003). De acordo com a narradora A, [...] *é algo [...] muito recorrente, muito, em qualquer lugar, assim, principalmente se for um espaço a qual você não deve estar, e isso, tipo, é muito louco, assim, por exemplo, Receita Federal. Tipo assim, o que uma travesti vai fazer numa Receita Federal?, entende?, aí a hostilização começa desde o início, desde o segurança querendo saber o que você tá fazendo lá, entende?, até, se vai... [...] e não, e foi muito engraçado, assim, porque, é, às vezes, é necessário o carteiroço, sabe? Tipo, eu odeio fazer isso, de chegar e dizer: “não, eu sou presidente da instituição, e daí, tal...”, e a pessoa já muda, “ah, não, mas é uma presidente de uma instituição”, entendeu? tipo, já é uma, é barraqueira, porque, né, mas é uma barraqueira com pedigree, parece, parece que fica uma coisa assim... então, né, tipo, e é muito louco, assim, eu me lembro de uma outra coisa também, que eu nunca vou me esquecer, que foi quando a gente deu um curso de assistentes sociais aqui, na ADEH, né, e veio 20 meninas pra fazer a capacitação e daí, é, todas elas tavam muito sorridentes, muito alegres, e tal... ia ser uma capacitação super divertida, com mulheres cis, do Serviço Social, aí eu peguei e falei que eu era uma pessoa trans. Todas elas, assim, mudou, sabe? Depois que eu falei que eu era do Serviço Social, assim, tipo, surtou uma coisa assim, inacreditável, sabe? “como que ela, assim, tá no Serviço Social?, entende?” (NARRADORA A).*

Para a narradora E, apesar de todos os conflitos e as circunstâncias, de algum modo conseguiu ver mudanças no contexto universitário desde o seu ingresso: [...] *A gente tem pouquíssimas trans ou travestis dentro da universidade, né?, e isso é importante dar ênfase.*

Hoje, pra você ter uma ideia, dentro de todos os programas de Pós-Graduação da universidade, a gente tem apenas, duas, duas trans, duas travestis fazendo Pós-Graduação. São as duas primeiras a fazerem Pós-Graduação e que por coincidência, ou por qualquer outra questão, vieram da prostituição, né?, e já demonstra essa luta por uma melhoria de vida, por uma transformação e por um espaço, né?, que é a luta por espaço, mesmo, porque é muito difícil a gente se manter dentro da universidade, diante de toda uma comunidade que não compreende o que é a travestilidade, o que é a transexualidade. Hoje somos em duas, (na Pós-Graduação) e na Graduação acredito que esse número seja maior, mas as trans, as travestis, pelo modo de vida que levam, por terem que trabalhar a noite pra dormir ao dia, é a realidade da prostituição, elas não conseguem, a maioria, encontrar tempo pra estudar, encontrar tempo e paciência, talvez até saúde emocional, pra conseguir ingressar numa universidade. Ainda assim, com todos os problemas, a [...] UFSC é uma das universidades que tem uma das melhores políticas pra nome social do país, mas você pensa as outras instituições que não tem essa política de nome social, que não tem políticas de informação também, né?, imagine, você, como que é, pra essas meninas, o fato de encarar essa realidade, de querer entrar numa universidade, mas não ter o seu nome respeitado?, porque a informação ainda não chegou pra essas instituições. A informação sobre uma política que dispõe o uso do nome social ainda não chegou a todas as instituições! E mesmo que tenha chegado, pode ser que seja uma política muito precária, uma política que exponha o nome dessa pessoa e que exponha ela ao ridículo (NARRADORA E).

É necessário apontar que a resiliência não pode ser vista como um escudo protetor, a qual fará com que problema algum atinja a pessoa, tornando-a sólida e resistente a todas as divergências. Não existe uma pessoa que é resiliente, mas sim a pessoa que está resiliente. Trata-se de um processo **dinâmico** e **contínuo**, cujas influências do ambiente e da pessoa relacionam-se de forma recíproca, fazendo com que a pessoa identifique qual a melhor ação a ser feita em determinada circunstância (PINHEIRO, 2004; ASSIS; PESCE; AVANCI, 2006).

Angst (2017) considera fundamental a compreensão da resiliência como um **aprendizado** de diversas formas, sendo uma delas pela realização de programas direcionados a diferentes populações. Posto isto, é primordial a participação de instituições e de profissionais para a promoção da resiliência.

No concernente a isso, a Unesco (2016b) considera a competência em informação como uma poderosa ferramenta de uso

educacional, cultural e social. A partir de seu desenvolvimento, esta metacompetência pode auxiliar a superar a desinformação, os estereótipos e a intolerância transmitidos por meio social, midiático e digital. Aqui, estimular a empatia crítica é um dos aspectos vitais componentes e, associado a isso, existem muitas partes interessadas que têm um papel a desempenhar nesta dimensão social.

Além disso, a competência em informação capacita as pessoas a serem autônomas, participativas e críticas quanto ao uso e disseminação da informação e de conteúdos com sabedoria, buscando igualmente combater o discurso de ódio, principalmente em meio digital; e a compreensão das questões éticas em torno do acesso e uso da informação. Desta forma, faz com que as pessoas se envolvam com a aprendizagem contínua e com as tecnologias para promover a igualdade, a liberdade de expressão, a interculturalidade e a inter-religião, o diálogo e a paz (UNESCO, 2016b).

A competência em informação tem a função de incentivar o entendimento entre as culturas para combater radicalismo e extremismo, chamando a atenção para a necessidade de todos os cidadãos em determinado contexto, dando sentido às suas experiências – a análise fenomenológica interpretativa. Isso é importante, pois a humanidade sempre experimentou fenômenos diferentes – fenômenos de guerra e paz, das desigualdades, incluindo a igualdade de gênero. O fenômeno do direito à educação, liberdade de expressão, privacidade e outros direitos humanos relacionados (UNESCO, 2016b).

A questão é que, no século 21, mais do que em qualquer outro período de história, todos esses fenômenos vêm sendo mediados pelas bibliotecas, pela mídia, pela tecnologia e pela *internet*. A competência em informação pode permitir que todos os cidadãos avaliem criticamente as informações e o processo que a envolve em suas próprias experiências; e quais as oportunidades e riscos que estes fornecem e como expandir as oportunidades, minimizando os riscos. Deve também direcionar as pessoas nas oportunidades ao invés dos riscos (UNESCO, 2016b).

Por meio da exposição das narrativas obtidas, percebeu-se que a informação é o princípio – e a problemática – das relações desenvolvidas nos espaços sociais e seus componentes: as necessidades de informação das pessoas trans se dão pela falta de informação e entendimento das demais pessoas e das instituições, quase em totalidade, o que desencadeia a exclusão social da população trans e a restrição à qualidade de vida, incluindo faces da vulnerabilidade social – educação, saúde, moradia, mercado de trabalho, segurança, entre outros.

Logo, o desenvolvimento desta metacompetência às pessoas trans se realizará por meio do **protagonismo social**: o “caminho humanizador” da sociedade, promovedor da construção ética nas relações sociais propícias a ratificar o espaço crítico dialético, potencializando a promoção de zonas de consensos, expondo suas compreensões e argumentos, pontos em comum e pontos divergentes, numa troca de informações e diálogos mútuos (GOMES, 2017).

Na subseção seguinte, são apresentados apontamentos e o Quadro de Avaliação IL (*Information Literacy*), adaptado de Unesco (2013), visando a extração de alguns elementos expostos na narrativa condizentes ao quadro.

4.2.4 AS NARRATIVAS NO CONTEXTO DO QUADRO DE AVALIAÇÃO IL (*INFORMATION LITERACY*) (ADAPTADO DE UNESCO, 2013)

O aprendizado contínuo é tratado como um pré-requisito para que as pessoas, as comunidades e as nações desfrutem e exerçam seus direitos humanos, em particular o **acesso à informação**, a **liberdade de expressão** e o **direito à educação**, conforme articulado na Declaração Universal dos Direitos Humanos. O desenvolvimento da competência em informação é igualmente importante para a existência de boa governança, responsabilidade e transparência em qualquer sociedade, no combate a vulnerabilidade social e na promoção do desenvolvimento econômico e social (UNESCO, 2013).

Definir e mensurar a prontidão da competência em informação em nível social é considerado o componente primordial para as políticas públicas no concernente à informação. Este tipo de avaliação também deve ser realizado junto a planos educacionais e podem contribuir para o mercado de trabalho, a inclusão social, a inovação, a participação e o empoderamento (UNESCO, 2013).

A avaliação é vista como o primeiro passo nos processos de planejamento, desenvolvimento, monitoramento e implementação de qualquer intervenção; fornece dados válidos e confiáveis para decisões estratégicas, particularmente para o desenvolvimento de políticas públicas, estratégias e o estabelecimento de condições e requisitos. Sem os dados válidos e fidedignos, as instituições, os líderes políticos e os tomadores de decisão não identificam as reais necessidades, lacunas e desafios existentes (UNESCO, 2013).

Dessa forma, o Quadro de Avaliação abrange os objetivos da Unesco (2013) na garantia de que todos os cidadãos, equitativamente,

possam acessar, avaliar, utilizar e compartilhar informações e criar novos conhecimentos, a fim de desenvolver sua cognição. Acredita-se que uma sociedade competente em informação está apta a alcançar o desenvolvimento sustentável, aumentar a qualidade de vida, emprego e educação no meio social (UNESCO, 2013).

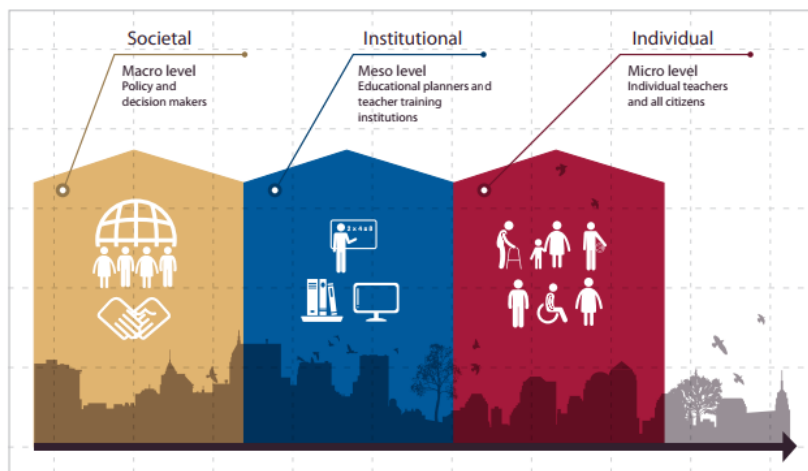
A aprendizagem contínua melhora as capacidades das pessoas, proporcionando o desenvolvimento de habilidades na busca e acesso à informação. A Unesco (2013) reconhece que professores são os atores-chave na construção de sociedades do conhecimento, tanto quanto os bibliotecários, profissionais da informação e demais profissionais da educação (UNESCO, 2013).

Nesse sentido, com a finalidade de desenvolver nas pessoas a consciência cidadã, os profissionais precisam desenvolver sua própria competência em informação. A Unesco (2013) considera tal metacompetência como parte essencial do século 21, e assim, o Quadro de Avaliação sugerido (ver figura 21) pretende fornecer ferramentas e entendimento para autoavaliação e autoaperfeiçoamento dos profissionais envolvidos no planejamento e reconfiguração educacional que atenda as demandas da contemporaneidade (UNESCO, 2013).

Cabe ressaltar que neste estudo, o referido quadro será composto e adaptado a partir das narrativas e itens que identificam situações de vulnerabilidade social, e assim, se espera contribuir como forma de visibilidade e apoio às pessoas trans na sociedade. Para tanto, a adaptação e a aplicação do Quadro de Avaliação e a exploração das informações baseadas em evidências recolhidas a nível regional, nacional e mundial dependerão da consciência, dos recursos, das capacidades, do empenho e da vontade dos envolvidos para abordar as questões trazidas de forma concisa (UNESCO, 2013).

A avaliação, no entanto, é proposta para viabilizar o aumento do nível de competência em informação na sociedade e na inclusão social, na interação cooperativa, no aprendizado colaborativo, no trabalho interdisciplinar e o mais importante, no pensamento crítico e reflexivo entre profissionais e participantes (UNESCO, 2013). A figura 21 apresenta os três principais fatores do Quadro de Avaliação IL, conforme nossa adaptação, que servirão de base para categorizar os discursos extraídos das narrativas (UNESCO, 2013).

Figura 21 – Principais fatores do Quadro de Avaliação IL



Fonte: Unesco (2013, p. 37).

Conforme a visualização da figura 21, três fatores compõem o instrumento de avaliação do quadro, sendo o fator **social** (nível **macro**: política e tomadores de decisão), fator **institucional** (nível **médio**: planejamento de educadores e instruções para professores em treinamento, podendo inserir no contexto bibliotecários, profissionais da informação e demais profissionais da educação), e fator **individual** (nível **micro**: professores e educadores autônomos e direitos de cidadania, aqui se inserindo as pessoas trans).

Partindo desses três fatores – social, institucional e individual – e baseado em alguns itens extraídos das narrativas que abrangem as pessoas trans, em conexão com a vulnerabilidade social em que estas pessoas se encontram, as figuras seguintes (22, 23 e 24) expressam as lacunas narradas nestes fatores. Tais fatores representam oportunidades de atuação de governos e de planejamento de políticas públicas para esta minoria social.

Figura 22 – Quadro de Avaliação IL - fator social de vulnerabilidade social das pessoas trans

Fator social
<i>A informação sobre uma política que dispõe o uso do nome social ainda não chegou a todas as instituições! E mesmo que tenha chegado, pode ser que seja uma política muito precária, uma política que exponha o nome dessa pessoa e que exponha ela ao ridículo. (NARRADORA E).</i>
<i>[...] assim, e a falta de uma representatividade forte, de uma fala forte [...] me deixa preocupada com a política brasileira em relação aos LGBTs, porque a gente tá, a gente ainda tá à mercê dos movimentos sociais [...] A gente precisa de movimentação de políticas públicas e desses tipos de medidas assistencialistas [...] que seja uma representatividade para os LGBTs (NARRADORA D).</i>
<i>[...] o que acho que tem que avançar agora, a partir daí, é buscar em políticas públicas, também, mas além disso, buscar menos preconceito dentro dos núcleos que se fazem unidos em prol de busca por direitos [...] não existe um programa voltado pra nós, não por culpa daqueles profissionais. Culpa de toda uma política pública que não nos contempla, né?, não existe verba destinada a um programa pra homens trans, como existe a saúde da mulher, a saúde do homem, no SUS, não existe a saúde pra pessoas trans (NARRADOR C).</i>
<i>[...] (o ambulatório voltado às pessoas trans) não tem mais, né?, ele migrou, ele migrou pra, pra, ali pra SC 401, ele migrou pra ali, e daí agora mudou muitos membros da equipe, inclusive, é, se mudar a política do Brasil, corre o risco da gente ficar sem (NARRADOR B).</i>

Fonte: Adaptado de Unesco (2013) e com base nos dados obtidos no estudo.

Figura 23 – Quadro de Avaliação IL - fator institucional de vulnerabilidade social das pessoas trans

Fator institucional
<i>Eu acho que a informação e a educação são as coisas mais importantes no processo inteiro, falando principalmente da questão do ensino e da educação de crianças. Eu acho que é ali que se desconstroem todos os padrões de gêneros que elas vão ver do lado de fora da escola, sabe?[...] (NARRADORA D).</i>
<i>[...] o fato de eu ter estudado também é um p... privilegio, sabe?, o fato de eu ter concluído, que é muito importante, também é muito privilegio, então isso</i>

Fator institucional
<i>não me faz melhor, pelo contrário, isso faz com que eu tenha que lutar pra que mais pessoas, tu entende?, porque assim ó, eu tenho uma conquista que ela de nada vale, porque assim, da mesma forma eu sou assistente social, mas eu também não to contratada em nenhum lugar, entendeu? (NARRADORA A).</i>
<i>A questão é a falta de informação e a vontade da pessoa ir atrás da informação, né?, a vontade dos educadores dentro do colégio, né?, tudo começa na educação, tudo começa dentro do colégio, tudo começa lá. [...] e eu apanhava muito, né?, dos próprios homens do colégio [...] enquanto os professores e a direção [...] nunca fizeram nada, falaram que eu era o responsável por isso, por isso ter acontecido [...] (NARRADOR B).</i>
<i>[...] outra coisa que eu não tive acesso [...] foi a orientação por parte das minhas mestras, [...] de dentro da universidade, de como proceder, por exemplo, pra entrar num processo seletivo de Pós-Graduação. [...] E aí a gente já vê esse juízo de valor que é feito sobre a população trans, é como se a gente não tivesse capacidade para além de ser uma profissional formada, né?, [...] enquanto eu via essas mesmas professoras orientando outros alunos (NARRADORA E).</i>

Fonte: Adaptado de Unesco (2013) e com base nos dados obtidos no estudo.

Figura 24 – Quadro de Avaliação IL - fator individual de vulnerabilidade social das pessoas trans

Fator individual
<i>[...] Tipo, porque a gente é doutrinada, na verdade, a não ter nenhuma perspectiva de vida. Então assim: “ah, tu aceitou ser isso, tu quer ser isso? Tu pode ser isso, mas tu nunca vai ter alguém que te ame, você nunca vai ter direito a estudo, você nunca vai ter um trabalho decente, você vai ter que tá na rua se prostituindo”, tipo, eram só essas informações que a gente recebia [...] (NARRADORA A).</i>
<i>[...] a nossa vida não é fácil, tu tem que, tu tem que ser muito forte, muito forte mesmo, porque só leva tapa na cara, assim, ó, o dia inteiro levando tapa na cara... Tu nasce na negativa, então a pessoa que nasce na negativa: tu não tem nome, tu não tem identidade e tu não tem sexo, então tu já tá na negativa, então ali, a partir dali, tu vai ter que começar, tu, tu abriu a porta pra sair de casa, tu levou um tapa na cara porque tu ouviu teu nome social do qual tu não gostaria; tu chegou em casa, tu levou outro [...] (NARRADOR B).</i>
<i>Só que as pessoas trans, historicamente, elas estão anterior a tudo isso. [...] A</i>

*nível Brasil, é só agora que tá começando, então a gente ainda tá brigando por uma coisa **básica**, que é **saúde**, pra depois a gente brigar pelos **direitos** ao uso de nome social, uso de retificação de nome de forma mais fácil, em cartório, é, [...] a gente ainda tá engatinhando, então ainda vai demorar um pouquinho pra, pros homens trans, né?, ser visto como **pessoa** também capaz [...]* (NARRADOR C).

*[...] porque você tem uma **população**, que é a população trans, que quase 70 ou 80 por cento dela é formada por gente que não tem nem o fundamental completo, quem dirá o médio?, [...] não tem **dinheiro** pra **comprar** roupas, pra se vestir adequadamente, de acordo com a **sociedade**, ou bem, de acordo com a sociedade, pra ser contratadas por empresas que dão salário bom pra essas pessoas, sabe?, então você entra numa questão que ou você vira **moradora de rua**, ou você vira **prostituta**, sabe?* (NARRADORA D).

Fonte: Adaptado de Unesco (2013) e com base nos dados obtidos no estudo.

Por meio das figuras 22, 23 e 24, pode-se inferir que a situação de vulnerabilidade social da população trans é algo predominante nas três esferas, noção relativa ao que Bourdieu (2003, p. 85) denomina como estado de “miséria coletiva”: algo que “fere, como uma fatalidade”, todos os que se encontram “amontoados por todas as misérias nascidas da coexistência e da coabitação de todos os miseráveis e, sobretudo, talvez, do efeito de destino que está inscrito na pertença a um grupo estigmatizado”; e a acepção de Bento (2014, p. 167) quanto à condição da população trans brasileira em cidadania precária, em que ocorre “uma dupla negação: nega a condição humana e de cidadão/cidadã de sujeitos que carregam no corpo determinadas marcas”, estando historicamente enraizada nos “corpos das mulheres, dos/as negros/as, das lésbicas, dos gays e das pessoas trans”.

Para adentrar na classificação de pessoa e de cidadão(s), cada um desses corpos teve que se construir como “corpo político”. Entretanto, o reconhecimento político, econômico e social foi – e prossegue – vagaroso e inconstante, no mesmo panorama social em que a Unesco (2013) afirma que todos os cidadãos, incluindo grupos minoritários/vulnerabilizados, devem ter igual acesso à informação e conhecimento para se expressar livremente (BENTO, 2014; UNESCO, 2013).

As lutas históricas pela livre expressão de mulheres, gays, lésbicas, pessoas trans e negros/as salientam uma característica semelhante: a constante luta por visibilidade e projetos de humanidade (BENTO, 2014). A história também revela que qualquer forma de

intolerância em relação a qualquer grupo étnico, identitário, cultural ou de crença origina o preconceito, a discriminação e a violência. É o mesmo preconceito, discriminação e/ou violência que por vezes comprometem os direitos individuais ou a igualdade de direitos para todos – o direito a expressões culturais, o direito à segurança e a paz, o direito à liberdade de expressão, o direito à educação, o direito às informações, o direito de associar-se ou com outros, entre outros (UNESCO, 2016b).

O Artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) designa: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. Eles são dotados de razão e consciência e devem agir um ao outro em um espírito de fraternidade”. É precisamente nesse raciocínio e consciência que se dá o desenvolvimento da competência em informação para todos (UNESCO, 2016b).

Um dos narradores, ao questionar sobre a área de Ciência da Informação, deseja [...] *que esses profissionais, essas pessoas que estão se formando, essas pessoas que vão se formar e que buscam essa área, que, que elas atendam o máximo possível todos os tipos de pessoas [...] e considera fundamental [...] a informação chegar no ouvido de todas as pessoas. De todos os tipos, todos os grupos, porque é, as vezes a pessoa tem um preconceito, mas ela não sabe nem o que que ela tá falando, as vezes ela não sabe, as vezes, nem ela sabe o que ela tá julgando, ou porque ela tem preconceito disso* (NARRADOR B). Desta maneira, o desenvolvimento da competência em informação para as pessoas trans – e demais grupos vulneráveis – deve ser baseado e voltado também à sociedade em geral, instituições e pessoas propagadoras de discursos de ódio, preconceito e intolerância com as diferenças humanas (UNESCO, 2016b).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo geral compreender a competência em informação das pessoas trans na região de Florianópolis, Santa Catarina, por meio das necessidades de informação identificadas nas narrativas destas. Para tanto, buscou-se caracterizar a competência em informação como domínio de conhecimento por meio da literatura da Ciência da Informação e suas possíveis conexões com a vulnerabilidade social e com as minorias sociais, por intermédio de áreas interdisciplinares e assim, descrever as experiências vividas pelos narradores quanto aos aspectos informacionais, de vulnerabilidade social e identificar nas narrativas a premissa de constante vulnerabilidade social, com base no Quadro de Avaliação IL (adaptado de UNESCO, 2013).

O levantamento bibliográfico e as cinco narrativas coletadas propiciaram os resultados do estudo quanto aos objetivos específicos: a **caracterização** da competência em informação como domínio de conhecimento por meio da literatura da Ciência da Informação e de áreas correlatas, bem como a **apresentação** do processo de desenvolvimento desta metacompetência e a indisciplinaridade, além dos diálogos possíveis com a vulnerabilidade social, as minorias e a missão social do bibliotecário.

As narrativas obtidas **descreveram** as necessidades de informação das pessoas trans pelos aspectos **informacionais**, da **vulnerabilidade social** e da **resiliência**. Tais aspectos expressaram as características salientes do fenômeno estudado e identificaram a situação de vulnerabilidade em que as pessoas trans se encontram na sociedade brasileira e paralelamente, sua autonomia, sua competência em informação “desenvolvida” às avessas pela quase total ausência de apoio externo, indo de encontro com a precariedade de pesquisas, iniciativas e práticas profissionais que envolvam a competência em informação, a Ciência da Informação e as questões de gênero, em que se inserem as minorias sociais.

Cabe apontar que tais aspectos foram utilizados como norteadores pois a **informação** é, supostamente, o capital de valor mais saliente na contemporaneidade. Assim sendo, as relações constituídas a partir da informação são capazes de incluir ou excluir, emergindo a **vulnerabilidade social**. Da **vulnerabilidade**, conforme as narrativas e a fundamentação teórico-conceitual do estudo, variadas redes de apoio se solidificam – por meio de movimentos sociais, trabalho de ONGs, troca

de informações por redes sociais digitais, etc. – e dessas, propicia às pessoas a refutação de modo mais consistente às adversidades cotidianas, num processo denominado **resiliência**, pois se [...] *nós soubermos conviver em harmonia com todos os tipos de pessoa, a vida de todo mundo vai ser melhor, porque é isso que faz o dia-a-dia se transformar em um dia maravilhoso* (NARRADOR B).

Compreende-se que “portas devem ser abertas” para o desenvolvimento da competência em informação nas pessoas trans, principalmente em relação a sua interdisciplinaridade para com os socialmente vulneráveis (VITORINO, 2016, p. 404). Destarte, torna-se necessária a ampliação de estudos empíricos sobre as temáticas abordadas, em conjunto, considerado um dos desafios vencidos neste estudo. A necessidade de estudos na área se dá, sobretudo, pela ausência de diálogos/pesquisas científicas que unam as referidas temáticas.

Além disso, a premência de outros e amplos estudos sobre as temáticas envolvidas são expressas pela fenomenologia: a experiência do **Nós**, dada pela empatia de uma pessoa “se pôr no lugar da outra” e tornar o **Tu** o **Outro Eu**, faz com que possivelmente outros contextos de vulnerabilidade sejam expostos e outras necessidades de informação, surtidas, para se alcançar outro(s) desenvolvimento(s) da competência em informação (GANDRA; SIRIHAL DUARTE, 2012).

Com o respaldo da literatura da Ciência da Informação, pode-se inferir que a competência em informação é um poderoso argumento de cidadania na sociedade contemporânea. Sua aplicabilidade vai além do uso devido de tecnologias, é necessário para a condição cidadã. Porém, apesar de esforços contínuos de entidades e outras instâncias (UNESCO, 2013; 2016b), o desenvolvimento desta “metacompetência” por vezes é utópica, visto a discrepância de níveis sociais existentes. As experiências narradas afirmam este pressuposto, especialmente ao identificar nas falas situações constantes e variadas de vulnerabilidade social, relacionadas com o Quadro de Avaliação IL (adaptado de UNESCO, 2013).

No contexto da vulnerabilidade social das pessoas trans, o desenvolvimento da competência em informação deve ser tratada de maneira mais aprofundada, considerando a diversidade e as especificidades da demanda social, tanto internas quanto as coletivas, além da interdisciplinaridade empírica e consistente, que faça a informação e as habilidades que tornam o ser competente em informação ser universalizada: chegar aos que necessitam e chegar para os que desconhecem as individualidades do outro, [...] *fazer a informação chegar no ouvido de todas as pessoas. De todos os tipos,*

todos os grupos, porque é, as vezes a pessoa tem um preconceito, mas ela não sabe nem o que que ela tá falando, as vezes ela não sabe, as vezes, nem ela sabe o que ela tá julgando, ou porque ela tem preconceito disso (NARRADOR B). Tendo em vista que a competência em informação se conecta à educação, [...] *o que pode mudar todo esse aspecto é a gente disseminar informações precisas e mais, educação, na verdade, né? A educação através da informação. [...] Porque a maioria dos preconceitos vem pela falta de informação* (NARRADOR C). Estes trechos de narrativas demonstram que a competência em informação consiste também no despertar da empatia e na intolerância de todas as formas de exclusão, vulnerabilidades, julgamentos e pré-conceitos enraizados socialmente.

Assim sendo, a criação de declarações, manifestos ou formas outras de solidariedade de nada valem se não há efetivamente a aderência em campo e a interdisciplinaridade prática da área/profissional. Nesse sentido, a reflexão sobre a missão profissional do bibliotecário contemporâneo e seu fazer em prol aos socialmente vulneráveis faz-se essencial: por que (motivos) o bibliotecário veio ao mundo social, o que faz aqui? (ALMEIDA JÚNIOR, 1997).

Para Almeida Júnior (1997, p. 108), “a razão de ser da nossa profissão, o papel que apenas e tão somente ela desempenha na sociedade, não é considerada como razão para debates e discussões”, e no mesmo sentido, a Biblioteconomia por vezes é vista pela sociedade e pelo profissional da área como uma “matéria vazia, absolutamente oca, revestida por uma tênue e transparente casca, prestes a ser romper, deixando ainda mais invisível uma profissão que ninguém vê” (ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p. 108).

Logo, entende-se que é fundamental a proatividade e visibilidade bibliotecária como virtudes profissionais para se fazer do bibliotecário um “agente de transformação, ou seja, uma peça com capacidade para modificar, alterar a sociedade (ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p. 109), para se chegar ao **protagonismo social** – do profissional e da sociedade, incluindo os fatores intrínsecos, como o **empoderamento**, a **liberdade** e a **emancipação** (GARRAFA, 2005; FARIAS; COSTA, 2017; GOMES, 2017) – e alcançar as demandas, reais e potenciais.

A missão profissional do bibliotecário é, indiscutivelmente, vivenciar, captar e buscar suprir as necessidades de informação do modo que lhe compete – compreender o fenômeno!, pois no mundo social, se o habitat contribui para fazer o hábito, o hábito também contribui para fazer o habitat por meio das interações sociais e dos estímulos que

rondam tais interações. A aproximação de realidades distantes no mundo social pode, por si própria, ter efeitos de aproximação social (BOURDIEU, 2003).

Portanto, cabe a nós, profissionais, pesquisadores ou equivalentes – pessoas, antes de tudo – quais condutas comportamentais e profissionais adotar, no intuito de amenizar a falta de informação e as barreiras construídas pelo preconceito e opressão existentes. É importante ressaltar também que as pessoas trans (T) têm particularidades mais densas em relação ao restante da população LGBT+, e por isso, precisam de apoio incondicional e irrestrito. A quinta lei da Biblioteconomia, de Ranganathan, determina: *a biblioteca é um organismo em crescimento*. Crescimento relacionado à importância social e qualidade para os que a usam e os que talvez a usarão. Crescimento mútuo nas relações institucionais/profissionais, e, acima de tudo, humanas.

Ademais, ressalta-se a premência na adesão de práticas profissionais voltadas ao uso consciente, concreto e competente da informação às minorias/populações vulneráveis e aos que corroboram com esta situação, conforme exposto nas narrativas. O uso da informação é uma prática social, e a competência (do uso) em informação só faz sentido quando se destina aos interesses que orientam o fazer empírico, os fenômenos que a movem e a reação pelas ações aderidas para a sociedade. Portanto, não existe cidadania competente em informação sem participação, igualdade e liberdade (LE COADIC, 1996; RIOS, 2011; RAWLS, 2003; VITORINO, 2016).

REFERÊNCIAS

ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. **Um olhar sobre os jovens e sua vulnerabilidade social**. São Paulo: Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária (AAPCS), 2001.

AIDAR, Adriana Marques et al. A orientação sexual e identidade na constituição dos movimentos sociais. In: LOURENÇO, Edivânia Angela de Souza et al. (Org.). **Trabalho, saúde e Serviço Social**. Curitiba - Brasil: Editora CRV, 2010, v. 1, p. 01-419.

ALES BELLO, Angela. **Introdução à Fenomenologia**. Bauru, São Paulo: Edusc, 2006.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Sociedade e Biblioteconomia**. São Paulo: Polis; Associação Paulista de Bibliotecários, 1997.

AMARAL JR, Aécio; BURITY, Joanildo A. (Orgs.). **Inclusão social, identidade e diferença**: Perspectivas pós-estruturalistas de análise social. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2009, p. 39-67.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION (ALA). **Information Literacy Competency Standards for Higher Education**. Illinois (EUA): ALA, 2000. Disponível em: <<http://www.ala.org/acrl/sites/ala.org.acrl/files/content/standards/standards.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION (ALA). **Access to Library Resources and Services Regardless of Sex, Gender Identity, Gender Expression, or Sexual Orientation**, 2008. Disponível em: <<http://www.ala.org/advocacy/intfreedom/librarybill/interpretations/accesslgbt>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION (ALA). **Transgender-inclusive Library Card Applications**: Issues and Recommendations. 2015. Disponível em: <http://www.ala.org/rt/sites/ala.org.rt/files/content/professionaltools/trans_inclusive_libcard_forms_for_printing.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2018.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION (ALA). ALAnews. **ALA strongly protests rollback of protections for our nation's transgender students**. Chicago: ALA, 2017. Disponível em: <<http://www.ala.org/news/press-releases/2017/02/ala-strongly-protests-rollback-protections-our-nation-s-transgender-students>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION (ALA). ACRL – ASSOCIATION OF COLLEGE & RESEARCH LIBRARIES. **Framework for Information Literacy for Higher Education**. 2016. Disponível em: <<http://www.ala.org/acrl/standards/ilframework>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

AMENDOLA, Fernanda; OLIVEIRA, Maria Amélia de Campos; ALVARENGA, Márcia Regina Martins. Influência do apoio social na qualidade de vida do cuidador familiar de pessoas com dependência. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 45, n. 4, p. 884-889, ago. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v45n4/v45n4a13.pdf> >. Acesso em: 20 jan. 2018.

ANGST, Rosana. PSICOLOGIA E RESILIÊNCIA: Uma revisão de literatura. **Psicologia Argumento**, [S.l.], v. 27, n. 58, p. 253-260, nov. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/20225/19509>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. A ciência da informação como uma ciência social. **Ciência da Informação**, [S.l.], v. 32, n. 3, fev. 2004. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/985>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Paradigma social nos estudos de usuários da informação: abordagem interacionista. **Informação & Sociedade**, v. 22, n.1, p. 145-159, 2012. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/download/9896/7372>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

ARAÚJO, Jailton Macena de. Pós-Gênero e Direitos Humanos: Aspectos Bioéticos do Processo de Redesignação Sexual em Adolescentes Transexuais. **Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas**

em Gênero & Direito (UFPB), v. 5, p. 256-281, 2016. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/ged/article/viewFile/25209/15304>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**. Tradução de Roberto Raposo; revisão técnica: Adriano Correia. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ARENDDT, Hannah. **O sistema totalitário**. Tradução de Roberto Raposo. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1978.

ASSIS, Simone Gonçalves de; PESCE, Renata Pires; AVANCI Joviana Quintes. **Resiliência**: enfatizando a proteção na adolescência. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM (ABEN). Protagonismo da enfermagem no processo de cuidar. **SEMANA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM**, 75. Caderno de Dicas, 2014. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.abennacional.org.br/download/dicas2014.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ABGLT). **Manual de comunicação LGBT– Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. 2010. Disponível em: <<https://unaid.org.br/wp-content/uploads/2015/09/Manual-de-Comunica%C3%A7%C3%A3o-LGBT.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

ASSOCIAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS COM ENFOQUE NA SEXUALIDADE (ADEH). **Histórico da ADEH**. 2018. Disponível em: <<http://siteadeh.wixsite.com/adeh/historico>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

ÁVILA, Simone; GROSSI, Miriam Pillar. Transexualidade e Movimento Transgênero na Perspectiva da Diáspora Queer. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DA HOMOCULTURA, 5., 2010, Natal. **Anais eletrônicos...** Natal: ABEH, 2010. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/59733080/TRANSEXUALIDADE-E-MOVIMENTO-TRANSGENERO-NA-PERSPECTIVA-DA-DIASPORA-QUEER-Simone-Avila-e-Miriam-Pillar-Grossi>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

AZEVEDO, Isabel Cristina Michelin de; GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. Contribuições dos letramentos digital e informacional na sociedade contemporânea. **Transinformação**, Campinas, v. 29, n. 2, p. 163-173, ago. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862017000200163&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 jan. 2018.

AZEVEDO, Debora. Voluntariado corporativo - motivações para o trabalho voluntário. **Revista Produção Online**, Florianópolis, jul. 2008. Disponível em: <<https://producaoonline.org.br/rpo/article/view/55/55>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

BARI, Valéria Aparecida. A relação entre a inclusão social na Universidade Brasileira e o desenvolvimento da Competência Informacional: implicações no campo teórico da Ciência da Informação e na prática de seus agentes sociais. XI ENANCIB: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: Universidade do Rio de Janeiro, 2010.

BARJA, Gover; GIGLER, Björn-Sören. Qué es y cómo medir la pobreza de información y comunicación em el contexto Latinoamericano. In: **Pobreza digital: las perspectivas de América Latina y el Caribe**, DIRSI-CRDI, 2006. Disponível em: <http://www.dirsi.net/files/01-Borja_esp_web_18set.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2018.

BARROS, Andréa Kelmer de. Movimentos sociais urbanos: um estudo sobre a relevância do Movimento Gay de Minas. In: **2o Encontro Internacional e 9o Encontro Nacional de Política Social**, 2014, Vitória, ES. Espírito Santo: EdUFES, 2014. p. 55-67. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v5_andrea_GV.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2018.

BARRETO, Aldo. Os destinos da Ciência da Informação: entre o cristal e a chama. **DataGramZero**, n. zero, dez. 1999.

BASTOS, Joana Pinho Duarte. **Conceções e práticas inovadoras na inserção social pela qualificação e trabalho: o caso do Projeto *Dar Sentido à Vida***. 2016. 176 f. Tese (Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo) - Universidade de Coimbra, Portugal,

2016. Disponível em:

<https://mestradoisie.files.wordpress.com/2016/10/joana-bastos_tese-de-mestrado_uc2016.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2018.

BAYLÃO, Raul Di Sergi. Um conceito operacional de minorias.

Revista da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Brasília, v. 17, n. 9, p. 209-233, jan./jun. 2001. Disponível em:

<http://www.escolamp.org.br/arquivos/17_09.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2018.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. A experiência vivida (v. 2). 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

BELLUCK, Pam. W.H.O. Weighs dropping transgender identity from list of mental disorders. **The New York Times**. New York, 26 jul. 2016.

Disponível em: <http://www.nytimes.com/2016/07/27/health/who-transgender-medical-disorder.html?_r=0> Acesso em: 20 jan. 2018.

BELLUZZO, Regina Celia Baptista et al. Information literacy: um indicador de competência para a formação permanente de professores na sociedade do conhecimento. **Educação Temática Digital**, Campinas, v.6, n.1, p.81-99, dez. 2004. Disponível em:

<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/1004/1019>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista; FERES, Glória Georges.

Inteligência, criatividade e competência em informação: uma articulação necessária no contexto social contemporâneo. In: ALVES, Fernanda Maria Melo; CORRÊA, Elisa Delfini; LUCAS, Elaine Rosângela de Oliveira (Org.). **Competência em informação: políticas públicas, teoria e prática**. 1. ed. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2016, v. 1, p. 1-29.

BENTO, Berenice. NA ESCOLA SE APRENDE QUE A DIFERENÇA FAZ A DIFERENÇA. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549, jan. 2011. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2011000200016>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

BENTO, Berenice. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal (versão eletrônica). **Contemporânea**: Revista de Sociologia da UFSCar, v. único, p. 165-183, 2014. Disponível em: <<http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/viewFile/197/101>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. Sobre a fenomenologia. In: BICUDO, Maria Aparecida Viggiani; ESPOSITO, Vitória Helena Cunha (Orgs.). **Pesquisa qualitativa em educação**: um enfoque fenomenológico. Piracicaba: Unimep, 1994. p. 15-21.

BOLÍVAR, Antonio. **Profissão Professor**: o itinerário profissional e a construção da escola. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

BOULDING, Elise. Las mujeres y la violencia social. In: **La Violencia y sus Causas**. JOXE, Alain (Org.). Paris: Unesco, 1981. p. 265-279.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

BOWLBY, John. **A secure base**: Parent-child attachment and healthy human development. New York: Basic Books, 1988.

BRANDÃO, Zaia. A dialética micro/macro na sociologia da educação. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, n. 113, p. 153-165, jul. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742001000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 jan. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 jan. 2018.

BRASIL. **Aspectos Conceituais da Vulnerabilidade Social**. Brasília, 2007. Disponível em <http://www3.mte.gov.br/observatorio/sumario_2009_TEXTOV1.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2018.

BRASIL. CIDADANIA E JUSTIÇA. **Declaração Universal dos Direitos Humanos garante igualdade social**. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2009/11/declaracao-universal-dos-direitos-humanos-garante-igualdade-social>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

BRITO, Raquel Cardoso; KOLLER, Sílvia Helena. Desenvolvimento humano e redes de apoio social e afetivo. In: CARVALHO, Alysson Massote (Org.). **O mundo social da criança: natureza e cultura em ação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

BRUCE, Christine Susan. **Information literacy as a catalyst for educational change: A Background Paper**. Paper commissioned for UNESCO, 2002. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10150/106385>> Acesso: em 14 dez. 2017.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 236p. (Sujeito e história).

BUZATO, Marcelo El Khouri. Letramento digital abre portas para o conhecimento. **EducaRede**, 11 mar. 2003.

CABRAL, Muniz Sodré de Araújo. Por um conceito de Minoria. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (Orgs.). **Comunicação e Cultura das Minorias**. 1 ed. São Paulo: Paulus, v.1, 2005.

CALHOUN, C. (Org.). **Social theory and the politics of identity**. Oxford: Blackwell, 1994.

CAMPELLO, Bernadete. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v.32, n.3, p.28-37, set./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v32n3/19021.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

CARDOSO, Claudia Lins. Um estudo fenomenológico sobre a vivência de família: com a palavra, a comunidade. **Psicol. clin.**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 214, 2008.

Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652008000100015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 set. 2016.

CARRETEIRO, Tereza Cristina. “A doença como projeto” – Uma contribuição à análise de formas de afiliações e desafiações sociais. In: SAWAIA, Bader Burihan. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 89-97.

CARVALHO, Mario; CARRARA, Sérgio. Em direito a um futuro trans?: contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. **Sex., Salud Soc.**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 319-351, ago. 2013. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872013000200015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 jan. 2018.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 698 p.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. 271 p.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006. 530 p.

CENDÓN, Beatriz Valadares; COSTA, Maria Elizabeth de Oliveira. Programas de Formação de Usuários para o Desenvolvimento de Competências Informacionais. In: Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, 17, 2012, Gramado, RS. **Anais... Anais do Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias**, Gramado, 2012.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Repressão sexual: essa nossa (des)conhecida**. São Paulo: Círculo do Livro, 1990. 223 p

COACCI, Thiago. DO HOMOSSEXUALISMO À HOMOAFETIVIDADE: DISCURSOS JUDICIAIS BRASILEIROS SOBRE HOMOSSEXUALIDADES, 1989 - 2012. **Sex., Salud Soc.** (Rio J.), Rio de Janeiro, n. 21, p. 53-84, dez. 2015. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872015000300053&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 jan. 2018.

COLTRO, Alex. A fenomenologia: um enfoque metodológico para além da modernidade. **Caderno de pesquisas em administração**, São Paulo, v. 1, n. 11, 2000. Disponível em: <<http://www.regeusp.com.br/arquivos/C11-art05.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (COM). **COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO CONSELHO, AO PARLAMENTO EUROPEU, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES. RELATÓRIO CONJUNTO SOBRE A INCLUSÃO SOCIAL que sintetiza os resultados da análise dos Planos de Acção Nacionais para a Inclusão Social (2003-2005)**. Disponível em: <<http://ftp.infoeuropa.euroid.pt/files/database/000021001-000022000/000021837.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

COOPER, Tori. **Inclusão de Transgêneros**. 2017. Disponível em: <<https://hptn.org/sites/default/files/inline-files/Transgender%20Inclusion-PT-Tori%20Cooper.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

COPE, Jonathan. Information Literacy and Social Power. In: ACCARDI, Maria; DRABINSKI, Emily; KUMBIER Alana. (Eds.). **Critical Library Instruction: Theories and Methods**. Duluth, Minn: Library Juice Press, 2010. Disponível em: <https://academicworks.cuny.edu/cgi/viewcontent.cgi?referer=https://www.google.com.br/&httpsredir=1&article=1009&context=si_pubs>. Acesso em: 20 jan. 2018.

CORREA, Carolina Salomão; SOUZA, Solange Jobim e. Violência e vulnerabilidades: os jovens e as notícias de jornal. *Fractal*, **Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 461-486, dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922011000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 out. 2017.

COSTA, Leticia Graziela; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. A rede de apoio social de jovens em situação de vulnerabilidade social. In: LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra; KOLLER, Silvia Helena (Eds.),

Adolescência e juventude: Risco e proteção na realidade brasileira (p. 219-263). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

CUNHA, Miriam Figueiredo Vieira da. O papel social do bibliotecário. **Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação.** Florianópolis, n. 15, jan./jun. 2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewFile/1518-2924.2003v8n15p41/5234>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

CUNHA, Renata Cristina da. A pesquisa narrativa: uma estratégia investigativa sobre o ser professor. In: V ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA UFPI, 5., 2009, Teresina. **Anais...** Teresina: EDUFPI, 2009. Disponível em <http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/evento2009/GT.2/35_Renata%20Cristina%20da%20Cunha.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2018.

CURY, Maria Catarina; RIBEIRO, Maria Solange Pereira; OLIVEIRA, Nirlei Maria. Bibliotecário universitário: representações sociais da profissão. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 11, n. 1, p. 1-8. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/1133>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

DARTIGUES, André. **O que é a fenomenologia?** São Paulo: Centauro, 2008.

DAVIDOFF, Linda L. **Introdução a psicologia.** 3. ed. São Paulo: Makron Books, 2001.798p.

DE JESUS, Jaqueline Gomes. **Orientações sobre Identidade de Gênero:** Conceitos e Termos. 2. ed. 2012. Disponível em: <<http://www.diversidadesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/GÊNERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

DE JESUS, Jaqueline Gomes; ALVES, Hailey. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. **Revista Cronos**, [S.l.], v. 11, n. 2, nov. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/2150>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

DE LUCCA, Djuli Machado. **A Dimensão Política da Competência Informacional**: Um estudo a partir das necessidades informacionais de idosos. 2015. 287 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em:
<<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/158842/37185.pdf;sequence=1>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

DEMO, Pedro. **POBREZA POLÍTICA (POBREZA HUMANA)**. 2010. Disponível em:
<<http://www.fundacaosintaf.org.br/arquivos/File/Pobreza%20Politica%20-%20Pedro%20Demo.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2018.

DESLAURIERS, Jean-Pierre; KÉRISIT, Michèle. O delineamento da pesquisa qualitativa. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 127-153. p. 127-153.

DIVERSUS – CONSULTORIA EM DIVERSIDADE. **O que é identidade de gênero**. 2017. Disponível em:
<<https://www.facebook.com/diversusconsultoria/photos/a.1092269864188873.1073741828.1039785252770668/1454127384669784/?type=3&theater>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

DUCLOS, Jean-Yves. **Vulnerability and poverty: a few distinctions**. 2002. Disponível em: <<https://www.pep-net.org/sites/pep-net.org/files/typo3doc/pdf/I-vulnerability-poverty-duclos.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2017.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana; FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto; FERRARI, Adriana Cybele. Competência Informacional e Midiática: uma revisão dos principais marcos políticos expressos por declarações e documentos. **RBBB. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, p. 213-253, jan. 2017. ISSN 1980-6949. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/675>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. 3. ed. Traduzido por Paulo Neves. São Paulo: Martin Fontes, 2007.

DUTRA, Elza. A narrativa como uma técnica de pesquisa fenomenológica. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 7, n. 2, p. 371-378, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v7n2/a18v07n2.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

DZIEKANIAK, Gisele; ROVER, Aires. Sociedade do conhecimento: características, demandas e requisitos. **DataGramZero**, v. 12, n. 5, out. 2011.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?** Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FACCHINI, Regina. Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro. **Bagoas**: revista de estudos gays, v.1, n.1. Natal: EDUFRN, 2009. Disponível em: <<http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/entre%20compassos%20e%20descompassos.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

FARIAS, Maria Giovanna Guedes; COSTA, Daysene de Araujo. Empoderamento e protagonismo social no setor de referência de bibliotecas universitárias. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 22, n. 50, p. 1-14, set. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2017v22n50p1/34686>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

FARIAS, Maria Giovanna Guedes; VARELA, Aida. A mediação da informação e o protagonismo social: experimentando a construção de um modelo em uma comunidade brasileira. **Investig. bibli**, México, v. 31, n. 73, p. 91-110, dez. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0187-358X2017000300091&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 20 jan. 2018.

FARIAS, Maria Giovanna Guedes. Mediação e competência em informação: proposições para a construção de um perfil de bibliotecário protagonista. **InCID**: Revista de Ciência da Informação e

Documentação, Ribeirão Preto, v. 6, n. 2, p. 106-125, set. 2015.

Disponível em:

<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/_repositorio/2015/12/pdf_103c48f3ca_0000017967.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2018.

FERNANDES, Antônio Teixeira. Conflitualidade e Movimentos Sociais. **Análise**

Social XXVIII, n. 123-124, 1993, p.787-828. Disponível em:

<<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223292608S8kUR1qx0Wa77QV4.pdf>> Acesso em: 20 jan. 2018.

FISCHER, Rosa Maria; FALCONER, Andrés Pablo. Desafios da parceria governo e terceiro setor. **Revista de Administração da USP - RAUSP**, São Paulo, v.33, n.1, p.12-19, jan./mar. 1998. Disponível em:

<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2508429/mod_resource/content/1/Fischer%20e%20Falconer%20%281998%29.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2018.

FITOUSSI, Jean-Paul; ROSANVALLON, Pierre. **A nova era das desigualdades**. Oeiras: Celta Editora, 1997.

FLICK, Uwe. A entrevista narrativa. In: _____ **Métodos qualitativos na investigação científica**. Lisboa: Monitor, 2005. p. 99-107.

FONTANELLA, Bruno Jose Barcellos et al. Amostragem em pesquisas qualitativas: proposta de procedimentos para constatar saturação teórica.

Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 388-394, fev. 2011.

Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2011000200020&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 jan. 2018.

FONTES, Virgínia. Apontamentos para pensar as formas de exclusão.

Proposta, Rio de Janeiro, v. 65, jun. 1995.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**.

Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FOUCAULT, Michel. **Historia da sexualidade II: o uso dos prazeres**.

7. ed. Rio de Janeiro: GRAAL, 1994. 232 p.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2002. 79 p.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: **História da sexualidade 1**: Ditos e Escritos IV: estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo; FREIRE, Isa Maria. **Introdução à Ciência da Informação**. João Pessoa: UFPB, 2009.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979. 102 p.

FREITAS, Ana Paula Araújo; SILVEIRA, Nícia Luíza Duarte da. Ética na pesquisa com seres humanos: aspectos a destacar para investigadores iniciantes. **Psicologia Argumento**, 26(52), 35-46, 2008. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/pa?dd1=1982&dd99=view&d98=pb>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

FURLANI, Jimena. Direitos humanos, direitos sexuais e pedagogia queer: o que essas abordagens têm a dizer à educação sexual? In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: UNESCO, 2009. p. 293-323. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001871/187191por.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

GANDRA, Tatiane Krempser; SIRIHAL DUARTE, Adriana Bogliolo. Estudos de usuários na perspectiva fenomenológica: revisão de literatura e proposta de metodologia de pesquisa. **Informação & Sociedade**: Estudos, v. 22, n. 3, p. 13-23, set./dez. 2012. Disponível em: <<http://bogliolo.eci.ufmg.br/downloads/ABSD%20e%20GANDRA%20Fenomenologia%20InfSoc.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

GARCIA, Isadora. Vulnerabilidade e resiliência. **Adolescência latinoamericana**, Porto Alegre: Cenespa – Centro de Estudos e Pesquisas em Adolescência, v. 2, n. 3, p. 128-130, abr. 2001.

GARRAFA, Volnei. Inclusão social no contexto político da bioética. **Rev. Bras. Bioética**, 1(2): p. 122-132, 2005. Disponível em: <<http://fri.bioetica.org/bibliografia/garrafa.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

GHANEM, Elie. As ONGs e a responsabilidade governamental com a escola básica no Brasil. **Pro-Posições**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 51-65, ago. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072012000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 jan. 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 333-361, ago. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782011000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 jan. 2018.

GOLDMAN, Lucien. **Dialética e cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GOMES, Henriette Ferreira. Mediação da informação e protagonismo social: relações com a vida ativa e ação comunicativa à luz de Hannah Arendt e Jürgen Habermas. In: GOMES, Henriette Ferreira; NOVO, Hildenise Ferreira. (Orgs.). **Informação e Protagonismo Social**. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2017, v. 1, p. 27-44.

GOMEZ, Maria Nélide Gonzalez de. Novas fronteiras tecnológicas das ações de informação: questões e abordagens. **Ciência da Informação**, [S.l.], v. 33, n. 1, jun. 2004. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1068>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

GONZALEZ, Leonise Verzoni. **COMPETÊNCIA INFORMACIONAL E EDUCAÇÃO DE USUÁRIOS: um estudo com alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CAp/UFRGS)**. In: Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, 17, 2012, Gramado, RS. **Anais** [recurso eletrônico]. Porto Alegre, 2012. Disponível em:

<<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/61050/000864668.pdf?sequence=>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

GORMAN, Robert A. **A visão dual: Alfred Schütz e o mito da ciência social fenomenológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

GROTBERG, Edith Handerson. **A guide to promoting resilience in children: strengthening the human spirit**. The Hague: The Bernard van Leer Foundation, 1995.

GUEDES, Roger de Miranda. Bibliotecas comunitárias e espaços públicos de informação. In: MOURA, Maria Aparecida. (Org.). **Cultura informacional e liderança comunitária: concepções e práticas**. 1 Ed. Belo Horizonte: Proex/UFMG, 2011, p. 75-79.

HORTON JR., Forest Woody. **Understanding information literacy: a primer**. Paris: UNESCO, 2008.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). **DECLARAÇÃO DE HAVANA: 15 ações de COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO/ ALFIN...** por um trabalho colaborativo e de criação de redes para o crescimento da competência em informação¹ no contexto dos países ibero-americanos. 2012. Disponível em: <<https://www.ifla.org/files/assets/information-literacy/publications/Declaration/Compet.Declara-de-Havana.2012.Portu-Brasil.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

INTERNATION FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). **Código de ética da IFLA para bibliotecários e outros profissionais da informação**. 2012b.

Disponível em:

<<http://www.ifla.org/files/assets/faife/codesofethics/portugueseofethicsfull.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

INSTITUTE OF MEDICINE (IOM). **Priority Areas for National Action: Transforming Healthcare Quality**. Washington, DC: The National Academies Press, 2003.

JESUS, Maria Cristina Pinto de et al. A fenomenologia social de Alfred Schütz e sua contribuição para a enfermagem. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 47, n. 3, p. 736-741, jun. 2013. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342013000300736&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 jan. 2018.

JESUS, Marisa S de. Implantação de bibliotecas comunitárias nos municípios do Estado da Bahia. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA EM INFORMAÇÃO, 7., 2007, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: CINFORM, 2007. Disponível em: <<http://www.cinform.ufba.br/>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

JODELET, Denise. Os processos psicossociais da exclusão. In: SAWAIA, Bader Burihan. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 55-67.

JOHNSTON, Bill; WEBBER, Sheila. As we may think: information literacy as a discipline for the information age. **Research Strategies**, v. 20, n. 3, p. 108-121, 2006. Disponível em: <ftp://ftp.inf.puc-rio.br/pub/docs/FomularioSolicitacoes/Johnston_As-we-may-think-Information-literacy-as-a-discipline-for-the-information-age_2005.pdf>Acesso em: 24 jan. 2018.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista narrativa. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 90-113.

JUNG, Carlos Fernando. **Metodologia Científica: Ênfase na Pesquisa Tecnológica**, 3. ed. 2003. Acesso em: <<http://www.ceset.unicamp.br/~epoleti/ST008/Metodologia%20F%20E1bio.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

KATZMAN, Ruben. **Vulnerabilidad, activos y exclusión social en Argentina y Uruguay**. Santiago de Chile, OIT- Ford. 1999.

KOLTAY, Tibor. **The media and the literacies: media literacy, information literacy, digital literacy**. Media, Culture & Society, v. 33, n. 2, p. 211-221, 2011.

LACERDA, Gustavo Marcel Filgueiras. **HANNAH ARENDT: A POLÍTICA E O DIREITO A TER DIREITOS**. 2011. 35 f. Monografia (Graduação em Filosofia) - Instituto Santo Tomás de Aquino, Belo

Horizonte, 2011. Disponível em: <<http://ista.edu.br/download-file/2014/02/MONOGRAFIA-GUSTAVO.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2017.

LAMARQUE, Gilles. **L'exclusion**. Paris: PUF, 1995.

LAU, Jesús. **Diretrizes sobre desenvolvimento de habilidades em informação para a aprendizagem permanente**. Boca Del Rio: IFLA, 2007. Tradução para o português por Regina Célia Baptista Belluzzo, jul. 2008. Disponível em: <<http://www.ifla.org/files/assets/information-literacy/publications/ifla-guidelines-pt.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2018.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

LINO, Tayane Rogéria et al. O Movimento de Travestis e Transexuais: Construindo o passado e tecendo presentes. **Anais do Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades**. Salvador, 2011. Disponível em: <<https://nugsexdiadorim.files.wordpress.com/2011/12/o-movimento-de-travestis-e-transexuais-construindo-o-passado-e-tecendo-presentes.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

LOJKINE, Jean. **A revolução informacional**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LOPES, Débora. **Quem a transfobia matou no Brasil em 2016?**. 2016. Disponível em: <https://www.vice.com/pt_br/article/qkbe7m/mortes-transfobia-2016>. Acesso em: 20 jan. 2018.

LIMA, Antonio Balbino Marçal (Org.). **Ensaio sobre fenomenologia: Husserl, Heidegger e Merleau-Ponty**. Ilheus: Editus, 2014.

MACEDO, Fernanda Maria Felício; BOAVA, Diego Luiz Teixeira; ANTONIALLI, Luiz Marcelo. A fenomenologia social na pesquisa em estratégia. **RAM, Rev. Adm. Mackenzie**, São Paulo, v. 13, n. 5, p. 171-203, out. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-69712012000500007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 jan. 2018.

MANIFESTO de Florianópolis sobre a competência em informação e as populações vulneráveis e minorias. In: CONGRESSO BRASILEIRO

DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. 25., **Anais...** Florianópolis: Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições. 2013. Não paginado. Disponível em: <http://www.lti.pro.br/userfiles/downloads/MANIFESTO_de_Florianopolis.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2018.

MARON, Willian Mac-Cormick. **A motivação**: De Maslow à Freud. 2015. Disponível em: <<http://www.santacruz.br/v4/download/gestao-em-foco/a-motivacao-de-maslow-a-freud.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

MARTELETO, Regina Maria; NÓBREGA, Nanci; MORADO, Denise. Cultura informacional: demarcações de uma linha de estudos de cultura, informação e sociedade. In: ALBAGLI, Sarita (Org.). **Fronteiras da Ciência da Informação**. Brasília: IBICT, 2013. p. 78-106.

MARTINS, Joel; BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. **A pesquisa qualitativa em psicologia**. São Paulo: Centauro, 2005.

MASLOW, Abraham H. **Motivation and personality**. 2. ed. New York: Harper & Row, 1970. 369 p.

MAYBEE, Clarence; FLIERL, Michael. Motivating learners through information literacy. **Libraries Faculty and Staff Scholarship and Research**, 2016. Disponível: <<https://pdfs.semanticscholar.org/e765/6750a0918f2af0453bcde7ba055097c1465.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Movimentos Sociais como *acontecimentos*: linguagem e espaço público. **Lua Nova**, São Paulo, n. 72, p. 115-142, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n72/a05n72.pdf>> Acesso em: 20 jan. 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 9-29.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002. 288 p.

MONTEIRO, Maria Margarida Meneses de Carvalho Finuras. **A literacia em saúde**. 2009. 103 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Ciências da Educação, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2009. Disponível em: <<http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/1161/A%20literacia%20em%20sa%c3%bade.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

MOREIRA, Virginia. O método fenomenológico de Merleau-Ponty como ferramenta crítica na pesquisa em psicopatologia. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 17 (3), p. 447-456, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v17n3/a16v17n3.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

MORIGI, Valdir José; SILVA, Magali Lippert da. Paradigma tecnológico e representações sociais dos bibliotecários sobre seu perfil e suas práticas no contexto da sociedade da informação. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 15, n. 1, 2005. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/55/1525>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

MOLEIRO, Carla; PINTO, Nuno. Sexual orientation and gender identity: review of concepts, controversies and their relation to psychopathology classification systems. **Frontiers In Psychology**, 6, 2015. Disponível em: <<http://journal.frontiersin.org/article/10.3389/fpsyg.2015.01511/full>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

MONTEIRO, Simone Rocha da Rocha Pires. O marco conceitual da vulnerabilidade social. In: SEMINÁRIO DE POLÍTICAS SOCIAIS DO MERCOSUL, 3., 2011, Pelotas. **Anais...** Pelotas, SEPOME, 2011.

MUYLAERT, Camila Junqueira et al. Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 48, n. spe., p. 184-189, dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342014000800184&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 jan. 2018.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. Modernidade ética: um desafio para vencer a lógica perversa da nova exclusão. **Proposta**, Rio de Janeiro, v. 65, jun. 1995.

OLIVEIRA, Lidiane Duarte; ROCHA-PINTO, Sandra Regina da. **A importância do trabalho voluntário no desenvolvimento de competências do estudante**. 2010. Disponível em: <http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2010/relatorios/ccs/adm/ADM-Lidiane%20Duarte%20Silva%20de%20Oliveira.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2018.

OLIVEIRA, Anna Cynthia; HADDAD, Sérgio. As organizações da sociedade civil e as ONGs de educação. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, n. 112, p. 61-83, mar. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742001000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 jan. 2018.

ORELO, Eliane Rodrigues Mota; VITORINO, Elizete Vieira. Competência informacional: um olhar para a dimensão estética. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 17, n. 4, 2012. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/17838>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)**. 1949. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Educação em Matéria de Direitos Humanos e Tratados de Direitos Humanos**. Lisboa: ONU, 2002. Disponível em: <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/Serie_Decada_2.pdf> Acesso em: 26 set. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transforming our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development**. 2015. Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/21252030%20Agenda%20for%20Sustainable%20Development%20web.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Educação e aprendizagem para todos: olhares dos cinco continentes**. Brasília: UNESCO, 2009.

Disponível em:

<http://www.unesco.org/fileadmin/MULTIMEDIA/INSTITUTES/UII/confintea/pdf/Preparatory_Conferences/Conference_Documents/Latin_America_-_Caribbean/confinteavi_olhares_5_continentes.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Media and Information**

Literacy: Media and Information Literacy. Paris, 2013. Disponível em:

<<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002256/225606e.pdf>> Acesso em: 23 jan. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Resposta do Setor de**

Educação ao bullying homofóbico. Brasília: UNESCO, 2013b. 60 p.

Disponível em:

<<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002213/221314por.pdf>>.

Acesso em: 20 jan. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Riga Recommendations on**

Media and Information Literacy in a Shifting Media and

Information Landscape. São Paulo: Unesco, 2016. Disponível em:

<http://www.unesco.org/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/Events/riga_recommendations_on_media_and_information_literacy.pdf>.

Acesso em: 20 jan. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Media and Information**

Literacy: Reinforcing Human Rights, Countering Radicalization and

Extremism. Paris: Unesco, 2016b. Disponível em:

<<http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002463/246371e.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **Health Promotion Glossary**. 1998.

Disponível em:

<<http://www.who.int/healthpromotion/about/HPR%20Glossary%201998.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **The solid facts:** palliative care. Geneva: World Health Organization, 2004. Disponível em:

<http://www.euro.who.int/__data/assets/pdf_file/0003/98418/E82931.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2018.

OTTONICAR, Selma Letícia Capinzaiki; VALENTIM, Marta Lígia Pomim; FERES, Glória Georges. Competência em informação e os contextos educacional, tecnológico, político e organizacional. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, [S.l.], v. 9, n. 1, p. 124-142, out. 2015. Disponível em:

<<http://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/15343>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

PALUDO, Simone dos Santos; KOLLER, Silvia Helena. Inserção ecológica no espaço da rua. In: KOLLER, Silvia Helena (Ed.), **Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil** (p.123-154). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

PARANÁ (Estado). SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA. DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO - DEPEN. **CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS**. Disponível em:

<http://www.depen.pr.gov.br/arquivos/File/Cidadania_e_Direitos_Humanos.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2018.

PEIXOTO, Cláudia Carneiro; LOBATO, Anderson Orestes Cavalcante. Pensar a cidadania em Hannah Arendt: direito a ter direitos. In: LONDERO, Josirene Candido; BIRNFELD, Carlos André Hüning. (Orgs.). **Pensar a cidadania em Hannah Arendt: direito a ter direitos**. 1. ed. Rio Grande: Editora da Furg, 2013, v. 1, p. 51-69. Disponível em: <http://www.direito.furg.br/images/stories/LIVROS/DIREITOS_SOCIAIS_FUNDAMENTAIS/04Peixoto2013_DSF.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2018.

PERES, Wiliam Siqueira. Cenas de exclusões anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira. In: JUNQUEIRA,

Rogério Diniz (Org.). **Diversidade sexual na educação:** problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. p. 235-263. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001871/187191por.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

PEREIRA Fernando Antonio de Melo; QUEIROS, Alinne Pompeu Cunha de. A consolidação da pesquisa social qualitativa: um aporte teórico. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 12., n. 132, p. 65-72, jul. 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/download/14729/9455>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

PERUCCHI, Juliana. Dos estudos de gênero às teorias queer: desdobramentos do feminismo e do movimento LGBT na psicologia social [Trabalho completo]. In Associação Brasileira de Psicologia Social (Org.), **Anais...** Maceió: ABRAPSO, 2009. Disponível em: <http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/627.%20dos%20estudos%20de%20g%C3%A3nero%20%C0s%20teoria%20queer.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2018.

PINHEIRO, Débora Patrícia Nemer. A resiliência em discussão. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 9, n. 1, p. 67-75, abr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722004000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 jan. 2018.

PINKER, Steven. **How the mind works**. 1. ed. London: Penguin Books, 1998. 660p.

PIRES, Erik André de Nazaré. O bibliotecário como agente transformador social: sua importância para o desenvolvimento da sociedade informacional através da disseminação da informação. In: XV ENCONTRO REGIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, CIÊNCIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO - EREBD N/NE, 2012, Juazeiro do Norte. **Anais eletrônicos...** Juazeiro do Norte, 2012. v. 3. p. 1-15. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/moci/article/view/2202>> Acesso em: 20 jan. 2018.

PITANGUY, Jacqueline. Gênero, cidadania e Direitos Humanos. In:

BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (Orgs.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2002.

QUEMELO, Paulo Roberto Veiga et al. Literacia em saúde: tradução e validação de instrumento para pesquisa em promoção da saúde no Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, 2017.

Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2017000204001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 jan. 2018.

RAWLS, John. **Justiça como equidade**: uma reformulação. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 306p.

REDE TRANS BRASIL. **Dossiê**: a geografia dos corpos das pessoas trans. 2017. Disponível em:

<http://redetransbrasil.org/uploads/7/9/8/9/79897862/redetransbrasil_dossier.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2018.

REYES, Paulo. **Quando a rua vira corpo**. São Leopoldo: Unisinos, 2005.

RIOS, Roger Raupp. Direitos sexuais, uniões homossexuais e a decisão do Supremo Tribunal Federal (ADPF nº 132-RJ e ADI 4.277). In: RIOS, Roger Raupp; GOLIN, Célio; LEIVAS, Paulo Gilberto Logo (Orgs.). **Homossexualidade e direitos sexuais**: reflexões a partir da decisão do STF. Porto Alegre: Sulina, 2011. p. 69-113.

RODRIGUES, Eduardo Vitor *et al.* **A Pobreza e a Exclusão Social**: Teorias, Conceitos e Políticas Sociais em Portugal. Sociologia, Porto, n. 9, p. 63-101, 1999. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/8578/2/1468.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2017.

RODRIGUÉZ, Ana Maria Mujica. **Experiências de atenção à saúde e percepções das pessoas transgênero, transexuais e travestis sobre os serviços públicos de saúde em Florianópolis/SC, 2013-2014**.

2014.183f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-graduação em em Saúde Pública, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014. Disponível em:

<<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/129499/329251.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

SAN FRANCISCO PUBLIC LIBRARY. **James C. Hormel LGBTQIA Center - 3rd Floor**. 2018. Disponível em: <<http://sfpl.org/index.php?pg=0200002401&sl=1>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

SANDERS, Patricia. Phenomenology: a new way of viewing organizational research. **Academy of Management Review**, Nova Iorque (EUA), v. 7, n. 3, p. 353-360, jul. 1982.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 8. ed. Porto: Afrontamento, 1996.

SANTOS, Camila Araújo dos. **Competência em Informação na formação básica dos estudantes da Educação Profissional e Tecnológica**. 2017. 287 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita - Campus de Marília, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/santos_ca_do.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2018.

SANTOS, Liara Gomes dos; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Adoção e incorporação de teorias das Ciências Sociais pela Ciência da Informação na perspectiva dos conceitos trabalhados por Gernot Wersig. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 21, n. 2, 2011, p. 35-47. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/4730/5961>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada: ensaio de fenomenologia ontológica**. Tradução de Paulo Perdígão. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

SAWAIA, Bader. Identidade – Uma ideologia separatista? In: SAWAIA, Bader Burihan. **As artimanhas da exclusão: análise**

psicossocial e ética da desigualdade social. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 121-129.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais**: um ensaio de interpretação sociológica. 3. ed. Florianópolis: UFSC, 1989.

SCHUTZ, Alfred. **Fenomenologia e relações sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SEFFNER, Fernando; PASSOS, Amilton Gustavo da Silva. Uma galeria para travestis, gays e seus maridos: Forças discursivas na geração de um acontecimento prisional. **Sex., Salud Soc.** (Rio J.), Rio de Janeiro, n. 23, p. 140-161, ago. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872016000200140&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 jan. 2018.

SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE (SNS). **Literacia em Saúde**. 2016. Disponível em: <<https://www.sns.gov.pt/noticias/2016/11/15/estrategia-nacional-para-a-literacia-em-saude/>>. Acesso em: 20 jan. 2018

SILVA, Ana Claudia Perpétuo de Oliveira da. A interação com o entrevistado na coleta de narrativas para a composição do Discurso do Sujeito Coletivo: vivências de pesquisadora. **Revista ACB**, [S.l.], v. 17, n. 1, p. 118-134, dez. 2011. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/820/pdf_75>. Acesso em: 20 jan. 2018.

SILVA, Bruno de Brito; CERQUEIRA-SANTOS, Elder. Apoio e suporte social na identidade social de travestis, transexuais e transgêneros. **Rev. SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 15, n. 2, p. 27-44, dez. 2014. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702014000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 jan. 2018.

SILVA, Denise Guerreiro Vieira da; TRENTINI, Mercedes. Narrativas como técnica de pesquisa em enfermagem. **Revista Latino-am Enfermagem**, São Paulo (SP), v. 10, n. 3, p. 423-432, maio/jun. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlae/v10n3/13352.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

SILVA, Helena et al. A inclusão digital e educação para a competência informacional: uma questão de ética e cidadania. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 34, n. 1, p. 28-36, jan./abr, 2005. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/3418/1/a04v34n1.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

SILVA, Rodrigo Gonçalves Lima Borges da; BEZERRA, Waldez Cavalcante; QUEIROZ, Sandra Bomfim de. Os impactos das identidades transgênero na sociabilidade de travestis e mulheres transexuais. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 26, p. 364-372, 2015. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/88052/109664>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

SILVEIRA, Henrique Flávio Rodrigues da. Um estudo do poder na sociedade da informação. **Ciência da Informação**, [S.l.], v. 29, n. 3, dez. 2000. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/875/909>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

SORENSEN Kristine et al. Health literacy and public health: a systematic review and integration of definitions and models. **BMC Public Health**, v. 12, n. 80, 2012. Disponível em: <<https://bmcpublikealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/1471-2458-12-80>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

SUESS, Aimar. Análisis del panorama discursivo al redor de la despatologización trans: procesos de transformación de los marcos interpretativos en diferentes campos sociales. In: MISSÉ, Miquel; COLL-PLANAS, Gerard (ed.). **El género desordenado– críticas en torno a la patologización de la transexualidad**. Barcelona, Madrid: EGALES, 2010.

THOMPSON, Kelly J. **Where’s the “T”? : Improving Library Service to Community Members Who Are Transgender-Identified**. 2012. Disponível em: <<http://ir.uiowa.edu/bsides/22/>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). CEPESH. Dúvidas frequentes. **Quando apresentar um projeto ao CEPESH-UFSC?**. 2018a. Disponível em: <<http://cep.ufsc.br/duvidas>>

frequentes/quando-apresentar-um-projeto-ao-cep/>. Acesso em: 20 jan. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). Missão, Visão e Valores. 2018b. Disponível em: <<http://estrutura.ufsc.br/missao/>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

VARELA, Aida Varela. A explosão informacional e a mediação na construção do conhecimento. In: MIRANDA, Antônio, SIMEÃO, Elmira (orgs.). **Alfabetização digital e acesso ao conhecimento**. Brasília, DF: Universidade de Brasília (UnB). Departamento de Ciência da Informação e Documentação, 2006. (Série Comunicação da Informação Digital, v. 4).

VARELA, Aida; BARBOSA, Marilene Lobo Abreu. The complexity of finding information in collaborative information systems: cognitive needs. In: CURRÁS, E.; LLORET ROMERO, N. (Orgs.). **Systems science and collaborative information systems: theories, practices and new research**. Hershey: IGI Global, 2012, v. 1, p. 87-120.

VERGARA, Sylvia Constant; FERREIRA, Victor Cláudio Paradelo. Representação social de ONGs segundo formadores de opinião do município do Rio de Janeiro. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 5, p. 1137-59, set./out. 2005. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/6582/5166>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. Competência informacional – bases históricas e conceituais: construindo significados. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 38, n. 3, p. 130-141, set/dez. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v38n3/v38n3a09.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. Dimensões da Competência Informacional (2). **Ci. Inf.**, Brasília, v. 40, n. 1, p. 99-110, abr. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652011000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 jan. 2018.

VITORINO, Elizete Vieira. Competência em informação: relatório de pesquisa realizada com os dirigentes de bibliotecas de Instituições de

Educação Superior do Sul do Brasil. In: ALVES, Fernanda Maria Melo; CORRÊA, Elisa Cristina Delfini; LUCAS, Elaine Rosângela de Oliveira (Orgs.). **Competência em informação**: políticas públicas, teoria e prática. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2016, p. 387-407.

XIBERRAS, Martine. **Les théories de l'exclusion**. Paris: Méridiens Klincksieck, 1993.

XIMENES, Daniel de Aquino. Vulnerabilidade social. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana Cancelli; VIEIRA, Livia Fraga. **DICIONÁRIO**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. Disponível em: <<http://www.gestrado.net.br/pdf/235.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2018.

ZILLES, Urbano. A fenomenologia husserliana como método radical. In: HUSSERL, Edmund. **A crise da humanidade europeia e a filosofia**. 2 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/edipucrs/digitalizacao/colecaofilosofia/crisedahumanidade.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2016.

ZURKOWSKI, Paul G. **Information services environment relationships and priorities**. Related Paper n. 5. Washington, D.C: National Commission on Libraries and Information Science, 1974. Disponível em: <<http://files.eric.ed.gov/fulltext/ED100391.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2017.

WANDERLEY, Mariângela Belfiore. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, Bader Burihan. **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 17-27.

WERSIG, Gernot; NEVELING, Ulrich. The phenomena of interest to information science. **The information scientist**, v.9, n.4, 1975.

WILSON, Anthea. A guide to phenomenological research. **Art & science**. Research series: 8, april 22, v. 29, no 34, p. 38-43, 2015. Disponível em: <<http://journals.rcni.com/doi/pdfplus/10.7748/ns.29.34.38.e8821>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

WORLD ASSOCIATION FOR SEXUAL HEALTH (WAS).
DECLARAÇÃO DOS DIREITOS SEXUAIS. 2014. Disponível em:
<<http://www.worldsexology.org/wp-content/uploads/2013/08/DSR-Portugese.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2017.

**APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E
ESCLARECIDO (TCLE)**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA
INFORMAÇÃO

**Título da pesquisa: COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO DE
MINORIAS SOCIAIS A PARTIR DAS NECESSIDADES DE
INFORMAÇÃO DAS PESSOAS TRANSGÊNERO,
TRANSEXUAIS E TRAVESTIS²⁴**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(TCLE)**

Eu,

_____, estou sendo convidado (a) para participar, como voluntário (a), em uma pesquisa que tem como título **COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO DE MINORIAS SOCIAIS A PARTIR DAS NECESSIDADES DE INFORMAÇÃO DAS PESSOAS TRANSGÊNERO, TRANSEXUAIS E TRAVESTIS**. Fui esclarecido (a) sobre o objetivo da pesquisa que é investigar as necessidades de informação das pessoas trans na região de Florianópolis, Santa Catarina, como alicerce para o desenvolvimento da competência em informação destas pessoas. Trata-se de um tema pouco explorado, no entanto, tal pesquisa permitirá visibilidade e discussões importantes para a área e para a sociedade. Além disso, cabe ressaltar que a pesquisa está pautada na Resolução 466/2012 de acordo com o CNS (Conselho Nacional de Saúde).

Gostaríamos de convidá-lo (a) para participar desta pesquisa,

²⁴ Inicialmente, este era o nome da pesquisa, entretanto, após as contribuições feitas na banca de qualificação deste estudo, optou-se por alterar o título.

respondendo um questionário de caracterização de dados sociodemográficos e uma entrevista que terá duração de aproximadamente uma hora, a ser realizada na Associação dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade (ADEH), na cidade de Florianópolis, Santa Catarina, a ser combinado com o pesquisador. Caso esteja de acordo em participar desta pesquisa, para o registro das entrevistas será utilizado um gravador e uma câmera, e o pesquisador fará, posteriormente, a transcrição da gravação. A entrevista será gravada em áudio ou em vídeo, caso esteja de acordo. Essas gravações serão visualizadas somente por pesquisadores da UFSC envolvidos no desenvolvimento desta pesquisa, sendo que não sairão das dependências da Universidade.

Esclarecemos que não é obrigatório responder a todas as perguntas e, se desejar, é possível desistir de participar da pesquisa a qualquer momento (antes, durante ou depois de já ter aceitado participar dela ou de já ter feito a entrevista), sem ser prejudicado (a) por isso. A gravação da entrevista também poderá ser recusada, se assim for necessário. Aponta-se que os riscos da pesquisa serão mínimos e o pesquisador segue os preceitos éticos de pesquisa. Porém, os riscos possíveis poderão implicar em possível exposição de recordações/vivências delicadas ou desagradáveis que podem levar a algum desconforto emocional. Há também o risco da quebra de sigilo, algo que é contra o interesse ético da pesquisa, visto que os pesquisadores serão os únicos a ter acesso aos dados e tomarão todas as providências necessárias para manter o sigilo, mas sempre existe a remota possibilidade da quebra do sigilo, mesmo que involuntário e não intencional. Em contrapartida, os benefícios se encontram na visibilidade do tema tratado e como forma de apoio social. O pesquisador buscará agir da forma mais empática e solícita possível.

A qualquer tempo, poderão ser solicitadas informações sobre a pesquisa, sendo assegurado o direito de acesso às informações coletadas e aos resultados obtidos, bem como o acesso integral ao registro do consentimento, sempre que solicitado. Esse pedido pode ser feito pessoalmente, antes, durante ou depois da entrevista, a partir dos contatos do pesquisador que constam no final deste documento. Sua identidade não será revelada em momento algum, por nome ou qualquer outra forma. Sua participação é voluntária e você não terá nenhuma despesa advinda da sua participação na pesquisa, bem como pagamento. A legislação brasileira não permite que você tenha qualquer compensação financeira pela sua participação em pesquisa, mas você será ressarcido caso se sinta lesado de alguma forma pelas despesas de

desconforto ou desgaste emocional, previstas no projeto. Caso alguma despesa extraordinária associada à pesquisa venha a ocorrer, você será ressarcido nos termos da lei.

Duas vias deste documento estão sendo rubricadas e assinadas por você e pelo pesquisador responsável. Guarde cuidadosamente a sua via, pois é um documento que traz importantes informações de contato e garante os seus direitos como participante da pesquisa. Caso tenha algum prejuízo material ou imaterial em decorrência da pesquisa, você poderá solicitar indenização, de acordo com a legislação vigente e amplamente consubstanciada. Caso após a entrevista, se percebida a mobilização de emoções que necessitem de acompanhamento psicoterapêutico, você poderá ser encaminhado ao Serviço de Atenção Psicológica da Universidade Federal de Santa Catarina (SAPSI/UFSC), a fim de garantir atendimento psicológico.

Você poderá entrar em contato com o pesquisador Guilherme Goulart Righetto pelo telefone: (48) 99966-3371, e-mail: righetto@live.com ou rgthto@gmail.com, endereço profissional: Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Centro Ciências da Educação, Bloco B sala 105, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Campus Professor João David Ferreira Lima - Trindade - Florianópolis - Santa Catarina - Brasil - CEP 88.040-900.

Você também poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSC (CEPSH) pelo telefone: (48) 3721-6094, e-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br, ou pessoalmente, na Rua Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401, Trindade, Florianópolis/SC - Prédio da Reitoria II. CEP 88.040-400. O CEPSH é um órgão colegiado interdisciplinar, deliberativo, consultivo e educativo, vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina, mas independente na tomada de decisões, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Assim,

Eu,

_____, abaixo assinado, concordo em participar desse estudo como sujeito. O pesquisador Guilherme Goulart Righetto é o responsável em fornecer as devidas informações e os esclarecimentos sobre o tema e o objetivo da pesquisa, assim como a maneira como ela será feita e os benefícios e os possíveis riscos decorrentes da participação. Você receberá a garantia de retirada do consentimento a qualquer momento, sem que isto traga qualquer prejuízo. Assinando o consentimento, você estará de acordo que o material e as informações relacionadas à sua pessoa poderão ser

utilizados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras ou periódicos científicos, não sendo identificado (a) por nome ou qualquer outra forma.

Quanto ao registro das informações da entrevista por meio de gravação de voz ou vídeo, você:

() Autoriza a gravação.

() Não autoriza a gravação.

Local e data: _____

Nome por extenso: _____

Assinatura do (a) participante: _____

Assinatura do pesquisador: _____

Contatos:

Pesquisador principal: Guilherme Goulart Righetto

E-mail: righetto@live.com / rghetto@gmail.com

Telefone: (48) 99966-3371

Pesquisador responsável: Elizete Vieira Vitorino, Dra.

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina

Endereço: R. Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401, Trindade, Florianópolis/SC - Prédio da Reitoria II. CEP 88.040-400

Telefone: (48) 3721-6094 E-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br

APÊNDICE B – Tópico inicial da narração

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA
INFORMAÇÃO**

Campus Universitário - Trindade - 88040-970 Florianópolis, SC
Telefone: (048) 3721-4189

TÓPICO INICIAL DA NARRAÇÃO

Peço, por gentileza, que você me conte suas experiências cotidianas como pessoa trans. Um modo de começar é me contando sua história pessoal, quais são as suas necessidades de informação, as atividades praticadas no dia-a-dia, como são suas relações sociais e afetivas (incluindo familiares, amigos, comunidade em que vive, ambiente de trabalho, etc.), como você se vê como ser humano e membro da sociedade e como quer que o(a) vejam na sociedade.

Elementos que constituíram o cenário:

- Como busca por informações básicas no dia-a-dia;
- Acesso à saúde, informação e educação como membro da comunidade trans;
- Uso e registro do nome social;
- Relações sociais e afetivas;
- Preconceito;
- Discriminação;
- Violência;
- Oportunidades de trabalho e estudos ou a falta destes;
- Qualidade de vida;
- Apoio externo.

APÊNDICE C – Narrativas transcritas

Narradora A: *Ok, vamos lá. Vou iniciar pelo clássico, né... pelo início, como eu busco informações básicas no dia-a-dia. Então, na maioria das vezes é via internet. Muitas poucas vezes eu tento buscar por outros mecanismos, até porque geralmente é quando eu tenho que ir em algum espaço para receber essas informações, por exemplo, questões de leis, questões, é... Eu sempre tento me basear no que eu tenho acesso à internet, por busca própria, e acontece muito também de eu receber informações que elas acabam aparecendo, o Facebook pra mim é uma ferramenta de trabalho foda, né... Eu, sinceramente, o meu Facebook, ele é minha ferramenta de trabalho e ele é uma bolha, como todo o Facebook, eu acredito, de todas as pessoas. Mas, assim, tem lá dentro as pessoas que compartilham mais ou menos do mesmo pensamento, então a gente acaba sempre circulando mais ou menos as mesmas notícias ou as notícias de interesse comum, então, é isso, nada além. Fora isso, é, sites, fóruns, grupos, WhatsApp, a gente compartilha muita informação no WhatsApp, a gente tem alguns grupos que são de lideranças, eu não gosto deste nome, mas enfim... que são voltados à lideranças LGBT e daí a gente troca informações, dialoga, vê quem pode ajudar naquele momento e são vários profissionais, então a gente consegue receber informações, assim, de tudo. [...] A troca de informações sempre ocorre [...] sempre ocorre em lideranças, porque na verdade quando a gente fala de pessoas que estão junto, mesmo heterossexuais, elas estão junto, indiferente da orientação sexual ou então identidade de gênero, mas assim, de fora mesmo, tive algumas experiências mas foram raríssimas, assim, tipo... mas o problema é o seguinte, assim, ó, e eu vejo isso como um agravante: o fato de eu ser uma pessoa que as pessoas conhecem, entende? Então, isso facilita? Facilita, muito. Mas eu sei que eu ir num lugar e uma outra pessoa trans ir no mesmo lugar tem uma diferença, assim, gritante. Então, é, eu não saberia lhe dizer se essa pessoa que passa informação ou que passou informação, ela passaria da mesma forma que passou pra mim, então, é, eu acho que seria injusto eu dizer que sim, que é de boa, quando na verdade a gente sabe que a realidade não é essa. [...] e quanto à hostilidade antes de ser uma pessoa conhecida [...] tinha, muita... total, em diversos campos, assim, tipo, qualquer campo, até de tu ir numa farmácia, por exemplo, né, adentrar a saúde pública... saúde pública até hoje, né? Porque assim, existem espaços e espaços, existem pessoas que me reconhecem, né, então, já tem uma outra coisa, já*

existe, mas assim, não que eu seja uma pessoa conhecida, eu sou uma pessoa conhecida no meio LGBT. [...] E tem uma coisa assim, a forma em que você se coloca, sabe? É triste dizer isso, mas assim, se eu olho com uma cara que “eu vou te matar se tu me tratar mal”, entende?, as pessoas elas tem um medo, então elas temem isso e elas acabam tentando, “não, não vou fazer”, quando não compram a briga, isso que é pior, que daí parece que a pessoa força querer bater de frente pra ver se tu, até onde tu vai ou até onde tu se perde. Aí quando você se perde, você é a louca, você é a... né, viu? “é tudo igual”, “é tudo gente surtada” [...]. E na questão de relações cotidianas com outras pessoas, de reciprocidade [...] então, é porque assim, ó, é, eu tenho um privilégio, que eu não posso negar, que é a minha passabilidade cis, então em alguns lugares, eu chego lá, e a pessoa me trata... eu vou dar um exemplo bem fatídico, assim: eu fui fazer o RG, não dessa vez agora, mas a anterior, né, porque o meu RG ele mudou, né, eu consegui a retificação de nome, mas antes eu não tinha retificação de nome. Então, quando eu fui fazer o RG, o cara assim: “vem aqui, minha linda...” daí depois ele ficou assim: “oi, flor, não sei o que, tal, tal, tal, tal, tal...”. Quando ele pegou o meu RG, que ele viu que eu era uma pessoa trans, acabou. E foi muito bizarro, assim, porque na primeira vez, porque eu estava acompanhando todo o processo, né? Então ele pegava o dedo da pessoa, botava no tinteiro e tal, tal, tal, tal, tal... comigo não. Quando ele viu que a “flor” que ele chamava não era realmente a “flor” que ele esperava, digamos assim, tipo, ele já me tratou, assim, de uma outra forma: curto, grosso, ríspido, e tipo... [...] na verdade, a passabilidade cis é quando você consegue transitar no meio de pessoas cisgêneras sem ser reconhecida enquanto uma pessoa trans, né? [...] é como se fosse uma existência menos caricata, digamos, assim, sabe? Porque as pessoas querem te ridicularizar de qualquer forma, entendeu? Então assim, elas precisam da oportunidade, e no momento que você se coloca ou que você não é reconhecida, você é mais uma da fila, entendeu? Tipo, isso é [...] normal, quer ver? Vou dar um exemplo assim, que me chama muita atenção, foi, acho que foi em 2014 mesmo, ou 2015, enfim... Eu escrevi um projeto pra Justiça Federal, e eu consegui 40 mil reais pra comprar de máquina, que foram essas máquinas que a gente tem no projeto de economia solidária. Daí, eu fui com a F. pra comprar algumas coisas e tinha que fazer orçamento e tal. Aí eu me lembro que eu entrei na loja e a pessoa pegou e passou reto por mim e foi falar com a F., aí eu não sei se a F. se deu por conta ou o que que foi, mas na hora eu não tinha me tocado, assim, né? E daí a pessoa foi falar com a F. e tal, não sei o que... e ela assim: “não, eu só tô olhando, quem vai

comprar, quem é a presidente da instituição é ela”, e daí a moça me olhou, assim, com uma cara muito desconcertada, sabe? E tipo, claro, não sei se ela reconheceu que eram duas pessoas trans, mas fazia diferença a outra ser loira, entendeu? Me chamou a atenção isso, assim, porque, e é uma coisa que a gente não faz isso, nem eu nem a F., “ah, quem vai comprar é tu, quem vai fazer é tu”, entende? Mas eu acho que a F. naquele dia lá deu o estalo e ela resolveu fazer esse, né, fazer essa provocação com essa moça, sabe? E foi bem curioso. [...] É algo [...] muito recorrente, muito, em qualquer lugar, assim, principalmente se for um espaço a qual você não deve estar, e isso, tipo, é muito louco, assim, por exemplo, Receita Federal. Tipo assim, o que uma travesti vai fazer numa Receita Federal?, entende?, aí a hostilização começa desde o início, desde o segurança querendo saber o que você tá fazendo lá, entende?, até, se vai... [...] e não, e foi muito engraçado, assim, porque, é, as vezes, é necessário o carteiraço, sabe? Tipo, eu odeio fazer isso, de chegar e dizer: “não, eu sou presidente da instituição, e daí, tal...”, e a pessoa já muda, “ah, não, mas é uma presidente de uma instituição”, entendeu? tipo, já é uma, é barraqueira, porque, né, mas é uma barraqueira com pedigree, parece, parece que fica uma coisa assim... então, né, tipo, e é muito louco, assim, eu me lembro de uma outra coisa também, que eu nunca vou me esquecer, que foi quando a gente deu um curso de assistentes sociais aqui, na ADEH, né, e veio 20 meninas pra fazer a capacitação e daí, é, todas elas tavam muito sorridentes, muito alegres, e tal... ia ser uma capacitação super divertida, com mulheres cis, do Serviço Social, aí eu peguei e falei que eu era uma pessoa trans. Todas elas, assim, mudou, sabe? Depois que eu falei que eu era do Serviço Social, assim, tipo, surtou uma coisa assim, inacreditável, sabe? “como que ela, assim, tá no Serviço Social?, entende?”. A identificação [...] trans [...] é uma coisa que estraga qualquer coisa, e eu sou muito provocativa nessas coisas e eu acho isso legal, entende? Eu acho que você tem que despertar no outro, entende? Eu sou muito... é exatamente, eu sou muito egocêntrica, né? Então, eu não vejo isso como um defeito, me acho totalmente maravilhosa. E fora isso, eu tenho pena das pessoas que vivem nas condições enquanto cisgêneras sem nunca se questionar o porquê, entende? Tipo assim, ó, eu, eu penso assim, que eu tive um despertar, que eu passei por um processo de padronização, como todas as outras pessoas, mas chegou num momento que eu pensei assim, mas por que isso?, entende?, e eu fico pensando que a maioria das pessoas nunca se questionou, entende? E as vezes não é nem a questão assim, “ah, agora tu quer que todo mundo use saia”, não é isso, entendeu?, mas o por que que a gente tem

determinadas, até, formas de postura em determinados locais, entende? Por que que, sei lá, tirando lugares como teatro e cinema, mas por que que eu tenho que ta em um corredor e falar baixo, ou por que eu tenho... tu entende? Por que que eu tenho que me conter, enquanto pessoa, e principalmente como pessoa trans. Por que que eu tenho que ser a invisível naquele lugar, entende? Por que que eu não posso ser espalhafatosa, por que eu não posso ser afeminada, entende? Por que que não, entende? Por que isso incomoda? Por que tem que ser essa fabriqueta, sabe? Tipo, eu me lembro, assim, [...] eu vejo assim, por exemplo, eu acho que a nossa comunidade LGBT, num modo geral, não vou nem tocar nos héteros, nos cis héteros, porque eu acho que eles são mais padrão que a gente, mas a gente tem assim, tipo, grupinhos, e esses grupinhos são muito padrãozinhos, sabe? Tipo assim, ah, o grupinho que usa as roupinhas da Colcci, aí, eu me lembro que teve uma moda, acho que foi antes de 2010, que era... não, não era a Colcci, era uma outra marca que botava lantejoula nas camisetas e vendia por um preço absurdo. Todo mundo usava aquele caralho! E tipo, gente, é lantejoula, a gente usa no carnaval! Sabe assim? E as pessoas tavam comprando. A questão não é isso, a questão é: você ter um produto para mostrar que você tem um pseudo poder aquisitivo, que você na realidade, você não tem. [...] vou te dar um exemplo, assim, por exemplo, assim, falando de casa noturna, Treze. Quando você toca um hino no Treze, entendeu, tipo, eu vejo as pessoas fazer até performance, entendeu? tipo, elas tão loucas, e eu percebi que no Jivago não é assim, tipo, que lá você tem que ser o gay mas você não pode passar que é passivo, entende? E o gay passivo ele... ele tem que ser durão pra dançar, ele tem que ficar batendo o pézinho, assim, quando a Lady Gaga tá tocando, mas ele tem que segurar, não pode se soltar, entendeu? [...] e tipo, é o espaço que monta isso, né? Não é a culpa do Jivago, não é a culpa do Treze, mas [...] como as pessoas vão se encontrando, entende? E o discurso, que eu vejo isso muito na internet também. Tipo, eu sofri muito preconceito de gays que não aceitaram a minha transição, que se diziam meus amigos, né? “ah, mas tu pode ser viado...”, meu primo: “você pode ser viado, mas não precisa botar uma saia”, entende? Tipo, e ele é tão gay quanto eu. Tipo, ele só não fez a transição, e tipo... Mas se vestia de drag, então... [...] e eu acho esses padrãozinhos... [...] e sobre os acessos à saúde, etc, como pessoa trans [...] a minha vida muda muito depois que eu entro no movimento social, né, e isso, a priscas eras, 2004, muito tempo atrás... E a minha vida começa a mudar enquanto pessoa, na verdade, quando eu venho pra ADEH, e eu começo, e eu conheço a professora M. J., e daí eu tenho

uma psicóloga, a G. D., que foram pessoas que me colocaram, que me deram um sacanão e disseram assim: “não, não pode ficar nisso”, entende? Tipo, porque a gente é doutrinada, na verdade, a não ter nenhuma perspectiva de vida. Então assim: “ah, tu aceitou ser isso, tu quer ser isso? Tu pode ser isso, mas tu nunca vai ter alguém que te ame, você nunca vai ter direito a estudo, você nunca vai ter um trabalho decente, você vai ter que tá na rua se prostituindo”, tipo, eram só essas informações que a gente recebia. [...] sendo tratada como um “isso”, um objeto [...] e daí a gente entrava numa perspectiva, que inclusive isso, por muito tempo, fez com que a gente tivesse medo de transicionar, é, a minha transição, ela começa na mesma época que a da P. A. e que a da S. L., então nós éramos três grandes amigas, e a gente chegou num dia e decidiu assim: a partir de amanhã a gente vai fazer a transição. E qual era o medo que a gente tinha? Ninguém queria se prostituir. Tipo, era uma coisa que a gente não aceitava, e tipo, não é pela questão da prostituição em si, é porque a gente não se via nesse meio, a gente não se via dentro desse espaço. Aí, é, a gente tentava uma vez, tentava outra vez, e demorou muito até a gente aceitar, né?, e engraçado que foi quando a gente aceita que as coisas mudam a nossa perspectiva total, assim, que a gente começa a ver o mundo de uma outra forma, que as pessoas começam a nos aceitar melhor, que a gente, eu tenho uma identidade, entende? E tipo, o que eu me enxergo nessa identidade, então, é, foi necessário passar por tudo isso, mas, em contrapartida, o que eu vejo são que as pessoas, elas não tem essa, esse acesso, né?, elas não tem essas informações, elas não conseguem chegar nisso. Então, muitas das vezes, elas não vão no serviço de saúde, tipo, tem o TCC da M. S., de enfim, lá do Rio Grande do Sul, mentira, a Dissertação de Mestrado dela, ou de Doutorado, não lembro... Ela fala, ela é, como enfermeira, ela faz um trabalho indo na casa das meninas trans, porém, na pesquisa dela, aponta que as meninas trans preferem ir na Umbanda tratar da saúde do que necessariamente no posto de saúde por causa que elas sabem que na Umbanda elas vão ser bem recebidas. É... e tipo, e o trabalho dela é muito rico, assim, sabe? São coisas assim, por exemplo, ah, sangramento, dor de cabeça, é, algumas doenças graves as meninas preferem ir pra Umbanda. [...] e por experiências próprias [...] assim, ó, a minha família, acho que, eu tive uma melhor aceitação porque eu tenho uma personalidade muito forte, né?, e isso eu sempre bati de frente com os meus pais, e eles também tem uma personalidade muito forte, então eu acho que isso deu, foi uma coisa assim que eu cheguei, decidi e foda-se o mundo, eu só comuniquei. Sempre foi só assim, então, eles enxergam às vezes o que eles querem enxergar e as

vezes eles vêem coisas que eles querem ver, mas tem muita coisa que é da própria cultura, da criação e da religião. Eles são católicos fervorosos, então, é bem complicado, assim, de ter uma... é muito engraçado assim, que minha mãe, isso eu sempre conto, minha mãe ela é uma pessoa muito boa, né?, então ela faz todo aquele ritual de abençoar a água pela manhã e ver Rede Vida, não sei o que, ela faz questão que eu beba porque ela tem a certeza que eu vou para o inferno. Ela sabe todo o trabalho social que eu faço, entende?, mas pra ela, pela forma com que eu me visto, já tô condenada pro inferno, tu entende?, e tipo, não passa pela cabeça dela que o fato dela ter comido marisco, de ela usar roupas com cores diferentes, lá, lá, lá, também tenha levado ela ao inferno, porque da mesma bíblia que, né?, que ela me coloca com que eu vou pro inferno, ela também vai. E, mas, o quão é louco isso, o quão as pessoas são muito arregadas [...] e eu não sei, é porque, é graças a minha vontade de quando eu era criança, de trabalhar com a população, tanto é que a minha vontade de ser assistente social vem da infância também, né?, é uma coisa muito louca, e que faz com que, é que é bizarro, né?, porque as assistentes sociais que eu tinha como referência eram aquelas bruxas norte-americanas, né? Que iam lá no The Sims e roubavam a criança, é isso que se tinha, mas eu achava aquilo poderoso, ainda acho poderoso, acho que assistente social ela tem muito poder na mão, o problema é como que ela usa esse poder, né?. [...] e quanto às oportunidades no mercado de trabalho e estudos [...] então, o mercado de trabalho simplesmente fechou as portas, sabe? [...] foi uma coisa muito... não, foi muito bizarro, assim, porque, eu sempre fui também muito debochada, eu acho que isso eu aprendi muito da minha mãe, minha mãe é muito debochada, uma senhorinha de 75 anos debochada pra caralho, e zoeira, enfim... é, ela me ensinou a utilizar como uma arma, entendeu? Então, por exemplo, quando eu fui trabalhar na B. T., uma moça que era evangélica, disse assim: “não, no banheiro feminino você não pode entrar, você vai ter que se contentar com o banheiro masculino”, e eu assim: “ótimo, perfeito! Eu vou tá com todos os homens, inclusive o marido de vocês lá dentro”, e tipo assim, não levou uma semana pra eu começar a freqüentar o banheiro feminino, entende?, tipo, é uma coisa meio de lógica, assim, né? [...] mas, assim, pra eu ser aceita na B. T., eu usava os tênis do B., meu ex-marido, a roupa dele, assim, tipo... eu ia pro trabalho. Engraçado, porque o B. é bem mais baixo que eu, né?, eu parecia uma jeca, tipo, com uma calça jeans que não me cabia, sabe?, ficava a meia aparecendo, eu me vestia como o B., como homem, tentava, né?, aí, passei da experiência, foda-se. Bateram a carteira,

assinaram, não agüentava mais, tipo, o número do B. era dois números a menos que o meu no tênis, tipo, tava me matando pra conseguir trabalhar lá, aí, mas o que que eu fiz? Eu fiz o que eu podia fazer de melhor, então eu trabalhei foda pra caralho, eles podiam escolher: perder um funcionário foda pra caralho, entendeu?, ou então aceitar da forma que era, e eles preferiram comprar a briga, tanto é que eu só saí da B. T. porque ela fechou. [...] e quanto ao tratamento pelo nome social [...] meus amigos, sim, pessoas dentro da instituição que aceitaram a minha identificação enquanto L., sim, mas a empresa, não, entendeu?, então, tipo, eu tive pessoas sensíveis, mas eu não tive pessoas... e eu assim, eu tava cagando pra eles, assim, porque assim, eu acredito que o trabalho é muito de ciclo, entende?, então, tipo assim, aquele povo que tá lá, aquele povo eu nem sei mais da vida deles, alguns eu sei porque são LGBTs e ainda a gente continua unidos, mas tirando isso, nem sei mais quem é essa gente. Então, assim, tipo, não ia deitar pra eles, entende?, não ia deixar eles acharem que eu era um tipo de pessoa que eles poderiam pisar, e foi exatamente isso, assim, eu tive a minha vida totalmente livre dentro disso, entende?, porque, é, eu sempre me impus, entende?, por mais adversidades, por mais coisas, mas era assim, ó: no horário de entrada eu tava lá, no horário de saída, as vezes eu até ficava até mais tarde, por outros motivos, cumpria as minhas metas, fazia tudo que a empresa queria, então assim, era na decisão deles. E eu vi muita gente entrar e sair de lá por não aguentar a pressão, e tipo, e eu tava de boas. [...] e a oportunidade nesse emprego, de telemarketing, se deu justamente por ser a única opção, fora a prostituição [...] porque, na verdade, é, eu trabalhava em casa noturna, às vezes como divulgadora de festas, às vezes como a atração da própria festa, enfim, só que não dá dinheiro. A gente sabe que viver da noite, tipo, ou tu é uma pessoa que tem um emprego fixo na noite que recebe, ou então não, e mesmo assim é muito pouco. Por exemplo, Florianópolis não é uma cidade que dá pra você dizer assim: “ah, eu moro sozinho”, não, é muito difícil, tipo, tu tem que ter uma condição financeira pra se bancar sozinho muito de boa. [...] e durante o período de transição [...] eu morava sozinha, foi um período bem tenso, assim, até porque na época eu tinha perdido o contato com os meus pais, então eu fiquei dois anos sem poder falar com eles. [...] Na época, eu trabalhava na B. T., não, não foi, minto, eu trabalhava no M. da Beira Mar, e daí uma pessoa estourou meu armário, levou meu celular e levou meu primeiro salário, o que me deixou em condições de situação de rua, e foi muito trash, assim, porque a empresa, “é, foda-se”, sabe assim, tipo, eles, não, não iam chamar a polícia, não iam chamar nada, então

ficou por isso mesmo, a pessoa foi lá, roubou e foi. E eu na época não sabia que podia chamar a polícia, que se fosse hoje, Meu Deus, eu botava aquela empresa abaixo, eu ia fazer a gerente me dar um salário de novo, sabe?, que eu não tinha nada a ver com aquilo, até porque eles que te obrigam a deixar as coisas no armário, não pode ficar carregando contigo. Aí, é, estouraram o cadeado e tal, e eu não sabia o número da minha mãe, sabe assim?, hoje em dia, por exemplo, sei lá, “ah, qual é o número do teu pai?”, sei lá, entende?, é o mal da tecnologia. E eu perdi o contato deles, assim, eles são do Rio Grande do Sul, eu também sou e a gente ficou dois anos sem contato. Total, total, total. E nesse período eu morava sozinha, eu tive um mês na rua, sem salário, aí depois eu, depois eu fui me adaptando assim, e fui conseguindo, fui morar com amigos que souberam da história e que eram próprios colegas que trabalho, né, que me deram uma força, aí depois eu consegui alugar um espaço e, e foi isso. [...] E sobre o processo de entrada na universidade, [...] na verdade, é, eu tive muito... como que iniciou a brincadeira? A professora M. J. acreditava que a gente deveria estudar, se colocar pra entrar na universidade, todo mundo tinha o segundo grau completo. A gente só não tinha, é, tido, sei lá, coragem, eu acho, de entrar na universidade. Aí, ela pegou e a gente criou um espaço dentro da ADEH para que a gente pudesse estudar pro vestibular. Ok, o que aconteceu: quando aconteceu é, esse processo, saiu junto que já tinha uma resolução que a gente poderia entrar com o nome social na universidade. Aí eu fui lá, fiz toda a documentação, paguei e tal, aí quando eu cheguei pra entregar os documentos, dava em torno de 15 pila, tudo, que nunca é pouco, né?, aí a pessoa chegou pra mim e disse assim: “olha, esses documentos aqui não garantem que vão te tratar pelo teu nome social, mas fica registrado que tu tens interesse”, uma pessoa da UFSC, e daí eu peguei e falei assim, tipo, eu olhei pra ela assim: “amiga, se eu soubesse que era só pra ficar registrado, eu tinha comprado um lanche pra comer”, pra fazer o vestibular, isso em 2013, tá?, 2013. Aí quando eu cheguei lá no vestibular foi aquele caos, tipo, não, e engraçado porque nesse ano também, eu fui fazer o vestibular de novo e a pessoa riscou a minha identidade, assim, ela pegou, ela raspou, assim, a foto, foi muito bizarro, foi muito bizarro. Isso num dos colégios que eu fui fazer, o fiscal de prova fez isso, tipo, muito bizarro, e assim, ó, uma outra coisa que a gente percebeu, tanto eu quanto o J., a gente foi fazer o vestibular e coincidiu de ser na mesma escola e daí a gente percebeu que as pessoas tiveram resistência conosco porque a gente usa pentagrama. E assim, foi muito, foi fatal, assim, das pessoas nos olharem com o

pentagrama e a partir dali, nos tratar diferente. Bizarro, né?, mas enfim [...] aí, nessa, daí eu fiz a documentação, passei no vestibular pra Serviço Social, e daí eu comecei a fazer... porque assim, quando eu entro na UFSC, eu já tinha puxado muita cadeira, então eu consegui adiantar todo o semestre. Aí quando eu entrei na UFSC, eu tinha que ir no DAE pra fazer a minha matrícula, não, primeiro eu ia passar pelo processo de matrícula que era dentro do centro e depois lá no DAE pra pedir a, pra pedir o nome social, né?, nas coisas. Quando eu cheguei na, no Serviço Social foi até mais, assim, solícitas, é inacreditável dizer, assim, mas eles foram mais, né?, assim, tipo “ah, que legal, não sei o que, tu pode usar o nome social...” tá, só que quando eu cheguei no DAE, o cara do DAE não sabia nem o que era nome social, tipo assim, como é que, né?, qual é essa comunicação dentro da universidade?, e olha que o CSE e o DAE eram do lado um do outro, praticamente, né?, aí, assim, o cara pegava, ele me chamou 300 vezes na frente de um monte de aluno pelo nome de registro, mesmo eu já tendo explicado tudo. Ele pegava a identidade e fazia assim: “ah, pois então, fulano, pois então...” e alto, assim, e em alto e bom tom, e eu ali, esperando, aí eu falei assim: “não, então, é porque eu quero colocar...”, “não, eu já entendi o que tu quer fazer, mas não tem como fazer”, não, mas eu assim: “não, mas tem como fazer porque...”, “tem como fazer? Então vem aqui e faz!”, ele falou assim, daí eu falei pra ele assim: “então abre aí que eu entro aí e faço pra ti”, falei, fui bem abusada. Aí ele assim: “ah, agora vai querer, agora, ah, é isso, né?, porque inventam essas coisas...”, foi bem assim, o cara deu o show, só que daí o que aconteceu: no show, virou um espetáculo, porque né?, isso no DAE, virou um espetáculo, porque ele queria me ridicularizar, então a gente vai se ridicularizar e eu vou sair de lá palhaça, mas daí foi, a gente conseguiu. Tinha uma senhorinha que eu até fiquei com pena dela, ela tremia, ela tremia porque ela viu que eu enlouqueci e viu que o cara tava surtado, assim, e daí ela: “não, mas vem cá que eu vou te ajudar, eu vou te ajudar”, e ela pegava a caneta e tremendo, tremendo, tremendo, e eu: “não, acalme-se”, eu falei pra ela, assim, “tá tudo bem, não tem nada com você, não é nada com o profissional”, e ela assim: “não, não, eu sei, eu to tentando ajudar”, e eu, “eu sei, eu entendi”. Aí, quando eu fui sair, eu fui muito abusada, eu disse pra ele assim: “e aí que não tenha dado certo!”, e daí ele pegou e disse assim: “ah, mas isso não é comigo, isso é com o...”, ah, qual é o nome do outro tio? Não bota tio, a louca... (risos), ah, o P.!. Aí, chegou, “ah, mas isso é com o P.”, “com quem que é?”, “ah, é com o P. e eu vou lá falar com ele”, “ah, o P. nem ta aí”, fui lá falar com o P., só subir as escadas... Fui,

expliquei a situação e daí ele disse: “não, pode deixar que a gente vai arrumar no registro, não sei o que, tal, tal, tal”, “então beleza”, aí o que aconteceu, olha só, ele veio com o discurso dizendo que ele, que né, que aconteceu tudo isso porque nunca tinha passado, acontecido isso. Ele tinha feito com a F. a mesma coisa, ele fez com a L. a mesma coisa, ele fez com a P. a mesma coisa, tipo assim, o cara era transfóbico, e tava numa situação de merda, porque ele tava ali pra atender as pessoas logo na base e tava fazendo isso, então eu fico pensando assim, ó: se eu não fosse uma pessoa segura de mim, se ele chamasse pelo nome de registro eu já tinha virado e ido embora, entende?, tipo, porque eu não ia tá me expondo ali, mas não, como eu tava mesmo nessa questão de comprar briga, de ir lá, de fazer acontecer, foi o que fez. [...] e dentro da universidade [...] começa toda a novela, né?, é, eu acho que a minha primeira discussão já foi no primeiro dia de aula, que eu tive uma professora do Serviço Social/Assistente Social, com Doutorado, que disse que jamais me chamaria pelo nome social enquanto meu nome social não fosse nome de registro, que não era permitido. Aí, assim, só pra tu teres uma ideia: na lista de chamada, era pra vim o nome social, só que eles fizeram uma merda, eles botaram o social e o de registro. Então a pessoa tava lendo a chamada, e de repente, vinha o meu nome social/o nome de registro, ou seja, o professor tinha o direito de chamar pelo nome que quisesse, né?, e como pra ela não foi o suficiente, ela durante uma semana inteira, ela passava a lista pros alunos botar o ponto de presença. Consegue compreender isso? Tipo, eles queriam, inclusive, uma grande amiga que eu tenho, que é a V., ela chegou e disse assim: “eu não sabia que tu era trans, fui saber pela lista de chamada”. [...] Aí, isso, foi com essa relação com essa professora. Aí depois eu tive problemas dentro da sala de aula com outros alunos, né, aí entra assim, por exemplo, a colega super desconstruída que acha que ela não é transfóbica, mas ela só prega a transfobia, tive. Então, tipo, a mina, graças às boas energias, ela saiu na primeira fase, é, teve um dia que eu tava dentro do banheiro, e ela veio segurar meu peito, sabe?, “ah, queria ver como é que é”, e tipo, eu olhei pra ela assim, “oi?”, sabe?, aí de repente, essa amiga super desconstruída, a gente tava no meio de um monte de gente, as vezes, pessoas que eu nem conhecia, né?, que recém ta conhecendo, que ta chegando na rodinha e tal, “gente, dá pra ver que ela é travesti?”, falava assim, “nem parece, né?, parece até uma mulher”, assim. Assim, eu, eu achava que, no início, eu achei assim: ou ela é muito ingênuas, entendeu?, ou ela é muito inocente, entende?, ela acha que, que tá arrasando. Aí teve um dia que eu conversei com ela, assim, sobre, “ah,

você pode ser assim, entendeu?, mas não pode ser comigo, a louca! (risos) Tipo, você pode né, toda louca e tal, mas tu tem que cuidar com o que tu fala, né?” e daí, e engraçado que a partir dali, eu comecei a ter uma fama de ser violenta, até por causa de um comentário que eu fiz pra ela, né?, porque assim, eu falei, “por bem menos eu poderia ter dado na tua cara” e daí começou a girar que eu era, que eu já não era flor que se cheirasse, imagina, eu ia bater na menina dentro da UFSC! Mas a menina acabou saindo do curso, e tal, e depois eu tive outros problemas dentro da universidade, assim ó, com servidores públicos no Serviço Social, com o pessoal que atende de ponta, nunca tive problema nenhum, muito pelo contrário, todos eles sempre foram muito solícitos comigo e até sinto falta deles, assim, de ter um contato maior, que eu acho, é legal. Eu tenho alguns que tão no meu Face, assim, que tipo, que a gente pegou uma amizade muito legal, mas assim, com alguns professores eu tive, assim, graves problemas, assim, tipo, por eu ser trans. Tipo assim, é, eu tive, é muito louco isso, assim, ó, porque, por exemplo, assim: um professor conservador, é, que dava aula no Serviço Social, é uma das pessoas que olhou pra mim, assim, e disse assim, que eu tava com muito medo de reprovar na disciplina dele, e tipo, porque todo mundo reprovava, sabe assim?, todo mundo reprovava. Eu tive pessoas no meu curso que fizeram três vezes a disciplina dele, sabe?, e daí, eu peguei e questionei com ele assim: “tu acha que eu vou reprovar?”, e ele: “por que?” e daí assim, ó, né, eu falei assim: “porque as pessoas...”, “tu é uma pessoa que estuda, e isso é visivelmente, é visível, não é que nem as outras pessoas”, daí eu já tive um alívio, aí, nos últimos dias de aula, não vou poder te dizer se foi o último, né, enfim, ele chegou pra mim e disse assim: “tu já ta pensando no mestrado, né?”, eu tava na primeira fase, daí eu falei “ah...”, “tu tem muitas condições, tu tem muitas condições de fazer o mestrado, tem que fazer o mestrado”, e daí, é, encontrei ele na rua esses dias, e ele assim: “tu já tá no mestrado?” e eu assim: “não”, “tu tem que fazer o mestrado!”, e eu assim: “olha...”, e me chamou muita atenção por ser um professor que todo mundo odeia, porque ele reprova, sabe assim?, aí, e os outros, que são os bonzinhos da história, nossa, tive muito problema. Eu acho assim, ó, eu tive uma professora, que eu tava com essa bermuda, com uma meia-arrastão, com uma bota mais curta e ela assim: “tu ta vindo pra aula de p... de balada?”, e eu senti o puta da boca, sabe assim?, eu senti! E, e eu, porra, né?, não, mas ok, e isso quebra o discurso da assistente social que é feminista, que é não sei o que, e que eu posso me vestir da forma que eu quiser, não, entendeu?, cadê esse discurso?, e eu tive professores que eram religiosos e que eles

já chegavam faticamente e já olhavam, tudo tinha um problema, e assim, ó, foi uma graduação, ela teve muitas coisas boas, assim, não vou te dizer que, tanto é que eu prestei de novo, né?, mas, não, eu tenho muita vontade de estar no espaço, de seguir um Mestrado, um Doutorado e tal, mas, é, eu vou te falar, assim, que teve um ano que eu não queria saber da UFSC, que eu saí de lá tão atordoada, por tudo, assim... Eu acho que, tipo, não só pelo preconceito, mas pelas violências que eu sofri na universidade. Tipo, é, em 2014 eu fui estuprada dentro da UFSC, é, ficou por isso mesmo, uma, porque eu também não quis ir adiante, sabe?, eu acho que, sabe, não, tipo, eu vou te ser bem franca, assim, ó, cara, eu vi professoras falando que sofreram abusos sexuais lá dentro e não deu nada, então, tipo, eu, uma mera travesti, não iria... é, tipo, das pessoas pegarem, por exemplo, aquela lá é trans, né?, então tá, daí, de repente, eu começava a receber foto de pinto no meu Facebook, que os estudantes achavam no direito de me mandar. Tipo, “ah, o que que tu acha?”, “vamo sair, vamo não sei o que”, ou de eu tá, por exemplo, na cantina ali no CCE e uma pessoa olhar pra mim e dizer assim: “Quanto?”, e eu assim: “Oi? Tudo bem? A louca!”, (risos), “nem te conheço!”. E o fato da pessoa trans estar sempre disponível pra sexo, total, até porque se eu digo não pro cara, ele diz assim: “tá, e tu é trans pra quê?”, é o que eu mais recebo, assim, e daí, é tenso, assim, a gente pensar que a nossa vida gira em torno, né?, e daí, tipo, e fora isso, eu acho que nessa questão do nome social, que, que eu acabei contornando bastante, eu tive um problema no tempo da R., que a gente teve uma reunião, e que ia dar tudo certo, que o nome social ia entrar, e tal, M. G. foi uma das pessoas que muito bateu o pé pra que a coisa funcionasse... M. G., a M. J. eram professoras que tavam ali querendo, aí eu tive uma professora, que ela disse assim, ó: “ah, as provas vão ser enviadas pelo sistema Moodle”. Só que o sistema Moodle não tinha o meu nome social, e eu tava puta com isso, porque eu não ia mandar uma prova e todo mundo ia ver meu nome lá de registro, entende?, não queria fazer isso, me expor mais uma vez, aí o que aconteceu: aconteceu que a professora chegou pra mim e disse assim, “olha, eu tenho até o tal dia pra dar a nota, se tu não me enviar a prova eu vou te reprovar”, e eu só não tinha feito a prova porque primeiro ela tinha me dado a liberdade pra eu estender, porque ela entendeu meu caso e porque a reitoria disse que tava pra ajeitar o negócio no sistema. Aí o que aconteceu, eu dei um piti no dia duma reunião na frente da reitora, do P., pessoal todinho lá. Eu falei, eu me lembro que as outras trans tavam comigo elas tavam assustadas comigo, enlouquecida, eu surtei, eu disse assim ó, “se, se eu não

conseguir mandar, se eu reprovar nessa disciplina...”, porque eu nunca reprovei em disciplina nenhuma, “se eu reprovar nessa disciplina, eu vou enlouquecer, eu vou trazer a imprensa, eu vou surtar, e vou dizer que tudo isso que vocês botaram no papel é tudo mentira, que nada funciona”. Eu surtei naquele dia, aí “mas não é bem assim, não sei o que”, “não é bem assim o caralho, eu tô vindo aqui desde 2012, com reuniões mensais pra gente discutir o uso do nome social no Serviço Social aqui na UFSC, né, com o projeto todo e tipo, e não tá funcionando. Ou vai resolver, ou não sei o que”. Aí tá, aí foi aquela discussão, eu me alterei, e eu disse que eu já tava cansada daquelas bolachas moles com os cafés deles, fortes, horroroso, e que eu não tava indo pra reunião por isso, eu tava indo pra resolver o negócio. [...] Aí, nunca mais me chamaram pra reunião nenhuma, é sério, nunca mais me chamaram pra reunião nenhuma, aí no outro dia, pela manhã, eu fui arrumar o meu material, e eu entrei no CAGR, tinha mudado meu nome. Tipo assim, ó, eu precisei dar “a louca” [...] pra que o negócio funcionasse, porque se ficasse nas reuniõezinhas que a gente tava fazendo, de mesa em mesa, conversando, sobre nome social, “a gente vai mudar, a gente vai mudar...”, nunca tinha dado certo, nunca tinha sido feito, sabe?, tipo, e foi assim, precisou dar a loucura, nunca mais me chamaram pra reunião, todas as vezes que me chamaram era sempre pra bate-boca, que, eu não consigo ficar quieta, e, eu já tenho isso dentro de mim, e foi assim que as coisas funcionaram. [...] e quanto a outras violências na universidade [...] eu acho que o fato de que eu tenho, eu não posso também querer negar que eu tenho um trabalho vasto, entende?, que traz muito conhecimento e muita coisa empírica, é... Os professores não queriam trabalhar no meu TCC dentro da minha temática, entende?, tipo, eu fiquei mais de um ano procurando professor que quisesse me orientar, e ninguém queria me orientar, entende?, e sempre vinham com uma desculpa assim ó, “ah, porque tu não fala do CRÁS?, porque tu não fala do CRÉS, porque...?”, “cara, porque não!”, tu entende?. Tipo, eu, a maior violência que se tem na universidade é um professor querer direcionar tua vida acadêmica. O que tu vai escrever no teu TCC é o que vai ficar pro resto da tua vida, é o que vai tá lá no, é o que as pessoas vão ver assim, “tá, o que que tu estudou?”, é que nem carteira de trabalho, sabe assim?, o teu primeiro emprego vai ser aquilo que vai marcar o que tu tem experiência. Se teu primeiro emprego foi com comida, no restaurante, tu não vai conseguir trabalhar na Americanas, porque a pessoa vai dizer assim, “tu não tem experiência, tu tem experiência no restaurante”, entende?, e daí o que que acontece: as pessoas condicionam as pessoas que trabalham no

restaurante, as pessoas que trabalham nas lojas, as pessoas... entende?, e tipo, e a vida acadêmica é isso. Eu queria trabalhar com a minha temática de gênero. Gênero, sexualidade, transexualidade, travestilidade, era isso que eu tinha que botar no TCC, entende?, e assim, e eu acredito que é um respeito que o professor nos deve, entende?, é de que, se ele não conhece o conteúdo, ok, mas que ele sente e que ele escute, que ele acredite em possibilidades ou que ele tenha outros professores pra indicar que possa fazer esse trabalho, mas agora querer ceifar o aluno, “ah, você tem que falar sobre a minha temática, sobre o que eu quero”, e não abrir portas, então quer dizer que se todo o professor, se lá na UFSC a gente tem um professor que fale do CRÁS e outro que fale de CRÉS, então o resto dos assistentes sociais que passarem por lá só vão saber falar de CRÁS e CRÉS, entende?, tu nunca vai poder sair disso. E a tua experiência de vida?, e o que que tu vive no cotidiano?, entende?, e eu tive problemas assim, de ouvir de professor, de olhar pra mim e dizer assim: “eu jamais, é, eu jamais, é, orientaria um aluno que sabe mais conteúdo do que eu”, eu ouvi. Ela não me mandou dizer, ela disse na minha cara, e na frente de uma pessoa que tava comigo, tipo, ela não teve nem vergonha de dizer isso, sabe assim?, tipo, e já uma professora, que não, que sobre essa questão da orientação, ela foi super solícita comigo, disse assim ó, “a minha área é a saúde, mas se tu quiser eu te oriento”. E daí eu assim, “mas tu faria?...”, ela, “lógico!”, “eu vou te conseguir te dar uma, né, de como que deve ser escrito, tal, tal, tal, tal, tal, tal, posso não te acrescentar muito no conteúdo, mas se tu quiser...”, foi a única. [...] e acredita que tais acontecimentos se devem ao fato de não quererem falar sobre transexualidade, pois [...] tem uma disciplina no Serviço Social que é o seguinte, isso a gente tira como base, né, dos assistentes sociais que tão aí hoje, é, eu falei vários tópicos, assim, em que era, eram vários alunos, né, na sala, 30 alunos, e a gente dava tópicos, os mais votados cada grupo ia ter que apresentar uma aula sobre. Achei super legal a ideia da disciplina. Os menos votados: corpo, gênero e sexualidade, raça, é, o clássico, entendeu?, o clássico. Aí o pessoal queria falar do CRÁS e do CRÉS, que é o clássico, daí a gente, tipo, a gente queria trazer assim, tipo, tráfico de drogas, vamo falar do tráfico de drogas, vamo falar da periferia, vamo falar do pessoal em situação de cárcere, vamo... E daí assim, eu citei muita coisa: corpo, gênero e diversidade, e sexualidade, travestilidade, transexualidade, da, da, da... não teve votação. Aí o que aconteceu, uma professora disse pra mim assim, “não, a gente pega aqui, bota aqui, e daí tu vai lá, tu apresenta e tu fala que o povo tem que ouvir!”, ela foi ótima, a professora, e daí eu dei

uma aula inteira sobre travestilidade e transexualidade no Serviço Social, sabe?, as pessoas se levantavam e iam embora, tipo, não queriam saber. [...] São assistentes sociais, né?, coisas assim, de eu ouvir numa sala de aula uma aluna dizer assim, que hoje já é assistente social, é, “eu nunca vou te respeitar pelo que tu é”, na frente da professora, e a professora não fala nada. Falou na cara minha e de uma outra, de uma travesti que tava na sala de aula comigo, eu e ela tinha resolvido fazer um trabalho juntas, disse na nossa cara, e tipo, e a professora continuou mexendo nas coisas dela como se nada tivesse acontecendo, sabe?, e eu, na época, tava apresentando um trabalho, aí, não [...] e da invisibilidade é o seguinte, toda vez que eu levava um exemplo pra sala de aula, de alguma coisa que era da comunidade trans, ficava aquele silêncio, aí de repente a professora assim, “ok, vamo voltar à aula”, como se aquilo ali não fizesse parte da aula. [...] “Ah, mas eu nunca vi travesti na saúde, mas eu nunca vi...” , mas claro, não vão, pra ser mal-tratada não tem que ir mesmo, tipo, até super acho, entende?, eu não iria. [...] E eu só consegui porque eu tive outros professores que me queriam, tipo assim, ó, as vezes eu tinha um semestre de bosta, tipo assim, com cinco professores bosta, mas tinha um que valia a pena, e daí eu permanecia naquele semestre por causa daquele professor que valia a pena. [...] E quanto à resiliência, [...] eu acho que eu sou, acho que eu tenho muito disso, assim, e, porque eu sempre, eu tenho uma meta, né?, e eu tento atingir ela, e se eu desisto, ponto deles, entendeu?, então, eu nunca dou o ponto pra eles. [...] E [...] todas as meninas trans que passaram por lá, pela UFSC, e que se formaram, foi isso, né?, foi tudo muita luta, foi muito remédio psíquico, foi tudo isso, depressão... [...] E considera como o pior tipo de violência, como pessoa trans e como parte do movimento associativo [...] a negação, sabe assim?, as pessoas fazerem a negação da tua existência e a negação do que tu sente, isso é o pior, sabe assim?, da pessoa dizer, assim, que, por exemplo, feministas radicais dizem que ser trans é um privilégio no Brasil... então, tipo, da pessoa pegar e dizer que, que eu tenho as minhas vantagens enquanto uma pessoa trans, entende?, tipo, “ah, mas as pessoas ficam com pena de ti”, entendeu?, então, eu acho que é essa questão da negação mesmo, dos problemas, do que a gente passa, do cotidiano. [...] E quanto ao nome social [...], meu nome é civil, registro. [...] Foi um processo desde 2013, lutando até 2017, na luta pra conseguir a retificação de nome. É um, é um período árduo, é muita luta, e tem pessoas que não conseguiram retificação de nome, que as pessoas acham que não merece, complicado. [...] Mas, assim, eu acho que essa é a maior violência que

tem na comunidade LGBT, sabe?, por exemplo, se eu não conseguisse a minha retificação de nome, vou, vou dar um exemplo, se eu não conseguisse a minha retificação de nome. Eu nasci com um nome, aí eu tenho uma trajetória de vida gigantesca, digamos assim, né?, vamo colocar assim, sei lá, que eu viva 40 anos, já, muito tempo pra uma pessoa trans, que eu viva 40 anos. Aí, tenho o trabalho da instituição, tenho o trabalho não sei o que, tal, tal, tal, tal, tal, aí quando eu venho a falecer, o silenciamento é tanto, que no meu túmulo, eles não vão me reconhecer enquanto a L., que fez todo o trabalho ativo, que, não. Vai pela pessoa do nome de registro, ou seja, a minha passagem na terra é como se ela não existisse, porque pegou de uma pessoa que não existe e enterrou por uma pessoa que não existe, entende?, e tipo, e provavelmente cortariam meu cabelo pra me enterrar, botariam um terno, tipo, quem é aquele corpo que tá lá, entendeu? [...] é o que acontece, sim, total. Aí já se muda todo o discurso, “não, porque meu filho, meu filho, meu filho”, não, quando vai lá, a pessoa trans que, né?, que teve toda uma vida, ela é literalmente, a vida dela é silenciada, e sempre vai ser o primo da fulana, o... entendeu?, e tipo, ficou ali. [...] E é tudo no grito, né?, uma coisa que o meu pai me ensinou, assim, tipo, “quem grita mais, chora menos”, então tem que ser assim, tipo, infelizmente tem que ser assim, pra tudo, tudo que a gente vai fazer, as vezes até pra comprar um pão na padaria, entende?, se tu não se impor, tu não é nem atendido no caixa. [...] E conseguiu concluir o curso na universidade [...], graças às boas energias, e, tentei uma vez o mestrado, na área da saúde pública, mas daí, não deu muito, não deu liga, digamos assim, também não era uma área que eu queria muito, mas eu acho que tipo assim, na verdade, eu sou muito da treta mesmo, né?, eu quero ir em áreas que realmente tenham dificuldade de eu ter esse diálogo, porque se for pra falar pros mesmos as mesmas coisas, nem quero, entendeu?, tipo, eu quero tá nessas áreas, assim, que eu sei que eu vou fazer a diferença, nem que seja me atracando com o pessoal lá em sala de aula, mas, que seja nesse sentido. [...] Sobre a expectativa e qualidade de vida de uma pessoa trans, acredita que há muito o que se percorrer, visto que [...] uma expectativa de vida que nesse ano passou de 29 a 30 anos, tipo, é, tem muito a que se percorrer, né?, e não tem, e é uma série de coisas que desencadeia isso, entende?, por exemplo, a gente não tem a mesma autoestima enquanto, de uma pessoa cis, por exemplo, as pessoas, não, uma pessoa que é cis, sendo gay, se ela for afeminada, ela sabe que ela pode sofrer algum preconceito na rua, né?, que eu até utilizo, de certo modo, a mesma expressão da violência que nós sofremos, que, querendo ou não, ela é uma transfobia também,

entendeu?, porque ela entra naquele contexto de que a pessoa, ela transita entre os gêneros, ela transita entre as identidades, e isso que incomoda, né?. Quando o menino gay, ele é afeminado e ele sofre violência na rua, ele não sofre violência porque ele dorme com outro cara, porque ninguém sabe com quem ele dorme, entende?, a não ser que seja um casal de namorados de mãos dadas ou alguma coisa assim, tipo, mas não, é porque ele rebola, é porque ele, ah, porque ele fala fino, então, tipo, é um, é também uma transfobia, entende?, ou melhor, ela é mais dentro da caixinha da transfobia do que na homofobia, digamos assim, né?, e eu vejo que isso ainda tem muito o que percorrer, porque as pessoas, por exemplo, a minha baixa, a minha autoestima, vamos dizer assim, tipo, se eu não me afirmo todos os dias, em todo o momento, o quão foda eu sou, uma hora me convencem que eu não sou foda, entende?, então assim, é, eu acho que ser egocentrista, ser prepotente, é uma defesa, entende?, e é uma defesa pra que essa carga negativa energética não me atinja, sabe?, não me menospreze, não faça acreditar que realmente eu seja ruim, né?, então, por exemplo, é, se a gente fosse medir dentro de uma escala, é, pra eu pegar uma arma e dar um tiro em mim é muito mais rápido do que uma pessoa cis, entende?. Se a gente fosse criar uma pirâmide de violência, o cis hétero branco rico seria o último a pegar a arma e dar um tiro nele. [...] E sobre uma possível vontade de cometer suicídio relata que, [...] mais ou menos, assim, é por que... eu também venho da religião católica, né?, então, tipo, eu sei que isso teria uma consequência, eu acredito que teria uma consequência muito grande, e todas as violências que eu sofri, no decorrer da minha vida, sempre eu pensei assim, “ah, a cruz que eu tô carregando”, sim, eu entrei numas nóias, sim, que eu achava que era porque, uma série de coisas, assim, então eu achava que eu tava pagando, por isso que eu tava, por isso que eu sofria as violências [...] A expectativa de vida é baixa, a autoestima é muito baixa [...] e sobre o uso de hormônios [...] hoje eu não posso mais nem utilizar por causa que eu me fudi total, né?, era de forma desregrada, a gente tomava hormônio como se tomasse chá, eram doses cavalares [...] pela falta de acompanhamento médico e [...] na verdade, eu acho que ainda não existe, a gente tem alguns médicos que se colocam assim, “não, vamo ajudar, né?, vamo fazer exame, não vamo deixar cair a peteca”. Contrapartida, a gente tem um monte de gente que tá nem aí, principalmente no Sistema Único de Saúde, e o que realmente a informação chega é de outras pessoas trans que fazem o tratamento, que acompanham, tal. É uma pena a gente ter poucas pessoas da área da saúde sendo trans que pudessem querer trabalhar sobre essas

questões, essa é a parte triste da história. Se a gente tivesse mais, assim, por exemplo, que a gente tem bastante meninas no Direito, entende?, é uma coisa que é legal, que a gente sabe que tem, a gente recebe essas informações por conta disso, mas na área da saúde a gente tem bem menos, e isso dificulta bastante. [...] O que vem de encontro com o apoio externo, e [...] se eu for te falar bem a real [...] é bem isso que eu coloquei no início, assim, é, quando ele chega até nós ele já não é mais tão externo, então são geralmente pessoas que se sensibilizaram com a causa, que tem alguma coisa, algum pé ali, que tem a prima, a irmã, que sofreu violência, geralmente é isso, assim. Mas de fora, mesmo, uma pessoa que olhe pra nós, diga assim, “ah...”, sem identificação nenhuma, sem maldade nenhuma, eu não acredito. [...] E como membro do movimento associativo [...], a relação com outras pessoas a partir do movimento, ela é muito complicada, primeiro porque as pessoas tem uma relação de interesse, entende?, por exemplo, as pessoas acreditam que quem trabalha aqui ganha muito dinheiro. Bem que eu queria. Muito dinheiro, mesmo. Eu queria, na verdade, tirar um salário da ADEH, entendeu?, se eu tirasse um salário da ADEH, eu ia ser uma pessoa muito feliz, e se eu pudesse remunerar as pessoas aqui de dentro, mais ainda, entende?. Então as pessoas, muitas pessoas se aproximam aqui por interesse financeiro, e a rede também ela é muito fragmentada, porque quando a gente fala em comunidade LGBT, a gente não pode esquecer que a gente vive numa comunidade GGGG. Essa comunidade GGGG, ela tenta cagar regra, as outras ou obedecem ou então ficam quietas, as outras são as Ts e as lésbicas, ou seja, somos as mulheres que sobraram, porque o bissexual nem existe, né?, então (risos) é isso que diz, então, tipo, é macho cagando regra pra mina, fato. E é tão fato que eles nem reconhecem a identidade do trans masculino, que eles cagam regra também, então a gente não tem uma boa, tanto é que a ADEH já se quebrou muito com o movimento LGBT, assim, tipo, é, a gente não, não compactuamos mais tanto com o movimento. Pode ser que agora, tá dando um cenário, assim, que as mina trans tão ocupando uns espaços de poder e decisão, né?, pode ser que a partir dali, até a gente comece a enxergar como uma coisa positiva, mas até agora não é. E tem muita coisa de ego, e tipo, as pessoas, a gente é tão inserida nessa questão do mercado capitalista, que as pessoas acham que as instituições são concorrentes umas com as outras, e na verdade não é, entende?, eles acham assim, que, que a ADEH concorre com a Arco-Íris, que concorre com GAPA, que concorre... [...] E as próprias pessoas que circulam as instituições, elas também tentam criar essa inimizade nas instituições. [...] A grande

maioria do público que frequenta a instituição é composta por prostitutas, visto que a atuação se dá [...] no combate à violência de gênero, né?, então, as grandes pessoas, o grande público que a gente atende são LGBT e mulheres cis, o grande público. Eu acho que eu nunca atendi um homem cis, deixa eu ver, hétero... Teve um caso ou outro, uma coisa assim, tipo, dois a cada... que eu me lembre, né?, dois, não posso falar porque não tenho os dados, mas pelo menos dois, eu atendi, porque a maioria dos homens héteros vem aqui pra fazer o teste, o teste rápido, né?, que a gente faz do HIV, mas fora isso, não. E porque eles não sofrem violência, né?, francamente, não sofrem. [...] Quanto à segurança como parte da comunidade trans e como membro associativo, acredita que [...] se o nosso país, de fato, se tornar teocrático e extremamente conservador, as primeiras lideranças que vão cair é no movimento LGBT, isso é fato, e o primeiro do movimento LGBT vão ser as trans, pode ter certeza disso. As que se converterem ainda se salvam. Até esses dias a gente tava conversando sobre a possibilidade da ida pra Montevideú, porque a gente vai ter que ter uma válvula de escape, porque vai ser isso. [...] E eu acho que assim, imagina um Bolsonaro na prefeitura, na presidência, esses países... porque assim, ó, vamo falar, por exemplo, da Rússia. A Rússia, até então, não se acreditava que era tão homofóbica, e hoje em dia, por exemplo, já tem questões giradas nesse sentido, assim, tipo, lá, você pode violentar gays de boa, entende?, não tem punição. Existem campos de concentração, entende?, tipo, e eu acredito muito nisso, assim, que, que o Brasil ele pode tá caminhando pra esse... as pessoas acham que não, sabe?, mas eu acredito muito nisso, assim, sabe essa coisa da fogueira santa?, quem é que vai pra fogueira santa?, isso tudo pode acontecer, e eu acho que é bem possível de acontecer. Tipo, se a gente vê as pessoas desrespeitando órgãos religiosos grandes, né?, tipo, a Igreja Universal rezando pela queda da Igreja Católica, postando vídeo, sabe?, umas coisas absurda dessas, pra quem é povo minhoca, que nem os LGBT... e o pior é que muita gente vai adorar, né?, quem é que não gosta de assistir um UFC, né?, quem é que não gosta de ver as pessoas na arena lá, num coliseu? [...] ainda mais que na própria internet tem os próprios coliseus, né?, tipo, se posta: “morreu a menina trans”, tu vê o coliseu lá, todinho nos comentários, pessoal dizendo: “ah, ainda bem que morreu, é porque não tinha Deus no coração e não sei o que...” [...] sempre como motivação [...] o sexo seguido de morte, ou o contrário, a morte primeiro e depois o ato sexual, é uma coisa muito dark. E as vítimas são sempre encontradas da mesma forma: assim, tipo, com o órgão genital exposto, é, com algum resquício de

relação sexual, quando não são extremamente mutiladas, né?. [...] E se considera [...] extremamente privilegiada, por várias coisas, assim. O meu privilégio, assim, já inicia porque eu tenho aceitação da minha família, então já é um puta privilégio. É, o fato de eu ter estudado também é um puta privilégio, sabe?, o fato de eu ter concluído, que é muito importante, também é muito privilégio, então isso não me faz melhor, pelo contrário, isso faz com que eu tenha que lutar pra que mais pessoas, tu entende?, porque assim ó, eu tenho uma conquista que ela de nada vale, porque assim, da mesma forma eu sou assistente social, mas eu também não to contratada em nenhum lugar, entendeu?, então assim, pra que isso valha de alguma coisa, ou é o famoso serviço público, né?, passar na prova desse teor, ou então fazer com que outras minas trans atuem no Serviço Social e elas sejam reconhecidas pelo trabalho que elas fazem, entende?. E isso pra tudo, né?, porque a gente tem que agora colocar pessoas trans no mercado de trabalho, fato, porque a população tá aí e precisa comer, precisa trabalhar, pra que não roubem, pra que não trafiquem drogas ou pra que não façam outras coisas ilícitas, se prostitua, né?, é... pra se manter, pra ter uma reprodução de vida pelo menos, digna, pra que tenha o que comer, o que beber, dormir, é isso. [...] Sobre a questão da visão externa, acredita que [...] a questão do respeito tem uma linha tênue com respeitar e não interferir, entendeu?, tipo eu não quero opinião de ninguém, entende?, eu não quero que a pessoa diga assim, “ah, tu vai pro inferno”, ou que, “ah, você não deveria fazer isso”, não, eu nunca pedi opinião, entendeu?, eu sou a pessoa que eu sou, e a pessoa só tem, se ela não gosta, sabe?, ela pode simplesmente se afastar ou então ir lá e descurtir, ou ir lá e desfazer a amizade (no Facebook), é isso, entende?, tipo, eu sempre fui muito transparente, então, é isso, assim, ou ame ou deixe-a (risos), entende?. [...] E a relação com a Prefeitura de Florianópolis com a associação [...] é muito hostil, tanto é que a Prefeitura de Florianópolis já tinha declarado em uma das reuniões que se a ADEH fechasse, acabava os casos de homofobia. E muitas vezes já se colocaram como se não havia o interesse de que a ADEH permanecesse aqui, nesse prédio, junto com a prefeitura... é, eles não compreendem que o trabalho da ADEH é relevante, então é isso, né?, e tipo, a gente entende, eles estão aliançados com os evangélicos, então, enfim... [...] E eu espero que daqui a umas três ou quatro vidas, quando eu voltar, já esteja melhor a coisa.

NARRADOR B: Bom, é, meu nome é M., né?, M. L., dentro do meio todo mundo me conhece como L., eu tô nessa transição desde os meus

22 anos de idade, fiz a minha cirurgia aproximadamente nessa idade, né?, 22 anos, eu fiz pelo mercado negro, naquela época não existiam médicos, não existia tratamento pra nós, homens trans, eu fui o sétimo homem trans do Brasil a me assumir, naquela época só existiam sete homens trans e, é... Todos os recursos eram muito poucos, quase não tinha. [...] Hoje em dia [...] a informação tá a mil, todo mundo sabe mais ou menos quem nós somos, e eu não sei nem se isso é bom ou ruim, na minha opinião, mas daí tem um lado positivo incrível é porque as pessoas podem fazer o seu tratamento é sem muito preconceito, então isso mudou muito, melhorou muito, essas pessoas, porque na minha época ninguém nem sabia o que era isso, então eu chegava no meu trabalho e eu tinha que falsificar o meu documento. Então eu passei por vários, é, vários problemas, só que não tanto porque eu consegui me formar em duas faculdades, né?, sou formado em Turismo e Hotelaria e Gastronomia, atuo e trabalho nessa área (na última), é, e como, como homem trans dentro do sistema do SUS eu acho horrível, é, horrível, mas ao menos tem, o básico do básico bom. Pra mim, eu não uso, porque não me ajuda em nada, é, os médicos, eles não sabem me ajudar, os médicos do SUS, eles não conseguem me ajudar, porque cada pergunta que eu faço eles não sabem responder. [...] Relata que sempre buscou informação [...] por conta própria, [...] eu nunca tive ajuda de fora, sempre dando, sempre batendo na porta, a maioria das portas se fecham, mas uma sempre se abre, né?, então eu fui abrindo, abrindo, é, me hormonizei dos 22 anos aos 26 anos pelo mercado negro, né?, todo o meu, toda a minha transição foi no mercado negro, é, os médicos tinham, mas não em Florianópolis, só existia em São Paulo, na época que eu, que eu tenha, que eu saiba de informação só existia em São Paulo, no HC, Hospital das Clínicas e Porto Alegre, Rio Grande do Sul. [...] A transição foi feita em [...] Florianópolis, não podia sair daqui, [...] procurando por conta própria, por contatos [...], tudo, sem conseguir os exames, eu fiquei muito tempo nessa, assim, quebrando a cara, mas, é, eu sempre tive sorte porque hoje em dia, por exemplo, eu tô sem médico, mas eu já fui atrás de um médico em São Paulo, então ano que vem eu vou começar meu tratamento todo em São Paulo, vou morar em Florianópolis, mas vou fazer meu tratamento em São Paulo. [...] Agora que eu vou começar a ir atrás, só que o nosso tratamento é bem caro no particular, é 500 reais uma consulta médica no particular, Endócrino, 500 reais e aí o hormônio varia, né?, por exemplo, agora eu vou fazer um tratamento que vai custar 10 mil reais, só de hormônio, então é muito dinheiro. [...] Nunca tive ajuda, a minha família não me aceita como eu sou, a minha família é extremamente preconceituosa, é,

[...] nunca fui expulso de casa porque a minha mãe é assistente social federal e ela é professora de universidade, né?, então ela jamais iria me expulsar de casa (risos). [...] Eu nunca tive nenhum respeito por ela, a gente não, a gente convive, nós convivemos juntos, não temos diálogo, não temos uma relação. [...] E com a família, no geral, tem [...] pouca relação social, tentamos nos respeitar pra não, pra não ficar pio, né?, mas a gente... nós convivemos, não nos respeitamos. [...] Quanto a informação, sempre se deu em contexto autônomo [...], buscando por internet, e principalmente, eu me descobri porque naquela época nem internet, quando eu tinha 22 anos, o uso da internet era bem pouco, era bem escasso, restrito, e eu tinha assim, por sorte, então foi aí que eu consegui, eu não lembro de ter nem Google, acho que Google, não era... eu consegui pela internet, nos Estados Unidos, daí eu comecei a conversar com homens trans dos Estados Unidos, pessoas americanas [...], nos Estados Unidos. [...] A questão de nome social, eu não posso mudar meu nome social por vários fatores, né?, eu tenho um problema que eu não sei como resolver o meu problema, tu falou já, já que em relação a informação, eu não tenho nem uma informação de como mudar meu nome, porque o meu nome, eu tenho dupla cidadania, só que eu ainda não recebi a minha dupla cidadania, ela tá no caminho, aí o advogado, um advogado aleatório que eu fui me perguntar, tirar uma dúvida há cinco anos atrás, ele falou pra mim que eu não deveria mudar o meu nome aqui no Brasil porque senão lá na Itália eu ia precisar da, hmmm, de um testemunho da minha família, e eu não tenho nenhum testemunho da família pra dizer que eu nasci na, que eu sou, é, da família B., né?, no caso. Então é por causa disso, da minha dupla cidadania, que eu ainda não mudei o meu nome porque eu não sei como fazer essa transição com a dupla cidadania. Primeiro eu preciso da minha cidadania, pra depois fazer a mudança de nome, me disseram que eu tinha primeiro que fazer lá na Itália e depois aqui no Brasil, e isso eu também não sei dizer se é verdade ou não porque nenhum advogado soube me responder isso com clareza. [...] E daí assim, como meu nome é europeu, né?, meu nome é italiano e daí ele é um nome que nem A. ou A., então o meu nome fica, é, quando eu me apresento pras pessoas, hoje em dia, não tem tanto problema porque o meu nome é estrangeiro, aí as pessoas não sabem identificar se é feminino ou masculino, daí eu tive essa sorte. [...] Nas relações sociais, [...] dentro do colégio eu sempre sofri preconceito, né?, porque eu sempre estudei em colégio particular, em colégio bem, bem assim tradicionalista, né?, tive sorte por ter uma mãe que sempre, é, apoiou meu estudo e apoiou financeiramente todos os meus estudos, eu estudei inclusive fora do país

e isso me ajudou muito, me profissionalizei com excelentes profissionais, também fui em busca disso, né?, porque não é só o dinheiro que faz acontecer, a gente tem que ir atrás do conhecimento também, mas eu tive, eu tive sorte por ter uma mãe que sempre, é, ajudou financeiramente os meus estudos e com isso eu me formei em duas faculdades e também, também estudei na UFSC um tempo, Administração, mas não, não cheguei a me formar, então eu, eu não sofri nenhum preconceito na faculdade, mas eu sofri muito preconceito no colégio. [...] A minha relação com os, todos os demais, as demais pessoas dentro da faculdade foi excelente [...] e o período de preconceito [...] foi no colégio, né?, porque acho que todo, todo homem trans ou toda, toda mulher trans sofre preconceito no início, quando tá se desenvolvendo, quando tá se descobrindo, porque não se sente feliz naquele corpo, então tu, tu se esconde, tu não quer se envolver, tu não quer se socializar com as pessoas, tu se sente... as pessoas te excluem e você se exclui, e eu venho de uma época, que eu sou dos anos 90 e 80, então eu venho de uma época que era extremamente preconceituoso. Naquela época, um gay era linchado no colégio, né?, uma bichinha, por exemplo, de 13, 14 anos era linchado no banheiro do colégio, é, e passava por vários, vários tipos de preconceito, então eu venho de uma, de uma geração bem preconceituosa, [...] e eu apanhava muito, né?, dos próprios homens do colégio [...] enquanto os professores e a direção [...] nunca fizeram nada, falaram que eu era o responsável por isso, por isso ter acontecido. [...] Omissos, e eu troquei quatro vezes de colégio, eu estudei em todos os colégios particulares de Florianópolis, e daí [...] os pais [...] sempre me culpavam, falaram que eu era o problema, já que, já que o colégio dizia que eu era um problema, os meus pais também colocaram esse peso sobre mim, então por eu me sentir sufocado aqui em Florianópolis, por eu ter, é, por eu ter estudado em todos os colégios de Florianópolis particular e ter sido expulso de dois, eu fui expulso do C. J.! Eu fui expulso por ser quem eu era. [...] A descoberta como homem trans se deu aos [...] quatro anos de idade, que eu tava num, eu tava no jardim de infância, eu me lembro até hoje desse episódio porque ficou bem marcado, eu fui no banheiro com a chave do Cebolinha e a professora impediu e disse que eu tinha que usar a chave da Mônica e eu recusei, fui pro banheiro e ela me bateu. Ela me bateu, eu tinha quatro anos de idade, chamou toda a minha família, foi uma confusão, eu apanhei de todos os meus familiares e, e foi aí que ficou bem marcado pra mim. [...] Eu sabia que eu ia ter problemas (risos), hoje eu não tenho nenhum tipo de problema e nenhum preconceito, por quê? Porque eu construí o meu respeito, eu ganhei muito respeito

dentro da minha profissão, eu sou muito respeitado, eu chefeiei grandes hotéis aqui, eu chefeiei o C. S., eu chefeiei o I. C., é, atuei em grandes restaurantes com nomes e renomes aqui, trabalhei com grandes chefes de cozinha em São Paulo, então eu busquei isso pra mim, eu construí isso através do conhecimento, do estudo. Eu busquei o estudo pra não ficar pra trás, né?, E [...] nunca, nunca sofri preconceito no ambiente de trabalho. Eu sofri uma vez, que foi no I. C., né?, foi, foi a minha, foi em 2014, foi meu último trabalho com, mas foi com um funcionário isolado, foi, não foi com a... porque eu era chefe de cozinha, então ele era muito machista e preconceituoso e já batia na mulher dele, e ele não, não quis, é, não quis, não quis que eu fosse chefe de cozinha dele, então ele tentou me espancar com uma faca, tentou até me esfaquear dentro da cozinha, chamei a polícia e tudo, fiz boletim de ocorrência, então a partir desse dia eu decidi que eu ia abrir o meu restaurante, né?, hoje eu tenho o meu restaurante, tô abrindo mais outro e, então assim, vou ficar com dois, né?, trabalho, trabalho, tô migrando pra uma área mais orgânica, natural, e é isso, assim. [...] O preconceito, ele foi uma constante na minha vida até os 22 anos. A partir do momento que eu tirei o meu peito, tudo mudou. Foi quando eu comecei a me hormonizar e me apresentar realmente fisicamente como homem que tudo mudou, eu não sofri mais. [...] Eu acho que é crucial que dentro de um sistema é, nós nos enquadrados a ele, que tenha acesso aos médicos, que os médicos estejam preparados, eles não estão preparados, eu digo principalmente os médicos, assim, porque a gente precisa dele pra sobreviver e, nos Estados Unidos, eles falam que tudo é caro, uma cirurgia é cara, uma hormonização é cara, uma... tudo é caro. Só que um homem trans nos Estados Unidos, ele não passa por preconceito, ele não passa por, por essa grande dificuldade que nós passamos com emprego e desemprego, lá não existe isso, eles trabalham como uma pessoa normal, eles tem acesso a universidade e colégio normal, eles tem acesso a tudo os que eles pagam, só que eles tem o melhor médico pra ser tratado, então vale a pena e compensa pagar por isso. Então a gente precisa, nem que seja no particular ou no estadual, que tenha, porque é, eu hoje vou no SUS e faço uma pergunta pra um endocrinologista e ele não sabe me responder. [...] Sobre o ambulatório que faz atendimento direcionado às pessoas trans na Lagoa da Conceição, em Florianópolis, [...] não tem mais, né?, ele migrou, ele migrou pra, pra, ali pra SC 401, ele migrou pra ali, e daí agora mudou muitos membros da equipe, inclusive, é, se mudar a política do Brasil, corre o risco da gente ficar sem. Se Bolsonaro entrar, a gente vai perder nosso, o único tratamento que a gente tem... público.

[...] *Eu ia embora agora, só que eu recebi uma proposta incrível de abrir mais um negócio, então eu resolvi trocar a Itália, né?, como eu já tenho tudo aqui, eu tenho um restaurante, eu tenho casa, eu tenho uma vida muito boa, que eu não tenho problema, questão financeira não existe pra mim. É, existe o quê? Existe que eu tenho que me deslocar e eu não tenho tempo pra me deslocar, por exemplo, eu não tenho tempo pra ir lá pra São Paulo pra fazer um tratamento, eu vou ano que vem só que eu vou conseguir isso porque eu vou buscar esse tempo, esse ano eu não posso porque eu to abrindo mais um negócio, então, a minha vida em relação ao tempo é muito complicada, é, então assim, é, eu gostaria muito que tivesse mais médicos aqui em Florianópolis, que, que conseguisse nos apoiar. Em relação a advogados, quando a gente fizer uma pergunta pra um advogado, que ele saiba, né, nos responder uma pergunta, é, com firmeza, é, nítida, clara, porque eles não sabem nos responder, nem todos. [...] Nós temos todos os problemas, nós temos problemas... quando eu abro uma empresa, eu tenho milhões de problemas, então até, eu já passei, quando eu vou no banco, então nem se fala! Toda vez que eu vou no banco, é, agora não aconteceu mais, mas há dois anos atrás eu fui revistado dos pés à cabeça e chamaram a polícia porque disseram que eu estava falsificando documentos, quando na verdade eu não estava falsificando documentos, só que a minha aparência não condizia com a minha identidade, daí eu tive que refazer outra identidade, foi um absurdo. [...] E eu passei por um preconceito muito grande, que eu poderia até abrir um processo contra o banco, só que eu não fiz pra não ter problema, porque eu não queria problema pra mim naquele momento. [...] Sobre o nome social, [...] a minha vontade era de mudar o mais breve possível, só que o advogado falou que na minha, na minha, por eu ter a cidadania, por eu ter que passar por vários tipos de processo, de mudança empresarial, jurídico, é, e também internacional, eu, a minha mudança ele falou que saía mais de três mil reais, aí eu falei: “como tudo isso, né?, então é, como que eu vou mudar isso tudo agora?, é muito dinheiro, né?”, de uma pancada só, três mil numa pancada só. [...] Hoje em dia eu mudei minha percepção [...] de mundo [...] pra tornar mais leve a minha vida, né?, porque se a gente sempre ficar olhando pro lado negativo, é, se torna exaustivo, eu fiquei muito tempo só olhando pro lado negativo, e depois que eu abri meu restaurante, eu mudei muito essa minha visão, assim, da, da... tentar pensar de forma mais positiva, é, se é um problema, eu acho que a gente vai tentando resolver, tal, mas né?, enquanto não sair minha dupla cidadania eu não vou ficar me estressando tanto, porque não é algo que... então eu fico no aguardo, assim, né?, quem sabe se eu*

tiver que ir lá pra Itália pra mudar tudo, eu vou novamente, porque eu já morei um tempo lá, eu vou novamente lá, mas é complicado as coisas assim, porque é tudo deslocamento e o tempo, que atrapalha. [...] É, inclusive quando tu pega avião, também, tu é, tu passa por vários, vários problemas, vários, tu fica lá com cara de bunda, assim, todo mundo te olhando numa fila e tu é revistado, as tuas malas é aberta, acontece muita coisa. [...] É importante que as pessoas saibam que existem pessoas diferentes, e que as pessoas diferentes estão em todos os lugares, e que todo mundo é igual, todo mundo precisa de um pra sobreviver, pra, pra tentar tornar a sociedade melhor e, e porque nós tamos sujeitos, pode acontecer na família de qualquer um. Todo mundo está sujeito a acontecer isso, porque, é, nós precisamos de... As, as mulheres trans, elas caem na prostituição porque elas são expulsas de casa muito jovens! 13, 14 anos elas são jogadas na rua, então não tem como tu resgatar essa pessoa pra dentro de uma sociedade e transformar essa pessoa em profissional, ou, ou, uma estudante, ela não tem nem como, ela não tem a, a estrutura básica, que é sobreviver, comer e se, e se lavar, na higiene pessoal, pra ir, pra ter acesso a um colégio. É tudo muito complicado, as pessoas apontam muito, fazem muito apontamento de dizer, “ah, olha lá, mas já tá na prostituição...”, tá na prostituição porque foi jogada pela família muito cedo, com, com, enquanto uma criança de 10, 12 anos tá sendo muito bem educada pelos pais, a jovem mulher trans tá lá na rua, se prostituindo aos 12 anos de idade porque não tem onde dormir, ela tá, tá se prostituindo pra poder pagar um abrigo pra poder dormir a noite. [...] Os homens trans, eles tem muita sorte. Olha, a maioria dos homens trans que eu conheço, eles são muito bem vistos, não sofrem tanto preconceito com a família, [...] ele é, ele é mais acolhido pela família, a família não abandona, eu não sei porque que, é, que somos melhores vistos, melhor visto pela sociedade do que as mulheres trans, talvez porque a gente passa pela transformação, a nossa transformação é mais visível, né?, a gente fica muito rápido, é, a nossa transformação é muito rápida. A mulher tem que fazer laser, tem que fazer, é, tirar gogó, tem que fazer um monte de coisa pra, ainda tem as bem altas, né?, então é, muito, muito problemático, assim, a transformação delas. A nossa é mais suave. [...] Quanto à questão de autoestima e depressão, relata [...] muitos problemas sociais, eu tive muito problema, muito problema pessoal, né?, eu sou um homem trans que eu venho de tratamento psicológico desde os quatro anos de idade, psiquiátrico também, não tomo, nunca tomei nenhum remédio de antidepressivo, mas eu já tive muitos problemas, é, de depressão, como, como todo, pessoa trans tem, sofre, a

nossa vida não é fácil, tu tem que, tu tem que ser muito forte, muito forte mesmo, porque só leva tapa na cara, assim, ó, o dia inteiro levando tapa na cara... Tu, tu nasce na negativa, então a pessoa que nasce na negativa: tu não tem nome, tu não tem identidade e tu não tem sexo, então tu já ta na negativa, então ali, a partir dali, tu vai ter que começar, tu, tu abriu a porta pra sair de casa, tu levou um tapa na cara porque tu ouviu teu nome social do qual tu não gostaria; tu chegou em casa, tu levou outro, alguns tapas na cara, ou da tua família, ou do teu vizinho... Vizinho, então, nem se fala! Ele tá sempre te, sempre, se tu mora em um apartamento e tu entra em um elevador, e tem várias pessoas em volta, todo mundo começa a te chamar no nome social que tu tinha antigamente e aquilo ali se torna um motivo de piada, porque as pessoas olham pra tua cara e... Hoje em dia, eu mudei isso. Eu coloco essa pessoa que tá fazendo isso como uma pessoa louca, porque, porque eu sou muito, eu sou um homem trans que se passa como um homem, então essas pessoas, é, elas não fazem mais isso porque elas têm medo de se passar como uma pessoa louca, mas a minha mãe, por exemplo, ela não anda comigo na rua. A minha mãe, não, não vai comigo em nenhuma loja, a minha mãe... nós nunca saímos, nós nunca viajamos e nós nunca fizemos, é, nenhum passeio social juntos, eu não tenho vida social com a minha mãe, ela tem vergonha de sair comigo na rua. E mesmo eu, eu sendo quem eu sou, e os meus clientes me amam, eles nem sabem que eu sou homem trans, nenhum cliente meu sabe que eu sou homem trans e eles tem um respeito enorme por mim, assim, é, frequentei já, frequentei muito a casa deles fazendo vários jantares e casamentos, fiz muito casamento pra jornalistas da RBS TV, da Rede Globo, então, é, eu sou muito, sou muito tranquilo em relação aos outros, meu problema maior está dentro da minha casa, dentro da, dentro do meu meio social, né?, os vizinhos, a família... é, sempre essas pessoas que me derrubam, então isso foi, é, deixa qualquer uma pessoa triste, então, tem que todo dia, é... tu leva um tapa na cara, mas tu tem que sorrir mesmo levando um tapa na cara porque tu sabe que tu tem que, tu tem que viver aquele dia. Não importa como, porque tu tem muita, muita responsabilidade nas tuas costas. Se eu deixar de viver um dia, todos os meus clientes vão deixar de comer um dia, e eu vou deixar de pagar as minhas contas ou várias coisas vão acontecer, então é um acúmulo de problemas que te gera se tu não viver um dia, como qualquer outra pessoa normal, então é, a gente tem que levar um tapa na cara e continuar a luta, porque, é isso, não tem que baixar a cabeça, não dá pra baixar a cabeça. [...] Eu sou filho único, é, meu pai, ele, eu nunca vi meu pai, né?, tudo que eu sei do meu pai é que ele era alemão,

ele era da Alemanha, [...] eu sou filho de mãe solteira, sempre fui, minha mãe me assumiu sempre, minha mãe me assumiu, não, minha mãe me assumiu, depois me botou pra minha vó me assumir, depois, o meu tio, depois fui morar fora do país e daí... A bola de neve, né?, [...] eu moro com a minha mãe faz só dez anos, que eu moro com a minha mãe. [...] Resido com ela hoje porque, porque eu abri os meus dois negócios, né?, e isso fez com que eu mudasse pra casa da minha mãe por causa da minha questão financeira mesmo. [...] Nós conversamos cinco minutos por dia, é o nosso diálogo (risos), se passar disso a gente começa a se pegar dentro de casa, então não dá muito certo (risos), é... cinco minutos por dia é o suficiente. [...] Os demais parentes [...] engolem, né?, eles dão aquela engolida, mas não, também não saem comigo não pra lugares sociais, assim. [...] Sobre a hipótese de cometer suicídio [...] já passou, sim, eu acho que na cabeça de todos, todos, na maioria das pessoas trans passa por isso, por querer se suicidar no início da transição, é muito difícil. No início da transição, é um pesadelo, porque tu não tem ninguém, tu não tem apoio, tu não sabe o que que vai acontecer, é tudo muito novo, tu não tem experiência com isso, tu não sabe o que que vai acontecer, tu não sabe se vai melhorar ou piorar. Dentro de casa se transforma num pesadelo, é, tu sai de casa, tu até, tu vê, tu até se sente melhor até mais fora de casa do que dentro, outros não; outros se sentem melhor dentro de casa, não saem de casa por nada nesse mundo, e não, e não tem vontade de viver a vida, então eu tive, eu tive, eu não sei se é sorte ou se é azar, mas eu sei que a minha vida sempre foi muito na rua, assim, eu passo mais, passo grande parte da minha vida mais fora de casa... eu vou pra casa só pra dormir, praticamente, então isso é ótimo, e sempre foi assim, é, eu sou, o fato assim de, eu acho de ter sido tão destrutado dentro da minha casa fez com que eu não gostasse de viver dentro de casa, então eu sou muito da rua, tô sempre na rua. [...] A maioria dos meus amigos são gays, né?, lésbicas, eu tenho bissexuais, eu tenho muito amigo, é, que é assim, hoje em dia eu tenho até muito amigo hétero, tenho grande círculo de, é, amizade social que eu conquistei hoje em dia que nem sabe que eu sou homem trans e jamais vão saber, assim, não fazem... se alguém contar, eles vão dar risada, porque eles não vão entender nada e eu não tenho problema com amigos, converso com todo tipo de gente, e até eu tô satisfeito com a minha vida atual, de hoje, eu tô bem satisfeito. A única coisa que eu, que me sensibilizo e fico triste é o fato realmente de ainda não ter acesso a um médico competente pra nos ajudar aqui em Florianópolis, que tenha um preço, um preço assim, padrão, não tão... Porque lá em São Paulo é 500 reais, só que em São Paulo o salário de

lá é muito maior que, que o salário daqui, então mesmo assim eu vou ter que ir lá, me deslocar pra esse tratamento, e aqui poderia ter um médico bom, competente, só que com preço mais acessível, e não tem, e ainda assim, não tem. [...] Ajuda legal e ajuda médica, né?, inclusive até mesmo quando tu tira uma carteira de motorista é um problema muito grave, é, tu enfrenta assim, tu tem que respirar assim, bem, eu demorei muito tempo pra tirar minha carteira de motorista [...] por conta disso, é, só que também já tinha levado muita multa, né?, tinha guinchado várias vezes o meu carro, daí eu, “ah não, vou ter que, vou ter que encarar, né?”, e eu fui fazer minha carteira faz um ano atrás, então, e daí as pessoas falam, “ah, mas é irresponsabilidade”, na realidade não é irresponsabilidade, na realidade é tu respirar bem fundo e ter que encarar duas semanas de aula com um monte de adulto ignorante que tá ali, a pessoa todo dia vai te chamar teu nome, bem alto ainda, e ainda tu vai, tu vai tá olhando numa câmera, e daí tens que todo dia explicar quem tu é, aí, e ainda todo mundo vai rir da tua cara, pode ter certeza, e tu ainda vai rir junto pra não ficar tão ruim. Aí quando tu chega lá no médico pra bater foto, mais um monte de constrangimento. Quando tu vai pra aula prática, mais constrangimento. Tudo é um sufoco! Tudo é um perrengue. Então, assim, eu demorei tanto tempo porque eu não queria passar por isso, eu preferia perder um carro do que ir lá pra, e ter que encarar tudo isso! Só que, realmente, eu olhei pra mim e disse, “não, chega, agora vou ter que ir, é agora ou nunca” e eu fui, e foi uma droga, só que eu fui, eu tive que ir. [...] Foram quatro meses de sufoco pra mim, eu levei quatro meses pra tirar minha carteira de motorista, de tão, é, de, porque eu tive problemas... Eu ia dois dias, sim, três dias, não, então... mas não é por má vontade, é porque tu tem que se preparar psicologicamente pra enfrentar, pra ter o enfrentamento disso tudo, [...] o enfrentamento social, porque são pessoas muito ignorantes que estão lá naquela, dando o cursinho de, de autoescola. Muito ignorantes, Meu Deus! Eles são muito machistas, muito, muito preconceituosos. [...] Porém, considera que a parte adulta da vida [...] é ótima, né?, não tem nenhum problema, eu não tenho grandes problemas, eu tenho problemas como uma pessoa normal tem, [...] tudo que envolve documentação é um problema, [...] não é que é um problema, se torna um problema por, devido a ignorância alheia, então se torna um problema, mas não que se, não é uma constância. [...] Na universidade, não teve nenhum problema, expõe que foi [...] um dos melhores alunos, eu fui, eu saí de lá como um dos melhores alunos e eu trabalhei em todos os restaurantes dos meus chefes de cozinha de lá. [...] Eu falei desde o

início, eles me tratavam no masculino, inclusive o meu chefe de cozinha que mais me apoiou ele era alemão e extremamente “cabeça aberta”, assim, trabalhei no restaurante dele, tudo. Eu só tive excelentes, é, eu tive uma excelente vida acadêmica, eu não tive, eu não tenho do que reclamar da minha vida acadêmica. [...] Até da Administração da UFSC eu me destaquei muito, eu saí de lá porque eu não tava gostando, é, eu queria partir pra outra área e eu busquei outra área pra minha vida, mas, hoje em dia eu já penso em voltar pra Administração, mas eu não tenho tempo (risos), mas é algo assim que eu não tenho nada de, a minha vida acadêmica é maravilhosa, foi maravilhosa, né?, inclusive hoje eu quero voltar a estudar e eu quero muito voltar a estudar e eu não posso, porque é muita coisa pra eu resolver. [...] Na Europa, reflete que o período [...] foi fantástico, muito melhor que no Brasil. [...] Eu morei lá, só que eu morei lá muito jovem, eu era adolescente, então eu morava com meus tios, meus tios lá tem uma vida maravilhosa, morei num lugar lindo... estudei num colégio maravilhoso, eu fui pra fazer, é, intercâmbio cultural, então qual é o adolescente que não ia se se... (risos)?, então me sentia menos frustrado lá na Europa, foi maravilhoso morar lá. [...] Lá, eles tem uma cabeça muito aberta, até hoje, eu tenho, eu tenho amigos, assim, milhares de amigos lá na Itália e milhares de amigos em Portugal que são, e, nós, tão até hoje me esperando que eu volte lá e eu também quero que eles venham pra cá, também, conhecer aqui, tal, eu tenho uma afinidade muito grande com eles. Eu me dou muito melhor com as pessoas com, com as pessoas de lá do que com as pessoas daqui do Brasil que são. [...] Por ora, não pensa em retornar definitivamente para a Europa pois [...] a minha vida aqui é muito estável, tenho uma vida maravilhosa aqui, me relaciono com uma pessoa legal, me relaciono com uma mulher maravilhosa, [...] uma mulher cis [...], ela é administradora de um hospital, né?, da química, então ela me ajuda muito no meu tratamento, tenho um apoio gigante dela, é bem legal assim a minha vida aqui no Brasil, é, de repente ela ficou maravilhosa, né?. Eu trabalho com orgânicos, a minha alimentação é extremamente equilibrada, eu sou atleta, né?, eu sou atleta, eu sou fisiculturista, Men's Physique, da linha Men's Physique, eu tô muito feliz aqui, não que na Europa ou nos Estados Unidos não seria maravilhoso a minha vida, mas... [...] A relação com sua parceira [...] sempre foi tranquila, sempre, na hora, antes de eu conhecer ela já disse quem eu era, tudo... Super, super tranquilo, assim, nenhum problema, nada. Eu, eu não, eu não tive grandes problemas na minha vida adulta, assim, eu tenho problema legal, eu tenho problema com banco, eu tenho problema... Acesso à informação, como tu disse, esses

são os meus maiores problemas que eu não consigo resolver. [...] Falta de informação, não existe informação. Até na Zara (loja de roupas) eu passo perrengue pra comprar roupa, por causa do meu cartão! Eles pedem identidade, pedem a carteira, daí eles não estão satisfeitos com a minha carteira de identidade, eles pedem a carteira de motorista, eles não tão satisfeitos... Daí eu olho pra cara deles assim, bem brabo já, e já falo assim, “tá, tu quer também o meu passaporte?”, e então, é, se torna estressante até quando eu vou comprar uma roupa. [...] Se as pessoas fossem melhor informadas, o problema é que o nosso país, ele é muito, ele é um país muito preconceituoso, tem muito preconceito ainda. As pessoas, os profissionais estão despreparados pra nos tratar, tá?, e ninguém sabe, quando a gente vai num médico ou se apresenta numa secretaria, ali na própria secretaria do hospital, eles já ficam tudo assim, “ah, a gente vai mandar pra cá”, “ah, não, manda pra lá”, e manda pra... E tu fica que nem um bobo, andando em todas as salas, aí, “não, não, tu tá na sala errada!”, “mas a secretária mandou pra cá!”, “não, mas tu não tem que tá aqui, tem que ir pra lá, do outro lado”, e, e, tu fica, olha, eu acho que tu leva 40 minutos só pra tentar ser atendido por um médico... É uma vergonha. O que não acontece nos Estados Unidos, né?, eu prefiro pagar do que, ah, e daí tu tem mais outra coisa, ah, o nosso, o nosso, todo mundo tem um plano de saúde, né?, eu, eu não tenho um plano de saúde. Porque, é, não é um plano viável pra mim, porque daí eu não posso fazer as cirurgias pelo plano, então pra que eu vou pagar um plano se eu não posso fazer a minha cirurgia? Não vale a pena, não compensa, então eu não tenho plano por isso, né?, é a minha, é a minha luta, assim, em relação ao plano, que eu já fiz, tentei de várias formas porque daí tu paga uma taxa muito alta, né?, 400 e poucos reais pra ter um plano, mas aí tu não tem acesso a, tu tem acesso só ao endócrino, e fazer exame, então tu tá pagando um valor... Agora lá nos Estados Unidos tu paga um plano e tem direito a tudo! [...] Aqui, a gente paga pela ignorância alheia. [...] Quanto ao tratamento hormonal, [...] eu não tenho medo de nada! Eu me jogo de cabeça, eu me informo, eu me testo, eu já tomei todos os tipos de anabolizante e... Por conta própria. Já ciclei, já fiz vários tipos de ciclo sozinho, por conta própria, deu cagada, consertei sozinho a cagada, é, voltei novamente, eu fiz o exame... Eu mesmo me estudo. Eu sou a minha própria cobaia (risos). [...] A ajuda médica [...] é o que eu mais quero, só que eu vou no médico e ele fala assim, “eu não vou poder te ajudar, tá?”, o próprio médico me disse isso, o endócrino. Eu fui no endocrinologista e ele mandou eu sair da sala dele. Não é que ele mandou, ele falou assim ó, “infelizmente, eu não sei, eu não sei nem por

onde começar a te ajudar”, o endocrinologista, médico! [...] Não quis nem ver meu exame, [...] foi meio que já me expulsando da sala dele, era tudo o que ele queria, que eu saísse de lá correndo (risos), e eu tava pagando, tá?, pra ir numa sala, eu paguei pra ouvir isso. [...] No ambiente profissional, [...] eu sempre fui convidado pra trabalhar, eu nunca passei por uma entrevista de trabalho, e eu sempre fui chefe ou cozinheiro primeiro, nunca fui auxiliar ou abaixo disso, então é, eu me profissionalizei já desde muito cedo, né?, e fui até... Desde cedo, eu pensei, “pronto, uma coisa que eu não gosto de fazer é limpar chão, então eu vou ter que ser o melhor pra não ter que limpar chão” (risos), é uma coisa que eu botei isso na minha cabeça, eu fui atrás e me desenvolvi, e fiz vários cursos, e trabalhei, desenvolvi... Trabalhava 18 horas por dia, durante muito tempo, 15, 16 horas... [...] Eu fiz pra dar um tapa... Primeiro, que eu fiz pra dar um tapa na cara de toda a minha família, era o que eu mais queria, minha luta era essa, “eu vou dar um tapa na cara de todos eles”, um tapa que eu digo, né?, um tapa, assim, psicológico, né?, [...] mostrar pra eles que, a questão de valores, e depois, eu passei a fazer pra mim, né?, uma coisa que eu gosto, acredito, ah, é trabalho, me desenvolvo, não tenho cansaço físico, tenho mais mental do que físico, né?, mas, é, um lugar onde me dá prazer é o meu trabalho. [...] A minha válvula de escape hoje é a academia, né?, vou lá e eu treino muito, né?, é algo que eu amo fazer, treinar. Tô nessa pegada de me transformar em um atleta já faz, desde 2014 que eu venho construindo meu físico pra isso, e ano que vem vou partir com tudo também pra cima disso, eu vou investir 20 mil reais na minha profissão, na minha nova profissão, né?, que eu quero bater o Men’s Physique, e eu vou atrás disso. [...] Eu quero bater o Men’s Physique, só que pra isso eu preciso chegar a 100kg de músculo. [...] É uma coisa que eu gosto, que eu acredito, tem poucos, todo mundo critica, né?, fala que nós não temos capacidade de sermos como um homem cisgênero, então eu vou, eu tô aqui novamente provando pra todo mundo que eu tenho capacidade e eu vou chegar lá, então por isso que eu resolvi me transformar em um atleta. [...] Sobre apoio, [...] sempre tive apoio financeiro da minha mãe, apoio financeiro. Não apoio social. Ou apoio mental, ou um apoio... Eu nunca pude baixar a minha cabeça e chorar, nunca tive tempo pra isso. Nunca pude chorar, é, tem pessoas que tem essa oportunidade, né?, mas eu não posso porque, como eu falei anteriormente, se eu parar o mundo pra chorar, tudo vai acumular. Eu não vou dar conta de resolver depois. [...] Com a companheira, diz que [...] a nossa relação é muito ótima, não, eu não tive assim, não tenho mais depressão, então eu não tenho mais, eu não preciso mais chorar,

assim, mas antigamente, sim. Antigamente, se eu pudesse ficar em casa, eu ficava chorando o dia inteiro, porque olha... Não é, não é fácil. Hoje em dia, quando eu tô triste, eu vou treinar. Quando eu tô feliz, eu vou treinar. Quando eu tô com fome, eu vou treinar. E quando eu não tenho mais nada pra fazer, eu também vou treinar. Eu treino três horas por dia. Eu treino três horas por dia e trabalho 12 horas por dia. [...] Em pé. [...] Pra mim, é minha diversão. Tô lá me divertindo, me desestressando, e aliviando assim, tudo, então eu tô, eu não tenho nem tempo de pensar em problema, porque quando eu vou pensar em problema eu já tô tão morto que... (risos). [...] No universo do fisiculturismo, não considera um mundo machista, pois [...] me ajudam, me apóiam. Graças a eles, eu consegui um médico lá em São Paulo, é, eu tenho um apoio tão... Os caras, eles não são mais, hoje em dia, os fisiculturistas, eles tem uma mentalidade tão, tão linda, que, é, eles, tu vê aqueles monstros, né?, aqueles homens gigantescos, cheios de músculo, só que eles são coração tão maravilhoso, assim, que, que me faz bem conviver ao lado deles. São as pessoas que eu mais vejo, são atletas de hoje em dia, são as pessoas que eu mais vejo que tem uma mentalidade maravilhosa pra se conviver. Eles não têm preconceito com gay, eles fazem uma piadinha ou outra, mas eles não vêem isso como preconceito, eles vêem isso como uma, como uma coisinha do dia-a-dia, só que eles puxam pra eles, “ah, não tem problema, é gay?, tamo junto, vamo treinar!”, então porque eles não são preocupados se o cara é gay, se o cara é casado com homem, se o cara dá a bunda, se o cara come... Eles são preocupados em desenvolver o seu músculo, tu tá ali, essa é a, o foco é esse. Então se tem um ou se tem outro, pra eles tá todo mundo somando junto, então eu fui muito bem..., e eles me ajudam muito, eles me ajudam a estudar o meu ciclo, eles me ajudam a montar como eu tô no meu dia-a-dia, eles são uns caras maravilhosos, muito melhor do que muito aí na rua, que tem, muito melhor do que muita gente, [...] inclusive família. [...] Agora assim, é complicado, é complicado também julgar a minha família, eu, eu consigo entendê-los. Eu consigo entendê-los porque eles têm tanto preconceito, porque eles, nunca, nunca teve nenhum gay na minha família, nunca teve nenhuma lésbica, nunca teve nada, então, eu, de repente veio eu, né?, o boom pra, pra dar uma explosão ali e sempre lutei por isso, sempre fui firme nas minhas ideias, eu sou muito objetivo, quando eu tenho uma ideia fixa na minha mente, não há quem tire. Quando eu falei que ia ser um fisiculturista, todo mundo riu da minha cara, tá?, eu tinha 58kg, todo mundo riu da minha cara, todo mundo olhava pra minha cara e dava risada da minha cara, e eu falei, “vocês, enquanto vocês estão rindo, eu

vou me desenvolver”. Passaram-se quatro anos, eu tô aqui, muito mais desenvolvido do que todo mundo. Todos aqueles que riram da minha cara hoje me respeitam. [...] Por conta própria também, [...] um dia eu resolvi entrar na academia, um dia eu resolvi estudar dieta, um dia eu resolvi estudar nutrição por conta própria, um dia eu resolvi comprar quatro, cinco livros de medicina e estudar, é, toda a parte química e, e hormonal, como eu ia ativar isso dentro do meu corpo, e eu estudei sozinho, me desenvolvi sozinho, eu tô aqui sozinho. Então quando eu tenho uma dúvida, eu dificilmente procuro alguma coisa, eu vou lá e procuro um livro, né?, ou vou no Google, ou vou no YouTube. [...] É difícil, nem sempre a gente acerta, mas, é, seria incrível se eu tivesse um profissional nessa área, mas como eu não tenho alguém pra me ajudar, eu tenho que estudar. [...] Até a gente fica bem sem direção, é isso que tu falou agora, tu se desenvolve sem direcionamento, é muito difícil, é muito difícil uma pessoa cis normativa se desenvolver, agora tu imagina uma pessoa trans se desenvolver?, é só ponto de interrogação. Aquela pessoa tá ali, aquela pessoa é humana, também, ela também precisa se desenvolver. [...] Brasil é um país agravante em relação a pessoas trans, em relação à gay e a lésbica já é agravante, agora tu imagina em relação a pessoas trans! Então assim, é, eu chego assim, tem dias que eu atendo pessoas assim, que eu jamais iria imaginar que eu ia atender. Tu vê assim, o cara fala comigo, é o cara mais preconceituoso que vai votar no Bolsonaro, ele fala comigo como se meu melhor amigo, e eu trato ele com respeito porque eu não posso desrespeitá-lo, porque ele é do Bolsonaro. Mas ainda assim, ele vai lá, todo dia, contar pra mim a mesma ladainha, e eu tenho que ouvir e dar sorriso, dar bom dia, dar boa tarde, e ele me trata assim, com um respeito incrível porque ele acha que eu sou igual a ele, que eu penso da mesma forma que ele. [...] Me trata como um homem cis e me trata muito bem. É uma piada (risos), mas é verdade! [...] Quando entra no restaurante, ele fica lá, apontando, fazendo apontamento, daí eu falo assim, “ah, cada um com a sua felicidade”, eu sempre solto essa, pra não ficar feio, daí ele fala, “não, é, eu te entendo, tu tá aqui no teu negócio, tem que pensar dessa forma” ele é terrível, ele é terrível (risos)! [...] Não, ele é um problema, mas ele tá sempre lá, né? (risos), eu não posso deixar de atender. [...] Tem alguns como ele, mas aquele ali... A gente vê, percebe assim como até mesmo um doutor, é, é ignorante. Não quer abrir a mente, assim. Até um dia que acontecer isso com ele, né?, ou as vezes até acontece e ele tem tanto medo ou até mesmo ele tem tanto medo dele próprio, que ele precisa se esconder dessa forma, como escudo. [...] A realidade do dia-a-dia dentro do Brasil. [...] Eu vou dizer pra ti que matar um leão

hoje em dia é fácil, difícil é comer as antas (risos)!, né?, matar um leão hoje em dia, pra mim, se tornou a coisa mais simples. [...] A questão é a falta de informação e a vontade da pessoa ir atrás da informação, né?, a vontade dos educadores dentro do colégio, né?, tudo começa na educação, tudo começa dentro do colégio, tudo começa lá. A gente tem uma situação de um homem trans, ele tem cinco aninhos de idade, e ele é daqui de Florianópolis, eu nunca vi ele, mas ele é bem novinho. Ele tem cinco ou quatro aninhos, eu não sei, eu sei que a família inteira respeita ele, e a mãe dele foi denunciada no conselho tutelar, então é um absurdo, porque assim, é uma mãe tentando desenvolver a própria criança, e mesmo assim ela não ligou, ela continua aceitando ele como ele é, ele tem um nome, o nome dele é G., ele que escolheu, então assim, é uma criança que tem tudo pra ser uma, uma, um grande profissional, uma grande pessoa, um grande ser humano, né?, um grande ser humano. [...] Ainda bem que ainda existem pessoas assim, né?, essas pessoas de luz. Então, é, tudo começa dentro do jardim, ou dentro do, dentro da, dentro do crescimento, do crescimento social da criança, na primeira série, na segunda série, os professores, é, tentando trazer os alunos pra, pra uma aceitação, vamo se aceitar, vamo ser mais felizes como um todo, né?, porque todo mundo é igual, falta o professor, essa voz ativa dos professores, não que eles sejam responsáveis por isso, não são, mas isso é uma ajuda porque eles estão desenvolvendo o cérebro das pessoas, né?. Então, é, se, se, eles podem até trazer uma discussão de família dentro do colégio e trazer os pais também pra essa discussão, e hoje em dia tá cheio de homem trans, tá cheio de mulher trans no colégio, tá cheio! Tá cheio de adolescente, tá cheio de homem trans aí, com 12, 13 anos se assumindo, os pais aceitando, não aceitando, então, é, tá na hora assim de mudar, mudar porque todo mundo, todo mundo, eu acho que o objetivo de nós estarmos aqui é tentar levar uma vida melhor, sermos melhor, melhor como pessoa, melhor como ser humano, melhor em atitudes, e nós só vamos conseguir esse respaldo se todo mundo cuidar do seu, né?. Se cada um cuidar do seu, já vai ter uma melhora, agora tu imagina se cada um cuidar do seu e respeitar o próximo? Vai ser melhor ainda. [...] Sobre a participação em movimentos associativos, como na ADEH, que já frequentou, [...] é bom, eles fazem um acolhimento das pessoas trans, né?, muito bom, eles chamam os pais pra roda de conversa. Minha mãe nunca quis ir, a minha mãe jamais iria, a minha mãe o dia que eu chamei ela pra ir numa consulta minha da psicóloga, ela foi extremamente arrogante, ela saiu de lá, ela nem quis ouvir o que a psicóloga tinha pra falar. Não só como assistente social, mas como professora de universidade da

federal, né?, a minha mãe é professora da universidade federal, então, é (risos), é agravante, assim, mas ela... É o jeito dela, eu não vou, eu não vou, é, tratar como ela me trata, né?, eu acho que ela vem de uma geração muito difícil também, vem da ditadura, ela teve uma vida difícil, ela foi largada pelo meu pai, é, é muito complicado a gente julgar, porque ela fez tudo o que ela pôde de acordo com o que ela pôde fazer, né?, ela também teve, teve os seus problemas na adolescência dela, ou na fase adulta dela, eu acredito que deve ter sido muito difícil me criar sozinho, minha família é... Eu fui o único do colégio que eu me lembre, eu era o único do colégio que tinha pais separados no colégio particular, e era sempre, todo mundo perguntava, e nossa, né?, e filho único, ainda! Então tu imagina quantos, é, quantas coisas diferentes, se eu passei por isso, imagina minha mãe, que teve que me criar sozinho, né?, então, é, eu não julgo ela mais, eu, eu parei de julgar ela aos meus 25 anos, e eu só aceitei, né?, eu só aceito, ela é assim, eu tenho que aceitar como ela é. [...] Um dia a gente muda, né? Quem sabe um dia ela possa mudar também. [...] Eu sempre frequentei a ADEH, eu fui um dos primeiros homens trans a frequentar, que foi na ADEH. Fui na ADEH, foi o quê? Foi, nossa, ainda era outro grupo, ainda, nem, é... Procurei a ADEH desde muito cedo, muito cedo. Então eu frequento a ADEH desde muito, agora eu não tenho mais ido tanto, pela minha falta de tempo, mas sempre que eu posso, eu vou, é um lugar onde eu gosto de ir, é um lugar onde tu se sente seguro lá. Eles apóiam muito, eles, tem pessoas que tá muito perdido, é, a ADEH é bom é pra quem tá se reconhecendo, né?, ou então quem tá caindo na rua, as mulheres trans que estão na prostituição, ela é, ela tem o foco muito grande nisso, ela não tem um foco tão grande, assim, pra homem trans. Agora que tá começando, elas assim, nos, nos encaixar dentro da ADEH, começou isso agora, foi recentemente, então, é, é algo que é bom, é um lugar bom pras pessoas que tem problema, não só pra gente, mas pra gay e lésbica também. [...] Aponta que é procurado por outros homens trans para a troca de informações e diz que [...] a gente tem que tomar cuidado com a informação que a gente passa, porque eu já, eu já ajudei muito homem trans de 14, 13 anos que tão querendo se matar. [...] A procura se deu [...] pela internet, Facebook, aleatoriamente, eu mal conhecia (risos). Eu tenho mais de, eu tenho quase três mil amigos no Facebook, a maioria são homens trans, então eles buscam ajuda, sim, não só eu, eles buscam ajuda de quem tá mais, de quem é mais experiente mesmo, então eles, eles falam de toda a dor que tão sentindo, todo o peso, sempre se vêem como vítima. Mas isso não é culpa deles, isso é culpa da situação que eles estão, da falta de experiência, da falta de

maturidade, então tu tem que ter, tu tem que pensar muito antes de responder e, e não julgar também, né?, apenas estender a mão e dizer que tu tá aí, porque é muito triste tu ouvir um homem trans de 12 anos que diz assim pra ti, que quer se matar, é, porque a família, ele é espancado dentro de casa. Eu fui espancado até os meus 16 anos pelos meus tios, tudo, só que eu, eu era muito forte, eu fui psicologicamente muito forte pra aguentar tudo isso. Hoje em dia, quando alguém me xinga, eu saio dando risada, porque pra mim é uma coisa muito leve, hoje em dia, quando eu vou ao banco, eu já tô preparado psicologicamente pro que eu vou enfrentar, então quando eu passo, quando não acontece nada comigo eu digo, “nossa, hoje não aconteceu nada, não tenho nenhum dia histórico pra contar!” (risos), então... [...] o dia histórico é quando tu sai de lá, assim, nem ser revistado, sabe?, então é, é muito difícil assim, tu, tu cuidar dessas pessoas desamparadas, essas pessoas tristes, é, as vezes eu não tenho nem poder, assim, pra conversar com essas pessoas, e eu tento buscar ajuda da minha própria psicóloga pra tentar ajudá-los, porque é muito difícil ter uma, é uma responsabilidade muito grande porque qualquer coisa, um deslize, um pequeno deslize que tu cometer, essa pessoa se matar a uns cinco minutos depois, assim, depois dessa conversa. [...] Eu tenho um homem trans, que foi um grande amigo meu, e ele, pra ele não se matar, ele foi internado, então agora que ele saiu do internamento, ele ficou oito meses internado em uma clínica psiquiátrica e passou por problemas de droga, álcool, e tomando testosterona, então agora que ele saiu dali, e ele foi novamente acolhido, ele tem uma mãe que apóia muito ele, mas ele tem um pai que espanca muito ele. Daí a mãe também é espancada pelo pai, porque a mãe, porque o pai culpa a mãe, então, é, é uma complicação, assim, é muito difícil, é como eu te falei, é muito difícil a gente julgar ambas as partes, é muito difícil tu julgar, mas a gente fala, “ah, mas é uma vítima”, mas não é que é uma vítima, às vezes não tem preparo psicológico pra poder passar por essas situações, e não tem que ter mesmo, porque é muito difícil, não é qualquer um. [...] Relata também que [...] um dia, eu fui pra uma, eu fui tirar uma informação dentro de uma, um consultório psicológico de São Paulo, foi em..., naquela cidade onde tudo é grande, Ijuí, não, ah, agora esqueci o nome, uma cidade onde, onde tudo é grande, sabe?, é grande, assim, aí eu fui lá, daí a médica, a psicóloga olhou pra mim e falou assim, “ah, mas, é, mas isso não é coisa de Deus”, daí eu falei, “mas tu não é psicóloga?”, daí ela assim, “sou psicóloga de Deus!”, daí eu, “existe isso agora?” (risos), então tu ouve cada coisa, assim, que tu não acredita, que as vezes até, é, é arcaico, retrógrado, as coisas que tu

ouve. Eu saí de lá dando risada da cara dela, eu olhei pra cara dela, eu peguei e falei assim, “eu vou, eu vou te denunciar, tá?, eu vou te denunciar, porque tu não pode falar isso, não pode falar o nome de Deus dentro de um consultório psicológico, a senhora sabia disso?”, senhora, não, porque ela tinha minha idade, mas eu tratei ela como senhora, “a senhora sabia disso?”, daí ela assim, “ah, não sei o que, nã, nã, nã, porque eu me formei, eu me especializei nisso...”, “não pode se especializar nisso, a senhora...”, ela é da igreja R. D. e ela luta pra, pela cura gay. Ela é uma das pessoas que mais luta pela cura gay, então (risos), então eu bati boca com ela, eu, eu denunciei ela, a gente teve vários bate-boca, sabe?, [...] isso foi numa clínica psicológica, eu fui pra, eu fui esclarecer uma dúvida, isso foi o quê? Isso foi em 2013, tá?, isso aconteceu em 2013, eu fui tirar uma duvida, recente! 2013, aqui atrás, ó. Não faz, não faz o quê? Três aninhos! Eu fui só esclarecer uma dúvida com ela e ela me veio com essa bomba, então eu, eu fui obrigado a denunciar ela, eu denunciei sim. [...] Considera que a falta de informação é um de seus grandes problemas, [...] em todas as áreas, falta tudo! (risos), e aqui em Florianópolis falta mesmo! [...] Nossa, São Paulo tá muito evoluído, Meu Deus do céu! Não sei como tá Rio de Janeiro, mas eu ouvi falar que o Rio de Janeiro tá muito bom, mas São Paulo, tá, tá a mil, né? [...] Eu morei em São Paulo um tempo porque eu fui me profissionalizar lá, então eu fui lá só pra me profissionalizar com o Alex Atala, então, é, eu trabalhei com ele, eu fui cozinheiro dele, então eu, eu tive que, eu tive que viver em São Paulo, fazer o tratamento, então, como as coisas tem fácil acesso lá! Tudo, tudo acontece, tudo gira, tu quer um hormônio, tu não consegue com um médico, mas ele te manda uma receitinha lá por Sedex... aqui, eu acho que agora que os médicos começaram a fazer isso, mas aí de repente, a farmácia não tá aceitando, aí, mas lá aceita, lá em São Paulo aceita. [...] Minha hormonização é toda bagunçada, eu fiz aqui, eu fiz lá, hoje eu tenho vários contatos de anabolizantes, hoje em dia, eu tomo o anabolizante que eu quero, se eu quiser tomar GH, hoje em dia, eu tomo o anabolizante que eu tenho dinheiro pra pagar, não, hoje em dia, não é o médico que fala por mim, hoje em dia é o dinheiro que diz o que eu quero pra minha vida. [...] Eu fui atrás. Eu fui atrás e como fui atrás, eu fui atrás e eu vou atrás até pra homem trans se desenvolver. Só que eles não vão porque eles tem medo, eles não são corajosos como eu, né?, eles tem medo de tudo! Eles têm medo do câncer, tem medo disso... Aí eu falo assim, ó, “eu não tenho tempo pra pensar em câncer”, e é verdade, eu não posso ficar pensando em câncer, então é, é como eu falo pra ti, eu tenho uma, eu, eu me, eu me mexo, eu me mobilizo

psicologicamente tanto pra viver a vida, de forma tão forte, que assim, ó, eu não penso em doença, eu nunca fiquei doente. Não fico doente, “nada me derruba”, eu falo pra eles, “ah, mas tu não fica gripado, L.?”, não, porque daí eu vou lá e tomo, compro uma caixa de Vitamina C e acaba a minha gripe, é assim que eu resolvo o meu problema. Eu fico pensando na solução do problema, então é, dessa forma que eu vou, dessa forma que eu sigo em frente e, é isso, né? [...] É dessa forma que eu vivo a vida (risos). [...] Questiona sobre a área da Ciência da Informação e deseja [...] que esses profissionais, essas pessoas que estão se formando, essas pessoas que vão se formar e que buscam essa área, que, que elas atendam o máximo possível todos os tipos de pessoas, porque não só a gente, não só pessoas trans, claro que o foco é esse, né?, mas não só a gente, mas também a pessoa que é, é surdo-mudo também, também tem esse problema, [...] a falta de informação também não chega a eles. Acabei de fazer um trabalho com essas pessoas, é, tudo, é, tudo assim, pra eles tentar entender o máximo possível, foi um documentário lindo que eu fiz, pra eles saber também que a gente existe, então venho fazendo vários trabalhos pra integração social, então é, [...] todos nós, todos nós temos direito de viver, nós estamos aqui pra isso, e todas as pessoas são diferentes e é, é dessa forma que a gente vive, porque, num contexto torto, né? (risos), não, nem tudo é normal, porque hoje em dia a gente não sabe o que é normal. Normal, pra mim, pode ser o anormal pra você, e o anormal pro outro, e... Então, a gente, cada um tem uma forma de pensar, então, se nós soubermos conviver em harmonia com todos os tipos de pessoa, a vida de todo mundo vai ser melhor, porque é isso que faz o dia-a-dia se transformar em um dia maravilhoso. [...] Conclui sua fala ao considerar que é fundamental [...] a informação chegar no ouvido de todas as pessoas. De todos os tipos, todos os grupos, porque é, as vezes a pessoa tem um preconceito, mas ela não sabe nem o que que ela tá falando, as vezes ela não sabe, as vezes, nem ela sabe o que ela tá julgando, ou porque ela tem preconceito disso. [...] Já passei por muita amizade assim, eu já vi muito homem cisgênero que falava mal de mulher trans e transar com mulher trans e não saber que era, eu já passei por cada situação que tu não queira imaginar! E eu só dou risada, tá?, porque é o que eu tenho que fazer, eu vou lá e ainda dou risada na cara da pessoa que falou isso, porque é, assim, é, é o povo brasileiro, né? (risos), não todo mundo, mas, infelizmente... a grande maioria.

NARRADOR C: *Bom, é, eu tô há cinco anos, faz cinco anos que eu me descobri trans, né?, eu tenho 46 agora, e há cinco anos atrás, é, eu me descobri como homem trans. Eu morava aqui em Floripa e tinha ido passar alguns, alguns dias lá em São Paulo, e fiquei lá alguns meses, acabei precisando ficar alguns meses e aí chegando lá, foi que, numa pesquisa pela internet, eu vi alguns vídeos de uns meninos que faziam experiência com, com a testosterona, né?, é, se identificavam já como transgêneros, e aí eles começaram a aplicar essa, esse hormônio. Eram cinco meninos, um grupo de cinco meninos, e tinham um canal no YouTube que fazia esse tipo de experiência e relatava ali como um diário, né?, e vendo esses vídeos foi como que eu me descobri, que daí eu me identifiquei com eles, coisa que eu não tinha me identificado com grupo algum, né?, e acabei me descobrindo. A partir daí, eu busquei informações pra ver como que eu poderia começar com essa, com esse uso de hormônio também, e isso foi bem complicado na época, porque não tinha em lugar algum, assim, sabe?, é, não tinham médicos que faziam esse tipo de, de receita, né?, que davam esse tipo de receita pra usar o hormônio, é, a gente precisaria já fazer uma etapa de, de exames antes, antes de começar com hormônio e, é, pelo SUS ainda não tinha nenhum ambulatório que fazia isso, então era bem complicado esse tipo de informação. Eu comecei a encontrar informações vindas de fora, né?, no exterior, e mesmo assim, como eu não falava, não entendo o inglês fluentemente, assim, não falava também, eu acabei tendo muita dificuldade quanto a isso. Aí foi que eu entrei em contato, buscando é, ONGs em Florianópolis, que davam esse suporte pra pessoas trans, foi que eu encontrei a ADEH, né?, na época, a K. V. era presidente de lá, mandei um e-mail pra ela, ela me respondeu prontamente e já marcou um horário comigo pra gente conversar. Aí eu fui até lá, a gente conversou e a partir daí, a ADEH me acolheu, né?, eu fui o segundo homem trans que, que frequentei lá, primeiro foi o L., que também você entrevistou, e o L., conheci ele lá também, e aí nós éramos os únicos homens trans da ADEH, né?, no meio daquelas, daquelas mulheres trans, e elas também não tinham acesso a informações. O que elas fizeram foi acolher, acolher mesmo, como elas acolhem a todos, e mesmo assim, a gente não tinha informação alguma, assim, é, coisas muito, informações muito imprecisas, né?, do uso do hormônio, do que ele podia nos causar, enfim, efeitos colaterais, tal. E aí eu fui no, nos postos de saúde, né?, do meu bairro, não encontrei acesso a nada, primeiro que eles, é, não sabiam o que era pessoa trans, né?, então eles não sabiam lidar, e começaram inclusive a impedir o acesso ao serviço, porque a partir daí, que eu cheguei lá falando que eu era trans, eles*

tinham dificuldade inclusive no atendimento na recepção, não usavam o nome social ainda, né?, embora eu quisesse já usar eles se negavam, é, é, a partir daí eu não consegui mais acesso a dentista, não consegui mais acesso a nenhum exame porque simplesmente eu não passava da recepção... nesses serviços. Então pra você ver como, né?, esse tipo de informação, a falta dessa informação causa muito, muita falta de acesso a saúde, inclusive que é algo básico pra nós, né?. A partir daí, eu voltei pra ADEH, na ADEH a gente começou a discutir sobre isso, é, sobre essa questão de saúde mesmo, foi aí que eu iniciei a minha militância, a militância pela, pelo acesso a saúde de pessoas trans, principalmente de homens trans, porque pra mulheres trans, elas já tavam conseguindo pelo menos se hormonizar, porque elas iam na farmácia e conseguiam comprar o hormônio muito facilmente como qualquer outra mulher pode comprar, né?, mas pra nós, realmente, a gente não conseguia. É, daí a gente começou a ter encontros com pessoas, estudantes da UFSC, de medicina, é, começamos a fazer algumas interações nas Segundas Transtornadas, que é um projeto que a ADEH tem até hoje, que é uma conversa coletiva em roda, né?, onde a gente debate vários temas ali e a gente começou a levar esses temas de saúde trans pra esses debates, e aí, em conjunto, a gente começou a ver a possibilidade de abrir um ambulatório trans aqui em Floripa. E isso foi aberto, né?, nós conseguimos abrir um, um ambulatório trans, só que não é seguindo o modelo como, como é o modelo do SUS pra outras regiões, a gente abriu aqui um trabalho voluntário, né?, de médicos voluntários, residentes da UFSC também, onde eles atendem as pessoas trans apenas na parte ali do, da hormonioterapia, né?, se precisar de algum especialista eles encaminham, tal, mas basicamente é pra hormonioterapia, eles não encaminham pra, pra cirurgias, nem fazem nada além disso. É, e essa é a nossa dificuldade maior hoje em dia, né?. [...] Acredita que [...] hoje em dia que é mais comum o tema, inclusive, inclusive depois que começou a surgir aquela novela, né?, na Rede Globo, é, que abriu bastante o debate a esse tema, e hoje em dia é visto como uma forma mais comum, né?, quando chega nos serviços, as pessoas, pelo menos já sabem do que se trata, mas naquela época, não, né?, as pessoas fugiam do, eu chegava, eu lembro que eu chegava nos locais, assim, que eu fala que era trans, as pessoas se escondiam na salas, os médicos chamavam as enfermeiras e iam ter reuniões pra saber de como lidar, lidar com uma pessoa trans, como se fosse algo assim, de outro mundo, né?. [...] Eu tive problema também, por exemplo, é, precisei mudar minha senha na conta bancária, né?, no banco, e fui até, lá, o gerente agiu de forma muito violenta, muito

agressiva, é, como se eu tivesse ali tentando praticar um golpe, sabe?, porque eu apresentei os meus documentos, os meus documentos ainda, eu não fiz a retificação de nome, né?, eu uso o nome, o nome social, é, pra estudar, pra algumas coisas eu já consigo, mas, por exemplo, no banco onde eu tenho conta, que é a Caixa Econômica Federal, eles não fazem ainda o uso no cartão, né?, no cartão que a gente utiliza pros serviços. Então eu fui lá trocar uma senha, e quando apresentei meus documentos, ele empurrou meus documentos da mesa, se levantou de forma muito agressiva e falou que ia chamar os seguranças pra me retirar dali, porque eu estava tentando praticar um golpe me passando por outra pessoa, que era pra eu chegar lá com aquela pessoa da foto e dos documentos pra que pudesse mudar uma senha, que é da minha conta que eu tenho há mais de, de 13 anos, a primeira conta que eu abri aqui. [...] Quando ao uso do nome social, [...] eu abri um processo faz um ano, vai pra um ano e meio agora, vou ter uma primeira, a primeira audiência em Fevereiro, mas também é muito demorado ainda, esse processo, também não depende tanto, não é tanto o sistema judiciário, mas sim as pessoas que demandam dele, né?, as pessoas que estão lá, trabalhando com o sistema, porque muitas vezes deixam engavetado, assim, os nossos processos, puramente por não concordar com o uso de nome social para pessoas trans. Se fosse uma pessoa qualquer, que se sentisse constrangida com o nome que lhe foi dado em nascimento e quisesse modificar, isso seria possível desde que se comprovasse, né?, o constrangimento que passa, mas pra nós, pessoas trans, antes de qualquer coisa, a pessoa, o juiz, ou o promotor, ele vê ali que a gente é uma pessoa trans, ele já, a partir daí, ele já tem toda uma condição de preconceito e discriminação e ele não favorece que o nosso processo seja, seja levado adiante. [...] Sobre as relações sociais e processo de hormonização, [...] no começo foi bem difícil, né?, eu fiz um ano de hormonioterapia sozinho, é, comprando receita no mercado negro mesmo e comprando o hormônio e aplicando, é, depois eu comecei a, eu procurei o HU, que é um hospital universitário daqui e lá eles faziam experiências com pessoas trans, né?, em um ambulatório que é, que era tido de forma clandestina, né?, clandestina assim, porque ele não é divulgado pra população, então é um ambulatório que nós somos indicados a trabalhar lá com eles, mas, é, um sistema muito padronizado, onde, onde somos meio que cobaia pras experiências dos estudantes, né?, então a gente não pode mexer, por exemplo, no período em que eu posso tomar o hormônio, eu tenho 46 anos, o hormônio ele não me afeta, não, não é estimulado pra mim como é pra um garoto de 18 anos, né?, só que lá eles praticam a mesma, o mesmo receituário pra

todos, é padronizado, não importa a idade que eu tenha, meu biótipo, não importa nada disso. É, então eu sinto muita dificuldade nesse tipo de processo porque eu não vejo avanço, né?, então eu passei também um ano nesse, nesse dito “laboratório” deles lá dentro, é, passei por psiquiatras e psicólogos, porque eles seguem aquela cartilha do SUS, onde a gente precisa ficar dois anos fazendo hormonioterapia e tratamentos e tratamento mesmo, porque lá eles lidam como se fosse uma patologia mesmo, né?, uma patologia de, é, tida como uma doença mental, então a gente precisa, vai com a psiquiatra, o psiquiatra faz um laudo atestando que você tem ou não tem a patologia. [...] E aí nesse ambulatório, agora, não, né?, mas nessa condição assim do uso do hormônio, eu fiquei um ano sozinho, um ano lá com o HU, e depois disso, são três anos que eu, que eu estou indo no ambulatório trans e aí a gente tem, é, tido um efeito melhor, assim, porque daí eles, é, diminuem o período, né?, da dose, o ciclo é feito de forma diferente pra mim, então tem tido muito mais avanço. E aí a passabilidade ficou melhor, claro, mas no começo foi bem difícil, minha família também foi bem complicado pra aceitarem, porque, é, eu vinha, eu venho de um histórico onde eu me relacionei com homens até meus 35 anos de idade, fui casado, casei na igreja pra satisfazer as vontades da minha mãe, né?, então tive muitos problemas quando criança, na escola, é, muito, muita dificuldade pra avançar nos estudos, embora eu gostasse sempre muito de estudar, mas foi muito difícil, devido ao bullying, eu era perseguido na escola, tive que mudar várias vezes de escola porque havia muita perseguição por parte das meninas, porque como eu não me identificava, eu ficava mais com os meninos e as vezes com os meninos populares da escola e tinha todo um bullying atrás disso, né?, das meninas. E aí por isso eu tive muita dificuldade de relacionamento com mulheres, é, com a minha mãe também foi muito complicado, ela é costureira, então ela queria me colocar vestidos, e saias, e roupas sempre, é, de cor rosa, aquela questão toda do gênero, né?, que, hoje em dia, ainda bem que as crianças, né?, aos poucos a gente tá vendo avanço nisso, que as pessoas já não se ligam tanto nessa questão de, não é a roupa que tem gênero, né?, somos nós, e aí foi muito difícil mesmo, minha família aceitar, porque depois disso, eu fui casado com um homem e aí durante a separação eu busquei experiência com mulher e aí acabei me descobrindo também, que eu gosto também de mulheres e a partir daí, comecei a me relacionar só com mulheres. Então faz dezoito anos, mais ou menos, que eu me relaciono só com mulheres, mas daí eu passava pelo mundo como lésbica, né?, e eu não era, eu nunca fui uma pessoa com os traços, é, lido pela sociedade como

masculino, porque eu tive uma educação muito amorosa, é, eu tenho três irmãos mais velhos, mas, é, sempre fui tratado de forma muito, muito doce, enfim, então eu não exerci muito essa pegada de masculinidade, machista, né?, é com agressividade, com tudo isso, então foi bem difícil também ter essa passabilidade, mas ter essa passabilidade que é cobrado de nós, que nós sejamos os machões, né?, sejamos as pessoas agressivas, as pessoas que precisam estar o tempo inteiro provando que são machos pra poder passar por homem, né?, então muitas vezes em relacionamento, muitas vezes em questões sociais, é, eu fui lido como aquele homem, é, que é pouco homem, um homem que não adere a esse tipo de conduta e por isso, ele é lido também como uma pessoa que não, que ainda não chegou naquele grau, é, aquele grau, é, tido como perfeito, né?, pra um homem, [...] padrão. [...] Eu fiquei um ano fazendo uso do hormônio sem contar pra minha família, [...] eu morava com a minha mãe, e um irmão, e aí minha voz foi mudando, né?, é, eu ainda não tinha pelos no rosto, nem nada, mas minha voz foi mudando muito, e meu comportamento também, fui colocando mais, cada vez mais, porque antes eu usava roupas unissex, né?, que não tinha leitura, assim, de feminina, mas também não tinha leitura de masculina, mas eu passei a usar muita roupa masculina, né?, e realmente doeí todas as roupas que eram unissex, assim, e acabei incorporando isso cada vez mais, mas a minha família demorou um pouco pra descobrir isso, né?, pra se ligar de que era isso. Então, é, eu demorei pra conversar com eles, mas daí aos poucos eu fui falando, teve uma repulsa no início, né?, eu sou o caçula dos três irmãos, eu sou o caçula, e aí teve também essa cobrança, né?, de não ter mais irmãs na família, de não ter mais filha, de não ter, é, mais esse projeto, né?, de que, os pais, principalmente, eles colocam muito essa expectativa, né?, porque é filha, vai me dar netos, né?, vai gerar netos, e tal... E eu, realmente, nessa condição, eu não tenho como, né?, porque eu, eu também escolhi por não engravidar, então é uma questão que foi lidando aos poucos, mas daí também eu fui avançando na militância, então eu trazia muito da informação que eu adquiria fora, eu comecei a trazer pra minha família, é, minha mãe, eu comecei a mostrar pra ela as experiências das pessoas que colocavam vídeos no YouTube, ali, e ela foi vendo aquilo tudo, ela foi vendo que eu não era o único a fazer esse tipo de uso de hormônio, tinham outras pessoas que também tinham se descoberto também e tavam nesse processo, então a informação foi algo primordial, assim, nessa aceitação da minha família, porque se não fosse a ADEH, que é o meio onde eu adquiri essa informação, né?, ali, onde eu frequentava e lidava com as pessoas, é, se não fosse isso, não

tinha como. Porque só a minha, o meu sentimento ali, é, talvez não fosse tão facilmente analisado como algo de, como um problema da família, né?, eram problemas simplesmente meus e que eu deveria lidar, mas só que não, foi incorporado pela minha família, fui acolhido, né?, com o tempo, e hoje em dia é bem mais fácil, mas foi difícil no começo, até pra questão de me relacionar, também, porque eu sou uma pessoa bissexual, se eu fosse me relacionar com homens, os homens, a gente vive numa sociedade muito falocêntrica, né?, eu sendo passivo ou ativo não importa, é, sempre vão me cobrar o fato de eu não ter um, um pênis. E isso também me dificultou bastante, sabe?, com as mulheres, a mesma coisa, né?, então por um bom tempo, eu acabei me relacionando com lésbicas, com relacionamentos muito conflitantes, porque a lésbica, ela quer uma mulher ao lado, né?, e eu sempre avançando na hormonioterapia e também avançando nas características masculina, então cada vez menos eu me tornava atraente pras mulheres lésbicas, né?, então teve bastante dificuldade, aí hoje eu passei por três casamentos com lésbicas, né?, que não deram certo e hoje eu tô com uma pessoa que é heterossexual, que teve filhos e tal, com homem cis e hoje ela me vê como um homem realmente, ela não sente falta do pênis porque na relação sexual não se tem só a penetração, né?, tem várias formas de, da gente transar, e também de se penetrar (risos), e aí a gente acaba, acabou que tá dando certo, sabe?, dessa vez, e, então, só hoje, com cinco anos de hormonioterapia, com cinco anos de conduta como homem na sociedade é que realmente eu me sinto pleno e feliz, assim, sabe?, que eu posso te dizer que inclusive consegui um emprego, né?. [...] Eu tive depressão só nessa fase, onde eu tava ainda casado com um homem, né?, eu tive uma depressão, e a partir daí eu comecei a buscar outras formas de me relacionar e foi melhorando essa autoestima, mas mesmo assim, eu não me identificava como lésbica, então isso também era uma questão que muito me intrigava, né?, porque eu não me identificava com as histórias delas, nem com essa questão de quando eram crianças, pra mim, foi diferente, eu não sentia atração por mulheres, realmente, até os 30 e poucos anos eu não sentia, então eu não me identificava nem um pouco com elas, e isso foi gerando problema, assim, pra, né?, pro relacionamento, tanto comigo mesmo quando com os outros, então a autoestima, ela só foi melhorar depois que eu comecei a usar o hormônio, realmente, que cada vez que eu tenho uma característica acentuada, né?, dessa masculinidade, melhor eu fico comigo mesmo e me sinto mais pleno, assim. E o engraçado é que eu só queria mudar a minha voz (risos), porque a minha voz era bem aguda, assim, e com o uso do hormônio eu sabia que ia mudar, é,

mas a minha busca foi só essa, e no fim eu acabei adquirindo pelos no rosto, tal, então tudo isso vem acentuando, a autoestima tá cada vez melhor, né?, é, mas mesmo assim, isso não garante emprego, isso não garante que a gente avance nessas outras partes, então pra emprego foi muito difícil, por questão do nome, só, simplesmente. Porque se eu quisesse me passar por homem cis, eu poderia passar, pelo meu visual, pela minha aparência, mas o meu nome nos documentos sempre me entregava, então aí foi bem difícil, porque tinha empresas, inclusive, que tinha ali dentro da missão, de, né?, daquilo tudo que eles pregam como ética, é, tinha ali que eram a favor da diversidade, então eu comecei a trabalhar, passei pelas entrevistas, tal, mas quando chegava no momento que eu precisava passar daqueles três meses de experiência, ali era, era muito complicado, porque a gente percebe, quem passa por isso percebe o quanto existe de discriminação. As pessoas tratam diferente, as pessoas dificultam os processos, o ensinamento do trabalho, tudo é... é muito... eles são hostis e eles dificultam todo o processo pra que a gente não passe, mesmo, pra que a gente não vá adiante no trabalho, e aí eu não passava da experiência e aí comecei a procurar pelo trabalho informal, aí eu fiquei durante quatro anos trabalhando como vigilante, como segurança em boates, como, eu fui, eu cuidei de crianças, de amigos, assim, então foi assim que eu me banqueei durante esse período de quatro anos, morando sozinho, pagando aluguel e pagando minhas despesas, e foi bem difícil. Cheguei a passar momentos, assim, de necessidade, de não poder comprar comida, tudo isso por conta, simplesmente, que eu não conseguia um trabalho formal e com isso, os trabalhos informais, eles não te dão garantia nenhuma, são sempre salários muito baixos e pagando aluguel, tudo, não me sobrava quase nada. Então eu precisei da ajuda de amigos pra poder sobreviver, mesmo, porque foi sempre muito difícil. Só agora, que, chamado aqui pra trabalhar na faculdade, onde eles tem realmente uma conduta diferente, né?, de que realmente eles aceitam a diversidade, respeitam o uso do nome social, inclusive eu vou estudar aqui, ganhei uma bolsa por trabalhar aqui, né?, então vou, eu me matriculei no curso de Direito, eu sou formado em Gestão Ambiental, mas só consegui estudar porque estudei online, não foi presencial, então eu tenho uma graduação, que eu trabalhei inclusive no ramo, né?, trabalhei na área ambiental durante algum tempo, mas não consegui mais trabalho na área, aí eu acabei desistindo e como tô na militância por direitos humanos, já tenho lidado com essa questão, daí eu acabei me matriculando em Direito. [...] Considera o trabalho atual [...] uma exceção, quem me chamou aqui, nem passei pelo

processo seletivo, quem me chamou pra trabalhar aqui foi uma professora que é coordenadora daqui desse núcleo onde eu trabalho, ela fez uma entrevista, como essa que você tá fazendo, até trabalhava na ADEH há uns anos atrás, e ela ficou com o meu currículo e se sensibilizou com a minha história e gostou do meu currículo. Daí abriu uma vaga aqui, ela sempre teve em mente de me chamar e acabou me chamando depois de dois anos que eu a conheci, foi só por isso, e aí, claro, a faculdade aqui, eles realmente empregam o uso do nome social, tem toda uma história já de levar essa questão dos direitos humanos muito forte, isso é muito impregnado aqui na, em tudo, né?, tanto na conduta dos diretores, dos mantenedores, do estudo daqui, é tudo pautado nisso, então a gente vê que é diferenciado, mas é raridade, é muito difícil encontrar. [...] Sobre o relacionamento com outras pessoas a partir da transição de gênero, considera que [...] das amizades antigas, assim, eu acho que as redes sociais ajudaram bastante, porque as pessoas que moram em São Paulo, que é de onde eu venho, né?, elas puderam acompanhar toda a minha trajetória, porque eu fui também postando fotos, fui postando ali como um diário, né?, a gente vai descrevendo ali as mudanças, vai descrevendo o que tem acontecido, como sou militante eu também descrevi ali sobre discriminação, preconceito, quando surgia algum relato de algum assassinato, algum suicídio, a gente as vezes, né?, colocava isso de forma pública, então eles foram acompanhando esse processo todo e foi mais fácil de lidar, por conta disso. Mas eu acho que se eu não fosse militante, seria muito mais difícil. [...] Acredita nas redes sociais digitais como fator importante [...], principalmente pra homens trans, porque as mulheres trans, o que acontece? Elas não saem durante o dia de suas casas porque existe a hostilidade social, porém, à noite, elas saem. Elas saem a noite, elas vão trabalhar, elas são agredidas, elas conseguem rebater melhor essa agressão, né?, de forma física mesmo, uma questão realmente de força, né?, do que são, de como somos treinados a ser, né?, porque não, que uma mulher seja mais fraca que um homem, mas os homens são mais treinados pro combate, né?, até talvez de forma física, pode até não ser, mas aquilo é inculcado na educação deles, de alguma forma, né?, de que existe o homem guerreiro, o homem herói, né?, e a mulher, ela fica mais na conduta passiva, né?, na conduta de ser guiada por um homem, né?. Então assim que os homens trans foram educados, nós não fomos educados pra falar mais alto do que o outro, pra brigar com o outro, pra sair na mão com o outro, pra agir de forma violenta. Muito pelo contrário, né?, nós somos os últimos a falar, nós somos os últimos a ser considerados no trabalho, é, assim como as

mulheres, a gente tem um salário menor que os homens cis, geralmente. [...] Aqui também, mas aqui é assim: quem chega, é o que ganha menos, então como eu sou, então já é uma conduta da parte de cargos mesmo, né?, daqui da faculdade. As pessoas mais antigas de casa são as que ganham mais, porque existe já esse, essa forma de sistema, que foi implantado, mas geralmente, em uma outra empresa, o que acontece é isso, né?, uma pessoa trans, ela é vista como menos capaz, né?, talvez aconteça também com as pessoas, com gays e com lésbicas, né?, embora a gente batalhe bastante, e gays e lésbicas estão mais avante desse processo todo, né?, as mulheres cis estão também, devido ao feminismo, também tão batalhando pra que, pra isso ser vencido, em alguns setores a gente percebe que sim, que já existem mulheres ocupando cargos melhores, e ganhando mais, tal. Só que as pessoas trans, historicamente, elas estão anterior a tudo isso. Nossa história só agora tá começando, dos homens trans, principalmente. A nível Brasil, é só agora que tá começando, então a gente ainda tá brigando por uma coisa básica, que é saúde, pra depois a gente brigar pelos direitos ao uso de nome social, uso de retificação de nome de forma mais fácil, em cartório, é, isso ainda tá, historicamente falando, a gente ainda tá engatinhando, então ainda vai demorar um pouquinho pra, pros homens trans, né?, ser visto como pessoa também capaz de qualquer, de trabalho, de qualquer coisa assim. Então, aqui (no trabalho atual), é um pouco diferente pela conduta da empresa, mas de forma geral, eu tive relatos que não, de que não é assim, né?. [...] Considera a infância como a fase mais difícil, [...] foi de onde eu guardo mais memórias, assim, ruins, né?, porque como eu nasci, nasceram os meus três irmãos, e depois eu fui nascer, já tinha todo um projeto, assim, pro meu nascimento, né?, de que, quando viesse a menina, essa menina seria a princesinha da família, né?, seria a irmã mais caçula, a irmãzinha que levaria pros amigos conhecer, tal. Minha mãe, sendo costureira, claro que faria todo um vestuário, né?, pra essa menina, tal, de, enfim, foi colocado todo um projeto em cima disso, né?, e não foi isso que aconteceu. Logo nos primeiros anos de vida, eu com dois anos de idade, eu já desmaiava no colo da minha mãe quando as pessoas vinham falar comigo e me tratavam [...], eu já tinha problema pra me socializar, com dois anos de idade, então já começava a vir à tona a questão da transsexualidade. Eu fui crescendo, daí quando passou pra fase onde eu fui pra escolinha, né?, pro jardim de infância, lá pro pré, eu comecei a ter muito problema, porque daí eu não me socializava com meninas, por não me identificar, essas meninas chegavam perto de mim de forma hostil, porque eu era o “diferentão”, né?, então teve umas duas

meninas que eu lembro que me batiam bastante na sala, na salinha de aula, ali, durante as atividades, tal, não me deixavam brincar com ninguém, então, que que eu fiz? Eu, é, com seis, sete anos, onde eu entrei pro pré, eu juntava as criancinhas que eram excluídas da sala pra brincar comigo, então eu me unia à criancinha negra, que ninguém queria brincar, ao menininho que não tomava banho, é, à menina que a mãe cortou o cabelinho muito curtinho e ela se sentia, né?, menosprezada pelas demais, à menininha muito pobrezinha, que ia com as roupinhas rasgadas, ficava ali de ladinho... Eu peguei, comecei a convidar todas essas crianças pra brincar comigo, e aí eu comecei a ter meu grupinho ali, né?, então isso me aliviava um pouco, mas, geralmente, assim, eu lembro de uma infância onde minha mãe me levava pra escola e eu ficava agarrado no portão da escola chorando, gritando muito, que eu não queria entrar, que eu não queria, não é que eu não queria estudar, eu não queria passar por aquilo, sabe?, de ser hostilizado. Muitas vezes, menosprezado pelas professoras, porque eu sempre fui uma pessoa muito curiosa, então eu perguntava muito e as professoras sempre me tratando de forma, muito assim, diferente. Então eu cresci dessa forma, sabe? Na adolescência que foi melhorar um pouco, porque daí minha aparência, eu passei pelo mundo como uma garota muito bonita, né?, muito, eu gostava muito de esportes, então era onde eu me sentia melhor, porque era onde eu tava com os meninos e aí eu podia agir como eles, e tudo bem pra eles, né?, tal. Então nessa fase de adolescência foi que eu comecei a me envolver com os meninos e comecei a viver um pouco mais feliz, mas ali na fase da infância, dos primeiros anos, foi muito difícil, até uns 15 anos de idade, os meus aniversários eu não queria comemorar, eu chorava muito quando tinha festa pra mim, porque eu não queria aparecer pros outros, eu não queria tirar foto, eu tenho pouquíssimas fotos minhas de infância, porque eu sempre me recusava muito a tirar foto, então foi bem difícil mesmo, porque a família queria me mimar como se mima uma menininha, e eu negava aquilo, eu não queria, eu não queria. Eu queria ser tratado como um menino, um moleque. Nos banheiros, por exemplo, das escolas, eu tinha muito problema, até bem pouco tempo atrás, fazendo terapia, foi muito difícil eu me desprender dessas memórias, porque eu tinha pesadelo ainda com a escola, da fase do pré, primário, ali, dos primeiros anos. Pesadelos com banheiros, porque o banheiro, prá nós, que somos trans, é uma questão muito complicada, porque é no banheiro e na educação física, nos modelos antigos, é que a gente tinha essa questão binária de gêneros. “Os meninos formam uma fila aqui, as meninas aqui. Os meninos vão jogar bola, futebol; as meninas vão

brincar de queimada... Aqui é banheiro de meninas, aqui, de meninos”, né?, então tinha muito essa questão binária, e por não me identificar como menina, mas também não saber que eu sou menino, porque eu também não tinha essa noção que eu era um rapaz, aí que que acontecia? Eu não queria entrar no banheiro de meninas, né?, e aí as meninas me empurravam pra dentro, de forma muito agressiva sempre, né?, e eu lembro que eu chorava muito e as vezes fazia nas calças, as vezes voltava pra casa segurando, então eu tive muito problema com relação a questão de, essas coisas básicas, né?, que é simplesmente usar o banheiro. Por tanto segurar, eu tive problema com questões renais, por exemplo, né?, muita infecção no canal da urina, porque a gente acaba que transforma esse sistema todo que era pra desenvolver naturalmente e normalmente, a gente por tanto segurar, por tanto não ir ao banheiro, a gente acaba dificultando esse processo, né?, então foi sempre muito ruim. Depois, na fase de adolescente foi melhor, porque eu entrava nas tribos, né?, eu fui roqueiro, eu fui skatista, eu fui punk, eu fui, lá em São Paulo, a gente tem muitas tribos, né?, muitas, é, essa parte cultural é muito forte em São Paulo, as tribos urbanas, né?, então eu passei por tudo isso, fui metaleiro, nossa, gótico, e aí eu tinha mais esse sentimento de pertencimento a grupos, porque daí não importava se era homem ou mulher, né?, mas sempre me envolvendo muito com os meninos, muito difícil amizade com meninas, relacionamento com meninas. [...] Atualmente, no cotidiano, [...] é tranquilo, no sentido assim, se eu não tiver que apresentar os documentos, eu passo despercebido, né?, então eu não tenho mais problema pra escolher roupa, pra frequentar os lugares, desde que eu não tenha que apresentar o documento. Agora, eu tirei um RG onde tem uma informação ali com a minha foto recente, já de barba, tal, meio calvo já. Com o uso do hormônio, cai um pouco o cabelo, né?, então eu já tô com um aspecto bem masculino, na foto também tá bem atual, e a minha assinatura, eu assino o meu nome social inteiro, então as vezes até confunde um pouco, mas fica mais fácil de explicar do que antes. Antes, a minha foto era muito antiga ainda, então geralmente as pessoas queriam que eu comprovasse que eu era quem, a pessoa daquele documento ali, então era bem difícil. Cartão de crédito há muito tempo já que eu não tenho mais, porque se tornou muito difícil, né?, ter esse tipo de serviço, usar esse serviço, sendo que sempre eu tenho que apresentar o RG junto com o cartão de crédito, então tem muitos serviços que, depois que a gente se descobre trans, a gente não consegue mais acesso, não consegue mais usar. [...] Acredita que falta informação sobre [...] a identificação das pessoas, porque, pelo SUS,

por exemplo, existe essa cartilha que dita ali que a pessoa trans, por exemplo, o homem trans, ele tem que necessariamente ter barba, ou ter o desejo de ter barba, ter o cabelo curto ou ter o desejo de ter o cabelo curto, ou utilizar de vestimentas masculinas, quer dizer, tem muito essa coisa taxada e rígida, sendo que nós não somos assim no dia-a-dia, né?, cada vez menos a gente tá usando essa questão de gênero tão forte assim nas vestimentas ou no aspecto físico. As pessoas tão buscando mais a questão andrógina, não se utiliza mais tanto essa coisa binária e de gênero nas roupas, na aparência. Barba, hoje em dia, tá em moda, mas também não é todo homem que desenvolve, né?, pelos no rosto, então a gente teria que ter mais informação nesse aspecto, sabe? De que basta a pessoa se identificar como trans e se apresentar como trans, dizer que é trans. Não precisa mais do que isso, não preciso usar cabelo curto pra ser homem trans, né?, tem homem trans que usa cabelo comprido, e como todo homem cis, né?, a gente tem vários tipos de aparência, então acho que é isso, sabe?, disseminar esse tipo de informação, de que as pessoas tem que respeitar a partir do momento que eu relato que sou trans. Só, não precisa buscar mais nada além disso, porque tem muita informação desnecessária também, eu acho que a informação, é como a novela, né?, que passou. Muita gente me perguntou se era possível que a novela favorecesse a nossa visibilidade. Sim, favoreceu bastante a visibilidade, mas também disseminou ideias do que é ser trans de uma forma padronizada, ou seja, o que foge daquilo que as pessoas viram não é trans, né?, e tem toda uma diversidade em cima disso, também, como todo ser humano, né?, então acho que a informação, ela tem que ser passada de forma ampla, mas também específica, porque senão acaba que as pessoas não entendem ao certo do que tão lidando ali, né?, então acho que falta informação de qualidade. [...] Quanto à situação das pessoas trans no Brasil, [...] eu percebo assim, sabe?, tem muita gente que tá sem esperança, hoje em dia, que tá achando que a gente vai definhar aí nas questões que a gente já conquistou, né?, nesse processo todo que a gente já conquistou, eu acho que não tem como voltar atrás em algumas questões, né?, porque a gente ainda tem como resistir e como avançar. Claro que vai ser mais dificultoso, precisa mudar as estratégias, né?, mas não tem como, por exemplo, esconder pessoas trans. A gente tá aparecendo, a gente tá saindo de casa, a gente tá, já tem mais pessoas trans trabalhando, já tem mais pessoas trans se relacionando, transando bem, saindo pra se divertir, quer dizer, não tem mais como abafar o fato de que nós existimos, né?, e isso não vai voltar atrás, porque a gente não vai voltar pro armário, né?, o que acho que tem que avançar agora, a partir daí, é

buscar em políticas públicas, também, mas além disso, buscar menos preconceito dentro dos núcleos que se fazem unidos em prol de busca por direitos, porque o pior preconceito, as vezes, não é o que a gente recebe lá fora, das pessoas diferentes de nós. As vezes o preconceito pior é o que existe no núcleo LGBT, porque aí a gente não consegue se unir em prol de direitos, né?, a gente não consegue avançar muito, porque dentro do nosso grupo, a gente é muito intolerante com a diferença do outro [...], principalmente com trans, eu diria, porque as questões relacionadas à escolha sexual, à escolha com quem você vai transar, isso é inerente a todos nós, né?, eu, por exemplo, sou bissexual e tem pessoas cis bissexuais que a gente pode brigar por direitos iguais, agora essa questão de gênero, ela nem deveria tá ali na sigla, pra começo de conversa, porque não é uma questão sexual, é uma questão de gênero, né?, então ela nem deveria tá ali. Então a gente precisaria do acolhimento das pessoas que estão nessa sigla também, que se reconhecem como LGBTs, e ter uma aderência a essa luta nossa, que é diferente dos demais, sabe?, porque senão, só, se depender só da gente, vai ser muito complicado, porque eu te falei que é, historicamente, a gente ainda tá muito atrasado, nessas questões todas, então a gente precisa ainda de pessoas que falem por nós, que levem essa informação adiante, sabe?, a minha mãe tá militando por mim. Minha mãe, ela, ela no bairro onde ela mora, que é um bairro de periferia, né?, é na Tapera, aqui em Florianópolis, ela vai nos núcleos dela, ali, da terceira idade, no grupo das mulheres que brigam lá, no conselho junto a direitos da, ali da comunidade dela, ela fala que ela tem um filho trans, hoje em dia, e ela explica que um filho trans é diferente, porque daí todo mundo pergunta, “tá, mas é o quê? É um ‘sapatão’, é uma lésbica?”, e minha mãe fala, “olha, esse termo até, ‘sapatão’, é pejorativo demais, você nem deveria usar, mas não, ela não é lésbica, né?, é ele, é meu filho, ele nasceu, foi dado a ele o gênero feminino e o nome feminino, mas que ele se descobriu trans e ele agora mudou e o amo assim e respeito assim, e pra mim é a mesma pessoa de sempre, é a pessoa que eu amo, é o filho que eu amo e pronto!”, então ela tem levado a informação adiante, sabe?, então a gente precisa ainda de pessoas que falem por nós, porque ainda tem muita, muito homem trans, por exemplo, que não tem, é, não aprendeu a lutar por direitos, não aprendeu a falar por si, não aprendeu a reclamar, não aprendeu a... Acho que é isso. A gente ainda precisa da ajuda de muitos. [...] Eu tenho um grupo no WhatsApp, né?, um grupo que a gente já tá há cinco anos, desde que eu sou militante que existe esse grupo, a gente se une mais de forma virtual mesmo, é um grupo de mais ou menos uns 40

meninos trans, homens trans, né?, eu sou mais velho entre todos ali, e o mais antigo de militância também, então a gente as vezes se reúne, mas é muito difícil pessoalmente, mas ali no meio virtual é onde a gente se encontra, onde a gente se apóia, um ao outro, tal, e as mulheres trans é um pouco complicado ainda, essa união, né?, por uma questão de que também elas historicamente estão um pouco mais além, então elas nos cobram essa mesma conduta, não compreendendo de que a gente não pode adquirir algo que não nos foi ensinado durante uma vida inteira, não é agora que eu vou aprender e também não acho que é o melhor caminho. Eu, com a militância feita através do diálogo, da informação, que foi algo que eu sempre levei adiante, de buscar informação e levar adiante, foi isso que me ajudou. Não foi a forma agressiva, violenta, não precisei bater em ninguém, não precisei gritar com ninguém pra conseguir esse reconhecimento, esse respeito. Esse respeito veio através da minha conduta respeitosa, então às vezes a gente é muito cobrado disso, de que a gente tem que berrar, tem que esbravejar, tem que agir de forma agressiva e violenta. Primeiro, pra ser macho, e segundo, pra agir como a maioria, infelizmente, da conduta de algumas pessoas que levam essa briga de forma muito selvagem, eu acho. A gente não precisa mais disso, eu acho que dá pra ir no diálogo, dá pra ir na informação, então é assim que a gente tem conseguido, né?, então a gente não tem muito ainda, o apoio muito incisivo delas, não temos ainda o apoio da comunidade LGBT em geral, é, tem algumas pessoas-chave aqui de Florianópolis que nos apóiam, mas de forma ainda muito no interesse, de levar projetos adiante, de levar o nome de ONGs adiante, tal, e a gente precisa de algo mais, mais, é, mais concreto, né?, algo que dure. Não adianta participar de um projeto se ele não vai adiante, né?, não adianta participar, a gente participar de reuniões em ONGs, sendo que essa ONG, ela só tem o interesse de falar, de mostrar fotos que tem homem trans lá dentro, mas que a gente realmente não tem um acolhimento, não tem realmente um serviço direcionado pra nós, homens trans, que é específico e é diferenciado. Então por enquanto, a gente tá nessa expectativa, de ter essa busca pela união, mesmo, pela sensibilização das pessoas que são de outros grupos, né?. [...] Acredita que a força exercida pelo diálogo e não pela força física relaciona-se ao fato que [...] na leitura da sociedade, a mulher sou eu. A gente, por mais mudança que eu faça na minha aparência, por mais mudança que eu faça de conduta e consiga levar meu nome social adiante, a sociedade não me vê como um homem porque ela me vê como um homem mal acabado, entendeu?, um projeto mal acabado, é um homem que busca ser um homem, né?, não é o, não é a idealização de

um homem visto na sociedade como um homem suficiente. Eu não tenho a força de um homem cis, eu não tenho a forma agressiva de agir, como um homem, a maioria dos homens cis, né?, então eu não fui treinado pra isso e não faço questão de ser, também. Então, o que acontece é que por esse treinamento social que é feito na educação da mulher trans e do homem trans, é que a gente se diferencia, na minha opinião, né?, na minha opinião é isso, por que? A mulher trans, ela desde criança, ela é... Digamos assim, pode ver, por exemplo, numa parada gay, o que que as pessoas cis vão ver? Vão ver as mulheres trans ou as travestis fazerem coisas ali onde elas vão dar risada, né?, então as mulheres trans, elas tem a visibilidade até mais favorecida porque elas divertem, porque elas são alegres. E o homem trans, não, o homem trans é retraído, é tímido, é calado, é antissocial, então a gente é visto como pessoas não muito quistas, socialmente falando. [...] A visibilidade excessiva das mulheres trans, por vezes "caricatas", [...] é ruim também, mas mesmo sendo ruim, ela tem o favorecimento pra chegar num serviço de saúde ou num serviço, seja lá qual for, bater na mesa e conseguir as coisas, reivindicar. Nós não temos isso, nós temos a passabilidade, sim, porém nós não temos o treinamento suficiente pra ter uma voz ativa, e que ouçam nossa voz, porque eu preciso gritar pra alguém ouvir, eu não posso falar baixo. Então, é, toda essa questão, se eu saio, por exemplo, nas ruas, né?, se eu vou num banheiro público e alguém descobre que eu sou homem trans, é, o meu corpo, ele é visto como o corpo de qualquer mulher, é visto como um corpo estuprável. Então eu corro esse risco, de ser estuprado. [...] Afirma que já foi estuprado. [...] Se eu for transar, por exemplo, é, tem a questão das doenças, tal, mas também tem a questão da gravidez, que mesmo usando os hormônios, a gente tem um risco, menor, mas ainda tem um risco de engravidar. Também é uma vulnerabilidade, eu não sou, não existe nenhum programa voltado a homens trans que nos ensine a nos preservar, a preservar nossa saúde, a ter um método anticonceptivo, não existe. Ou eu sigo o de mulheres, ou não sigo nenhum. [...] Os profissionais sempre foram [...] negligentes a isso, porque lá no ambulatório, a gente vai aplicar, a gente vai pegar uma receita de hormônio, e vai ver em que níveis estão as minhas taxas hormonais e tudo mais. Fora isso, não existe um programa voltado pra nós, não por culpa daqueles profissionais. Culpa de toda uma política pública que não nos contempla, né?, não existe verba destinada a um programa pra homens trans, como existe a saúde da mulher, a saúde do homem, no SUS, não existe a saúde pra pessoas trans. [...] Expõe que o episódio do estupro foi já como homem trans, [...] e por incrível que pareça, né?,

isso não aparece na estatística, foi por mulher. [...] Foi por mulher, quer dizer, não precisa também necessariamente ter um pênis pra estuprar, então a gente também tem todo esse grau de vulnerabilidade, né?, e força física eu não tive pra me defender na hora. [...] Foi uma mulher cis... é, existe, assim, um histórico bem grande de relatos que eu ouço, falar, né?, porque não, não são coisas, eu não posso dizer nomes e tal, e também não tem isso registrado em lugar algum, mas existem homens trans que são vistos, pela figura aparente que tem, e pelas mudanças que existe no corpo, através dos hormônios, é, são vistos ainda como corpos infantis. Esses corpos infantis atraem pessoas que gostam de, de utilizá-los, como pedófilos, pessoas que são, pessoas que tem transtornos sexuais, eles, nós somos buscados por essas pessoas. Então, é, o homem cis, historicamente falando, hoje, ele se encontra aonde? Ele já consegue se hormonizar e ter a aparência de homem. Ele está saindo de suas casas pra estudar, pra ter um nível bom de, o homem trans, um nível bom pra se relacionar, já consegue se relacionar, já consegue se dar um pouco melhor com a família, consegue trabalhar. Não consegue se manter muito ainda no trabalho, não existe casos assim, de pessoas que estejam há muito tempo no trabalho, não existe essa estabilidade, mas ele consegue já esse acesso, né?, consegue ter acesso a saúde, de uma forma meio ainda inadequada, mas consegue, mas agora ele consegue também se prostituir, de forma diferente. É, o homem trans, ele é buscado pelos sites de pornografia pra fotos, pra vídeos, ele não precisa sair de casa, ele faz isso na casa dele e manda pro site, e através disso ele ganha dinheiro na conta bancária dele. Então tem muitos homens trans se prostituindo, não é nas ruas, porque existiria um grau de exposição muito grande e nós não temos como escapar do estupro, por conta da violência que um homem cis pode exercer, tal, não temos também segurança alguma, porque a polícia não iria garantir isso pra nós, enfim, o homem trans tá se prostituindo dentro da casa dele [...] por necessidade, porque muitos não conseguem ainda emprego, ou o emprego que consegue ainda não paga o suficiente, porque são salários menores. [...] Eu não me prostituí, mas já (propuseram), isso tem sido, é uma informação que tem passado nas redes sociais, a gente tem tido homem trans que já está fazendo uso desses sites, né?, que tão trabalhando pra esses sites e eles acabam compartilhando essa informação com outros homens trans, e isso tá crescendo. [...] Porque, com o uso do hormônio, o nosso clitóris, ele cresce um pouquinho, ele fica do tamanho de um mini pênis, por exemplo, então imagina aí, o que uma pessoa que gosta de criança, o que ela não pode imaginar, né?

Infelizmente é isso, então a gente tem, a gente tem tido alguns relatos, sabe?, de pessoas que já tem esse histórico e que buscam por esses corpos. Então, são todas as questões, que talvez você conversando com mulheres trans, a questão seja bem diferente, né?, historicamente falando mesmo, porque eu creio que daqui, né?, no futuro, nós também possamos estar num presente melhor, assim, onde... mas por enquanto, não. Por enquanto, nós ainda estamos em vulnerabilidade, eu acho que lá atrás. E ainda falando mais: que tem a questão racial também, que homens trans negros sofrem toda também essa questão racial, também, que também é diferente dos homens brancos. [...] Informação, informação... Eu acho que o que pode mudar todo esse aspecto é a gente disseminar informações precisas e mais, educação, na verdade, né? A educação através da informação. [...] Porque a maioria dos preconceitos vem pela falta de informação. [...] Deseja das pessoas [...] o respeito ao nome, acho que é o primordial, porque sem isso a gente não tem acesso aos serviços, sem esse respeito ao nome; o cuidado com os nossos corpos, né?, porque somos pessoas que talvez muitos não, mas tem esse lado de, por não ter uma visibilidade, também não se relacionaram. Então não tem essa experiência, essa malícia que se tem, da rua, né?, de trabalhar na rua ou de se relacionar, ter relação sexual na rua, a gente não tem essa, ainda essa malícia de nos proteger, né?, então precisaria talvez de pessoas da área da educação, da área da saúde, é, se sensibilizar mais com nosso... com esse tema, né?, de pessoas trans, e alerta que ainda mais pra homens trans. [...] Eu me vejo numa perspectiva boa, hoje em dia, sabe?, eu tô num trabalho onde eu sei que eu posso crescer aqui dentro, que eu posso ser reconhecido, né?, não por ser trans, porque a gente não deseja ser tratado de forma diferente, né?, tratado de forma igual, né?, que eu possa ser reconhecido dentro da minha capacidade intelectual, de trabalho, enfim; e pretendo me formar e atuar em direitos humanos e favorecer ainda mais o acesso ao direito das pessoas trans, principalmente. [...] Aqui, eu sou o C., aqui eu sou o C., por alunos, por professores, pelas pessoas que trabalham comigo, desde o diretor às pessoas da faxina, dos restaurantes daqui, eu sou tratado como o C., [...] e se considera uma pessoa resiliente [...] porque a gente enverga, mas não quebra, né? (risos), apesar de tudo isso, eu estou dando um “banho” aí nas estatísticas, porque pessoas trans na estatística vivem até os 35 anos de idade, eu tô com 46 anos, entrando pra minha segunda graduação, trabalhando num local onde eu sempre, há, no mínimo uns dez anos eu sonhei em trabalhar aqui, então é um local que eu gosto de trabalhar aqui, eu sou reconhecido. Tô me relacionando bem, também, com uma

peessoa muito especial, que também não, essa questão de ser trans, pra ela, não é diferente, ela lida bem com as diferenças, e com a minha família tá tudo bem, é só seguir adiante. [...] E nossa batalha aí também pro combate ao machismo, né?, pra essas questões que são bem pertinentes também entre nós, que ao construir esses corpos, que a gente também possa construir homens que são favoráveis, né?, que são apoiadores do feminismo, que são batalhadores aí nessa questão do machismo, que a gente possa realmente construir uma sociedade melhor, né?, com homens que também saibam reconhecer seu grau de privilégio. [...] Sobre a vontade de constituir família, afirma que já tem, pois [...] minha esposa tem quatro filhos, né?, então pra ter mais um filho agora eu acho que não vai dar (risos), mas eu sou feliz com essa família que eu adotei, né?, e a gente vive em paz e harmonia, e bem... Essa é a minha família.

NARRADORA D: *Então, eu acho que em relação à questão de informação, assim, oportunidade, comunicação e tudo mais, eu acho que a vida de nenhuma pessoa trans é nem um pouco fácil, a minha também se tornou bem difícil, assim, em relação a tudo, porque existe, além de chegar, por exemplo, a gente começar a falar de emprego. Quando eu penso em chegar em algum lugar pra deixar um currículo, alguma coisa, porque eu digo, quando eu chego, porque muitas vezes o medo circula muito forte, que é um medo de chegar lá e não ser tratada pelo meu gênero e não ser bem tratada, de ter o meu nome de registro perguntado antes da entrevista, sabe? Todos os medos que circulam pedir emprego, mas quando eu já fui e entreguei meu currículo em alguns lugares e conversei, eu sempre tive boas conversas, sempre expus bem tudo o que eu faço, que eu faço faculdade de Psicologia, que eu tenho, é, eu sou formada como Técnico em Saneamento, eu passo todas essas questões, mas ao mesmo tempo, eu nunca fui chamada pra nenhum emprego. Além disso, eu acho que, assim, diversos locais é muito massante eu ter que ficar (re)explicando que eu tenho nome social, então todo lugar que eu vou, por uma questão de, porque sempre dá problema, né?, se eu passo o CPF e o nome social, daí eles acabam perguntando qual que é o nome de registro e acabam vendo fotos, ou quando vêem pessoalmente, perguntam, “ah, mas qual que é o nome de verdade?”, e todas essas situações que são bem complicadas. Então sempre que eu ligo ou marco consulta, ate há pouco, uma ou duas semanas atrás eu tive que comprar uma passagem de avião, eu já sabia na hora de eu escrever que não tinha nenhuma aba pra nome social, então se eu botasse o meu nome de registro e o meu CPF,*

provavelmente eu ia ser questionada, eu ia ser barrada na entrada do avião, e pra que nada disso acontecesse e me deixasse com, assim, muito envergonhada, eu pus o nome de registro e quando eu chegar lá pra fazer o check-in, que eu vou ter que explicar que eu não quero ser tratada durante o vôo inteiro pelo meu nome de registro e quero ser tratada pelo meu nome, que é o meu nome, né?, que hoje é considerado social. Então é, e eu realmente, eu já vi em alguns lugares uma carteirinha de nome social, mas não sei como é que ela pode ser usada, não onde é que eu procuro onde eu acho ela, não sei, sabe?, nada sobre isso, então a única coisa que a gente tem aqui em Florianópolis é a ADEH, que é onde a gente pode tá indo pra fazer essas perguntas, mas mesmo assim a carteirinha de nome social acaba não ajudando muita coisa, porque ela só te dá a chance de tu mostrar a carteirinha em vez de tu falar, mas do mesmo jeito você vai ter que tá explicando ou entregando a carteirinha e passando por aquela situação. A questão da hormonioterapia eu acho ela complicadíssima, porque a gente tem aqui em Florianópolis o ambulatório trans, mas mesmo assim o ambulatório trans, ele é um lugar específico que as vezes é longe da maior parte das pessoas, eu já vi casos de pessoas trans na Palhoça, que tem uma dificuldade enorme de se locomover até o Saco Grande pra poder ir nesse ambulatório e eu moro nos Ingleses, sabe?, é um saco ter que ir sexta-feira a noite, eu ter que marcar consulta pra poder chegar lá no ambulatório trans, ter um atendimento rápido pra pegar uma receita, pra pegar algo que é de graça, que é de graça, não, que não precisa de receita na farmácia, sabe?, o que eu consegui foi que através do ambulatório trans, eu descobri uma médica nos Ingleses que atende pessoas trans, daí ela começou a me atender um tempo atrás mas daí eu tive que parar com as consultas e só que assim, mesmo assim era muito difícil, sabe?, porque daí eu tinha que marcar consultas, parecia algo que eu tava tirando um horário que seria de outras pessoa, por mais que não fosse isso que tivesse acontecendo, mas eu acho que esse atendimento deveria ser algo muito mais comum, sabe?, algo muito mais preparado pra todos os médicos, inclusive o clínico geral, sabe?, porque daí seria uma coisa muito mais fácil, era só eu ir lá, passar por um atendimento rápido, receber o pedido de exames ou receber o pedido de uma receita pra um medicamento e sair de lá e comprar o medicamento, sabe?, em vez de eu tá tendo que sempre procurar um serviço especializado pra fazer algo que não é tão difícil assim, sabe?, é algo que todos os médicos deveriam ter capacitação pra fazer. O preconceito e situações desagradáveis eu acho que a gente passa, sabe?, inquestionavelmente, hoje mesmo, eu fui atendida por um cara

no terminal, que eu fui comprar alguma coisa pra mim comer, e ele acabou me chamando, tipo, seis ou sete vezes no masculino e me tratando sempre no masculino durante uma conversa, sabe?. Se existe ou não uma forma de passar pra ele que eu sou uma pessoa trans, será que eu tenho necessidade de passar por isso, sabe?, é aquela questão, a hormonização seria muito agradável pra aquelas pessoas que tem alguma necessidade de ter uma passabilidade, como eu tenho, sabe?, eu não tenho uma necessidade de não me expor enquanto trans, mas eu tenho uma necessidade de ter uma passabilidade, sabe?. Eu não gosto de ser tratada no masculino, e até essa semana mesmo eu passei pela primeira vez por uma situação de rua, né?, de eu tá, não de rua de morador de rua. Eu tava andando no meio da rua, e passa um carro e me chamam de “viado”, sabe?, eu nunca tinha passado por isso desse jeito. Diariamente, eu pego um ônibus e dentro do ônibus, parece que eu viro um espetáculo, né?, porque todas as pessoas olham pra mim, algumas com cara de curiosidade, outras com cara de aversão ou de, “por que que você tá fazendo isso?”. Às vezes, fica claro que eu uso sutiã, as vezes fica claro que eu tô com uma calça de cintura alta, que eu tô com salto, sabe?, então [...] assim, depois de um mês, eu acho que eu acabei me acostumando a não olhar pra nenhum lado quando eu entro no ônibus, sabe?, então eu entro no ônibus olhando pro chão ou olhando reto e procurando um banco pra mim sentar, então pra mim não vivenciar aquela dor todos os dias, eu tenho que não olhar pra nada, sabe?. [...] Eu acho que sempre falta também um serviço especializado, assim como se fosse uma coisa como a ADEH, só que de maior escala e em mais outros lugares, sabe?, alguma coisa que recebesse as pessoas trans e já pra fechar certinho as necessidades delas, sabe?, direcionasse bem fortemente, porque a questão, eu tô conseguindo o meu registro, a retificação da minha carteira de identidade e tudo isso eu consegui por contatos que eu fiz através da ADEH, e a ADEH tá começando a fazer esse trabalho, só que esse trabalho a ADEH faz sozinha aqui em Florianópolis, sendo que tinham pessoas que já tavam entrando com esse processo desde 2007, então imagina o número de pessoas trans que esperam pra fazer esse processo que se torna tão necessário. Imagina, tem gente que pediu em 2007 e tá conseguindo a retificação do nome hoje, depois de dez anos. Se eu tivesse que esperar esses dez anos, o que graças a Deus, não tá acontecendo por causa da ADEH. Graças a ADEH, nem graças a Deus, é, o que acontece é que eu ia me formar na faculdade e meu diploma não ia vim com meu nome, ia vir com um nome que não me representa mais, então a retificação do nome é importantíssima por vários motivos,

sabe?. Dentro da minha vida, é importante pra que eu não tenha que ficar explicando toda vez que não é o meu nome antigo, que é R., que eu não tenha que ficar explicando o tempo todo que é, tudo, sabe?, e além disso, pra que nenhum documento venha com o nome antigo e venha com o meu nome social. [...] A minha transição, ela é bem recente, eu não tenho nem um ano de transição, eu vou fazer um ano de transição em março. E, só que quando eu entrei na universidade, eu ainda usava o nome antigo. Daí quando eu fiz a transição, eu tava dentro da universidade, eu fiz os pedidos em uma semana, os sistemas tinham meu nome social registrado. Então onde eu vejo, no celular, no computador, tem meu nome social. O problema é que uma vez, eu tava na coordenação da Psicologia e daí nisso, uma mulher, eu passo meu número de matrícula e a moça entra no meu sistema. No momento que ela entra, o que eu vejo lá em cima é o meu nome antigo, não meu nome social. Minha sorte é que na hora que ela foi falar, um coordenador lá do departamento, que me conhece, ele falou, “Ah, R., isso e aquilo lá...”, pra que a moça não usasse o meu nome antigo que tava no computador. Mas nos sistemas, e isso também quando eu fui no DAE da UFSC, quando dei meu número de matrícula e entraram no meu registro, também tava o meu nome antigo, que foi o nome pelo qual ele me chamou. Então onde eu vejo tem R., mas onde as outras pessoas que vão me tratar não tem, como assim, sabe?. [...] O tratamento como R. na universidade, [...] dentro do CFH é bem tranquilo, assim, eu tenho que dizer que dentro do CFH foi muito tranquilo, tanto em relação aos meus amigos, tanto quanto relação corpo docente, assim, sabe?. Teve só uma professora que, eu nem tinha entendido nada, porque era uma professora que nem era do departamento, era do departamento de Biologia, e quando eu fiz o pedido que ela riscasse o meu nome e escrevesse do lado R., porque eu ainda ia fazer o pedido pela UFSC pra mudar no sistema, ela disse pra esperar que fosse feito o pedido, tudo, e eu não tinha entendido muito bem o que tinha acontecido. Eu fui entender só depois, que eu percebi que ela tava dando uma aula de Fisiologia do Perdão e defendendo o Criacionismo, daí eu entendi o que que tava acontecendo lá. Então, é, mas no resto foi até bem tranquilo, assim, mas eu acho que é uma realidade de dentro do CFH, exatamente pela instrução dos cursos de Psicologia, de Ciências Sociais, que tem mais, que andam fazendo muitas pesquisas de nível quantitativo e qualitativo em relação a essas coisas, sabe?, agora, e banheiro também foi uma coisa bem tranquila, por mais que tenha sempre aquele negócio que eu prefiro não usar o banheiro sozinha, ou vou em horário que não tenha muita gente, né?, sempre a gente fica

evitando situações que sejam perigosas. E daí eu evito usar banheiro de outros departamentos, pra não passar por situações vexatórias ou coisas do tipo, então... [...] Quando eu descobri, descobri... Nunca se tem uma palavra certa, né?, mas quando eu descobri que eu era uma pessoa trans, né?, que eu descobri que na realidade eu nunca tinha me sentido como homem, sempre tinha me sentido como uma mulher [...], desde que eu me conheço por gente, eu sempre tive problema, problemas de me sentir como homem, sempre foi um problema muito grande pra mim, nunca fez sentido, nunca, sabe?, tanto em aspectos físicos, quanto psicológicos, quanto normativos e quanto qualquer outros, sabe? Foi uma coisa... daí se intensificou com a morte do meu pai, que daí as pessoas começaram a dizer que eu era o homem da casa, e daí isso se intensificou muito forte, porque ali não batia pra mim, de forma alguma, sabe?, por dois motivos: primeiro, pelo machismo, o que que significa ser o homem da casa, porque que a minha mãe não pode ser a mulher da casa?, e segundo, porque homem não servia pra mim. Daí até chegar, eu comecei a ter várias crises depressivas, crises de ansiedade e ficar procurando problema em todos os outros problemas que eu tinha e nunca conseguir achar e solucionava eles e continuava com aqueles sofrimentos, até que eu descobri que eu era, que eu poderia ser uma mulher e todos os meus problemas passaram, sabe?, não tive mais nenhuma crise nem nada disso. As primeiras coisas que eu fiz foi ir atrás de um amigo meu que é um homem trans, então eu tive a sorte de ter uma pessoa conhecida, que me deu informação sobre o ambulatório trans, e como eu já tinha assistido a uma palestra da L., eu fui procurar a ADEH. Daí a L. me ajudou bastante em todos os primeiros processos. [...] A ajuda se deu por [...] pessoas que eu já tinha conhecido, então, se eu não fizesse Psicologia, onde eu vi a palestra da L., se eu não tivesse trabalhado num lugar específico e conhecido um homem trans, eu não teria tido toda a facilidade ou, não foi tão fácil assim, né?, um pouco de facilidade no começo da minha transição. A minha família, eu tenho uma família que é daqui, que é a família do meu pai, que é daqui de Florianópolis, e a outra família de Goiânia, que é a família da minha mãe. A família de Goiânia aceitou tranquilamente, me chamam pelo meu nome social e tudo, mas a minha família daqui, é muita resistência. Eles não aceitam, não entendem, não querem me chamar pelo nome social e a minha mãe também tem muita dificuldade, então, todo dia, ou quase todo dia eu tenho sempre a minha identidade como se fosse negada ou questionada sempre, sabe?. A minha mãe não tinha reagido muito bem nem ao fato de eu dizer pra ela que eu gostava de homens, então a nossa relação em relação a

sexualidade, relacionamento, essas coisas, meio que se invisibilizou, e a minha mãe, é, a gente se deu sempre muito bem, mas daí com a transição e o meu amadurecimento e tudo, a nossa relação começou a ser muito difícil, assim. A gente se dá bem ainda, conversa tranquilamente, mas de vez em quando, assim, são brigas muito fortes, sabe?, coisas que rodeiam diversos aspectos e sempre caem sobre os aspectos da transgêneiridade e transexualidade, e daí complica e fica tudo muito difícil, assim. A minha mãe, antes, ela tinha pavor de eu usar roupa feminina, né?, ela sempre olhava com cara feia, depois que eu assumi pra ela e eu disse que era uma mulher é que ela parou com esse comportamento, sabe?, ela começou a andar comigo, não se importava com minhas roupas. Então ela sempre foi mostrando progressos, mas com nome, ela tem uma dificuldade muito grande. Ela não sabe o quanto isso me machuca. Daí ela sempre continua me chamando pelo nome antigo, e meu padrasto que é o namorado dela também faz isso, porque como é que eu vou falar pra ele não me chamar assim se minha mãe me chama?, e ele namora a minha mãe, daí ela acaba sempre me botando em situações muito peculiares por causa do nome, ela não entende o quanto isso me chateia, ela espera de mim uma coisa que ela deveria fazer, sabe?. [...] Eu não consigo (conversar sobre essa questão), porque ela não consegue entender, ela sempre bota o peso sobre o que eu deveria entender que as pessoas tem o seu tempo, sabe?, então sempre a gente tem que entender o lado das outras pessoas, mas as outras pessoas nunca se esforçam pra entender o nosso lado, sabe?, e dentro desse espírito, se torna muito cansativo, pra mim. Eu tenho tanta coisa pra me incomodar, tanta coisa pra fazer, que, porra, ainda ter que me incomodar com isso?, prefiro fingir que nada tá acontecendo e não me incomodar e depois eu resolvo isso. [...] Sobre o apoio externo, [...] meus amigos me apóiam muito, eu acho que isso é uma coisa, eu digo assim que eu nunca passei, a não ser essa vez do carro, que me chamou de “viado”, eu nunca passei por nenhuma situação de discriminação ou de violência, assim, nem física e nem, vamos dizer assim, direta, sabe?, sempre com olhares ou... Por exemplo, teve uma vez que eu tava com uma amiga minha, e a gente começou a ouvir uma conversa perto da gente, eu maquiada, com meu salto, com uma bota com salto e tudo, sabe?, e daí tinha um grupo de três taxistas e daí eu passando perto, a gente fumando, e a gente ouve os três começando a falar, “ah, porque nem é mulher, é travesti, né?”, essas coisas, e sabe?, eles com um papo bem chulo em relação a travestilidade e tudo isso. Nesse momento, a minha amiga, ela me pega pelo braço e ela fala “nem liga, vamo sair daqui”, e a gente sai, então, sempre que eu tive, sempre

que eu saio normalmente pra rua, eu sempre tô com amigos, e esses meus amigos sempre me apóiam muito, sabe?, então, minhas amigas sempre vão no banheiro comigo, meus amigos sempre andam sem nenhuma vergonha comigo e vão em qualquer lugar, não importa a forma com que eu esteja, sabe?. Então eu tenho a chance de ter uma rede de apoio de amizade bem forte, assim, quando eu preciso sair, fazer alguma coisa, assim. [...] Na questão do trabalho [...] rola muito medo, sabe?, eu tenho medo de gastar o meu tempo, gastar o meu dinheiro em diversos lugares, deixar currículo em shoppings inteiros e saber que eu não fui a única a deixar o currículo lá, mas provavelmente sou a única a deixar o currículo lá que sou trans, então eu sou a única que vai tá no fim da fila, sabe?, então esse medo constante de perder todo o meu tempo pra depois tá triste porque ninguém me chamou mesmo, sabe?, é apavorante, sabe?. Sempre tento redes de apoio, então sempre eu tenho mais bolsas, tento com a ADEH pra ver bolsas de extensão ou bolsas de estágio, essas coisas, pra mim tá dentro delas, porque me parece muito mais seguro pra eu não ter nenhum sofrimento psíquico do que isso, sabe?. [...] Tô só estudando e tenho a minha mãe que me ajuda e uma madrinha minha que me ajuda. [...] Sobre o período de depressão, relata que [...] foi no ano de 2016 inteiro. Eu passei o ano de 2016 inteiro tendo crises depressivas, e elas eram, as crises depressivas eram muito mais sucessíveis, assim. Elas aconteciam muito perto uma da outra e eu ficava às vezes até quatro, cinco horas da manhã acordada, eu senti como se fosse uma dor no meu peito muito forte, sabe?, era um negócio que chegava a ser psicossomático, né?, era físico. E as crises de ansiedade, elas eram menos recorrentes, mas elas eram mais pesadas. Eu perdia a respiração, eu ficava (reproduz a sensação), totalmente fóbica, assim, era um negócio muito assustador, e tive síndrome do pânico, de querer sair de dentro de ambientes e não voltar, sabe?, eram coisas bem complicadas, até que teve uma vez que eu tava no meio de um acampamento e, era um acampamento, eu sou escoteira, eu tava dentro de um acampamento e o acampamento tava muito legal, tava muito bom, eu tinha aplicado uma atividade super legal e o acampamento não tinha nada de ruim. Quando eu vi, eu tava no meio do estacionamento, sozinha, fumando um cigarro e eu tava com o meu canivete aberto. Eu fiquei pelo menos uns 20 minutos naquela posição, pensando se eu fazia alguma coisa, então, depois disso, procurei um psiquiatra e o psiquiatra conversou comigo, perguntou sobre o meu sofrimento, se o que eu sentia, mas perguntou só sobre o que eu sentia, o que que era que eu sentia. Eu fazia psicoterapia naquela época também, mas a psicoterapeuta só me passou pro

psiquiatra e a gente conversava sobre outros assuntos que não teriam nada a ver com isso, e daí eu comecei a tomar antidepressivo, e depois ansiolítico, e remédios como Rivotril e Alprazolam pra dormir, que são remédios tarja preta, até que eu percebi, eu não sei porque, me deu um estalo, que eu sou trans, que eu sou uma mulher. E daí eu conversei com uma amiga minha e com um amigo meu, depois eu fui, conversei com a minha mãe, chorei muito, muito. Perguntei pra minha mãe se ela ia me apoiar, se ela ia me ajudar, de certa forma, assim, ela disse que não ia me ajudar nas minhas loucuras, mas que ia me dar um apoio, de certa forma, e daí ela pagou a rinoplastia pra mim, e eu comecei tudo da minha transição dali pra frente. Não tive mais nenhuma crise depressiva ou crises de ansiedade, pelo menos não no nível que eu tinha antes. Eu sinto tristeza, que é inerente a todo ser humano, né?, mas as crises que eu tinha, não tenho mais, de forma nenhuma, assim. [...] As relações sociais, eu acho que só melhoraram, porque eu acho que as pessoas começaram a perceber o quanto eu tava mais feliz, o quanto eu era mais eu, sabe?, muita gente, depois da minha transição, falou “é, quando eu conheci ela, que era ele, eu sentia como se tivesse um peso, sabe?, como se fosse uma pessoa tão triste, abatido, assim, agora ela parece que ela não tem mais nada disso”, e realmente eu me sinto assim, sabe?, muito mais leve. E as relações afetivas, na realidade, eu sempre tive um problema com isso, né?, não é nenhuma coisa recente. Nunca namorei na minha vida inteira, é, mas atualmente, acho que tem muito de relações minhas, mesmo, da forma com que minha mãe me criou dentro da sexualidade, sabe?, algo bem Freudiano, assim, então sempre foi uma dificuldade muito grande, eu tenho muitos tabus sexuais e tudo o mais, então assim, sempre foi uma dificuldade, mas depois que eu me assumi trans, parecia que eu entendia quem eu realmente queria, sabe?, o que eu realmente queria, como a vida era. Então sexualidade começou a se tornar algo bem mais aberto, pra mim, e fui vivendo novas experiências, sabe?, depois que eu me tornei R., que eu já não tinha mais preocupação nenhuma em relação a identidade, a sexualidade se tornou algo bem mais fluido, assim, sabe?, tive, fiquei com homens, fiquei com mulheres. Nesse ano de 2017, inclusive, fiquei com mais mulheres do que com homens, no ano de 2017 perdi a minha virgindade, participei de um ménage, então a sexualidade se tornou algo muito mais tranquilo, pra mim, depois que eu tive a minha identidade bem firmada, sabe?. [...] No campo profissiona, [...] dentro da minha carreira, sempre me botei politicamente, né?, eu digo que eu não tenho problema em me expor como trans, não tenho problema nenhum como isso, sempre nos ambientes tento me colocar sobre trans,

exatamente sobre a questão do meu lugar de fala, e nisso eu tô fazendo Psicologia e pretendo me formar em Psicologia, pretendo ser concursada e pretendo ter cargos altos, e sempre ganhar uma visibilidade pra que o povo trans saiba que a gente pode estar, sim, que a gente tem competência, sim, que a gente tem capacidade, sim, de estar em grandes trabalhos, em grandes feitos, sabe?, e eu acho que o governo deveria auxiliar todas essas pessoas LGBTs, mas principalmente, a sigla T, que acaba sendo mais vulnerabilizada dentro do processo inteiro, com a questão de moradia, com a questão de formação, sabe?, que acaba sendo negligenciada, né?, se existe um problema que me incomoda, assim, até hoje, e não é um problema pessoal, porque eu nunca precisei estar dentro dela, é a prostituição. Porque infelizmente 90 por cento da minha população, da população trans, está dentro da prostituição, e pode ter certeza que pelo menos 80 por cento, 90 ou 80 por cento desses 90 por cento não tá lá porque quer. Tá lá porque não teve nenhuma outra oportunidade na vida, porque não tem nem o ensino fundamental completo porque foi expulso de casa antes disso, sabe?, então eu acho que isso é um problema que o governo deveria solucionar, que o governo deveria tá investindo em moradias com formação e auxílio à pessoas trans, [...] e diversas outras instâncias, sabe?. Eu acho que não faltaria pessoas voluntárias pra tá trabalhando, ajudando nesses espaços, sabe?. [...] Eu não tenho amigas (prostitutas), mas tenho conhecidas que conheci na ADEH, que eu tive conversas, e ajudei elas em vários processos. Teve uma que ela foi na ADEH, e eu mesma ajudei ela a conseguir fazer o pedido pro nome social pelo site do ENEM, pra que ela pudesse fazer o ENEM pelo nome social dela. Então ela tá trabalhando como cozinheira, e mesmo trabalhando como cozinheira, pra sobreviver ela tá tendo que fazer programa, e ela ainda queria ainda fazer o ENEM porque ela pensa em sair dessa vida e ter uma graduação, sabe?, então eu acho que isso prova que ela não tá acomodada a situação de prostituição dela, sabe?, como muita gente acha que as pessoas trans acabam ficando, e que isso também não é errado. Às vezes, a pessoa se acomoda na prostituição, porque porra, não é uma profissão fácil, sabe?, primeiro, no Brasil, porque não é nem considerada profissão, ou seja, não existe nada que regulamenta, a não ser as donas ou donos dos cabarés, que fazem delas quase escravas, tem que fazer elas pagarem altos valores por dia, e daí elas tem que transar durante seis, oito, nove horas por noite, e no resto do dia vocês ainda querem que elas estejam bem, tranquilas, de bem com a vida, fazendo qualquer outro tipo de trabalho, sabe?. As pessoas esperam coisas muito impossíveis no mundo porque elas não estão na

situação do outro, sabe?, então se existe algo que me incomoda e que eu gostaria que fosse solucionado rápido, era isso. Isso eu acho que é incabível, de que as pessoas que tem dinheiro ou poder pra poder fazer com que isso aconteça, sabe?, e olham, e não se preocupam com isso. [...] Eu sei que o meu lugar de fala perpassa ainda muitos privilégios, apesar de eu não ser cis, apesar de eu não ser branca, apesar de eu me botar politicamente como heterossexual, mas mesmo assim, eu não ter só relações heterossexuais, eu ainda tenho uma posição de classe média, sabe?, de classe média baixa ou classe média normal que me privilegia financeiramente, sabe?, eu não sou uma pessoa que passa dificuldade, ou uma pessoa que passa fome e isso já me ajuda psicologicamente enormemente, então o meu lugar de fala perpassa isso. E isso faz com que eu me preocupe com essas pessoas que não tem esse mesmo privilégio que eu, sabe?, que a gente trata como privilégio hoje coisas que nunca deveriam ter sido privilégio, sabe?, passar fome nunca deveria acontecer com nenhum ser humano num país desenvolvido como o Brasil, sabe?, não é um negócio, “ah, tem gente passando fome, é normal”, sabe?, as pessoas normatizaram isso, sabe?, não pode ser normatizado, gente! É algo desumano, sabe?. [...] Sobre o uso da internet na construção de redes de apoio ou como veículo para intercâmbio de informações, [...] então, repetindo a frase de um amigo meu, “a internet ela foi boa por alguns aspectos, da mesma forma com que foi ruim pra outras, né?”, ao mesmo tempo que eu vejo diversos lugares que a gente, tem grupos de Facebook, de WhatsApp que são entre pessoas trans que ajudam todo o processo de fazer essa rede de apoio, de direcionar as pessoas aos lugares certos pra elas acharem o que elas precisam fazer dentro da transição delas e hormonioterapia e tudo isso mais, eu acho que existem muitos sites ainda que perpassam o sofrimento e um negócio, assim, que destrói, sabe?. Eu fico pensando, eu evito tudo que passa perto disso, né?, mas de vez em quando sempre vem um post que é à la Bolsonaro ou à la Levy Fidélix ou coisa do tipo que acabam atacando diretamente a população trans dentro da internet, e assim, por mais que a gente tenha que se formar sempre uma armadura, né?, que a gente não deveria, mas a gente acaba fazendo, que é formar aquela armadura contra a sociedade, né?. As pessoas trans, em geral, LGBTs, em geral, mas as pessoas trans elas criam como se fosse uma armadura contra a sociedade, né?, eu tô aqui, eu não, né?, mas muitas mulheres trans, “eu tô aqui, com silicone, com cabelão, com uma saia e um vestido e a pessoa vai me atender, ela nota que eu sou trans e ela começa a me tratar no masculino”, porque que ela faz isso, sabe?, e daí você tem que respirar, relevar aquilo e deixar

aquela armadura fazer o processo de não deixar aquilo passar pra dentro, mas se isso se repete diversas vezes no dia, e se tu for entrar na internet e ver que isso consegue se repetir diversas vezes, chega uma hora que acaba passando essa armadura e começa a trazer um sofrimento muito grande psicologicamente, sabe?, então eu acho que a internet é boa por um lado, muito boa por um lado, mas também é bem ruim por outro, sabe?, porque diversas vezes, vão ter pessoas que fazem um negócio, daí tem uma camada de gente seguindo elas, daí você vê, que coisa triste, cara! Porque você vê discursos de pessoas que parecem ter o mínimo de formação, mas que, na realidade a única coisa que falta pra elas é sentar e conversar comigo, conversar contigo, entendeu?, conversar com alguém e daí pra gente falar “assim, eu não quero ter filhos, na realidade eu não quero transar na rua, só quero ter uma vida tranquila como você tem, sabe”, e a pessoa conseguir “ah, não é tudo aquilo que eu pensava! Ah...”, sabe?, a pessoa ter um choque de realidade pra ela, e daí tu fica bem triste, assim, com a sociedade, mas... É a vida, de vez em quando, não deveria, né?, mas... [...] Sobre a questão política no Brasil, [...] assim, eu não tenho medo nenhum, porque o Bolsonaro não passa nem da primeira (risos) fase das eleições, eu tenho certeza disso, não tenho nenhum medo. Mas o movimento que ele movimentou, né?, o fenômeno que ele movimentou e daí vieram várias pessoas atrás, pessoas apoiando Marco Feliciano, apoiando diversos políticos e pastores, que tem um discurso totalmente anti-LGBT, assim, e a falta de uma representatividade forte, de uma fala forte, que eu ainda não consigo sentir no Jean Wyllys, me deixa preocupada com a política brasileira em relação aos LGBTs, porque a gente tá, a gente ainda tá à mercê dos movimentos sociais, a gente ainda tá à mercê dos Conselhos Regionais de Psicologia, Conselhos Nacionais de Psicologia, ONGs, como a ADEH e etc., que vão fazendo pedidos e vão fazendo movimentos pra que o governo faça isso, mas o governo em si não tem uma representação forte. A gente precisa de movimentação de políticas públicas e desses tipos de medidas assistencialistas do que se ter realmente um partidário, um político governamental de alto nome que seja uma representatividade para os LGBTs. Às vezes, da forma como deveria ter um desses altos políticos para a situação negra, tivesse um para a situação da mulher no Brasil, sabe?, então, a questão da representatividade volta muito forte, eu acho que politicamente, a gente precisa de pessoas que, sim, devem ter um grau de formação maior, não por uma questão de capacidade, mas por uma questão de representatividade, sabe?, é uma questão de que, infelizmente, dentro da sociedade, uma pessoa com Mestrado, ou Pós-

Graduação, numa área como a da Psicologia ou outra área assim de humanas, medicina, seria uma boa representatividade pra um público LGBT, não por capacidade, porque eu poderia botar ali você, eu, qualquer pessoa de baixo, poderia botar ali também, que eu acho que teria capacidade de fazer um bom trabalho, mas por uma questão de representatividade mesmo, das pessoas verem que pessoas LGBTs conseguem alcançar grandes cargos e fazer grandes graduações e se formar. [...] No mercado de trabalho e educação para pessoas trans, em geral, [...] acho que falta bastante, não tanto assim porque ainda vejo alguns ambientes que tão fazendo, o B. A. (rede de supermercados), lá nos Ingleses, eu fui lá esses dias e fui atendida por uma mulher trans que tava com um crachá com o nome de R., então eu me senti muito feliz ao ver aquilo, porque alguns ambientes começaram a fazer essa recepção de pessoas trans, sabe?, isso me deixa muito feliz, mas, é, acho que ainda falta que as empresas percebam ou que grandes empresas, né?, estejam preparadas para receber pessoas trans, então acho que deveriam ter medidas assistencialistas, sabe?, algo próximo à cotas, por mais que isso assuste diversas pessoas, mas na realidade é uma medida assistencialista, porque de nenhuma outra forma a gente conseguiria botar pra dentro, porque você tem uma população, que é a população trans, que quase 70 ou 80 por cento dela é formada por gente que não tem nem o fundamental completo, quem dirá o médio?. Ou seja, não tem formação pra passar num concurso público, [...] e ao mesmo tempo não tem dinheiro pra comprar roupas, pra se vestir adequadamente, de acordo com a sociedade, ou bem, de acordo com a sociedade, pra ser contratadas por empresas que dão salário bom pra essas pessoas, sabe?, então você entra numa questão que ou você vira moradora de rua, ou você vira prostituta, sabe?, eu acho que o mercado tem que ser algo muito revolucionado, né?, não é a toa que eu me considero uma pessoa de Esquerda, eu tenho algum probleminha com o capitalismo, mercado de trabalho, [...] ainda mais por esse contexto todo. [...] Durante o período que antecedeu a transição de gênero, [...] vamos dizer assim, que eu tive uma confusão durante a adolescência, principalmente em relação a sexualidade. Daí quando a sexualidade tava no auge de confusão, porque eu não sabia que homens poderiam gostar de homens, porque naquela época eu era um homem, [...] e foi criada no catolicismo. [...] Fui catequista, fui homofóbica, fui muita coisa. E eu não sabia que isso podia acontecer, e eu não exteriorizava pra ninguém, e isso ia me corroendo, e ao mesmo tempo, peguei um vício em masturbação que foi algo perturbador pra mim, [...] isso por dois anos, daí no auge de tudo isso, eu descobri que eu queria usar

roupas femininas todos os dias e que eu gostava de roupas femininas, daí eu não sabia que isso podia acontecer, daí eu comecei a sentir isso. Daí eu me assumi como homossexual, mas ainda não sabia que existia a realidade de transexuais, daí eu peguei a minha vontade de me vestir feminina, né?, me sentir mulher e eu peguei e reprimi ela, quase que totalmente. Daí isso veio voltando em crises psicológicas, em formato de sofrimento, bastante, assim, sabe?, então eu acho, por isso que eu falo, assim, que muitas pessoas falam, vejo minha mãe, mesmo, falando que tem uma saudade da infância dela, da adolescência dela, que ela queria voltar praquela época... Eu acho que nunca vou ter isso. O quanto eu me sinto feliz hoje não se compara a dez por cento do que eu era triste naquela época, sabe?, então não tem como eu sentir saudade daquela época, de tanto sofrimento que eu passei, assim, confusão, e dor, e “o que que eu faço? Pra onde eu vou?”, sabe?. [...] Sofrimento meu, meu porque eu reprimi tanto, todas as coisas, que eu não passava por preconceito, nessa época. Depois que eu me assumi como homossexual, tinha algumas casas que a minha sexualidade se tornava motivo de piada, sabe?, sexualidade se tornava a graça do momento, sabe?. Homossexualidade sempre acaba em alguns ambientes se tornando a “palhaça”, né?, mas no resto, não passava muito preconceito ou violência assim, mas era mais um sofrimento mais psíquico meu porque ninguém queria me ajudar, daí eu não podia me abrir com a minha mãe porque, minha mãe era a pessoa mais próxima que eu tinha, não podia me abrir com ela porque ela era católica, não sabia o que que ela ia dizer daquilo, e daí aquele sofrimento ficava só pra mim, pra mim, e eu ia corroendo aquilo, sabe?, era uma época horrível, assim. [...] Suicídio, nessa época, foi uma coisa recorrentíssima que eu pensava, sabe?, de todas as formas. Minha casa tem dois andares, eu percebia que pular do segundo andar só ia me quebrar, mas não ia morrer, então eu não queria me machucar, queria morrer. Então, engraçado que minha psicóloga era no décimo andar, eu saía e quase sempre eu olhava pra janela pra ver como seria a queda e eu sempre ficava imaginando a queda. Daí eu ficava imaginando, pegando a faca e botando na minha barriga ou cortando meu pescoço, não sabia como era pra ser uma morte rápida e menos indolor, mas daí diversas vezes o suicídio, assim, foi uma coisa bem recorrente nessa época dos 19 pros 20 anos, assim. Eu penso que muita coisa teria sido poupada do meu sofrimento inteiro se a informação chegasse nas pessoas, se em algum momento, na minha formação dentro de uma escola fundamental eu tivesse ouvido que existem pessoas LGBTs e que isso é normal, sabe?, que isso é tranquilo e você pode ser o que você

quiser ou se sentir confortável de ser, porque eu só fui descobrir o que era ser trans com a L., em agosto de 2016, foi que eu descobri que existiam pessoas trans. Então foi quando eu descobri que existiam pessoas trans e eu percebi que, é, eu sou isso (risos), e a vida muda e o sofrimento, em grande parte, acaba e... [...] Referente à formação no catolicismo, [...] quando eu fui começando a entender que eu fazia parte da sigla LGBT, não necessariamente como T, mas como G, eu fui deixando um pouco a religião, o catecismo pra ir pro catolicismo, assim, deixando, depois deixei o catolicismo pra ir pra um cristianismo, e depois do cristianismo eu larguei e fui pro ateísmo, e depois do ateísmo eu migrei pro panteísmo, por uma questão de afinidade, não por uma questão de crença, pouco me importo com acreditar ou não acreditar, me preocupo com as ações e as atitudes das pessoas, é isso que me incomoda. Então acho que a religião tenha sido uma contribuição muito forte pra que eu tivesse todo aquele sofrimento passado, principalmente quando eu falo de masturbação dentro da igreja católica, se torna um sofrimento muito forte. Daí falo de homossexualidade dentro da igreja católica, se torna um sentimento muito forte, então, sem sombra de dúvidas, ser criada por uma mãe que me botava na cabeça que o catolicismo era tão certo, assim, me fez pensar que o catolicismo estava certo quando eu sentia totalmente o contrário do que o catolicismo dizia que eu tinha que sentir. Então a religião teve uma parcela significativa de que aquele meu sofrimento continuasse sendo tão forte durante anos, mas que eu tenha trazido ele até hoje, tem resquícios muito pequenos, assim, em situação de dor, ainda sinto uma vontade como se fosse uma vontade de conversar com um ser, ou um ente superior, mas não é algo que eu alimento ou... E às vezes eu converso mesmo, converso pra me saciar psicologicamente, não porque eu ache que alguém me ouça realmente, sabe?, então acho que a religião, é, eu fui criada dentro da religião católica, então, dentro da minha formação de Psicologia, eu acredito que muitas coisas que a gente vivencia na infância, a gente carrega até o fim da vida, sabe?, eu acho que existe muito disso, que eu poderia ter sido poupada. [...] Acredita que a informação sobre e para as pessoas trans [...] seria a base de uma sociedade, eu acho que seria o necessário, as pessoas simplesmente terem a vontade de saber. Isso em relação a tudo, em relação à política, em relação a qualquer coisa, sabe?, porra, eu trabalho com atendimento, vamos dizer assim, eu tenho que saber como que eu atendo uma pessoa trans a partir do momento que eu descubro que essas pessoas existem. É, eu trabalho dentro de algum ambiente onde eu faço a recepção de pessoas trans... Como é que eu descubro?

Como é que eu trato elas? Por que que eu não pergunto pra elas, sabe? Por que eu não pergunto “qual é o seu nome?”, daí eu ouço o nome e trato a pessoa pelo nome dela e daí eu trato pelo gênero do nome dela, sabe?, e é simples, não é uma coisa difícil, e as pessoas dificultam tanto. Então eu acho que a base da sociedade deveria ser essa busca pela informação, no só das pessoas trans. Eu acho que as outras pessoas deveriam saber sobre a gente, tanto quanto nenhuma dessas outras pessoas que não é trans, se uma delas tiver síndrome do pânico, eu quero saber como é que eu tenho que reagir a ela quando eu ver que ela tá tendo uma crise. Eu levo ela pra fora? Eu dou água pra ela? O que eu faço?. Da mesma forma com que uma pessoa cis, também, que é homossexual, na hora que ela se sentir mal porque ela terminou um relacionamento, sabe?, daí a pessoa na realidade descobre que quando um gay termina um relacionamento com um namorado, você pode tratar ele da mesma forma como um homem termina com uma mulher, sabe?, não tem diferença. Daí você descobre que uma pessoa trans não tem diferença de tratar qualquer pessoa, você trata pelo nome, sabe?, então as pessoas tem que entender que é fácil, só que você tem que buscar informação quando você vê isso, é uma coisa que eu sempre falo. A minha irmã, eu tenho três irmãs, e mais nova ainda me chama pelo meu nome antigo. Se minha irmã e minha mãe pegassem e se dessem o trabalho de ver um vídeo sobre pessoas trans e ver o que é o sofrimento em relação ao nome, talvez eu não taria passando tanta dor, porque elas saberiam o quanto eu sofro, sabe?, mas as pessoas não querem saber, as pessoas evitam, porque elas não querem se incomodar, porque elas não querem ficar desconfortáveis. E elas não entendem que ficar desconfortável é saudável e é normal. [...] Sobre a busca por informações como pessoa trans e como é ser uma pessoa trans, [...] eu vou ser bem sincera contigo: eu não sei. Eu não sei, não sei mesmo. Eu conheci ela (L., membro da ONG ADEH), em agosto de 2016, eu me assumi em março de 2017. As crises se intensificaram, daí no verão eu tava trabalhando num bar na praia, um bar de amigos meus, tava trabalhando de caixa, tava tomando remédio psiquiátrico todos os dias, antidepressivo e ansiolítico, e eu tive uma puta crise, mas uma crise de ansiedade com depressão. Uma crise que eu fiquei quase uma hora chorando e soluçando sem parar no colo da minha amiga. Logo após isso, eu pensei, “eu sou uma pessoa trans”, foi assim, sabe?. [...] Meu amigo trans, que hoje eu chamo de padrinho, me levou, me disse onde era o ambulatório trans, e daí eu fui lá de ônibus, que era na Lagoa, na época, e eu fui na ADEH onde eu conheci a L. e perguntei pra ela, e os dois me passaram bastante uma realidade do que que é ser uma pessoa

trans e de tudo isso, e daí eu comecei a vivenciar aos poucos, comprar as roupas que eu queria, pedir pra uma amiga minha fazer uma saia pra mim, fazendo coisinhas assim, aos poucos, e fui começando minha transição. Comprando uma peça aqui, uma peça lá... [...] Eu fico assim, como posso dizer, me sinto construindo uma nova vida. E isso pra mim é uma coisa que eu queria há muito tempo, parecia que há muito tempo eu precisava disso, sabe?, e isso veio de uma forma totalmente surpresa pra mim, e ao mesmo tempo, tão saudosista, porque parece que todas aquelas vontades que eu tinha, pareciam tão condenáveis... E hoje eu já lido com elas porque elas são normais, sabe?, então parece que eu tô vivenciando uma nova vida, assim?. Eu tô me sentindo eu, quem eu realmente sou e isso realmente tem sido muito bom, sabe?. [...] Sobre ver vídeos e conteúdos sobre pessoas trans na internet, diz que [...] na realidade, nunca fui muito de ver vídeos, assim, eu conheço vários canais de pessoas trans, eu vi a Mandy Candy (Youtuber), vi, agora recentemente eu vi a Thiessa (Youtuber), e, mas meu contato sempre foi mais perto da L., da F. e desse meu padrinho trans e da minha amiga trans, que é, eu tô indo pra São Paulo, essa semana, consegui ajuda da minha madrinha e da minha mãe, porque elas sabem que eu preciso de um momento, daí elas decidiram me ajudar, daí eu vou pra São Paulo. Daí lá, eu vou pra Avaré, onde eu vou conhecer minha madrinha trans, que é uma menina que eu participei da transição dela e ela agora participou da minha transição, foi ela quem mais me ajudou em tudo isso, em relação a ser uma menina trans, sabe?. É impressionante que ela é a minha madrinha trans, mas ela é bem mais nova que eu, eu tenho 21 e ela tem 18. [...] Relata também que não faz [...] mais acompanhamento médico. Eu voltei a me hormonizar agora porque eu tava totalmente sem dinheiro, então eu não tava conseguindo fazer a hormonioterapia porque eu tinha outras prioridades, que é a minha formação, então agora que eu voltei eu tô fazendo o tratamento por mim, baseado em diversas pessoas que eu vejo em site de transgêneros e hormonioterapia, mas daí quando eu voltar de São Paulo eu já vou procurar uma médica lá nos Ingleses pra poder fazer os exames e tá fazendo da forma mais saudável possível, assim. [...] Num contexto geral, [...] acho que a gente sempre tem que continuar lutando pra que a CISHéteronormatividade, acho que é o primordial, acho que as pessoas tem que entender que não existe nada de anormal em ser LGBTs, sabe?, não é anormal, não é preocupante, não é um problema, não existe cura e não deveria mesmo existir uma cura, sabe?, então eu acho que é isso, que cada dia lutemos mais pra que seja desconstruído esses padrões, sabe?, de que meninos só brincam de carrinhos, e de que

meninas só brincam de bonecas e que você nasce com um gênero. As pessoas não entendem isso, né?, que as pessoas chamam isso de ideologia de gênero, mas não existe. Na realidade, é uma construção social que as pessoas não conseguem perceber que se a gente não falasse, a gente não chamaria de menina nem de menino, então acho que a gente tem que continuar lutando cada vez mais pra que isso seja desconstruído e que as pessoas entendam que você pode expor o seu gênero e a sua, o que eu chamo de identidade sexual, não de orientação, então pra que sua identidade de gênero e sua identidade sexual possam ser cada vez mais a sua cara, ao seu jeito, ao seu formato, e não aquilo que deveria pela norma, ser, sabe?. Você tem que ser afeminada, então você tem que falar com os trejeitos, inclusive você tem que usar “aloka” e “aquelas”, e não, mas então você é “sapatona”, você tem que usar roupas masculinas, você tem que usar um boné pra trás e ficar falando “mano”... Não, sabe?, você pode ser uma “sapatona” feminina, você pode ser uma “bicha” masculina, você pode ser o que você quiser. A sua identificação é sua e foda-se os outros, sabe? (risos). [...] Eu acho que a informação e a educação são as coisas mais importantes no processo inteiro, falando principalmente da questão do ensino e da educação de crianças. Eu acho que é ali que se desconstroem todos os padrões de gêneros que elas vão ver do lado de fora da escola, sabe?, então elas entram na escola, e a escola deveria dar a chance de elas entenderem o que muitas não compreendem na vida delas. Então muitas são criadas dentro de relacionamentos heterossexuais, que são rodeadas por relacionamentos heterossexuais, e presenteadas em todos os aniversários com brinquedos de acordo com gêneros socialmente ditos... Então a educação e a informação vão fazer esse trabalho de dentro desses ambientes, captar essas crianças e mostrar pra elas, “ah, não, mas então vamo brincar agora, todo mundo vai brincar de boneca”, daí um menino vai olhar e perguntar “tá, mas menino brinca de boneca?”, e daí a professora, que é uma pessoa que ele vai ter criado confiança, vai dizer “sim, boneca é um brinquedo pra todo mundo. A professora brinca, o professor também brinca de boneca, todo mundo”, e daí a partir daquele momento, daquela informação que ela recebeu naquele momento, através do formato da educação ela aprendeu, que na realidade, não tem essa de brinquedos pra gêneros, então acho que quando ela vai crescendo, todo o acesso a informação, aos sistemas de apoio, o SUAS, que nunca tem uma visibilidade muito grande, que muitas pessoas trans nunca sabem que existe um SUAS ou que o Serviço Social tem um Sistema Único, né?, então elas perceberem que o SUAS

ele tem que ganhar uma visibilidade e um poder de fazer captações e ações muito mais fortes, de tá chegando na pessoas trans, ou em pessoas que tão tendo algum tipo de sofrimento, fazer aquela captação de passar pra profissionais que possam ajudar a pessoa entender o que ela tá sentindo. [...] O SUAS é o Sistema Único de Assistência Social, [...] é um SUS do Serviço Social. [...] Isso é bem invisibilizado, e o Serviço Social que faz toda a rede de apoio. O SUAS que é chamado quando um hospital recebe uma mulher que foi vítima de violência doméstica, daí o SUAS cria a rede de apoio pra que aquela mulher continue recebendo atendimento sem precisar voltar pra casa dela ou que o marido não chegue perto dela, então o SUAS é invisibilizado, mas ele é um sistema que é muito necessário.

NARRADORA E: *Então, é, vamos lá. É, eu tive bastante dificuldade no início, sobre o meu ingresso na universidade, né?, especificamente, porque foi a partir dali que começou toda essa questão sobre as necessidades de informação, sobre as necessidades informacionais, que foi até tema do meu Trabalho de Conclusão de Curso, é, onde eu estudei, pesquisei, as reais necessidades informacionais da população T, né?, de mulheres, homens trans e travestis em relação à política do nome social e lá eu aponto, né?, as necessidades que a nossa população teve dentro universidade, em relação ao nome social, em relação a construção da cidadania, em relação, é, aos nossos direitos, né?, o respeito a identidade de gênero e no início eu entrei, né?, na universidade, eu sabia muito pouco sobre esse universo, né?, até porque eu fui criada, né?, de uma forma muito voltada pros estudos, então eu estudei muito desde criança, né?, sempre fui muito curiosa, muito leitora, sempre tava com livro na mão. Isso foi um hábito que eu criei desde criança, né?, e pra mim foi um, uma realidade um pouco complexa, me deparar com um universo como a universidade, né?, onde o fluxo de informação é intenso, né?, informações a todo momento, é um boom de informações e imagina eu, sendo travesti, é, como poucas, né?, dentro da universidade, pouquíssimas trans, travestis dentro da universidade. Quando cheguei na universidade, tinham três, quatro, né?, mas cada uma no seu centro, então a gente não tinha muito tempo pra trocar informações, né?, eu tive poucos momentos de trocas de experiências com as meninas que já estavam dentro da universidade, né?, cada uma com seu curso, cada uma preocupada com sua vida, então eu tive que correr um pouco atrás, tive que me virar, no início, pra saber, pra ter conhecimento do que era a política do nome social, do que era, de como meu nome ficaria, né?, na lista de chamada. E as*

dificuldades maiores foram em relação à comunidade acadêmica, né?, as minhas necessidades informacionais, as minhas necessidades de informação, elas começaram a surgir por conta de uma negligência da administração pública, né?, que é o que eu aponto na minha pesquisa, no meu TCC, que é, essas dificuldades, elas se dão por quê? Porque não tem uma política real, não tem uma política concreta, é, que divulgue, que oriente a população T dentro da universidade, né?, dentro da UFSC especificamente. Então, tá, tem a política do nome social, tem o documento, tá documentado, foi aprovada no CUm, mas não tem uma política de disseminação, né?, a gente não tem as orientações, não tem o preparo, não tem um apoio institucional, então a gente acaba se vendo, então, um pouco deslocada. Eu tive bastante apoio, eu procurei bastante apoio, ajuda na ADEH, né?, lá eu tive orientação da L., que já estava há algum tempo dentro da universidade, acho que ela entrou um ano antes de mim, eu tive um pouco de ajuda da, de uma menina da Arquivologia que também é trans, né?, que me orientou um pouco também, aí foi que eu comecei a correr atrás desses meus direitos, né? Por quê? A partir do momento que você tem uma necessidade de informação, você tem parte dos seus direitos cerceados, né?, porque você não tem conhecimento, como eu não tinha na época. Se você não tem, é, informações pra você, é, buscar esses direitos, então começa a, os conflitos começam a surgir a partir dessas necessidades, né?, que muitas vezes, elas também existem por conta de uma má vontade, não só por conta da má vontade, mas por conta de todo um preconceito em relação a população T, né?. Eu lembro que, na época, até pra solicitar o meu nome social, quando eu usava o nome social, né?, foi bastante complicado porque as pessoas não tinham conhecimento, então existe uma política de nome social, mas não tem é, o serviço público, ele não está preparado, ele não está apto a orientar sobre essa política, né?. A política nasce dentro da universidade, mas a universidade não sabe como tratar essa política, então essa foi a minha maior dificuldade, a minha relação com os servidores públicos, a minha relação com as professoras. Como, eu, M. Z., travesti, iria me impor diante de toda uma sociedade, diante de toda uma comunidade acadêmica que pouco sabia sobre as nossas reais demandas, sobre as nossas reais necessidades? Então tudo isso foi construído dia a dia, e a partir de muita leitura, e a partir de muito estudo da minha parte, de conhecer os meus direitos mesmo, de fato, né?, começou essa busca, foi meio que, eu fui meio que autodidata, né?, nesse processo de buscar as informações. E não estavam prontas ali pra mim, né?, eu tive que ir atrás e muitas vezes, me frustrei, muitas vezes me decepcionei, muitas vezes, é, precisei brigar

para dizer “não, ó, aqui, ó, aqui tem esse documento, aqui tem as informações, é um direito meu, é uma política que versa sobre a minha realidade, então eu tenho esse direito e eu vou usá-lo, vou usufruir desse direito”, né?, era quase que uma luta diária, né?, em todos os sentidos, pra gente conseguir, a partir dessas políticas, a partir desses documentos, a partir dessas iniciativas precárias, né?, porque são muito precárias. A partir do momento que você tem uma política, mas você não sabe como usá-la, como tratá-la, como proceder, é, não serve de muita coisa, né?, então essas foram as minhas reais necessidades informacionais, né?, de como lidar, de como fazer esse diálogo, fazer essa ponte com o serviço público. E o contexto universitário é apenas um subsistema de todo um sistema maior, né?, porque fora da universidade, as dificuldades são as mesmas. É claro que, né?, se a gente for pensar, por exemplo, ir atrás de informações para retificar o nome, como foi um outro, uma outra parte de um processo que eu precisei fazer, né?, de obter as informações, as orientações necessárias para conseguir retificar meu nome e também foi da mesma forma, né?, porque a gente tem as informações, tem um respaldo jurídico, a gente tem um respaldo de informações, mas a gente não tem o preparo das pessoas que trabalham, né?, seja no jurídico, seja na administração pública, eles não tem as informações. Eu sempre digo que as necessidades informacionais não foram tão minhas quanto é de toda a sociedade, né?, eu jogo essa responsabilidade pra sociedade, eu acredito que eu não tive tantas necessidades informacionais, as minhas necessidades informacionais elas foram voltadas para como eu chegaria até a informação, né?, mas a partir do momento que eu chegava na informação, eu me deparava com as necessidades de informação das pessoas que me atendiam, né? Então eu não sei se essa necessidade informacional foi tão minha, né?, eu acredito que essa necessidade informacional ou de informação é mais de quem vai atender, de quem vai, é, lidar, de quem vai conversar com parte da população T, né?, porque a militância ela também ajuda muito, a militância ela nos orienta, a militância nos ajuda nesse sentido, né?, de como ter as informações em mão, de como correr atrás dos nossos direitos, mas a militância muitas vezes ela não chega no todo, ela não chega em toda a sociedade, então essa dificuldade de informação, de necessidade de informação, informacionais, eu analiso, na minha pesquisa que é parte constituinte de toda a sociedade, né?, toda a sociedade tem essas necessidades de informação sobre a população T. É, eu vou exemplificar um pouquinho o que era muito recorrente. Eu não sei se é, quando eu tava investigando, quando eu tava explorando, o

meu, o meu objeto de estudo, a própria população T, a minha própria população, no início eu tava trabalhando com essas reais necessidades informacionais na minha população, mas no decorrer da pesquisa, conforme eu fui desenvolvendo, eu percebi esse outro lado, né?, essa outra dimensão, porque conversando com as meninas, conversando com as mulheres trans, com as travestis, eu pude perceber discursivamente que elas não tinham tantas necessidades de informação porque estavam todas muito bem amparadas por associações, pela própria militância, uma ajudando a outra, uma informando a outra, né?, é como se fosse, é, não, é de fato, né?, nós por nós. Então nós estávamos o tempo todo nos ajudando, eu não sei se houve, de fato, se existe de fato essas necessidades informacionais, né?, por parte da população T. Existe, mas é de uma forma diferente, né?, é de uma forma mais simplista, né?, porque a gente tem, a gente tá acostumada a viver com toda essa retirada de direitos, né?, com esse não reconhecimento da nossa cidadania, com esse não pertencimento social, então a gente é meio que treinada, né?, a gente é condicionada a ser mais atenta às informações que nos dizem respeito, não só as informações que nos dizem respeito, mas todo e qualquer tipo de informação. A gente acaba muito mais atenta, né?, por quê? Porque a gente tá o tempo todo sendo ameaçada, a gente tá o tempo todo precisando contestar alguma coisa que tão tirando da gente, é meio isso. Então na minha pesquisa, eu percebi em todos os momentos, dessa busca por informações, da nossa população, não teve tanto, é, tanta dificuldade, né?, porque nós estávamos preparadas, nós estávamos com as informações, todas na mão, dos nossos reais direitos e a gente tava se deparando com as necessidades informacionais, com as necessidades de informação de quem nos atendia. Era mais uma necessidade deles do que nossa, né?, eu não sei se você consegue me entender por essa outra dimensão, né?, porque o que eu tô te trazendo na verdade é um fato novo, né?, porque isso é interessante até de você colocar na tua pesquisa, essa outra dimensão do problema, né?. Então, continuando, sobre outras informações, né?, sobre outros tipos de acessos à informação. Eu, sobre a hormonização, eu sempre tive uma relação muito, uma relação muito, é, eu posso dizer que de conflito com a terapia hormonal, porque eu nunca segui, né?, uma terapia hormonal de fato. Hoje, eu não me hormonizo, né?, eu acho que eu já tomei medicamento demais, né?, eu já tomei hormônios demais, hoje eu dei uma parada, porque altera bastante o humor, né?, da gente. A minha primeira hormonização, ela começou, é, eu tinha 16 anos, né?, eu comecei a me hormonizar com 16 anos, mas eu sempre tive uma aparência, sempre tive uma

passabilidade muito feminina, né?, desde criança, eu sempre fui muito feminina, então o hormônio ele foi só um plus, né?, mas as minhas buscas por hormonização elas começaram na internet. Eu queria muito me hormonizar, eu lembro que na época eu tava, eu tava muito enlouquecida porque eu queria me hormonizar, eu comecei tomando hormônio da minha mãe, né?, foi o primeiro contato com hormônio que eu tive foi através da minha mãe, e a partir de então, eu comecei a comprar os hormônios por conta própria. Não tive nenhuma, nenhum auxílio, nenhuma ajuda médica, porque eu sabia que eu não teria, né?, eu sabia que nenhum médico iria me orientar a tomar hormônio, né?, na época. Hoje em dia, a gente sabe que tem médicos especializados, tem ambulatórios, então as informações hoje, elas estão muito mais, elas estão mais é, verdadeiras, né?, elas estão nos orientando, de fato. Eu comecei a tomar hormônio por conta própria e fui comprando, comprando, comprando... Eu só fui ter acompanhamento mais tarde, eu acho que já devia ter 20 anos, né?, e eu nunca me importei de fazer terapia hormonal por conta própria, porque todas as minhas amigas, elas faziam terapia hormonal por conta própria, então eu só segui, né?, o modelo delas. Elas me passavam a dieta, né?, quais eram os hormônios, eu ia lá e comprava e tomava, e não tinha muita preocupação com a minha saúde, né?, eu fui ter preocupação mais tarde, mas porque tinha apoio, né?, porque tinham médicos intencionados a tratar pessoas trans, pessoas travestis, então eu fui buscar só por uma questão de fazer parte daquela, daquele grupo, né?, daquela realidade, mas eu nunca tive problema em relação a minha saúde pelo uso de hormônios. Eu nunca, tirando o humor, que muda bastante, né?, mas eu nunca tive problemas com automedicação, hoje em dia, também, se precisar me automedicação eu me automedico, eu tomo hormônio, se precisar, também, se me der vontade... Mas porque eu também fui atrás das informações, né?, quais os efeitos de cada hormônio, a gente acaba aprendendo muito com as experiências das nossas irmãs, né?, a gente acaba tendo elas como referência, né?, as meninas que estão há mais tempo se hormonizando, que estão há mais tempo na luta, né?, em geral, então eu sempre corri atrás, também, na internet, fui obter informações com as minhas amigas, com outras travestis, uma passa informação pra outra, é uma rede de apoio muito grande que a gente tem, né? Como eu já disse anteriormente, é nós por nós, né?, uma acaba cuidando da outra, uma acaba orientando a outra, e a gente fica, a gente vive em comunidade, né?, literalmente, a gente se ajuda, a gente informa, a gente procura ser também, né?, criar redes de afeto entre a gente, inclusive na prostituição, né?, então as minhas, as

informações que eu obtive em relação à terapia hormonal, em relação a inibidor de testosterona, em relação a medicamentos, eu tive mesmo por parte das outras meninas, né?, e que mais tarde, eu fui na internet, busquei e tudo o mais, porque a internet, também, a gente sabe que é um campo vasto de informações, a gente consegue obter todo o tipo de informação, né? Então, sobre a minha relação com o curso de Biblioteconomia, sobre a minha relação com o departamento de Ciência da Informação, né?, eu lembro que no primeiro dia de aula, nos primeiros momentos as pessoas, elas ficavam meio chocalizadas, né?, chocadas, porque a maioria eu acho que nunca tinha visto uma travesti na vida, né?, e eu entrei muito receosa, eu entrei na universidade muito preocupada, né?, do que as pessoas iriam pensar, porque a minha mentalidade na época era outra, né?, eu era muito preocupada com que as pessoas pensavam. Depois, eu pensei “ah, quer saber de uma coisa? Cada um cuida da sua vida, eu tô aqui, eu vou ocupar e pronto”, mas no início não foi uma relação fácil, não, as pessoas, elas tinham muita resistência em relação a mim, porque eu também, eu era muito, muito assim de, do conflito, sabe? Eu sempre fui muito barraqueira, sempre contestei muito as coisas, então nunca admiti que as pessoas me humilhassem ou fizessem qualquer coisa do tipo pra me inferiorizar, pra me diminuir, né?, e a informação ela era uma aliada, né?, porque a partir do momento que eu tinha informação, que eu sabia, que eu tinha conhecimento de, do que eu representava no mundo, nos meus direitos, das minhas demandas, eu sabia que, com a informação, com o saber, né?, porque saber é poder, e aí a gente pode entrar em Foucault, né?, pra trabalhar isso, mas eu sabia que com as informações, eu me tornava uma pessoa mais blindada, uma pessoa mais protegida, né? E eu me sentia protegida tendo informação, sabendo das minhas, dos meus direitos dentro da universidade, não só dentro da universidade, mas em relação a tudo, né?, eu tenho informação, eu me sentia protegida, né? E me sinto até hoje, né? Voltando um pouco a questão da hormonização, é você falou sobre doses, sobre quais quantias de medicamento tomar... Hoje, a medicina, ela tem um tratamento muito peculiar, né?, é uma forma de fazer terapia hormonal em nós, trans, que é muito próxima da hormonização natural, né?, da hormonização, né?, de mulheres cis, então a gente que é trans acaba não seguindo muito essas dietas, né?, dos profissionais da saúde que elaboram, né?, e que trabalham com a população T. A gente acaba não tomando as dosagens que eles recomendam, a gente acaba tomando mais do que eles recomendam, né?, porque a taxa recomendada de hormônios é uma taxa muito baixa, né?, e a gente, a gente que é trans e tá em busca de

uma aparência feminina, né?, de essa coisa mais feminina, de ter um cabelão, de ter um rosto feminino, um corpo, um quadril, a gente acaba se automedicando de uma forma sem controle, né?, a gente acaba usando mais do que é pra usar. Eu, no meu início, eu tinha que tomar uma Perlutan (injeção anticoncepcional) por mês, né?, eu tomava três por semana, né?, e eu não queria nem saber das consequências, e hoje também, se precisar tomar três Perlutan por semana, eu tomo. Eu sempre digo, Guilherme, que ninguém conhece mais o nosso corpo, né?, o corpo da travesti, o corpo da mulher trans, do que nós mesmas. A gente aprende a entender e a compreender o funcionamento do nosso corpo, mas até do que um médico, né?, porque a gente tá vivenciando, a gente tá experienciando essa terapia, né?, hormonal todos os dias, então a gente sabe dos efeitos colaterais, a gente sabe qual medicamento deixa a gente com tontura, qual medicamento deixa a gente mais fragilizada, qual hormônio deixa a gente mais feminina, a gente sabe de tudo isso, e eu acho que até com mais propriedade do que um endócrino, do que um clínico geral, do que até qualquer outro médico capacitado pra entender de hormônios. E até pra medicina, a questão trans, o corpo trans, é algo completamente, que deixa eles muito confusos, né?, porque a gente acaba sendo um espectro de, de mudança na medicina, né?, porque a gente introduz no nosso corpo, a gente coloca dentro do nosso corpo hormônios que não são da nossa biologia, né? Por exemplo, a gente não produz estrogênio, não produz progesterona, e a gente coloca esses hormônios no nosso corpo, a gente acaba sendo uma espécie de cobaias pra própria medicina, né?, porque a partir das nossas experiências, eles aprendem a estudar outras formas de corporalidade, outras formas de fazer tratamento hormonal, então eu nunca segui à risca nenhum tratamento convencional, proposto pela medicina. Sempre foi por conta própria, e eu ainda hoje prefiro fazer tratamento por conta própria, porque como eu te disse, ninguém melhor que nós mesmas conhece nosso corpo, né?, se a gente tá com os exames em dia, as taxas, elas estão regulares, as taxas de hormônio, eu acredito que não implica na nossa saúde. Sobre o mercado de trabalho, eu me deparei com uma realidade bastante cruel, né?, e isso começou buscando estágios, né?, eu lembro que no início da graduação, eu tava atrás de estágios e lembro de toda a exclusão, né?, por conta do estigma, por conta dos estereótipos, por conta da subalternidade que um corpo trans, dessa informação social, né?, que o corpo comunica, porque querendo ou não, o corpo trans, o corpo travesti é um corpo que provoca certo desconforto, provoca certa inconformidade, provoca certa, certos olhares, né?, algumas vezes de nojo, algumas vezes de

reprovação, e porque a gente tá confrontando, né?, essa norma, a gente tá fazendo diferente, né?, do que é pra ser, então é um corpo que choca. Por mais feminina que tu sejas, por mais, é, por mais passabilidade que a menina tenha, é, quando se é descoberta, né?, quando a sua identidade é descoberta, ela já não tem muito valor, né? Não importa se você tem capacidade, se você tem conhecimento, se você trabalha bem, se você desenvolve pesquisa muito bem... A partir do momento que descobrem, que sabem da tua travestilidade ou da tua transexualidade você passa a não ter muito valor, né?, e pode ter certeza que na concorrência, na disputa de uma vaga, você pode ser a melhor, mas você é a travesti. Então isso já tira toda a sua capacidade enquanto trabalhadora, enquanto profissional, enquanto pesquisadora, é uma realidade muito cruel, né?, de exclusão e eu enfrentei muito essa dificuldade, né?, eu sempre digo que a salvação de nós, mulheres trans e travestis é, que não queremos e que não aceitamos, né?, a prostituição como trabalho, não tô dizendo que eu não aceito, porque eu penso diferente, eu aceito, eu vejo como um trabalho, mas algumas meninas não vêem, mas então eu sempre digo que a salvação pra essas meninas que não vêem na prostituição uma fonte de renda, não vêem na prostituição um trabalho, é o concurso público, né?, passar num concurso público. Porque o mercado de trabalho, ele tá muito fechado ainda pra população T, e acredito que continuará assim por muito tempo, né?, enquanto a gente não romper com os estigmas, enquanto a gente não discutir mais com honestidade a questão trans, a gente vai continuar sendo jogada pra fora do mercado de trabalho, né?, e tanto é, que o único trabalho que tem para as meninas trans e travestis, o único trabalho que acolhe as meninas trans e travestis é a prostituição, é o trabalho sexual, que as permite ter uma renda, né?, porque se não fosse a prostituição, muitas não teriam o que comer, não teriam como viver, não teriam como pagar aluguel. E eu te digo que o lugar da prostituição, o ambiente da prostituição, as relações que se constituem, que se constroem a partir da prostituição, elas são importantíssimas nesse processo de acessar/obter informações, porque é a partir desse lugar que as meninas conseguem, muitas vezes, encontrar as informações das quais precisam, né?, seja sobre hormônios, seja como retificar o seu nome, seja como ir atrás dos seus direitos, né?, a maioria das meninas, elas tem as primeiras informações, né?, que são importantes pro seu crescimento, pra sua caminhada enquanto travesti, enquanto trans, na prostituição. É ali que começa esse jogo de informações, esse fluxo, né?, informacional. A maioria das meninas que eu conheço, a maioria, eu acredito que 95 por cento estão na

prostituição, a maioria das meninas trans e travestis ainda atuam na prostituição, algumas adoram, não querem sair, outras estão tentando melhores oportunidades, né?, estão estudando e só estão estudando porque tem a renda da prostituição para mantê-las, né?, então é por isso que eu sempre digo, é, que a prostituição tem uma função muito importante nesse processo, né?, de até de mudar de vida, né?, porque é a partir dali que tudo começa, porque enquanto você é rejeitada em todos os lugares da sociedade, muitas vezes abandonada pela família, não tem a oportunidade de ter um emprego, é a prostituição que as acolhe, é a prostituição que nos acolhe quando a gente se vê rejeitada, né?, se vê abandonada por tudo e por todos. E até eu trabalho isso, até tô pesquisando e estudando isso na minha Dissertação de Mestrado, que é as travestis, né?, e a relação delas com a prostituição, a relação delas de constituição com o corpo, de construção da identidade, então eu faço um trabalho de campo, né?, com essa questão. Então é a partir dali que tudo começa, né?, eu lembro que teve uma época que, que eu não tinha estágio, eu não tinha oportunidade de estágio, eu não tinha oportunidade de ter um trabalho, né?, eu não tinha muitas perspectivas, né?, o que me restou foi esse lugar-comum a todas nós, né?, que é a prostituição, e acaba que por essa realidade ser de 95 por cento, 90 por cento, não sei ao certo esse número, né? Saíram algumas pesquisas nos últimos meses com resultados diferentes, então a gente não sabe qual pesquisa tá melhor fundamentada, né?, mas a gente estima que seja de 95, de 90 por cento. Acaba que a nossa identidade, ela tá muito ligada, né?, ao trabalho da prostituição, por quê? Por que é o que nos resta, então quando você fala de uma trans, de uma travesti, automaticamente as pessoas, elas fazem essa ligação, né?, é travesti, é prostituta, é prostituta, é travesti, então tá tudo ali, né?, essas identidades, elas acabam se misturando, elas acabam sendo uma só. Bom, sobre o meu ingresso no mestrado: eu tava na graduação, né?, tava, eu fazia parte também de um núcleo de estudos de gênero dentro da UFSC, que era o Núcleo de Identidade de Gênero e Subjetividades, o Nigs/UFSC, que faz parte do IEG, eu também cursava Antropologia na época, eu tava conciliando os dois cursos, né?, Biblioteconomia e Antropologia, por conta dos estudos de gênero, que eu me aproximei muito dentro da universidade. Eu, no segundo ano, foi no segundo ano que eu comecei a ter essa proximidade com os estudos de gênero e feminismo, e eu queria muito fazer o Mestrado em Antropologia, por isso eu tava pegando algumas cadeiras em Antropologia, tava quase que certo, eu iria fazer, iria passar, né?, iria ser orientada por uma professora lá da Antropologia que eu tinha muita admiração, mas eu me frustrei muito

na Antropologia. Eu sabia que não tinha perspectiva nenhuma em fazer um Mestrado em Ciência da Informação, porque foi uma luta muito grande pra mim conseguir colocar a minha temática dentro da, colocar em discussão, né?, a minha temática dentro do departamento, eu tive sorte de ter uma orientadora que aceitou, que ficou o tempo todo do meu lado, ela disse “não, eu vou te orientar, a gente faz, eu confio em você, eu confio no teu trabalho”, e foi muito lindo, né?, eu consegui desenvolver o TCC muito bem, consegui ter o apoio que eu precisava, né?, se não fosse ela, eu não teria orientadora no departamento, né?, porque a gente sabe como que é o departamento de Ciência da Informação, então eu pensei: “eu não tenho oportunidade nenhuma, nem aqui, eu não vou continuar, né?, eu quero muito fazer um mestrado”, e daí eu comecei a pensar, comecei a estudar as possibilidades, acabei desistindo do processo seletivo da Antropologia, e fiquei meses pensando muito, né?, onde eu iria tentar o meu Mestrado. Nos últimos seis meses de faculdade, de curso, eu acabei me aproximando muito de teorias marxistas, de teorias sobre o trabalho sexual, até por ser militante, por ser puta feminista, por ter essa experiência, né?, com a prostituição, então acabei me aproximando muito dessas discussões, desses debates. Acabei me voltando para essas leituras, né?, feminismo, trabalho sexual, travestilidade e bolei um projeto, montei um projeto, e pensei “não, eu vou tentar fazer esse processo seletivo, né?, pro Serviço Social”, e acabei me interessando pela área do Serviço Social pelo meu contato com a L., ela disse, “olha, lá no Serviço Social tem uma professora que ela discute gênero, você iria gostar muito dela!”, e daí eu pensei “nossa, são poucas professoras dentro da UFSC que discutem a questão de gênero, né?”. Na Antropologia, tem uma que é uma referência nacional, mas eu cortei relações com ela, eu pensei, “aqui na Ciência da Informação, não tem uma professora que discute gênero, né?, então eu não irei tentar o Mestrado aqui”, e daí eu comecei a fazer uma listinha das professoras da UFSC que discutem, que discutiam, que discutem a questão de gênero. E daí eu cheguei até essa professora do Serviço Social, não tive contato com ela, eu fui atrás apenas de saber como ela era, verifiquei o Lattes dela, eu pensei “não, é ali mesmo que eu vou tentar”. Montei o projeto, fiz a prova, passei na prova, meu projeto foi muito bem avaliado, na entrevista também eu fui bem e eu só conheci a minha orientadora do Mestrado do dia da minha entrevista, então eu entrei nesse processo seletivo meio que às cegas, né?, eu não conhecia ela, eu não tinha nenhum contato com o Serviço Social, a não ser esse contato teórico, né?, mas eu não tinha nenhuma proximidade com as

professoras do Serviço Social, e tentei e deu certo. Agora eu tenho outros planos pro Doutorado, vou continuar essa caminhada, tem sido muito bom passar por essa experiência, né?, de tá pesquisando temas importantes, né?, que eu considero importante pra transformação da sociedade, né?, gênero, feminismo, é, então tem sido muito importante essa minha trajetória dentro da universidade. Eu espero que continue dando certo e foi assim que eu comecei esse meu trajeto, né?, que pra mim, é só o começo, mas pra você ter uma ideia, quando eu estava na Antropologia, eu me decepcionei muito. Por quê? Porque eu era vista o tempo todo como um objeto, apenas, de estudo. Eu não tinha nenhum outro valor, né? Eu sempre fui uma boa pesquisadora, eu sempre fui muito inteligente, sempre fui muito competente em tudo que eu me propus a fazer, mas eu tinha esse valor dentro da universidade, né?, era esse valor que eu tinha, de apenas colaborar com as pesquisas de outras pesquisadoras. E eu não tive muito espaço pra ser a pesquisadora, né?, pra mostrar o meu trabalho enquanto pesquisadora, e essa professora que eu admirava muito, ela começou a me, ela me convidava pra participar de mesas, ela me convidava pra participar de rodas de conversa, pra dar palestra, ela me queria pra fazer tudo! E eu ia porque eu pensava, “não, vai ajudar muito no meu currículo, né?, eu vou e vou mostrar o meu trabalho, e vou mostrar o meu poder discursivo e vou ajudar na transformação, né?”, e o que aconteceu? Teve um semestre que ela abriu o edital pra, ela abriu um edital pra pegar bolsistas, né?, e eu já fazia parte, eu tentei renovar a minha bolsa, né?, dentro do núcleo, e não aconteceu. Não aconteceu, tinham outras pessoas nesse processo seletivo, ela acabou pegando outras pessoas no processo seletivo e eu não fui selecionada. Isso me deixou com muita raiva, me deixou muito, muito transtornada, também, né?, porque o núcleo dela discute identidade de gênero, especificamente, ela discute as questões de identidade de gênero, mas ela não pegou nenhuma travesti naquele momento, não pegou nenhuma mulher trans pra trabalhar no núcleo dela, né?, ela tipo, deixou a gente de lado, e ainda assim, queria que a gente participasse dos convites que ela nos fazia, então eu pensei “não, aqui eu não fico, né?”, é algo que eu sempre falo, né?, não aceito ser explorada em nenhum âmbito, né?, nunca fui explorada, nem na prostituição, eu dizia pra mim mesma, “eu não serei explorada dentro da universidade, né?”, porque eu percebia que o meu discurso, né?, estava o tempo todo sendo explorado, né?, e sendo usado para as pesquisas dela, então não faziam nenhuma referência a mim, não tinha nenhum crédito, né?, do que eu falava, do que eu produzia. Então era tudo pego como se fosse produção delas, e

eu pensei “não, aqui eu não continuo”, e daí acabei, né?, como relatei, acabei me aproximando do Serviço Social e estou hoje lá. Não estou tão contente quanto gostaria, mas estou lá, é, nesse processo de concluir o Mestrado e entrar pra um processo seletivo de Doutorado, né?, que ainda eu tô estudando as possibilidades também. Então, a minha relação com a minha família ela sempre foi uma relação tranquila, eu tenho uma relação muito boa com a minha mãe, uma relação de respeito, uma relação de entendimento, uma relação de afeto, é, ela não teve muita dificuldade, né?, pra aceitar a minha travestilidade, ela não se opôs em nenhum momento, foi uma relação tranquila. Os meus avós, hoje eles tem um pouco de dificuldade, eles não me tratam no gênero feminino, é, mas eu também não cobro, não fico muito em cima porque eu não tenho muita convivência, eu não tenho tanto afetividade com eles quanto eu tenho com a minha mãe, né?, e como eu te falei anteriormente, desde criança eu tenho esse comportamento voltado pro feminino, né? Desde criança, eu sempre fui uma criança feminina. Eu tive cabelo longo, eu sempre brinquei com coisas de menina, eu começo a lembrar e eu vejo que o meu passado, ele foi todo construído, né?, voltado pra feminilidade, eu não tive muita, a minha mãe não teve muita resistência quanto à isso, né?, de, por exemplo, eu pegar as maquiagens dela, as roupas dela, não foi, não teve essa resistência, esse cerceamento, essa briga de querer me mudar, sabe?, em nenhum momento ela quis me mudar. Claro que, é, pra ela, no início, houve um estranhamento, né?, porque ela esperava que, mesmo que de uma forma não tão violenta, mas ela esperava que eu fosse um menino, né?, mas eu não fui esse menino, nunca! Nem quando criança eu fui esse menino, e com o passar do tempo ela foi percebendo isso, ela foi se voltando pro passado, se voltando pra minha criação, e vendo que desde criança, realmente, eu era, eu tinha um comportamento muito feminino. Então não teve, em nenhum momento teve resistência de aceitação, foi uma aceitação tranquila. A gente se dá super bem, ela foi uma das primeiras pessoas a me tratar realmente como mulher, me tratar no feminino, então eu não tenho conflito familiar, eu não tenho muito do que falar, né?, talvez nesse sentido eu seja muito privilegiada, né?, porque se a gente for olhar pras experiências das outras meninas, a gente, o primeiro processo de rejeição vem da família, né?, e eu não tive esse processo de rejeição. Pelo contrário, eu tive um processo de aceitação, né?, foi um processo muito bom de aceitação e de compreensão do que eu era, do que eu queria ser, né?, das minhas necessidades, do que me fazia bem, né?, e essa foi a preocupação inicial da minha mãe, e também houve uma troca entre a gente, né?, porque a minha mãe, ela

tem uma história de vida muito difícil, né?, uma história de vida também voltada pra resistência, né?, minha mãe tem uma história cheia de estigmas também, por ser prostituta. Então houve essa troca de respeito, né?, foi muito recíproco essa aceitação, tanto eu compreender o que ela era, né?, quanto ela compreender o que eu era. [...] Eu acredito que a minha maior dificuldade nessa trajetória acadêmica foi exatamente isso: lidar com as relações de poder dentro da universidade. E eu aprendi muito, sabe?, aprendi muito de frente com essa realidade, porque, por mais que as pessoas, elas sejam estudiosas de gênero, pesquisem, elas acabam se apropriando um pouco dessas questões. Elas acabam tendo uma propriedade pra falar, né?, e isso foi o que eu sempre contestei dentro da universidade, sempre! Porque, tudo bem, se a gente for pensar que há uma década atrás, isso a gente sabe que é verifico, há uma década atrás a gente não tinha pesquisadoras trans ou pesquisadoras travestis. Esse ingresso, esse impulso da população T enquanto acadêmica, enquanto pesquisadora, enquanto produtora de suas próprias experiências, e isso eu falo cientificamente, começou há pouco tempo, né? Não tem muito tempo de vida essa população adentrando esses espaços que, querendo ou não, são de poder, né?, porque a pesquisadora, ela acaba tendo esse, criando muitas, muitos muros, muitos obstáculos que afastam a sua posição da posição do acadêmico, do orientando, daquele que ainda está aprendendo a andar por esses caminhos. Então eu percebia o tempo todo esse distanciamento e eu pensava “por que tem esse distanciamento?”, eu questiono muito até hoje, por que tem esse distanciamento, né?, hoje eu também tenho propriedade pra falar de um lugar que antes pra mim era inalcançável – estar numa Pós-Graduação. E é por isso que eu insisto estar nesse lugar, né? Pra que a gente consiga ter voz, pra que a gente consiga ter espaço e consiga viabilizar a discussão de uma forma honesta, de uma forma onde a gente tenha as nossas necessidades, as nossas demandas atendidas, porque a minha relação com as pesquisadoras que passaram pela minha vida foi muito de questionamento, muito!, sabe?, da pesquisadora, tipo, fazer uma mesa sobre pessoas trans, uma mesa sobre pessoas travestis e não ter uma travesti lá, uma mulher ou um homem trans para compor a mesa, e eu sempre questionava isso, porque esse distanciamento, ele é muito violento também. O lugar da pesquisadora, né?, e quando eu falo a pesquisadora, eu falo desse lugar de professora efetiva, de professora titular... Esse distanciamento que há, essa verdade, parece que é uma verdade incontestável, né?, “o que eu tô produzindo aqui é a verdade e vocês têm que aceitar”. Então eu sempre contestei isso, eu sempre quis

estar de igual pra igual nos espaços, porque enquanto especialista de travestilidades brasileiras, enquanto especialista dessas discussões de gênero com ênfase na travestilidade, mais especificamente do Brasil, eu tenho propriedade pra falar e eu vou ocupar esses espaços, então essa relação, ela sempre foi conflituosa, dessas relações de poder e da nossa luta em conseguir ocupar esses espaços e ser vista enquanto pesquisadora, também, porque parece que por mais que a gente tenha um Mestrado ou um Doutorado, a gente nunca é vista como pesquisadora, a gente é vista como posição inferior. E isso acontece muito, isso acontece muito e eu vi muito isso também na Ciência da Informação, de ter o conhecimento, ele ter valor quando ele tá dentro de determinados princípios, né?, parece que quem pesquisa gênero, quem pesquisa travestilidade e quem pesquisa prostituição não tem essa legitimidade que uma pessoa que pesquisa qualquer outra temática tem, eu percebi muito isso, esse desprezo, essa inferiorização da produção de conhecimento do outro, né?, e a gente sabe que tem. E falando um pouquinho sobre o acesso à essas informações, outra coisa que eu não tive acesso, muito acesso, dentro da universidade, foi a orientação por parte das minhas mestras, das minhas inspirações, de dentro da universidade, de como proceder, por exemplo, pra entrar num processo seletivo de Pós-Graduação. Eu nunca tive esse orientação, né?, mesmo aquelas professoras que estavam do meu lado, que me orientaram, de alguma forma, elas nunca me orientaram sobre um processo seletivo de Pós-Graduação. E aí a gente já vê esse juízo de valor que é feito sobre a população trans, é como se a gente não tivesse capacidade para além de ser uma profissional formada, né?, como se a gente não tivesse a capacidade de ser mestra, de ser doutora, né?, enquanto eu via essas mesmas professoras orientando outros alunos, “não, você precisa fazer um Mestrado!, o processo é de tal período a tal período”, e eu ficava observando aquilo, ficava percebendo aquilo, e eu me sentia muito mal! Porque eu pensava “nossa, ela tem o mesmo vínculo, ela tem a mesma relação comigo de troca de diálogo”, mas a mim ela nunca orientou dessa forma, né?, de como proceder pra um processo seletivo, e era muito comum isso. Parece que a gente que é travesti, a gente que é trans, não tem muito valor, né?, parece que a gente é menos digna de orientação, menos digna de obter informações pra que a gente possa, de alguma forma, evoluir, sair desse lugar-comum, né?, e isso me motivou muito, sabe?, eu sofri bastante, nesse sentido, mas me motivou a correr atrás e mostrar a essas pessoas que eu tenho potencial e que eu tenho capacidade, né?, resultado de muita busca, de muita luta, de uma busca incansável. De todo dia tá indo atrás das coisas e não ter muito apoio,

não ter muita ajuda de pessoas que eu olhava, que eu admirava e que eu pensava “por que comigo não, né?, por que há essa distância, né?, por que que com as outras colegas é uma relação mais intensa, é uma relação de mais troca, é uma relação de mais apoio e comigo não é essa relação?”, eu ficava comparando muito o que eu via no outro, né?, nessas relações que passavam por mim, seja nos corredores, seja na secretaria do curso... E isso, de certa forma, foi uma experiência ruim, mas me motivou muito pra chegar onde eu cheguei. É importante também destacar que a realidade da população T dentro da universidade, ela é de um número baixíssimo. A gente tem pouquíssimas trans ou travestis dentro da universidade, né?, e isso é importante dar ênfase. Hoje, pra você ter uma ideia, dentro de todos os programas de Pós-Graduação da universidade, a gente tem apenas, duas, duas trans, duas travestis fazendo Pós-Graduação. São as duas primeiras a fazerem Pós-Graduação e que por coincidência, ou por qualquer outra questão, vieram da prostituição, né?, e já demonstra essa luta por uma melhoria de vida, por uma transformação e por um espaço, né?, que é a luta por espaço, mesmo, porque é muito difícil a gente se manter dentro da universidade, diante de toda uma comunidade que não compreende o que é a travestilidade, o que é a transexualidade. Hoje somos em duas, (na Pós-Graduação) e na Graduação acredito que esse número seja maior, mas as trans, as travestis, pelo modo de vida que levam, por terem que trabalhar a noite pra dormir ao dia, é a realidade da prostituição, elas não conseguem, a maioria, encontrar tempo pra estudar, encontrar tempo e paciência, talvez até saúde emocional, pra conseguir ingressar numa universidade. A UFSC é uma das universidades que tem uma das melhores políticas pra nome social do país, mas você pensa as outras instituições que não tem essa política de nome social, que não tem políticas de informação também, né?, imagine, você, como que é, pra essas meninas, o fato de encarar essa realidade, de querer entrar numa universidade, mas não ter o seu nome respeitado?, porque a informação ainda não chegou pra essas instituições. A informação sobre uma política que dispõe o uso do nome social ainda não chegou a todas as instituições! E mesmo que tenha chegado, pode ser que seja uma política muito precária, uma política que exponha o nome dessa pessoa e que exponha ela ao ridículo. Quando eu entrei na universidade, a política do nome social era muito precária, ela mudou depois de muitos encontros e depois de muitas propostas em eventos dentro da universidade, onde a gente discutia melhorias na política de nome social, mas anteriormente essa política do nome social, a primeira normativa que saiu, ela colocava o nome

social junto com o nome de registro na chamada. Então, né?, era apenas uma gambiarra, porque ao mesmo tempo que você tinha o seu nome social, você não tinha, porque o nome social é pra quê? É pra você excluir da sua vida o nome civil, para que ninguém saiba o teu nome civil, então era uma política muito precária, né?, mudou e se tornou uma das melhores do país, mas a gente ainda enfrenta muita precariedade, porque os sistemas da universidade, eles não conversam, tem o SETIC, tem o Moodle, tem as plataformas online, né?, o Moodle, o CAGR... Muitas vezes, no Moodle tava o nome M. Z., e no CAGR tava o nome civil, né?, no início, quando eu ainda não tinha retificado o meu nome, mas assim, tinha muito isso. Aí acabava que as pessoas acabavam sabendo o teu nome, porque se tu enviasses uma mensagem pra turma ou pro o curso todo, ia aparecer lá no remetente o nome civil, e as pessoas iam ficar se perguntando “mas quem é fulano, que não tem fulano na nossa sala?”, então assim, era uma política muito precária, por quê? Pela precariedade da informação, porque não tinha esse diálogo, não tinha essa intervenção por parte da população T, depois começou a ter, essa intervenção e essa luta por melhorias. E tudo isso também só começou a partir da militância. A militância, ela tem um papel fundamental na transformação e na luta por direitos, eu sempre digo isso, que a militância, ela precisa intervir pra que a gente consiga conquistar os nossos direitos e pra que a gente consiga fazê-los valer, mas é uma luta diária. As redes sociais eu também considero fundamentais pra disseminação de informações sobre a população T, seja qual for a informação, né?, a gente consegue através das redes além, para além de fazer redes de apoio, a gente consegue nos ajudar informacionalmente, a gente consegue passar informações, a gente consegue orientar, eu já passei muito pela experiência de ter meninas mais, que entraram na universidade depois de mim, me procurando pra saber como que fazia, como que eram os trâmites para conseguir o nome social, como que fazia para conseguir o nome na lista de chamada... Acaba que as redes sociais, elas ajudam bastante nesse sentido, da gente fazer essa troca de informações e disseminar de uma forma coerente, de uma forma cuidadosa e principalmente, ética, né?, que é muito importante você disseminar as informações com ética, e nesse sentido, as redes sociais, elas são fundamentais. Acredito que a maioria das pessoas trans, elas conseguem encontrar um acolhimento de início pelas redes sociais, porque é a partir das redes sociais que começam todos esses contatos, né?, todas essas, esse conhecer o outro... É muito importante. Eu já pude ajudar várias pessoas por meio das redes sociais, seja pelo Facebook, seja pelo WhatsApp, e é muito

importante, até por meio de grupos, né?, acaba que a gente participa de muitos grupos e as pessoas tem muitas dúvidas, procuram por informações de como proceder em várias coisas, seja dentro da universidade, seja no sistema de saúde ou no âmbito jurídico e eu acho que as redes sociais, elas só fortalecem a nossa luta também, né?, elas tem um poder muito grande de fortalecer a nossa luta enquanto pessoas T. [...] Sobre relacionamento, então, eu tive um relacionamento de três anos, anterior a esse que eu tenho. Foi bastante conflituoso, bastante... Foi uma relação muito difícil, sabe?, porque ele era um boy padrão, ele era um menino que só tinha se relacionado com mulheres cis, nunca tinha se relacionado com meninas T, e ele me conheceu, e a princípio tinha gostado muito de mim e tudo o mais, enfim, foi uma relação muito abusiva, uma relação bastante violenta, eu fui violentada de várias formas, né?, tanto física, como emocionalmente. E demorou pra eu conseguir sair dessa relação, demorou para eu compreender que eu estava dentro de uma relação abusiva, e essa relação, ela acabou me atrapalhando bastante na universidade, eu levei um tempo pra conseguir me recuperar e eu consegui sair dessa relação muito com a ajuda do feminismo, né?, eu me aproximei muito do feminismo por estar vivendo essa relação abusiva, foi ali que a minha aproximação começou, que eu comecei a compreender que eu precisava de uma outra perspectiva. Então eu comecei a ler, comecei a ouvir perspectivas de outras mulheres, tive um contato mais próximo com outras experiências de mulheres, não só mulheres, mas travestis também, né?, que passaram por relações abusivas, e eu consegui me libertar depois de três anos nessa angústia, sabe? Aí eu já tinha decidido que, quando eu terminei a minha relação anterior, que eu não queria mais nenhuma relação, porque eu tinha dimensão das consequências, dos efeitos de estar dentro de uma relação sendo travesti, né?, porque não é qualquer homem que assume relação com uma travesti, não; é bem difícil, tanto é, que afetivamente, as travestis, as mulheres trans sofrem bastante, são muito preteridas, há esse desejo todo, essa lascividade noturna, essa procura pela prostituição, esses desejos, mas na hora de assumir, no momento de assumir, não tem muitos homens, né?, são bem poucos os que assumem. Eu vivi três anos, eu fiquei dois anos sem ser assumida, escondida dentro dessa relação, no último ano que eu já tava cansada, eu resolvi informar a todos que o fulano era o meu namorado e daí isso foi o ápice da confusão, né?, porque acabou que ele não aceitou, fizeram chacota dele, os amigos fizeram piada dele e tudo o mais, e foi o fim da nossa relação. Aí eu já tava decidida que eu não queria mais e que eu ia ficar só vivendo na noite, né?, trabalhando da prostituição e

acabou que um tempo depois, eu acabei indo pra um evento, um workshop nacional, sobre, que tava discutindo políticas públicas para pessoas trans, foi em Floripa esse evento, reuniu diversas militâncias de todo o país, na discussão sobre políticas públicas, direito e cidadania da população T. E eu acabei conhecendo o E., e é o meu atual companheiro... A gente brigou, a gente também passou por momentos difíceis, né?, mas a gente ainda tá tentando uma possível reconciliação, mas eu conheci ele nesse evento, por ele ser trans também, ele é um homem trans e a gente acabou se identificando muito, né?, ele é de São Paulo, e daí no início a gente viajava, né?, eu ia pra São Paulo, ele vinha pra cá, e a gente ficou uns quatro, três meses nesse vai e vem, até que em junho do ano passado (2016), a gente foi morar junto e a gente ficou seis meses morando junto, né?, praticamente um casamento. Aí a gente ficou de junho até dezembro morando junto, e daí agora, no finalzinho do ano que a gente deu um tempo, a gente meio que deu uma distanciada pra ver se é isso que a gente realmente quer, se a gente vai continuar, se a gente vai se reconciliar, mas é uma relação também bastante complicada por sermos duas pessoas trans, e isso acaba trazendo proporções maiores de problema pra relação. Porque ele é trans, eu sou trans, eu achava que por sermos trans, um entenderia o outro, e não foi muito o que aconteceu, né?, e a gente tá nesse processo agora de conversa e eu precisei me afastar um pouco também, porque como eu tô escrevendo a minha Dissertação, eu tô precisando de paz, eu tô precisando me refugiar um pouco, e eu vi que a melhor alternativa era dar um tempo, se distanciar. E tem sido bom, né?, enfim, mas assim, eu sempre tive muita dificuldade de ter relações afetivas por não aceitar ser escondida, e daí quando um homem aceita me expor, aceita falar que tem uma relação comigo, aceita me ter como sua companheira é, acaba também rolando conflitos, né?, mas eu acho que isso é de toda relação, não é exclusividade de travestis, toda relação de afeto é uma relação conturbada, é uma relação que exige muita paciência, exige muita compreensão, e é difícil, né? Enfim, sobre afetividade era mais ou menos isso, eu tive duas relações duradouras, né?, e as outras relações foram mais passageiras, foram relações de curto tempo, mas eu confesso que eu não tive muita dificuldade... Talvez por ser feminista, hoje em dia, eu já não me prenda tanto a essas relações afetivas, eu acho que é tudo muito cansativo, sabe?, mas isso é por ser feminista, né?, é por ter outra visão de mundo, mas eu conheço meninas que sofrem muito por não terem um namorado, por não terem um marido e elas se crucificam muito por serem trans, por serem travestis, por conta dessa, desse preterimento, né?, que os homens nos querem apenas pra

sexualidade, pro ato sexual, e depois dispensam como se fosse, né?, sei lá, qualquer coisa. Eu já não me prendo tanto a isso, porque eu acredito que eu evoluí. Eu passei dessa fase de ficar fantasiando muito as relações, eu sou muito de acreditar que der certo, vai dar, se não der, pra mim, também, tá tudo ótimo. Se deu certo uma relação afetiva tá ótimo, se não deu, também tá ótimo e eu também tenho outros planos de futuro, pretendo fazer um Doutorado, pretendo estudar mais, ser professora, né?, meu objetivo maior é ser professora universitária, então eu acredito que eu não tenho muito tempo pra ficar sofrendo pelas dores do coração, mas isso é uma experiência minha, o que importa, de fato, é a realidade da maioria das meninas trans e travestis, que tem um preterimento afetivo muito latente, é uma realidade bastante cruel. [...] Como eu te falei, eu espero concluir o Mestrado de uma forma que eu consiga passar uma lição para as pessoas, que eu consiga fazer com que as pessoas aprendam mais, né?, sobre gênero, sobre feminismo, sobre as questões trans, sobre as questões travestis, sobre respeito ao próximo, eu espero que seja um período de ensinar, não só de aprender, mas de ensinar muito. Pretendo me dedicar este ano ao processo seletivo do Doutorado, ainda eu tenho três opções de Doutorado, então eu pretendo me dedicar a esses processos seletivos, vez ou outra eu também tô de olho em algum edital de concurso, mas eu quero que as pessoas me vejam de uma forma mais comum, né?, de uma forma mais normal, que eu não seja vista pela ótica desses dois extremos, né?, ou é a barraqueira, a louca, a que quer aparecer, ou é aquela que tá muito focada, são dois extremos que eu não gosto: essa coisa de me ver muito como intelectual ou essa coisa de me ver muito barraqueira ou qualquer outra coisa que me transforme numa pessoa inferior, numa pessoa subalternizada, né?. Eu quero também ser modelo pras pessoas, modelo de superação, modelo de luta, modelo de enfrentamento, de busca por direitos, eu quero poder ajudar as pessoas através da minha fala do meu discurso, que as pessoas consigam viver num mundo melhor, né?, eu acredito que essa é a minha função aqui, preparar o terreno para que as pessoas vivam daqui 10, 15, 20 anos num mundo bem melhor, né?, e apesar de ter 22 anos, eu acredito que eu posso ajudar as pessoas e ser ajudada também, essa troca mútua. Se tudo der certo, eu pretendo entrar no Doutorado com mais disposição, disposta a ensinar também, mais do que estou ensinando; aprender também, fazer muitas trocas, pretendo trabalhar... Eu tenho algumas motivações, tenho alguns impulsos, enquanto pesquisadora, que é sempre manter a minha essência, não mudar por ninguém e por nada, ser assim da forma que eu sou e fazer as pessoas entenderem que a

gente existe e que a gente vai ocupar os espaços sendo como a gente é, sem precisar mudar de comportamentos, sem precisar fazer uma personagem. Tenho algumas ideias em mente, que é produzir com algumas pessoas, espero que isso aconteça, né?, de produzir alguns artigos em conjunto, aliás, se você quiser também, a gente pode tentar fazer alguma parceria em algum artigo, em alguma publicação... [...] E eu é que te agradeço, eu acredito que, antes eu tinha um pensamento muito fechado, eu achava que ninguém podia pesquisar sobre travestis, sobre mulheres trans, que não fossem pessoas, né?, da população T. E eu mudei muito de pensamento, acredito que as pessoas tem que pesquisar, sim, desde que seja com os devidos cuidados, né?, e isso inclui também cuidados éticos. Eu acredito que tudo que se produz sobre a nossa população é importante, serve de referência, serve de aprendizado, a gente tá produzindo ciência e isso é o mais importante, né?.

ANEXO A – Dados sociodemográficos (RODRIGUÉZ, 2014)²⁵

DADOS SÓCIO-DEMOGRÁFICOS

1. Idade: _____
2. Qual é a sua escolaridade:
- Não alfabetizado
 - Ensino Fundamental Incompleto
 - Ensino Fundamental Completo
 - Ensino Médio Incompleto
 - Ensino Médio Completo
 - Superior Incompleto
 - Superior completo
 - Especialização
 - Mestrado
 - Mestrado em curso
 - Doutorado
 - Doutorado em curso
3. Assinale a sua renda por mês:
- até 260,00
 - de R\$ 261,00 a R\$ 780,00
 - de R\$ 781,00 a R\$ 1.300,00
 - de R\$ 1.301,00 a R\$ 1.820,00
 - de R\$ 1.821,00 a R\$ 2.600,00
 - de R\$ 2.601,00 a R\$ 3.900,00
 - de R\$ 3.901,00 a R\$ 5.200,00
 - de R\$ 5.201,00 a R\$ 6.500,00
 - de R\$ 6.501,00 a R\$ 7.800,00
 - mais de R\$ 7.800,00
4. Qual é a sua ocupação:

5. Qual é a sua situação conjugal?
- Solteirx sem parceiro
 - Solteirx com parceiro
6. Com qual ORIENTAÇÃO SEXUAL você se identifica
- Casadx
 - União livre
 - Separadx/divorciadx
 - Em um relacionamento aberto
 - Outro, Qual?. _____
 - Heterossexual
 - Gay
 - Lésbica
 - Bissexual
 - Nenhuma
 - Outra
- Qual? _____
7. Com qual IDENTIDADE DE GÊNERO você se identifica
- Transexual
 - Transgênero
 - Travesti
 - Mulher
 - Homem
 - Outra
- Qual? _____

²⁵ Roloff (*et al*, 2015) explica que com o advento da Teoria Queer – que atualmente trata sobre as variadas identidades sexuais – e a noção de que a identidade sexual não é exclusivamente binária, o “x” representa de modo igualitário o leque de possibilidades que a sexualidade humana oferece, por se tratar de uma incógnita; e talvez essa seja a razão pela qual se faz o uso da letra “x”, visto que no campo da Álgebra é a clássica indicação para uma incógnita.

ANEXO B – Parecer consubstanciado do CEP

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA CATARINA - UFSC



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO DE MINORIAS SOCIAIS A PARTIR DAS NECESSIDADES DE INFORMAÇÃO DAS PESSOAS TRANSGÊNERO, TRANSEXUAIS E TRAVESTIS

Pesquisador: ELIZETE VIEIRA VITORINO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 78847717.6.0000.0121

Instituição Proponente: Universidade Federal de Santa Catarina

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

realização da pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_987885.pdf	07/11/2017 16:14:03		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	07/11/2017 16:04:57	ELIZETE VIEIRA VITORINO	Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA.docx	07/11/2017 16:04:05	ELIZETE VIEIRA VITORINO	Aceito
Folha de Rosto	FolhaRosto.pdf	18/09/2017 15:55:53	ELIZETE VIEIRA VITORINO	Aceito
Outros	DADOS_SOCIODEMOGRAFICOS.docx	08/08/2017 19:13:58	ELIZETE VIEIRA VITORINO	Aceito
Outros	TOPICO_NARRATIVA.docx	04/08/2017 14:59:30	GUILHERME GOULART RIGHETTO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	FINAL.docx	04/08/2017 14:47:18	GUILHERME GOULART RIGHETTO	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Declaracao.pdf	04/08/2017 14:48:42	GUILHERME GOULART RIGHETTO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FLORIANÓPOLIS, 21 de Novembro de 2017

Assinado por:
Ylmar Correa Neto
(Coordenador)